UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANA RAFAELA SALES DE ARAÚJO

TERMINOLOGIA SOBRE MULHERES NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO: ESTUDO REALIZADO NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

JOÃO PESSOA
2026

ANA RAFAELA SALES DE ARAÚJO

TERMINOLOGIA SOBRE MULHERES NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO: ESTUDO REALIZADO NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Organização, Representação e Tecnologias da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque.

JOÃO PESSOA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Araújo, Ana Rafaela Sales de.
Terminologia sobre mulheres na perspectiva das políticas de indexação: estudo realizado nas bibliotecas das universidades federais brasileiras / Ana Rafaela Sales de Araújo. – 2026.
308 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2026.
Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.
Orientação: Prof.ª Dra. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque.

1. Mulheres – Terminologia. 2. Estudos de gênero. 3. Políticas de indexação. 4. Bibliotecas de universidades federais – Brasil. I. Título.

CDU 025.4+305-055.2(043)

Bibliotecária responsável: Ana Rafaela Sales de Araújo – CRB 3/1293

ANA RAFAELA SALES DE ARAÚJO

TERMINOLOGIA SOBRE MULHERES NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO: ESTUDO REALIZADO NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Defendida em: 25/03/2026.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Presidenta/Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB)

Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves (Examinadora interna)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB)

Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes (Examinadora interna)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB)

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (Examinadora externa)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UNESP)

Profa. Dra. Rosane Suely Álvares Lunardelli (Examinadora externa)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UEL)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e pela força para conquistar, realizar sonhos.

Ao meu esposo, amigo e professor Jonathas Carvalho pelos ensinamentos, por seu apoio e parceria nos projetos muito ousados e desafiadores do doutorado, da maternidade e de vida a quatro (filho Leandro, gata Mia, Jonathas e eu), pela confiança, compreensão e paciência. A ele, meu carinho, reconhecimento e eterna gratidão.

À minha orientadora Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque por sua franqueza, gentileza e presteza na análise da tese e dos artigos científicos, pela paciência com minhas indecisões.

À banca examinadora: Gracy Kelli Martins Gonçalves, Gisele Rocha Côrtes, Mariângela Spotti Lopes Fujita, Brígida Maria Nogueira Cervantes pelas ricas contribuições e disponibilidade, assim como às estimadas suplentes: Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Rosane Suely Álvares Lunardelli.

A todos(as) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB): corpo docente, discentes, servidores(as). Aos(às) parceiros(as) de turma do PPGCI/UFPB: Suzana, Sâmella. Bruno e Maurício.

À minha mãe Lúcia; à minha irmã Elizângela; às professoras Juliana, Queila, Val, Thay, Nicole, Suzane, Rayane, Alane e Débora; às auxiliares escolares Nadi, Shirlene, Eulene, Larissa, Juliana e Ana; às babás Mari e Cris pelo período de atenção e de cuidados com meu filho Leandro, como diz o provérbio africano, realmente é “preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, ou seja, na maioria dos casos, uma “aldeia” de mulheres.

Aos(às) estimados(as) Lúcio, Lidi, Maíra por todo amparo e acolhimento na linda cidade de João Pessoa.

Às amigas Eudilene, Aline Mendes, Marina, Vanda pela atenção e reciprocidade. À Eudilene, Raquel, Islânia, Isabela, Davi e toda a equipe da Biblioteca Central do Campus do Pici, da Universidade Federal do Ceará por segurarem as pontas no trabalho quando precisei me ausentar para o doutorado. Ao diretor do Sistema de Bibliotecas da UFC, Felipe Ferreira, pela concessão do afastamento para cursar doutorado.

À fisioterapeuta Karol, psicóloga Letícia, psiquiatra Raíssa pelos momentos de saúde integrativa e de acolhimento. À Stefanie pelo auxílio nos resumos e na revisão de língua portuguesa e à Ana Cláudia pela normalização.

É claro que eu estava com raiva. A questão de gênero, como está estabelecida hoje em dia, é uma grande injustiça. Estou com raiva. Devemos ter raiva. Ao longo da história, muitas mudanças positivas só aconteceram por causa da raiva. Além da raiva, também tenho esperança, porque acredito profundamente na capacidade de os seres humanos evoluírem (Chimamanda Ngozi Adichie).

RESUMO

Este estudo analisa as terminologias de gênero a partir das políticas de indexação das bibliotecas de universidades federais brasileiras. Parte-se da seguinte questão: é possível propor uma revisão terminológica, fundamentada na realidade dessas bibliotecas, que aborde as questões de gênero, com foco na categoria mulheres? O objetivo geral consiste em investigar as terminologias utilizadas nessas bibliotecas, com ênfase na categoria mulheres, visando propor uma revisão terminológica em diálogo com as políticas de indexação. Como objetivos específicos, busca-se: discutir as terminologias à luz dos fundamentos da Ciência da Informação; analisar as políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras; identificar termos relacionados às questões de gênero, especialmente à categoria mulheres, nos catálogos desses sistemas, observando a consistência terminológica e a adequação dos processos de representação temática (indexação); e propor recomendações para a revisão das práticas de indexação e o aprimoramento das políticas de indexação. Quanto à metodologia, a pesquisa é de natureza descritiva, baseada em revisão bibliográfica e com abordagem qualitativa. O universo é composto por 69 sistemas de bibliotecas de universidades federais. A amostra geral inclui nove sistemas que possuem manuais de políticas de indexação (UFAM, UFT, UFC, UFG, UFRJ, UFF, UFSC, UFRGS e FURG), enquanto a amostra específica é formada por três sistemas que contemplam questões de gênero em suas políticas (UFC, UFRGS e FURG). A coleta e análise dos dados foram realizadas em quatro etapas: verificação da existência de políticas de indexação; análise das nove políticas identificadas; análise dos termos relacionados ao gênero nos catálogos online da UFC, UFRGS e FURG; e elaboração de uma proposta de revisão terminológica com base nesses resultados. Os resultados indicam que as buscas nos catálogos dessas três instituições, a partir dos termos “gênero”, “feminina”, “feminino”, “feminismo”, “feminista” e “mulher”, geraram um conjunto expressivo de registros, permitindo identificar 255 inconsistências terminológicas. Essas inconsistências foram organizadas nas seguintes categorias: erros de grafia; termos inadequados; ambiguidade e polissemia; uso inadequado de campos MARC; falta de especificidade; variações entre singular e plural; sinônimos; e termo cadastrado, mas não possui obra associada. Com base nesses achados, foi proposta uma revisão terminológica envolvendo 159 termos. Essa proposta foi fundamentada em diferentes vocabulários, como a Biblioteca Nacional do Brasil; os Library of Congress Subject Headings; o Descritores em Ciências da Saúde; o Homosaurus; o Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo; o Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres; o Dicionário feminista brasileiro (Terra, 2022); o Wikidata; o Vocabulário Controlado Básico da Rede Virtual de Bibliotecas; a Biblioteca Nacional da Espanha; além do próprio recurso indexado.

Palavras-chave: mulheres – terminologia; estudos de gênero; políticas de indexação; bibliotecas universitárias federais – Brasil.

ABSTRACT

This study examines gender terminology based on indexing policies of libraries at Brazilian federal universities. It begins with the following question: it possible to propose a terminological review based on the reality of Brazilian federal university libraries regarding gender issues, specifically the category of women? The general objective is to investigate terminology in the libraries of Brazilian federal universities in relation to gender issues, with a specific emphasis on the category of women, aiming at proposing a terminological review in dialogue with indexing policies. The specific objectives are: to discuss terminologies contextualized to the fundamentals of the field of Information Science; to analyze the indexing policies of libraries at Brazilian federal universities; to identify the set of terms referring to gender issues, specifically in the category of women, in catalogs of library systems at Brazilian federal universities, observing terminological consistency and the appropriateness of terms in the indexing process; to propose recommendations for reviewing indexing activities and improving the indexing policies of federal university libraries in relation to gender issues, with an emphasis on the category of women. The research methodology, in terms of its purpose, is descriptive; in terms of its means, it is a literature review; and in terms of data treatment, it is qualitative. The universe consists of 69 library systems from Brazilian federal universities, while the general sample is 9 federal university library systems that have indexing policy manuals (UFAM, UFT, UFC, UFG, UFRJ, UFF, UFSC, UFRGS, and FURG), and the specific sample is 3 federal university library systems that have indexing policy manuals addressing gender issues (UFC, UFRGS, and FURG). The instruments for data collection and analysis are divided into four stages: the existence of indexing policies in the libraries of Brazilian federal universities; analysis of the 9 indexing policies of the libraries of Brazilian federal universities; and analysis of gender-related terms in the online catalogs of UFC, UFRGS, and FURG, as these are the three institutions that address gender issues in their indexing policies. Proposal for a terminological revision based on analysis performed on the online catalogs of UFC, UFRGS, and FURG. It concludes that searches in the online catalogs of UFC, UFRGS, and FURG, using the terms "Gender", "Feminine", "Feminism", "Feminist" and "Woman", generated a robust set of terminological results that allowed for the identification of inconsistencies in the terms, in this case 255, which generated the following categories for correction: spelling errors; inadequate terms; ambiguity and polysemy; inadequate MARC field; lack of specificity; singular and plural; synonyms; term registered but without associated work. These categories generated a proposed terminological revision with 159 terms, and this revision was guaranteed by the vocabularies/terminologies: BN (Brazil); LCSH; DeCS; Homosaurus; USP Controlled Vocabulary; Thesaurus for Gender and Women's Studies; Brazilian Feminist Dictionary; Wikidata; RVBI Basic Controlled Vocabulary, BN (Spain); and the informational resource itself indexed.

Keywords: women – terminology; gender studies; indexing policies; federal university libraries – Brazil.

RESUMEN

Este estudio examina la terminología de género con base en las políticas de indexación de las bibliotecas de las universidades federales brasileñas. Parte de la siguiente pregunta: ¿es posible proponer una revisión terminológica basada en la realidad de las bibliotecas de las universidades federales brasileñas en relación con las cuestiones de género, específicamente la categoría de mujeres? El objetivo general es investigar la terminología en las bibliotecas de las universidades federales brasileñas en relación con las cuestiones de género, con especial énfasis en la categoría de mujeres, con el objetivo de proponer una revisión terminológica en diálogo con las políticas de indexación. Los objetivos específicos son: discutir la terminología contextualizada a los fundamentos del campo de las Ciencias de la Información; analizar las políticas de indexación de las bibliotecas de las universidades federales brasileñas; identificar el conjunto de términos que se refieren a cuestiones de género, específicamente en la categoría de mujeres, en los catálogos de los sistemas bibliotecarios de las universidades federales brasileñas, observando la consistencia terminológica y la adecuación de los términos en el proceso de indexación; y proponer recomendaciones para revisar las actividades de indexación y mejorar las políticas de indexación de las bibliotecas de las universidades federales en relación con las cuestiones de género, con especial énfasis en la categoría de mujeres. La metodología de la investigación, en cuanto a su propósito, es descriptiva. en términos de sus medios, es una revisión de la literatura; y en términos de tratamiento de datos, es cualitativo. El universo consiste en 69 sistemas de bibliotecas de universidades federales brasileñas, mientras que la muestra general son 9 sistemas de bibliotecas de universidades federales que tienen manuales de política de indexación (UFAM, UFT, UFC, UFG, UFRJ, UFF, UFSC, UFRGS y FURG), y la muestra específica son 3 sistemas de bibliotecas de universidades federales que tienen manuales de política de indexación que abordan cuestiones de género (UFC, UFRGS y FURG). Los instrumentos para la recopilación y el análisis de datos se dividen en cuatro etapas: la existencia de políticas de indexación en las bibliotecas de las universidades federales brasileñas; análisis de las 9 políticas de indexación de las bibliotecas de las universidades federales brasileñas; y análisis de términos relacionados con el género en los catálogos en línea de la UFC, la UFRGS y la FURG, ya que estas son las tres instituciones que abordan cuestiones de género en sus políticas de indexación. Propuesta de revisión terminológica basada en el análisis realizado en los catálogos en línea de la UFC, la UFRGS y la FURG. Se concluye que las búsquedas en los catálogos en línea de la UFC, la UFRGS y la FURG, utilizando los términos "Género", "Femenino", "Feminismo", "Feminista" y "Mujer", generaron un conjunto sólido de resultados terminológicos que permitió identificar inconsistencias en los términos, en este caso 255, lo que generó las siguientes categorías para corrección: errores ortográficos; términos inadecuados; ambigüedad y polisemia; campo MARC inadecuado; falta de especificidad; singular y plural; sinónimos; término registrado pero sin obra asociada. Estas categorías generaron una revisión terminológica propuesta con 159 términos, y esta revisión fue garantizada por los vocabularios/terminologías: BN (Brasil); LCSH; DeCS; Homosaurus; Vocabulario Controlado USP; Tesauro de Estudios de Género y de la Mujer; Diccionario Feminista Brasileño; Wikidata; Vocabulario Controlado Básico RVBI; BN (España); y el propio recurso informativo indexado.

Palabras clave: mujeres – terminología; estudios de género; políticas de indexación; bibliotecas de universidades federales – Brasil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos sobre ‘Fundamentos teóricos’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’ 77
Quadro 2 – Artigos sobre ‘Produção e comunicação científica’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’ 82
Quadro 3 – Artigos sobre ‘Mediação, competência e práticas informacionais’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’ 89
Quadro 4 – Sistematização das categorias de análise das práticas críticas 93
Quadro 5 – Artigos sobre ‘Organização e representação da informação’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’ 95
Quadro 6 – Artigos sobre ‘Biblioteconomia’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’ 97
Quadro 7 – Artigos sobre ‘Arquivologia’, a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’ 100
Quadro 8 – Artigos sobre ‘Memória, cultura e identidade’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’ 102
Quadro 9 – Artigos sobre ‘Políticas públicas’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’ 104
Quadro 10 – Produtos terminológicos internacionais acerca de gênero e dos feminismos 108
Quadro 11 – Produtos terminológicos brasileiros acerca de gênero e dos feminismos 111
Quadro 12 – Síntese dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação 140
Quadro 13 – Definições sobre política de indexação a partir de levantamento de artigos indexados na BRAPCI 141
Quadro 14 – Delimitação das categorias que constituem as definições sobre política de indexação 145
Quadro 15 – Síntese sobre a elaboração da política de indexação aplicada em bibliotecas universitárias 152
Quadro 16 – Manual de política de indexação da Unesp 156
Quadro 17 – Síntese da estrutura do manual de indexação do DeCS 159

Quadro 18 – Diálogos bibliográficos: autores(as) citados(as) nas seções do referencial teórico 165
Quadro 19 – Existência de políticas de indexação nas bibliotecas das Universidades Federais brasileiras 176
Quadro 20 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFAM 179
Quadro 21 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFT 182
Quadro 22 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFC 186
Quadro 23 – Síntese da seção 'Diretrizes para indexação' da política de indexação do SiBi-UFC 192
Quadro 24 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFG 197
Quadro 25 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFRJ 202
Quadro 26 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFF 207
Quadro 27 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFSC 210
Quadro 28 – Seção de diretrizes gerais e padrões adotados na política de representação da informação da BU/UFSC 212
Quadro 29 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFRGS 215
Quadro 30 – Estrutura do Manual de rotinas e procedimentos de indexação do SBUFRGS 217
Quadro 31 – Estrutura detalhada do Manual de rotinas e procedimentos de indexação do SBUFRGS 219
Quadro 32 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da FURG 224
Quadro 33 – Síntese das características da política de indexação do SISTEBIB/UFAM 227
Quadro 34 – Síntese das características da política de indexação do Sisbib/UFT 229
Quadro 35 – Síntese das características da política de indexação do SiBi-UFC 230
Quadro 36 – Síntese das características da política de indexação do Sibi/UFG 231
Quadro 37 – Síntese das características da política de indexação do SiBI/UFRJ 232
Quadro 38 – Síntese das características da política de indexação do CBI/UFF 233
Quadro 39 – Síntese das características da política de indexação do BU/UFSC 234
Quadro 40 – Síntese das características da política de indexação do SBUFRGS 235
Quadro 41 – Síntese das características da política de indexação do SiB da FURG 236
Quadro 42 – Características gerais das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras 237
Quadro 43 – Busca pelo termo "Gênero" no catálogo do SiBi/UFC 244
Quadro 44 – Busca pelo termo "Feminina" no catálogo do SiBi/UFC 246

Quadro 45 – Busca pelo termo “Feminino” no catálogo do SiBi/UFC.....246
Quadro 46 – Busca pelo termo “Feminismo” no catálogo do SiBi/UFC.....247
Quadro 47 – Busca pelo termo “Feminista” no catálogo do SiBi/UFC.....248
Quadro 48 – Busca pelo termo “Mulher” no catálogo do SiBi/UFC.....248
Quadro 49 – Busca pelo termo “Gênero” no catálogo do SBUFRGS.....251
Quadro 50 – Busca pelo termo “Feminina” no catálogo do SBUFRGS.....253
Quadro 51 – Busca pelo termo “Feminino” no catálogo do SBUFRGS.....254
Quadro 52 – Busca pelo termo “Feminismo” no catálogo do SBUFRGS.....256
Quadro 53 – Busca pelo termo “Feminista” no catálogo do SBUFRGS.....257
Quadro 54 – Busca pelo termo “Mulher” no catálogo do SBUFRGS.....258
Quadro 55 – Busca pelo termo “Gênero” no catálogo do SiB da FURG.....259
Quadro 56 – Busca pelo termo “Feminina” no catálogo do SiB da FURG.....261
Quadro 57 – Busca pelo termo “Feminino” no catálogo do SiB da FURG.....263
Quadro 58 – Busca pelo termo “Feminismo” no catálogo do SiB da FURG.....265
Quadro 59 – Busca pelo termo “Feminista” no catálogo do SiB da FURG.....266
Quadro 60 – Busca pelo termo “Mulher” no catálogo do SiB da FURG.....266
Quadro 61 – Termos que se repetem nos catálogos SiBi/UFC, SBUFRGS e SiB da FURG.....269
Quadro 62 – Recomendações para utilização de termos inclusivos.....270

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de termos recuperados, selecionados e inconsistentes nos catálogos online da UFC, UFRGS, FURG 171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	Código de Catalogação Anglo-Americano (Inglês: Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition)
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AM BNE	Autoridades de matéria de la Biblioteca Nacional de España
AMI	Alfabetização Midiática e Informacional
ANCIB	Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ASIS&T	American Society for Information Science and Technology
ASIS&T	Association for Information Science and Technology
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
BIAR	Biblioteca do Instituto de Angra dos Reis
BICET	Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia
BICSEZ	Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
BIEAA	Biblioteca do Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente
BINC	Biblioteca do Instituto de Natureza e Cultural
BINF	Biblioteca do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina
BISB	Biblioteca do Instituto de Saúde e Biotecnologia
BENF	Biblioteca da Escola de Enfermagem
BEC	Biblioteca da Faculdade de Economia
BFV	Biblioteca da Faculdade de Veterinária
BMAC	Biblioteca de Macaé
Brapci	Base de Dados em Ciência da Informação
BSCEE	Biblioteca Setorial de Ciências Exatas e Engenharias
BSCS	Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde
BSFD	Biblioteca Setorial da Faculdade de Direito
BSMA	Biblioteca Setorial do Museu Amazônico
BU/UFSC	Biblioteca Universitária da UFSC
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CMF	Centro e Memória Fluminense
CBI	Coordenação de Bibliotecas
CCN	Catálogo Coletivo Nacional

CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDGEN	Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero
CDU	Classificação Decimal Universal
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CoInfo	Competência em Informação
Consuni	Conselho Universitário
CRMEB	Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
DB	Divisão de Bibliotecas
DPI	Divisão de Processamento da Informação
Enancib	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GAT	Grupo Assessor Técnico de Terminologia
GAS	Grupo de Estudo de Autoridade
GT	Grupo de Trabalho de Terminologia
GND	Gemeinsame Normdatei
HTML	HyperText Markup Language
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISA	International Standardization Association
ISO	International Organization for Standardization
LCSH	Library of Congress Subject Headings
LEGHI	Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade
LEMAC	Lista de Encapçalaments de Matèria de la Biblioteca de Catalunya
LEMAG	Lista de Encabezamientos de Materia en Galego
LEMAV	Lista Bilingüe de Encabezamientos de Materia en Vasco
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Transexuais, Queer, Intersex, Assexuais +
MeSH	Medical Subject Headgins
MEC	Ministério da Educação
NE	Notas Explicativas
NH	Nota Histórica

NLM	National Library of Medicine
ODS/ONU	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
PIC	Princípios Internacionais de Catalogação
PDF	Portable Document Format
PMEST	Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo
PPGB/UNIRIO	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
PRECIS	PREserved Context Index System
RAM	Rede Arquivos de Mulheres
RAMEAU	Répertoire d'Autorité-Matière Encyclopédique et Alphabétique Unifié
RDA	Recursos: Descrição e Acesso (Inglês: Resource Description and Access)
RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas
RVM	Répertoire de Vedettes-Matière
SPT	Seção de Processamento Técnico
SAAD	Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades
SGRI	Seção de Gerenciamento de Recursos Informacionais
SABi	Sistema de Automação de Bibliotecas
SBUFRGS	Sistema de Bibliotecas da UFRGS
SiB da FURG	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande
SiB-FURG	Sistema de Bibliotecas da FURG
Sibi/UFG	Sistema de Bibliotecas da UFG
SiBI/UFRJ	Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ
SiBi-UFC	Sistema de Bibliotecas da UFC
Sisbib/UFT	Sistema de Bibliotecas da UFT
SISTEBIB	Sistema de Bibliotecas
SOC	Sistema de Organização do Conhecimento
SDC	Superintendência de Documentação
TAs	Termos Alternativos
TBCI	Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação
TC37	Comitê Técnico 37
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TEG	Tesauro para Estudos de Gênero
Telacibin	Tesauro Latinoamericano en Ciencia Bibliotecológica y de la Información
TEs	Termos Específicos

TGs	Termos Genéricos
TGT	Teoria Geral da Terminologia
TSCT	Teoria Sociocognitiva da Terminologia
TTC	Teoria da Terminologia Cultural
UCLA	Universidade da Califórnia em Los Angeles
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNBIS	United Nations Bibliographic Information
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
W3C	World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19
2 ORIGENS DA TERMINOLOGIA 26
3 TERMINOLOGIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 39
3.1 TERMINOLOGIA NA PERSPECTIVA DAS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS 39
3.1.1 Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias com ênfase na indexação 41
3.2 TERMINOLOGIA NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO 46
3.3 TERMINOLOGIA NA PERSPECTIVA DOS(AS) USUÁRIOS(AS) 53
3.4 TERMINOLOGIA NA PERSPECTIVA DA CRIAÇÃO DE PRODUTOS 57
4 TERMINOLOGIA E GÊNERO EM DIÁLOGO COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 68
4.1 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS ACERCA DE GÊNERO E FEMINISMOS 68
4.2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS CONTEXTUALIZADA A GÊNERO: LEVANTAMENTO NA BRAPCI 75
4.2.1 Fundamentos teóricos 77
4.2.2 Produção e comunicação científica 82
4.2.3 Mediação, competência e práticas informacionais 89
4.2.4 Organização e representação da informação e do conhecimento 95
4.2.5 Biblioteconomia 97
4.2.6 Arquivologia 100
4.2.7 Memória, cultura e identidade 102
4.2.8 Políticas públicas 104
4.3 PRODUTOS TERMINOLÓGICOS ACERCA DE GÊNERO, MULHERES E FEMINISMOS 107
5 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO 114
5.1 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS 116
5.2 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E CENTROS ESPECIALIZADOS DE INFORMAÇÃO 148

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 162
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO 162
6.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 164
6.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA 168
6.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO 169
6.5 INSTRUMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS 169
7 ANÁLISE DOS DADOS 175
7.1 EXISTÊNCIA DAS POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS 175
7.2 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS 178
7.2.1 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) 179
7.2.2 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) 182
7.2.3 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC) 186
7.2.4 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (UFG) 197
7.2.5 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 202
7.2.6 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF) 207
7.2.7 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 210
7.2.8 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 215
7.2.9 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) 224
7.2.10 Síntese das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras 227
7.2.11 Características gerais das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras 237
7.3 ANÁLISE DOS TERMOS RELATIVOS A GÊNERO NOS CATÁLOGOS

ONLINE DA UFC, UFRGS E FURG 244
7.3.1 Catálogo do SiBi/UFC 244
7.3.2 Catálogo do SBUFRGS 250
7.3.3 Catálogo do SiB da FURG 259
7.3.4 Termos comuns entre o SiBi/UFC, SBUFRGS e SiB da FURG 268
7.4 PROPOSTA DE REVISÃO TERMINOLÓGICA A PARTIR DA ANÁLISE REALIZADA NOS CATÁLOGOS ONLINE DA UFC, UFRGS E FURG 270
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 279
REFERÊNCIAS 285

1 INTRODUÇÃO

As terminologias constituem um construto milenar da atividade humana, associado à própria criação da linguagem. No entanto, foi a partir do século XIX, com a revolução científica e com o surgimento de áreas como a Linguística e a Biblioteconomia, e posteriormente, no século XX, com a criação de áreas como a Ciência da Informação, que passaram a existir bases teóricas e metodológicas para uma abordagem mais sistemática da organização e da listagem de termos técnico-científicos.

A Terminologia (ou terminologias no plural) expressa um eixo de estudo que pode ser abordado em diferentes áreas do conhecimento como a Linguística, a Ciência da Informação, a Filosofia, a Computação, além de outros campos como Saúde, Ciências Biológicas e quaisquer outras áreas do conhecimento, possibilitando abordagens particulares (aplicável em cada campo do conhecimento) ou transversais (considerando a relação entre os campos do conhecimento).

A Terminologia na Ciência da Informação se estabelece como domínio de conhecimento fortemente aplicável a diversos contextos científicos e profissionais, considerada objeto de potencial atividade interdisciplinar, principalmente na relação com a Linguística.

Nos campos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, a terminologia mantém estreita relação com os processos de organização, representação e recuperação da informação e do conhecimento, especialmente com a indexação. Essa relação abrange tanto perspectivas tecnológicas, voltadas ao desenvolvimento de terminologias que favoreçam um processo eficiente de recuperação da informação, quanto perspectivas gerenciais, relacionadas ao planejamento, à organização, à sistematização e ao controle das atividades de indexação. Nesse contexto, destacam-se aspectos ligados à gestão de recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, bem como aos processos de avaliação contínua voltados ao aprimoramento da recuperação da informação.

Um dos principais desafios do uso de terminologias no campo da Biblioteconomia refere-se à sua aplicabilidade em bibliotecas universitárias. Essas bibliotecas se destacam pela diversidade e especialização das áreas do conhecimento, além do suporte às atividades técnico-científicas, o que exige atenção cuidadosa aos processos de representação da informação, especialmente à indexação.

A ausência de políticas de indexação na maioria das bibliotecas favorece o desenvolvimento desordenado das terminologias, devido à falta de sistematização das atividades de indexação. Essa situação envolve limitações relacionadas à estruturação de

recursos humanos, financeiros, tecnológicos e materiais, além da ausência de planejamento articulado entre gestores, profissionais e comunidade. Soma-se a isso a indefinição de elementos fundamentais das políticas de indexação, como critérios de qualidade, processos, escolha da linguagem documentária e procedimentos de avaliação.

A falta de coordenação das atividades de indexação pode levar as bibliotecas universitárias a desenvolverem representações informacionais desalinhadas aos pressupostos dos campos científicos, dificultando um diálogo mais estratégico na criação de serviços e produtos voltados à comunidade acadêmica. Como consequência, parte do público tende a desconhecer a relevância das bibliotecas e dos serviços oferecidos por essas instituições.

Nesse sentido, o investimento em atividades de indexação não deve ser compreendido apenas como uma forma de organização do acervo, mas também como um mecanismo de aprimoramento da gestão e das tecnologias aplicadas aos acervos, além de fortalecer os serviços e produtos oferecidos à comunidade. Esses investimentos envolvem infraestrutura humana, material e tecnológica que possibilite aos(às) indexadores(as) desenvolver suas atividades com suporte adequado e acesso à formação continuada, contribuindo para o aperfeiçoamento permanente do processo de indexação.

Os desafios das bibliotecas universitárias em relação às práticas terminológicas estão atrelados as diversas áreas do conhecimento e a questões e movimentos sensíveis da sociedade que englobam a ciência, a educação, a saúde, a cultura, o meio ambiente e as múltiplas perspectivas de manifestações sociais.

Isso implica considerar grupos historicamente sub-representados na sociedade, como mulheres, pessoas negras e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, que frequentemente enfrentam diferentes formas de discriminação e marginalização. Nesse contexto, a biblioteca, ao não investir no conhecimento sobre a representação temática da informação, pode contribuir para a intensificação dessas sub-representações por meio do uso de terminologias discriminatórias, inadequadas ou desatualizadas.

Entre os grupos afetados por essas sub-representações estão as mulheres, que historicamente enfrentam processos marcados por resistências, retrocessos e avanços na busca por direitos e reconhecimento social. Assim, a biblioteca universitária deve atuar como aliada na promoção de alternativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e para o fortalecimento do reconhecimento social dos movimentos feministas.

Em razão da insuficiência de investimentos em políticas e atividades de indexação nas bibliotecas universitárias, o uso de terminologias inadequadas relacionadas às mulheres evidencia falta de conhecimento e de atenção a questões de gênero. Nesse contexto, torna-se

necessário que as bibliotecas e os campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação se preparem de forma mais consistente para o enfrentamento dessas questões, considerando que se trata de uma área composta majoritariamente por mulheres, mas que ainda reproduz determinadas formas de dominação masculina e práticas machistas. Essa realidade compromete a construção de uma atuação informacional em bibliotecas pautada em princípios democráticos, inclusivos e socialmente responsáveis.

Dessa forma, desenvolver uma pesquisa que aborde as bibliotecas universitárias em relação às políticas de indexação voltadas às questões de gênero constitui uma forma de refletir sobre a correção de injustiças terminológicas e, sobretudo, de analisar como a atuação das bibliotecas, por meio da indexação, pode contribuir para um tratamento mais equitativo das terminologias de gênero.

Diante dessa reflexão, esta tese tem como ponto de partida a seguinte questão: é possível propor uma revisão terminológica, fundamentada na realidade das bibliotecas universitárias federais brasileiras, que aborde as questões de gênero, com foco específico na categoria mulheres?

A justificativa desta tese abrange a relevância do tema, a importância do problema investigado e as razões que motivam a realização da pesquisa.

A relevância do tema está relacionada à necessidade de mobilizar as bibliotecas universitárias para compreender como desenvolvem as atividades de indexação voltadas às questões de gênero, especialmente no contexto das universidades federais. Além disso, destaca-se a importância de analisar as estruturas das políticas de indexação e a forma como as questões de gênero são incorporadas nessas práticas, aspecto ainda pouco desenvolvido no âmbito das bibliotecas universitárias.

A importância do problema investigado pode ser compreendida a partir de três aspectos. O primeiro refere-se à necessidade de realizar um diagnóstico sobre o uso da terminologia de gênero nas bibliotecas das universidades federais brasileiras. O segundo consiste na análise desse diagnóstico, considerando as estruturas das políticas de indexação e a maneira como os termos relacionados ao gênero são representados nessas instituições. O terceiro aspecto envolve a proposição de uma revisão terminológica de termos considerados inconsistentes, por não representarem adequadamente as questões de gênero em consonância com a literatura científica e os vocabulários controlados, evidenciando um distanciamento entre as práticas de indexação e as realidades vivenciadas pelas mulheres.

As razões que motivam a realização da pesquisa situam-se nos seguintes aspectos:

a) razão pessoal – em 2019, no decorrer dos processos terapêutico e de divórcio, decorrentes da saída de uma relação abusiva marcada por diferentes formas de violência, de gênero, psicológica, patrimonial, identificou-se a necessidade de estudar e pesquisar academicamente as questões de gênero, a fim de ampliar a compreensão sobre o tema.
b) razão profissional – o fato de atuar como bibliotecária de uma universidade federal e atuar no setor de organização e representação da informação, demanda um olhar sobre como representar adequadamente termos relacionados a gênero e outras temáticas a fim de qualificar a atividade como bibliotecária catalogadora e indexadora, incluindo a promoção de estratégias para fortalecer a atuação com a política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC);
c) razão acadêmica – produção de conhecimentos inéditos que englobem de modo articulado bibliotecas universitárias, política de indexação, representações terminológicas nas questões de gênero, permitindo a construção de uma tese que analise, faça o diagnóstico e proponha melhorias para as terminologias de gênero, com foco na categoria mulheres, em bibliotecas universitárias em nível nacional;
d) razão institucional – promoção de uma visão mais democrática nas bibliotecas universitárias em relação às representações temáticas da informação, compreendendo a indexação não apenas como uma atividade operacional, mas também como um processo que valoriza o trabalho profissional das indexadoras, especialmente no que se refere às questões de gênero;
e) razão social – incentivo para que as pesquisas acadêmicas contribuam, de forma técnica e estratégica, para a compreensão das bibliotecas como aliadas das mulheres na luta pela correção de injustiças históricas, evitando a reprodução do machismo ainda presente em representações terminológicas.

Na medida em que esta tese busca traçar uma fundamentação teórica sobre terminologia, questões de gênero, e políticas de indexação, indexação em bibliotecas universitárias, a pretensão é de propor uma revisão terminológica e contribuir para que a comunidade acadêmica observe no potencial da biblioteca universitária e nas atividades de indexação uma coordenação mais lógica em prol das questões de gênero com ênfase na valorização das mulheres.

O objetivo geral é investigar as terminologias das bibliotecas das universidades federais brasileiras em relação às questões de gênero, com ênfase especificamente na categoria

mulheres, visando a proposição de uma revisão terminológica em diálogo com as políticas de indexação.

Os objetivos específicos são:

a) discutir sobre terminologias contextualizadas aos fundamentos do campo da Ciência da Informação;
b) analisar as políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras;
c) identificar o conjunto de termos referentes às questões de gênero, especificamente na categoria mulheres, em catálogos dos sistemas de bibliotecas de universidades federais brasileiras, observando a consistência terminológica e a adequação dos processos de representação temática (indexação);
d) propor recomendações para revisão das atividades de indexação e aprimoramento das políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais, em relação às questões de gênero, com ênfase na categoria mulheres.

A hipótese desta tese é que a sub-representação das mulheres é um problema de estrutura social e essas inconsistências[1] se refletem tanto nos catálogos das bibliotecas como nas políticas de indexação das bibliotecas universitárias federais brasileiras.

Quanto ao anúncio das seções, a primeira é representada pela própria introdução que estabelece as bases propositivas da tese.

A segunda seção trata da origem da Terminologia a partir de quatro perspectivas: Filosofia, Linguística, campo autônomo e Ciência da Informação, expressando as múltiplas variações e possibilidades de diálogo.

A terceira seção aborda a terminologia na perspectiva da Ciência da Informação, considerando diversos aspectos como linguagens documentárias, organização da informação, usuários(as) e criação de produtos, mostrando que as terminologias podem atuar em diversos eixos da área desde a questão da organização e recuperação da informação, passando pela realidade da comunidade usuária e buscando a construção de produtos e serviços.

A quarta seção trata da terminologia do domínio gênero em diálogo com a Ciência da Informação, a partir de uma fundamentação sustentada por levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), que produz oito categorias de reflexão: fundamentos teóricos; produção e comunicação científica; mediação, competência e práticas informacionais;

[1] Omissões, ausências, distorções, vieses, traços de preconceitos nas questões relacionadas à categoria mulheres.

organização e representação da informação e do conhecimento; Biblioteconomia; Arquivologia; memória, cultura e identidade; e políticas públicas.

A quinta seção traz uma reflexão sobre políticas de indexação baseadas em duas seções secundárias, sendo a primeira abordando as perspectivas teóricas e conceituais das políticas de indexação e a segunda sobre políticas de indexação em bibliotecas universitárias em centros especializados de informação.

A sexta seção é a metodologia que é caracterizada do seguinte modo:

a) caracterização do objeto – se constitui de três focos de análise que se deram a partir dos seguintes aspectos: sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras; que possuem políticas de indexação; que tratam de questões de gênero;
b) caracterização da pesquisa – pesquisa quanto aos fins é descritiva, quanto aos meios é de revisão bibliográfica e quanto ao tratamento dos dados é de caráter qualitativo;
c) universo e amostra da pesquisa – o universo da pesquisa é constituído por 69 sistemas de bibliotecas de universidades federais; a amostra geral é de nove sistemas de bibliotecas universitárias federais apresentam manuais de políticas de indexação (UFAM, UFT, UFC, UFG, UFRJ, UFF, UFSC, UFRGS e FURG)[2]; a amostra específica é de três sistemas de bibliotecas universitárias federais que apresentam manuais de políticas de indexação que abordam as questões de gênero (UFC, UFRGS e FURG);
d) critérios de inclusão e exclusão – evocam que a centralidade da tese reside na abordagem sobre políticas de indexação de bibliotecas das universidades federais e busca nos catálogos das bibliotecas universitárias que possuem políticas indexação que abordam as questões de gênero;
e) instrumentos para coleta e análise de dados – considerada quatro etapas: existência das políticas de indexação nas bibliotecas das universidades federais brasileiras; que se constitui em um levantamento nas 69 universidades federais para identificar quais possuem políticas de indexação; análise das políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras que são

[2] Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

representadas pelos sistemas de bibliotecas das seguintes instituições: UFAM, UFT, UFC, UFG, UFRJ, UFF, UFSC, UFRGS e FURG; análise dos termos relativos a gênero nos catálogos online da UFC, UFRGS e FURG, de modo que são as três instituições que abordagem questões de gênero em suas políticas de indexação; proposta de revisão terminológica a partir da análise realizada nos catálogos online da UFC, UFRGS e FURG.

A sétima seção é a análise dos dados que seguiu quatro ritos que se complementam em termos de aprofundamento, a saber:

1) existência das políticas de indexação nas bibliotecas das universidades federais brasileiras;
2) políticas de indexação nas bibliotecas universitárias das universidades federais brasileiras que tratam das questões de gênero;
3) busca nos catálogos das bibliotecas universitárias das universidades federais brasileiras que possuem políticas de indexação e tratam de gênero que são: SiBi/UFC[3]; SBUFRGS[4]; e SiB da FURG[5];
4) proposta de revisão terminológica a partir dos termos inconsistentes, criando um produto que recomende dimensões assertivas de indexação de termos com ênfase nas questões de gênero.

A oitava seção é referente as considerações finais que apresentam as respostas para pergunta-problema, confirmação de objetivos, principais constatações da tese e perspectivas futuras.

[3] Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (SiBi-UFC).
[4] Sistema de Bibliotecas UFRGS (SBUFRGS).
[5] Sistema de Bibliotecas da FURG (SiB-FURG).

2 ORIGENS DA TERMINOLOGIA

Pensar sobre a Terminologia é uma tarefa complexa, em virtude de considerar dois contextos: a longa trajetória da Terminologia como prática milenar e a Terminologia como Ciência. Abordar as origens da Terminologia é uma busca para tornar essa complexidade mais passível de elucidação.

O linguista canadense Guy Rondeau[6] (1984) afirma que a Terminologia não é recente, mas remonta à história da humanidade, desde que se manifesta a linguagem, como encontro em presença de línguas de especialidade, a exemplo do repertório vocabular próprio dos(as) filósofos(as) gregos(as), a língua de negócios dos(as) comerciantes cretas, os vocábulos especializados de arte militar, entre outras manifestações.

A Terminologia se constitui em pelo menos quatro focos de origem: o primeiro é filosófico (referente à construção da linguagem no contexto histórico); o segundo é linguístico; o terceiro evoca elementos diversos que a constituem como disciplina autônoma; o quarto é concernente à Ciência da Informação.

Sobre o primeiro foco de origem, é pertinente atentar a influência da Filosofia da Linguagem para a Terminologia a partir dos seguintes pontos, conforme afirma a docente Susana Maria Duarte Martins (2015):

a) a Terminologia na Antiguidade, a partir da gênese sobre os questionamentos da definição – engloba os pensamentos de Sócrates e de Platão sobre a definição de coisa; Aristóteles sobre a definição essencial, o gênero e a diferença; estoicos com a proposta de um pré-estágio de definição; e os latinos;
b) a Terminologia na Idade Média, desenvolvida a partir de teorias terministas de orientação conceitual, envolve diferentes contribuições teóricas, como os estudos de Ramon Llull sobre a definição descritiva coessencial; as reflexões de William of Ockham acerca da teoria da propriedade dos termos; as contribuições de Jean Buridan relacionadas à teoria modernista das propriedades dos termos; além da tradição árabe e de outros desdobramentos das teorias clássicas sobre os termos e os conceitos;
c) a Terminologia na Idade Moderna, a partir das teorias cognitivas e conceituais para proposta de novas linguagens formais – abrange os pensamentos de Thomas

[6] Em conformidade com a política feminista de visibilidade das mulheres na ciência, na primeira citação de cada autoria foi utilizado o nome seguido do sobrenome, procedimento adotado tanto para autoras quanto para autores. Além disso, ao longo do texto, foi empregada linguagem inclusiva de gênero.

Hobbes sobre a doutrina nominalista; o grupo de Port-Royal, que compreende Blaise Pascal pela definição no contexto da "luz natural" e da "arte da persuasão", e Antoine Arnauld e Pierre Nicole sobre a lógica do grupo Port-Royal; John Locke sobre a definição no cerne do pensamento e da linguagem; Gottfried Wilhelm Leibniz na definição como elemento da epistemologia; Étienne Bonnot de Condillac na análise de ideias enquanto definição; e Immanuel Kant na teoria conceitual da *kritk* aplicada à definição;

d) a Terminologia na contemporaneidade desenvolve-se a partir do surgimento da Filosofia da Linguagem, em um contexto marcado pela consolidação das Ciências e de suas metodologias. Nesse cenário, destacam-se as contribuições de John Stuart Mill sobre o ressurgimento do debate nominalista; de Gottlob Frege acerca das noções de sentido e referência; de Heinrich Rickert no campo da formação e análise conceitual; e de Ludwig Wittgenstein, especialmente pela concepção de que o sentido das palavras está relacionado ao seu uso nos diferentes contextos de linguagem.

A Filosofia no contexto da linguagem é base milenar que sustenta a origem e o desenvolvimento da Terminologia como prática e promove as condições para o advento da Terminologia como Ciência na Contemporaneidade. A Terminologia é abordada no processo histórico nas mais diversas tradições, a exemplo da europeia, asiática, arábica e latina por meio das contribuições de filósofos(as), o que mostra que a Terminologia se estabelece como um ramo filosófico e linguístico.

Considerando as bases histórico-filosóficas, é possível identificar pelo menos três elementos fundamentais para a origem e o desenvolvimento da Terminologia: a representação do conhecimento, a definição e o conceito.

Sobre a representação do conhecimento, Cláudia Augusto Dias (2000) afirma que a Terminologia, para a Filosofia, é um conjunto de unidades cognitivas que representam o conhecimento especializado, sendo, portanto, uma forma de conhecer.

Existe uma troca cognitiva entre Filosofia e Terminologia na medida em que a primeira estrutura os fundamentos da segunda e a segunda contribui para o fortalecimento conceitual da primeira e essa troca tem como principal sentido a característica da Terminologia na produção de mecanismos para compreensão do conhecimento que se configura em um dos objetos chaves da Filosofia.

No que se refere ao termo definição, cada autoria designada, em cada período histórico, possui uma definição própria. Entretanto, aqui a ênfase é na definição de

Aristóteles, por ser uma das mais inspiradoras para o pensamento filosófico-científico moderno e contemporâneo.

Ao tratar sobre a noção de definição, em *Analíticos Posteriores*, volume três da obra *Órganon*, Aristóteles (1985) afirma que a definição dos termos deve compor o seguinte ritual: fornecimento da essência da definição; não deve ser circular; não deve ser negativa quando há a possibilidade de ser positiva; e não deve ser expressa em linguagem figurativa ou obscura.

Aristóteles insere tais procedimentos para verificar que a definição demanda um conjunto de demonstrações lógicas, visando o favorecimento dos processos de comunicação, do significado dos termos, da compreensão sobre a investigação e da construção do conhecimento científico.

Com relação ao conceito, é um dos pontos de partida e de chegada da Filosofia, pois, conforme indicam Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010), a Filosofia é a arte de criar conceitos. Por outro lado, a Terminologia toma como ponto de partida os conceitos.

No contexto filosófico, a Terminologia é a atividade que implica na relação entre conceitos e termos e como essas relações produzem sentidos para constituição de características e inferências dos objetos. Logo, a Terminologia, quando pensa a relação entre os conceitos e os termos, busca uma (re)contextualização que possibilite uma representação adequada do conhecimento.

Portanto, a Filosofia é terreno fértil para a criação de conceitos e construção de conhecimentos que vão contribuir para o desenvolvimento de outros campos, incluindo a Ciência da Informação, que dialoga com a Filosofia a partir de diversas temáticas informacionais, como a Organização da Informação e do Conhecimento, a ética da informação, a política de informação, a mediação da informação, entre outros. No caso da Terminologia, a Filosofia estabelece como contribuição a partir de um cuidadoso olhar sobre a linguagem de diversos(as) filósofos(as) da Antiguidade à Contemporaneidade que contempla questões referentes ao conhecimento, a definição e ao conceito.

No que se refere ao segundo foco de origem, a Linguística é um campo do conhecimento que contribuiu significativamente para o fortalecimento da Terminologia, a partir da proposição de fundamentos epistemológicos e metodológicos.

No que se refere aos fundamentos epistemológicos, destacam-se diferentes definições de Terminologia no campo da Linguística:

a) para Maria Aparecida Barbosa (1992), a Terminologia corresponde ao conjunto de palavras técnicas e científicas que compõem o vocabulário específico de uma

ciência, tecnologia, pesquisador(a), grupo de pesquisadores(as) ou área do conhecimento;

b) segundo Maria da Graça Krieger (2000), a Terminologia possui dupla conceituação: refere-se tanto ao componente lexical característico das comunicações especializadas quanto ao campo de estudos teóricos e metodológicos voltado ao sistema denominativo das ciências e das técnicas;
c) de acordo com Maria Tereza Camargo Biderman (2001), a Terminologia constitui um subconjunto do léxico de uma língua, formado por unidades lexicais relativamente homogêneas, predominantemente substantivos, mas também adjetivos, verbos e alguns advérbios, relacionados a um domínio específico e associados à função referencial da linguagem;
d) para Enilde Faulstich (2001), a Terminologia pode ser compreendida a partir de duas perspectivas: a geral, de caráter unívoco, e a variacionista, que considera os termos inseridos em diferentes situações comunicativas e na diversidade das línguas;
e) Silvia Pavel e Diane Nolet (2002, p. xvii) definem a Terminologia como uma "disciplina linguística consagrada ao estudo científico dos conceitos e termos usados nas línguas de especialidade";
f) conforme Lothar Hoffmann (2004), a Terminologia é uma disciplina atualmente integrada à Linguística Aplicada e dedicada ao estudo das linguagens especializadas;
g) para Maria de Lourdes Rossi Remenche (2010), a Terminologia dedica-se à observação e ao estudo do léxico e das relações de significado dos signos terminológicos.

Os conceitos apresentados indicam diferentes perspectivas de abordagem sobre a Terminologia, tanto referente ao processo histórico, quanto às múltiplas abordagens da Linguística.

Barbosa (1992) simplifica a Terminologia ao vocabulário técnico-científico de um determinado campo do conhecimento. Krieger (2000) apresenta a Terminologia em uma perspectiva teórico-metodológica, aplicada à dimensão técnico-científica. Biderman (2001) circunscreve a Terminologia como disciplina atrelada à Lexicologia, sendo esta mais ampla do que aquela. Faulstich (2001) observa a Terminologia sob uma dimensão estrita (geral) e ampla (variacionista), buscando um aprofundamento da Terminologia enquanto disciplina linguística. Pavel e Nolet (2002) compreendem a Terminologia em um sentido convencional

diante da condição dos conceitos e termos utilizados em línguas de especialidade. Hoffmann (2004) afirma a Terminologia como disciplina da Linguística Aplicada, considerando o estudo de linguagens especializadas. Remenche (2010) também associa a Terminologia à perspectiva léxica, acrescentando as relações de significações dos signos.

Em um contexto geral, as autorias expostas indicam convencionalmente a Terminologia como disciplina atrelada aos estudos das palavras, dos signos, dos conceitos e dos termos de contextos técnico-científicos aplicados às línguas, bem como o significado das relações entre palavras, signos, conceitos e termos. Vale destacar o argumento de Faulstich (2001) quando trata da Terminologia variacionista, que amplia os estudos terminológicos e não os insere como ramos da Lexicologia, como fez Biderman (2001).

Nos fundamentos metodológicos, a Terminologia é abordada no campo da Linguística do seguinte modo, conforme afirmam Stefan Grondelaers e Dirk Geeraerts (2003, p. 69, tradução nossa):

> A semasiologia considera a palavra isolada e o modo como seus significados se manifestam, enquanto a onomasiologia olha as designações de um dado conceito, isto é, a multiplicidade de expressões que formam um conjunto. A diferença entre a semasiologia e a onomasiologia, então, equivale à diferença entre significado e nome: a semasiologia toma como ponto de partida a palavra como forma e registra os significados que podem ocorrer com aquela palavra; a onomasiologia toma como ponto de partida um conceito e investiga quais as diferentes expressões pelas quais um conceito pode ser designado ou nomeado, como tesauros, ontologias e terminologias.

O processo onomasiológico está relacionado à criação de novos termos, enquanto o processo semasiológico se concentra no uso de métodos lexicográficos e lexicológicos. A lexicografia dedica-se à organização do repertório lexical de uma língua, com a finalidade de elaborar dicionários, glossários e vocabulários. Já a lexicologia corresponde ao estudo científico das palavras de uma língua em seus diferentes aspectos.

Outra diferença entre esses processos refere-se à relação com o conceito. O processo onomasiológico parte do conceito para buscar sua denominação, sendo, portanto, externo ao conceito. Em contrapartida, o processo semasiológico parte da palavra para compreender seus significados, sendo interno ao conceito, uma vez que uma mesma palavra pode apresentar polissemia, isto é, possuir dois ou mais significados em diferentes contextos.

Em síntese, a origem linguística é fundamental para a consolidação da Terminologia como disciplina científica, considerando que a Linguística serviu de base para o desenvolvimento de estudos terminológicos em diferentes áreas do conhecimento, inclusive na Ciência da Informação.

Por fim, um terceiro eixo de origem da Terminologia considera elementos importantes para sua consolidação como disciplina autônoma: a existência de estudiosos(as) e pesquisas sobre Terminologia; a criação de escolas e cursos especializados; e a constituição da Terminologia como atividade teórico-metodológica.

Em relação ao primeiro elemento, é comum a compreensão de que a Terminologia se consolidou cientificamente a partir da Linguística, em meados do século XX, devido à consolidação da Linguística como campo científico e à incorporação da Terminologia como objeto de seus estudos. Contudo, a Terminologia já existia anteriormente como atividade técnico-científica, antes mesmo da consolidação da Linguística.

A origem da Terminologia como disciplina pode ser relacionada a dois grandes grupos de estudos:

a) no século XVIII, destacam-se os trabalhos de Antoine Lavoisier e Berthold, na Química, além de Carl Linnaeus, na Botânica e Zoologia. Segundo María Teresa Cabré (1993), esse movimento fortaleceu-se no século XIX, quando o avanço das ciências levou pesquisadores(as) a buscar regras para formação dos termos especializados, especialmente em congressos internacionais de botânicos(as), zoólogos(as) e químicos(as);
b) no século XX, destacam-se os estudos de Eugen Wüster (1970, 1998), que definiu a Terminologia a partir de três perspectivas: como sistema de conceitos de um domínio especializado; como teoria relacionada às linguagens especializadas; e como conjunto de princípios gerais aplicáveis a diferentes domínios e línguas, formulando a Teoria Geral da Terminologia.

A consolidação da Terminologia como disciplina autônoma ocorreu principalmente a partir das contribuições de pesquisadores(as) das áreas de Química, Botânica, Zoologia e Engenharia, entre os séculos XVIII e XX. Enquanto os estudos dos séculos XVIII e XIX enfatizavam a Terminologia como produto técnico, os trabalhos de Wüster passaram a defendê-la explicitamente como disciplina técnico-científica. Conforme destaca Cabré (1993), a partir da década de 1950 a Terminologia deixou de ser apenas um instrumento de padronização de termos para assumir também uma função comunicacional.

Quanto ao segundo elemento, destacam-se três escolas de formação em Terminologia: soviética, tcheca e austríaca. Segundo Maria de Lourdes Rossi Remenche (2010), a escola soviética teve como principal representante Dmitriĭ Semenovich Lotte (1889–1950), priorizando os aspectos sistêmicos dos conceitos; a escola tcheca, também conhecida como escola de Praga, representada por Lubomir Drodz, possuía forte base linguística; e a

escola austríaca ou de Viena teve como marco fundador a tese de doutorado de Eugen Wüster (1898-1977).

As escolas soviética e austríaca, especialmente a segunda, foram fundamentais para o reconhecimento da Terminologia como disciplina autônoma, por proporem fundamentos próprios para a área. A escola soviética foi pioneira na institucionalização dos estudos técnicos em Terminologia, considerando as relações conceituais na construção de termos técnico-científicos. Para Rondeau (1984), Dmitriĭ Semenovich Lotte é considerado o "pai da Terminologia".

De acordo com Remenche (2010), o marco da escola austríaca foi a tese de Wüster, defendida em 1931 e publicada em 1970. A escola de Viena atribuiu grande importância à dimensão conceitual e difundiu a ideia de univocidade terminológica, baseada nos princípios de monossemia e exclusividade designativa.

Além disso, a escola austríaca teve papel importante na institucionalização da Terminologia em organismos internacionais. Conforme Cabré (1993), a versão russa da tese de Wüster influenciou diretamente a criação do Comitê Técnico 37 – Terminologia (TC37) da International Standardization Association, instituição precursora da International Organization for Standardization (ISO).

No que se refere ao terceiro elemento, observa-se que os debates e eventos ocorridos entre os séculos XIX e XX contribuíram para a consolidação de teorias, metodologias e fundamentos da Terminologia, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Esses estudos passaram a ser desenvolvidos tanto por pesquisadores(as) vinculados(as) a áreas específicas do conhecimento quanto por estudiosos(as) com atuação interdisciplinar.

Para Mario Barité e Mirtha Rauch (2022), entre as principais correntes teóricas e metodológicas da Terminologia, destacam-se:

a) Teoria Geral da Terminologia (TGT): corresponde à concepção clássica proposta por Eugen Wüster em sua tese de doutorado, defendida em 1931 e publicada posteriormente em Wüster (1970). Essa teoria concentra-se especialmente nos campos especializados das Ciências e da Tecnologia;
b) Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT): proposta por Cabré (1993), reconhece os termos como expressões da linguagem natural e amplia a atuação da Terminologia para diferentes campos especializados. Em Cabré (2005), a TCT é apresentada a partir de três perspectivas: perspectiva social: refere-se às características que o trabalho terminológico deve possuir para atender às necessidades comunicativas de profissionais e usuários(as); perspectiva cognitiva:

relaciona-se ao conhecimento do domínio especializado estudado, considerando que a compreensão da área é fundamental para identificar e estruturar sua Terminologia; perspectiva linguística: envolve a descrição dos atos comunicativos especializados, a compreensão do funcionamento da Terminologia na linguagem natural e o desenvolvimento de aplicações terminológicas, como glossários, voltadas a diferentes necessidades comunicacionais;

c) socioterminologia: proposta por François Gaudin (1993), introduz a diversidade como conceito central para compreender e promover o diálogo entre especialistas e usuários(as) das terminologias;
d) Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TSCT): desenvolvida pela terminóloga belga Rita Temmerman (2000), aplica métodos das ciências cognitivas à Terminologia. Essa teoria apresenta uma perspectiva crítica à TGT, especialmente ao princípio da univocidade, segundo o qual um termo deve corresponder a um único conceito. Como alternativa, a TSCT propõe o uso de analogias e metáforas adaptadas ao tipo de texto e ao público, buscando tornar os textos mais acessíveis e didáticos. Um exemplo é o uso de elementos literários em textos acadêmicos;
e) Teoria da Terminologia Cultural (TTC): proposta por Marcel Diki-Kidiri e Rodrigue Bigoundou (2009), possui dois objetivos principais: contribuir para o desenvolvimento de uma teoria terminológica que considere a diversidade cultural e preserve as identidades das diferentes comunidades; e desenvolver metodologias para criação, produção e aplicação de terminologias voltadas à valorização das línguas e culturas africanas.

Com relação ao desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa, a Terminologia segue duas principais abordagens:

a) pesquisa sistemática (macroestrutural) – envolve a identificação, sistematização e análise dos fundamentos teóricos e epistemológicos que sustentam a existência, a validade e o uso de termos compartilhados por determinada comunidade discursiva, bem como a apresentação da terminologia de uma área do conhecimento. Essas pesquisas seguem normas e métodos estabelecidos pelo Comitê Técnico ISO/TC 37 – Linguagem e Terminologia, entre elas a ISO 704 – *Terminology work: principles and methods* (International Organization for Standardization, 2022). Esse tipo de pesquisa contribui para a elaboração de produtos como dicionários, glossários e bancos de dados terminológicos, conforme discutem Jean-Claude Corbeil (1973), Juan Carlos Sager (1990), Maria da Graça

Krieger e Maria José Bocorny Finatto (2004), além de Cleci Regina Bevilacqua (2017);

b) pesquisa pontual (microestrutural) – consiste em uma técnica voltada à investigação de um termo ou de um conjunto restrito de termos pertencentes a determinada área do conhecimento, com o objetivo de atender a uma necessidade imediata de um(a) usuário(a), conforme apontam Tina Célestin, Gilles Godbout e Pierrette Vachon-L'Heureux (1984), bem como Marie-Claude L'Homme (2004). Esse tipo de pesquisa também envolve a análise do significado de um termo, a definição do termo mais adequado para representar um novo conceito, a validação do uso terminológico e a busca de equivalentes ou aproximações terminológicas em outros idiomas.

Robert Dubuc (1999) aponta três vantagens da pesquisa pontual: solução para problemas urgentes de tradução e escrita; oportunidade de utilização dessa pesquisa como um treinamento, colocando o(a) futuro(a) terminológo(a) em contato direto com os(as) usuários(as) e suas necessidades; possibilidade de estudo e aprofundamento da documentação existente em um determinado domínio.

Barité e Rauch (2022) acrescentam como vantagem da pesquisa pontual a possibilidade de resolver rapidamente problemas de designação, de conceituação, de tradução e de precedência histórica ou etimológica, continuamente apresentados por neologismos.

Em pesquisas sistemáticas, é importante destacar que podem surgir diferenças no uso de termos para representar entidades ou fenômenos estudados. Isso acontece porque existem diferentes correntes de pensamento, abordagens e interpretações sobre o alcance e as características dos objetos de estudo. Um exemplo é o conceito de mediação, que pode ter significados distintos em áreas como o Direito, a Comunicação e a Ciência da Informação.

Portanto, a Terminologia possui uma espécie de autonomia disciplinar, tendo em vista que constituiu estudos e escolas acadêmicas, especialmente na primeira metade do século XX, que fundamentaram produção de teorias e aplicações que institucionalizaram o fazer terminológico, ainda que em muitos casos a Terminologia como objeto de estudos esteja alinhada a diversas áreas do conhecimento (Química, Biologia, Linguística, Ciência da Informação etc.).

A origem da terminologia na Ciência da Informação considerada os seguintes vínculos: um procedimental, ligado à indexação, e um finalístico, ligado aos processos de recuperação da informação. As origens da terminologia relacionadas à indexação e a recuperação da informação remontam os anos 1950 e 1960 em que as pesquisas sobre

recuperação da informação e indexação cresciam na Ciência da Informação e tal entre as ambas as atividades já começava a ser estabelecida, visto que indexação/terminologias e recuperação da informação são atividades de caráter meio (representação) e fim (obtenção), respectivamente.

Essas origens foram se aperfeiçoando no final do século XX e início do século XXI com o desenvolvimento dos sistemas de recuperação da informação digital e as atividades de indexação manual, digital ou mista, ou seja, o aperfeiçoamento da indexação está ligado ao desenvolvimento dos sistemas de recuperação da informação e o aperfeiçoamento da recuperação está na qualidade da indexação, especialmente em níveis de exaustividade e especificidade.

De acordo com Regina Helena Van der Laan (2002), no âmbito procedimental, a Terminologia dedica-se ao estudo do léxico especializado, tendo o termo como principal objeto de análise. Entre suas funções, destacam-se a compilação e o armazenamento de termos, compreendidos como unidades lexicais especializadas. Além disso, a Terminologia também atua no nível sintático-semântico, considerando as especificidades de cada área do conhecimento, conforme discutido por Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Marilda Lopes Ginez de Lara e Nair Yumiko Kobashi (1992).

Por sua vez, a indexação consiste em um processo de representação temática da informação, fundamentado na análise de assunto. Esse processo envolve etapas como a leitura documentária para análise do conteúdo, a identificação de conceitos, a seleção de conceitos e a tradução desses conceitos em termos representativos da informação.

Conforme Isadora Victorino Evangelista, Walter Moreira e João Batista Ernesto de Moraes (2015, p. 143):

> A indexação e a construção de terminologias são tarefas que podem ser agrupadas sob o denominador comum da identificação, descrição e controle das relações conceituais que os termos estabelecem entre si. Desse modo, ambas também se preocupam com a análise conceitual enquanto recurso para a efetiva compreensão dos conceitos em si mesmos.

No campo da Ciência da Informação, a indexação sem a terminologia é incompleta, pois as atividades de análise de assunto e tradução de conceitos ficam comprometidas e a terminologia sem a indexação não estabelece uma representação temática alinhada aos campos especializados do conhecimento.

Logo, o grande ponto aglutinador entre terminologia e indexação é a relação conceitual que os termos estabelecem entre si, sendo essa relação conceitual compreendida a partir de uma análise dos conceitos dos campos especializados que possam gerar traduções

precisas e adequadas aos campos especializados do conhecimento.

Outra relação entre terminologia e indexação está na qualidade da indexação, especialmente exaustividade e especificidade, que demandam construções terminológicas que favoreçam uma adequada representação temática da informação. Conforme alguns elementos da literatura em Ciência da Informação, terminologia e exaustividade/especificidade estão relacionadas do seguinte modo:

a) Luana Farias Sales; Maria Luiza de Almeida Campos; Hagar Espanha Gomes (2008) – na terminologia, a ênfase é dada ao desenvolvimento de glossários, que são instrumentos de padronização de termos de uma dada especialidade ou domínio; no que se refere a um domínio, deve então ser exaustivo; termos referentes a uma especialidade devem ser tão específicos quanto a dada especialidade;
b) Brígida Maria Nogueira Cervantes (2009) – os possíveis termos novos são registrados em fichas de coleta que podem incluir suas definições, (se existentes), contextos de uso, fonte, domínio, responsável pelo preenchimento e data; a exaustividade deve considerar os contextos de uso, fonte e domínio com o uso de termos correspondente à política de indexação; a especificidade indica que os contextos de uso, fonte e domínio revelem precisão terminográfica para representação;
c) Elaine Cristina Domingues Martins e Tatiana Carvalho (2014) – uma terminologia especializada traz subsídios ao(à) indexador(a) para representar com maior precisão os documentos que estarão disponíveis em bases de dados para a comunidade científica realizar suas buscas; a exaustividade é uma atividade que subsidia o trabalho do indexador; a especificidade é uma atividade que subsidia o trabalho do indexador, além de estar diretamente relacionada à precisão da representação da informação;
d) Mariângela Spotti Lopes Fujita *et al*. (2016) – a linguagem de indexação deve possuir terminologia específica que representa todas as áreas de conhecimento, além de prever a inclusão constante e atualizada de novos termos sem perder a flexibilidade do sistema; a exaustividade deve subsidiar o trabalho do(a) indexador(a) no reconhecimento da pluralidade das áreas do conhecimento, conforme recomendação quantitativa e qualitativa de termos estabelecidas pela política de indexação; a especificidade deve contemplar precisão na representação por meio da constante atualização terminológica.

Terminologia e indexação são atividades complementares. A terminologia fortalece a indexação no campo da Ciência da Informação, pois o(a) indexador(a) precisa conhecer os termos utilizados nas diferentes áreas do conhecimento para realizar uma análise de assunto adequada e traduzir corretamente os conceitos presentes nos documentos. Nesse contexto, a terminologia permite representar os conceitos de forma sintética e precisa, o que contribui para maior precisão na representação temática da informação e, consequentemente, para melhorar o processo de recuperação da informação.

No que se refere ao vínculo finalístico, a relação entre terminologia e indexação está diretamente associada à efetiva recuperação da informação. Esse processo depende, principalmente, de dois fatores: uma adequada representação temática por meio de termos precisos e o alinhamento dessa representação com a estrutura do sistema de recuperação da informação utilizado. Nesse sentido, é fundamental o uso de uma linguagem de indexação que articule as relações conceituais com o funcionamento do sistema de recuperação da informação.

A partir de um diálogo com Frederick Wilfrid Lancaster (1993), referente à função da elaboração de índice e resumos no quadro mais amplo da recuperação da informação, as autoras Gercina Ângela de Lima e Maria Luiza de Almeida Campos (2022) relatam que o autor sugere o uso do vocabulário controlado para padronizar a terminologia utilizada pelo(a) autor(a) com a do(a) usuário(a) em sua busca no sentido de que esses termos atribuídos pelo(a) indexador(a) tornam-se pontos de acesso utilizados para a recuperação dos itens bibliográficos, compreendendo que uma característica comum nesses esquemas são os processos de análise de assunto e tradução, que podem ocorrer tanto na entrada (na representação), quanto na saída (recuperação da informação), sendo possível notar que o esquema de Lancaster inclui a especificação e a diferenciação de bases de dados em forma impressa ou eletrônica.

A qualidade da recuperação da informação depende de diferentes fatores, como a estrutura do sistema de recuperação, as estratégias de busca utilizadas pelos(as) usuários(as) e, principalmente, da qualidade dos níveis de representação da informação, que são influenciados pelas práticas de indexação e pela construção de terminologias. Nesse contexto, a recuperação da informação tende a ser mais eficiente quando os termos utilizados representam de forma adequada o assunto do documento, permitindo uma recuperação mais precisa e sintética, com maior proporção de documentos relevantes entre os resultados obtidos.

Um ponto de convergência entre a qualidade da indexação, incluindo a representação terminológica, e a recuperação da informação está relacionado aos interesses e às demandas

da comunidade usuária. Nesse sentido, Valdenise César Garcia e Franciele Marques Redigolo (2020, p. 15-16) afirmam que:

> Acredita-se que uma indexação realizada com eficiência trará bons frutos para a recuperação da informação, mas, para que isso ocorra, as preferências e opiniões dos usuários quanto ao grau de especificidade com que os documentos são tratados devem ser consideradas, para que suas expectativas de recuperação da informação sejam alcançadas, pois só assim a recuperação da informação poderá ser condizente com o assunto pesquisado, visto que a forma como o documento é indexado, com maior ou menor especificidade, influenciará na recuperação da informação, de maneira que o usuário poderá obter resultados mais ou menos precisos.

No processo de indexação, a qualidade do grau de especificidade depende de um diálogo com a comunidade usuária, especialmente, aqueles que possuem especialidades nas áreas do conhecimento correspondentes às produções terminológicas a fim de ponderar a especificidade e precisão dos termos para buscas que permitam recuperações da informação mais enxutas e relevantes.

A terminologia é um elemento estratégico para os processos de organização, busca, acesso, recuperação e uso da informação, pois é a partir da produção terminológica que constitui a representação conceitual que é possível firmar uma representação temática que possibilite a estruturação de condicionantes para uma recuperação em sistemas de recuperação da informação.

A terminologia na Ciência da Informação é enveredada por meio de apropriações conceituais da Terminologia ligada à Linguística e a Terminologia enquanto disciplina do conhecimento autônomo que permite a produção de fundamentos e práticas para a organização da informação, especialmente em nível de indexação que delimite as condições para a recuperação da informação.

3 TERMINOLOGIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A seção 3 busca um diálogo conceitual e aplicado sobre as diversas manifestações da Terminologia no campo da Ciência da Informação. Para tanto, é dividida nas seguintes seções: Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias (sentido geral) e Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias com ênfase na indexação (sentido específico), Terminologia na perspectiva da Organização da Informação; Terminologia na perspectiva dos(as) usuários(as); Terminologia na perspectiva da criação de produtos (normas terminológicas, tesauros, dicionários, glossários e cabeçalhos de assunto).

3.1 TERMINOLOGIA NA PERSPECTIVA DAS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

A Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias constitui a base do processo de organização documentária e de conexão entre ambientes de informação e de comunidades de usuários(as).

Marilda Lopes Ginez de Lara (2004) afirma que a Linguagem Documentária é referente não somente ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica, a exemplo de sistemas de classificação enciclopédicos ou facetados e tesauros, como também designa com mais amplitude e completude a linguagem construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação.

Para compreensão da Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias, é válido iniciar com a seguinte pergunta: qual o ponto de partida que define a relação entre Terminologia e Linguagem Documentária? É a partir desta resposta que a relação entre ambos os termos conquista contornos tecnicamente estruturados.

Antes, porém, vale ressaltar a pertinência de compreensão sobre as Linguagens Documentárias a partir do diálogo com Anna Maria Marques Cintra *et al.* (2002) sob dois fundamentos, o primeiro relacionado à origem e o segundo à definição de Linguagens Documentárias.

O advento das Linguagens Documentárias surge no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, de acordo com Cintra *et al.* (2002), entre as décadas de 1950 e 1960, com a mudança do enfoque e da conceituação da recuperação da informação em abandono à perspectiva preferencial de recuperação bibliográfica e normalização classificatória e descritiva, buscando a construção de linguagens denominadas documentárias.

Como as Linguagens Documentárias surgem com a necessidade imperiosa de representação e controle de vocabulários, Cintra *et al.* (2002) entende que são sistemas simbólicos instituídos que visam facilitar a comunicação entre o(a) usuário(a) e o sistema.

Em princípio, Boccato e Fujita (2010) asseguram que as Linguagens Documentárias devem ser construídas com base na Terminologia de uma área por meio de categorias e subcategorias delimitadas, a partir de relações sintático-semânticas de termos precisos, explícitos e bem definidos.

Neste sentido, há pelo menos três elementos que definem as Linguagens Documentárias em um olhar dialógico com a Terminologia. O primeiro é a estruturação de vocabulários devidamente controlados; o segundo é a dinamização do processo de recuperação da informação; e o terceiro é o processo de comunicação entre usuário(a) e sistema.

O primeiro é a constituição das linguagens documentárias como sistema terminológico. O segundo é a linguagem documentária como mecanismo de adequada aplicação ao(à) usuário(a). O terceiro, em sentido mais amplo e complementar aos dois primeiros, indica a atividade de eficácia das linguagens documentárias junto ao(à) usuário(a).

Desse modo, respondendo à pergunta sobre qual o ponto de partida que define a relação entre Terminologia e Linguagem Documentária, Lara (2004) afirma que o diálogo entre Linguagens Documentárias e a Terminologia nasce da condição do público de um sistema reconhecer - ou ter condições de conhecer o que está sendo veiculado, o que diz respeito à linguagem.

Neste sentido, se a Linguagem Documentária tem a ver com vocabulário controlado, recuperação da informação e comunicação sistema-usuário(a), significa dizer que não há Linguagem Documentária sem o elemento humano ou, mais precisamente, entre a linguagem humana e os termos/conceitos produzidos para conciliar/adequar o processo comunicacional entre Linguagens Documentárias e as Linguagens Naturais do(a) usuário(a), visando uma adequada recuperação da informação.

Ocorre que a conciliação/adequação entre Linguagens Naturais e Linguagens Documentárias não se constitui como tarefa simples. Inicialmente, pelo fato de que nas Linguagens Naturais as palavras podem definir múltiplos significados, o que pode comprometer a precisão do controle das Linguagens Documentárias no processo de indexação e recuperação da informação e mais amplamente na comunicação sistema-usuário(a). Conforme Renato Beluche (2008), a Terminologia desempenharia um papel de destaque no estudo e na elaboração dos vocabulários controlados.

A Terminologia serve para regular o procedimento de estruturação dos vocabulários,

assim como para tornar os processos de recuperação da informação do(a) usuário(a) e da comunicação sistema-usuário(a) mais eficaz em uma determinada compreensão informativa.

A Terminologia agrega valor às Linguagens Documentárias para estabelecer uma normalização dos vocabulários, no sentido de estabelecer um ciclo que possibilite a transformação de conhecimentos e/ou de dados técnicos em informação e, posteriormente, a transformação dessa informação em novos conhecimentos.

Em síntese, não há Linguagem Documentária sem Linguagem Natural, assim como não há Linguagem Natural sem a existência do(a) usuário(a). Assim, para que haja comunicação eficaz entre o sistema de informação e o(a) usuário(a), é necessário um vocabulário específico que organize e regulamente as Linguagens Documentárias, tornando-as acessíveis para a busca, recuperação, uso e apropriação da informação pelos(as) usuários(as).

3.1.1 Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias com ênfase na indexação

A Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias com ênfase na indexação é um dos pilares desta pesquisa, visto a proximidade das nomenclaturas com a atividade do tratamento temático da informação cuja condição está vinculada à indexação.

Para compreensão mais holística sobre Linguagem Documentária no âmbito da indexação, é fundamental a compreensão de três conceitos que se vinculam e se complementam de certo modo hierarquicamente:

a) tratamento da informação – compreende o conjunto de disciplinas, técnicas, métodos e processos relacionados à descrição física e temática dos documentos; ao desenvolvimento de instrumentos, como códigos, linguagens, normas e padrões utilizados na representação da informação; e à criação e implementação de estruturas físicas ou bases de dados destinadas ao armazenamento de documentos, como fichas e registros eletrônicos. Esse campo envolve disciplinas como classificação, catalogação e indexação, além de especialidades derivadas ou associadas a essas práticas, como metadados e ontologias, conforme afirmam Eduardo Wense Dias e Madalena Martins Lopes Naves (2007);
b) o tratamento temático da informação – engloba a análise, a descrição e a representação do conteúdo dos documentos (Barité, 2000);

c) indexação – processo destinado a identificar e a descrever ou a caracterizar o conteúdo informativo de um documento mediante a seleção das matérias sobre as quais trata (indexação sintética) ou dos conceitos presentes (indexação analítica), com o objetivo de representar o conteúdo dos documentos para garantir recuperação eficaz diante do processo de busca, de acordo com Miguel Ángel Esteban Navarro (1999) ou, mais objetivamente, envolve dois aspectos: o primeiro relacionado à determinação do assunto e o segundo à sua especificação, conforme Marisa Brascher e José Augusto Chaves Guimarães (2018).

Esses conceitos são relevantes na medida em que a Terminologia é aplicável a todos os contextos do tratamento da informação, em especial no tratamento temático, ainda que seja comum a realização simultânea de tratamento temático (indexação) e descritivo (catalogação) da informação, o que gera a perspectiva de contribuição da Terminologia para o tratamento da informação como um todo.

Martins e Carvalho (2014) afirmam que uma terminologia especializada oferece subsídios ao(à) indexador(a) para representar os documentos com maior precisão. Essa representação contribui para a organização de informações em bases de dados, catálogos e repositórios, facilitando as buscas realizadas pela comunidade científica.

Diante da citação acima, vale a pergunta: em quais possibilidades é possível pensar contribuições da Terminologia para as práticas de indexação? Aqui é possível elencar pelo menos dois aspectos: em sentido estrito, as linguagens de indexação; e em sentido amplo, as políticas de indexação.

No sentido estrito, a linguagem de indexação é aqui definida como "vocabulário controlado utilizado para a representação temática dos assuntos contidos nos documentos e a recuperação dos documentos assim indexados" (Barité *et al.*, 2015, p. 95, tradução nossa), sendo utilizadas, conforme Cintra *et al.* (2002), em um sistema, em dois momentos: na entrada (análise do recurso que se pretende inserir no sistema para que seja realizada a representação mediada pela linguagem de indexação) e na saída (busca de informação para que o(a) usuário(a) expresse sua necessidade de informação por meio do uso de termos da linguagem de indexação).

A ideia da linguagem de indexação, definida implícita ou explicitamente por meio terminológico, não é um fenômeno novo na Ciência da Informação. Phyllis Baxendale (1966) indica que a necessidade de controle terminológico está implícita no termo linguagem de indexação, enquanto Blanca Gil Urdiciain (2004) define a linguagem de indexação como formas artificiais de linguagem que têm por princípio o controle terminológico e o propósito

de aperfeiçoar o acesso à informação com bases teóricas metodológicas advindas da Linguística Geral, da semântica estrutural, da sintaxe, da Terminologia e da Linguística Textual.

A influência do controle terminológico depende muito do tipo de linguagem de indexação utilizada. Há instituições que utilizam linguagens de indexação próprias, como é o caso da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), denominada "Terminologia de Assuntos", estruturada com base na *Library of Congress Subject Headings*.

Na linguagem de indexação pré-coordenada, os conceitos abrangidos pela linguagem são combinados pelo(a) indexador(a) no momento da representação do assunto do documento, que estabelece a ordem dos termos/ordem de citação a partir de sua percepção sobre qual será a estratégia de busca do(a) usuário(a), mas, principalmente, a partir de regras determinadas, a exemplo das categorias de Ranganathan (PMEST – **P**ersonalidade, **M**atéria, **E**nergia, E**s**paço e **T**empo), e do próprio sistema. Já a linguagem de indexação pós-coordenada permite que a combinação dos termos seja feita pelo(a) usuário(a) no momento da elaboração da estratégia de busca. Para isso, o(a) indexador(a) realiza a representação do assunto do documento atribuindo separadamente cada termo apropriado ao documento (Fujita *et al.*, 2019). Atualmente, os *softwares* de bibliotecas, repositórios etc. possuem uma linguagem de indexação tanto pré-coordenada como pós-coordenada, para a melhoria contínua dos processos de indexação e de recuperação da informação e para o atendimento de variadas formas de busca.

Em ambos os casos, a Terminologia exerce importante influência para controle dos termos, mas na linguagem de indexação pré-coordenada há uma desvantagem no controle terminológico, visto que é necessária a inserção de múltiplas entradas para representação do conteúdo, tornando o processo complexamente polissêmico e sem necessariamente atender a elucidação de todos os conceitos, apresentando mais dificuldades de atualização, além de promover relações estáticas entre usuários(as) e o sistema.

A linguagem pós-coordenada favorece o controle terminológico a partir de uma interação mais dinâmica entre usuário(a) e o sistema, permitindo uma relação mais dinâmica entre os termos, além da inserção de novos termos, conforme o olhar do(a) usuário(a), embora exijam do(a) usuário(a) maior esforço no processo de busca.

Fujita (2020) revela que os sistemas de informação devem aprender sobre a indexação e a necessidade de tradução com o uso de vocabulários controlados, se quiserem ter sucesso em sistemas de buscas por assunto, de modo que não se trata de encontrar informação, mas encontrar a informação mais relevante relacionada à busca, acompanhada de

todas as outras informações armazenadas no sistema de informação, sendo preciso empregar instrumentos, métodos e técnicas para o alcance da precisão vocabular.

Luciana Di Paula Andrade da Fonseca *et al.* (2023), em estudo comparativo entre a política de indexação e a política linguística, fazem referência ao uso de Linguagens Documentárias pelas bibliotecas universitárias brasileiras e tomam três exemplos: a biblioteca da Universidade Federal de Goiás (UFG) afirmou que, até 2017, utilizava a linguagem pré-coordenada, mas, a partir de 2018, passou a utilizar a linguagem pós-coordenada; a biblioteca da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) faz uso da linguagem controlada com descritores que produzem relações entre si; e a biblioteca da Universidade Estadual Paulista (Unesp), conforme a *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) e a Linguagem da Biblioteca Nacional (Brasil), contêm registros de autoridade para nome pessoal, nome corporativo (instituição), títulos uniformes, assuntos tópicos e geográficos. Eventos e séries não têm suas entradas padronizadas no catálogo de autoridades da Unesp, devendo, as entradas, serem feitas diretamente nos campos correspondentes aos registros bibliográficos do *software* para gerenciamento de biblioteca Aleph.

Desse modo, as linguagens de indexação exprimem como essência a necessidade de qualificar o processo de busca e de recuperação da informação por meio do uso de tipos específicos de linguagem que estejam alinhadas ao controle terminológico.

No sentido amplo, a política de indexação é aqui entendida como "[...] um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação" (Fujita, 2012, p. 22), instituído por um documento administrativo, elaborado a partir de três pré-requisitos: objetivos da instituição, recursos financeiros, materiais e humanos e usuários(as) (Dal'Evedove; Fujita, 2015), com a finalidade de aproximar a atividade da indexação e da recuperação da informação pelos(as) usuários(as).

O primeiro ponto da política de indexação e o alinhamento com a Terminologia reside, segundo Fonseca *et al.* (2023), em pelo menos três parâmetros: o primeiro é o planejamento, que inclui os instrumentos de linguagem passíveis de utilização e o público alvo contemplado; o segundo é o contexto, que abrange o gerenciamento da linguagem a ser formulada e executada; e os eixos horizontais e verticais, que compõem as decisões que serão tomadas sobre o uso da linguagem, conforme o contexto e os elementos utilizados para definição, como na política de indexação, o uso das variáveis de escolha da linguagem, especificidade e exaustividade.

A Terminologia é relevante na política de indexação para o planejamento do controle terminológico, o gerenciamento das linguagens e o controle terminológico, escolha dos

domínios terminológicos e terminologias utilizadas, assim como quais fundamentos teórico-metodológicos das terminologias serão utilizados.

O segundo ponto é referente ao uso de nomenclaturas relacionadas às políticas de indexação, a fim de que as instituições, como redes de pesquisadores e ambientes de informação, tenham noção de como é possível aplicar um controle terminológico à política de indexação.

Brígida Maria Nogueira Cervantes, Mariângela Spotti Lopes Fujita e Milena Polsinelli Rubi (2008) elaboraram um estudo vocabular seguindo 10 etapas, quais sejam[7]:

1) delimitação do subdomínio ou subdivisão de um domínio – devido à complexidade, à amplitude de um domínio completo e suas inúmeras redes nocionais conexas (próprias e outras), as autoras recomendam a atuação com um subdomínio;
2) consulta a especialistas do subdomínio – auxílio do(a) pesquisador(a) na delimitação do subdomínio e orientação quanto à escolha do *corpus* do trabalho terminológico;
3) coleta do *corpus* do trabalho terminológico – sob a finalidade de reunir os documentos especializados necessários para o desenvolvimento da pesquisa vocabular;
4) estabelecimento da árvore de domínio – situar o campo a ser estudado por meio da consulta a documentos/obras de referência como sistemas de classificação, glossários, entre outros;
5) expansão da representação do domínio escolhido – decorre das etapas: delimitação do subdomínio e estabelecimento da árvore de domínio;
6) estabelecimento dos limites da pesquisa temática – referente ao número aproximado de termos que é estabelecido em função dos objetivos propostos, das disponibilidades de tempo e de meios financeiros;
7) coleta e classificação de termos – é realizada a partir do *corpus* do trabalho terminológico selecionado, que consiste em fazer uma leitura do texto assinalando as unidades lexicais a serem extraídas;
8) elaboração das fichas para coleta de termos – o(a) pesquisador(a) deve fazer a anotação do fato numa ficha que possui dois tipos: ficha de detecção, em que

[7] As etapas 6 e 7 não foram aplicadas na pesquisa terminológica das autoras.

aparecem apenas o termo e o lugar onde se deu o fato; e ficha de citação, em que aparecem o termo e seu contexto de ocorrência;

9) verificação e classificação da noção/denominação – as operações da etapa anterior levam a uma classificação provisória dos termos e a uma exploração sumária das noções que eles representam, que é retomada para análise em dois pressupostos: ao seu conteúdo, por meio de comparações entre as definições e os contextos; e ao seu lugar na rede nocional do domínio ou do subdomínio;
10) trabalhos de apresentação de dados lexicais específicos – esta etapa refere-se à formulação da ficha terminológica, que consiste em um conjunto de informações sobre os termos próprios de um determinado domínio constituído pelos seguintes componentes: 1) de natureza documental: domínio(s), subdomínio(s), fonte, nome do autor; 2) de natureza terminológica: termo-entrada, nome científico, definição, contexto, entre outros; 3) de natureza linguística: categoria gramatical, variante gráfica, termos remissivos, sinônimos, nota(s), normalização.

Como resultado das etapas acima, Cervantes, Fujita e Rubi (2008) destacam um conjunto de termos relacionados à categoria Política de Indexação, ligados ao subdomínio "Tratamento Temático da Informação", um dos campos temáticos inseridos no domínio "Organização da Informação" no âmbito da área da "Ciência da Informação", composto por 80 termos, inicialmente, dispostos em ordem alfabética.

A Terminologia é uma ferramenta bastante utilizada na indexação, incluindo não só o uso das linguagens de indexação (sentido estrito) como também a elaboração da política de indexação (sentido amplo) que rege a atividade de Tratamento Temático da Informação.

Enfim, tanto é possível pensar a aplicação da Terminologia enquanto objeto, (produto terminológico), quanto a Terminologia enquanto disciplina, (teorias, metodologias e estratégias de pesquisa) para respaldar as atividades de indexação, principalmente no âmbito das linguagens e da política de indexação.

3.2 TERMINOLOGIA NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Referente à Terminologia sob a perspectiva da Organização da Informação, a primeira é fundamental para representar conceitos de um âmbito do saber ou da experiência humana de uma determinada comunidade. E a segunda, se utiliza de tais conceitos/termos de um domínio para a organização de documentos, visando à recuperação.

A Organização da Informação é um dos pontos fundamentais que institucionalizam as origens e o desenvolvimento da Biblioteconomia e contribui, em conjunto com a recuperação da informação, para a origem e desenvolvimento da Ciência da Informação, pois diante de um conjunto de abordagens epistemológicas, históricas, metodológicas e operacionais "[...] constitui o 'núcleo duro' da área, aquilo que a diferencia em relação às outras áreas que trabalham com a informação, concorrendo substancialmente para a constituição da identidade da Ciência da informação", segundo Johanna Wilhelmina Smit (2009, p. 62).

Há um conjunto de conceitos para a Organização da Informação que merecem abordagem a partir da literatura técnico-científica, que possuem conexões e aplicabilidades por meio da Terminologia. No entanto, é pertinente perceber antes que a abordagem conceitual é de grande relevância para compreensão dos fundamentos cognitivos de qualquer área do conhecimento.

Desse modo, a noção de conceito é vista como objeto de inúmeras áreas das Ciências Humanas (Filosofia, História, Sociologia, Psicologia, Linguística, Educação), das Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Comunicação e Ciência da Informação), das Ciências Exatas (Física e Matemática), além das Ciências Cognitivas (Lógica, Psicologia, Linguística, Neurociência, Computação), da Terminologia, entre outras.

Para a Organização da Informação, a noção de conceito pode ser entendida sob pelo menos duas perspectivas: a primeira é como unidade de conhecimento que, independentemente de sua expressão linguística, compreende o conjunto de suas características essenciais, que está na base da Teoria da Classificação e Terminologia, é o elemento indivisível que permite representar o conhecimento contido nos documentos e organizar os enunciados correspondentes à ideia que se tem de alguma coisa (Barité *et al.*, 2015); e a segunda é como unidade de pensamento que implica em uma "noção selecionada para reter como unidade de análise semântica, para fins de indexação", de acordo com Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão (2008, p. 188).

No contexto da Organização da Informação, o conceito é o substrato semântico que representa um conjunto de unidades de conhecimento que conferem sentido histórico e epistemológico a este eixo de estudo, por meio do estabelecimento de recortes (há conceitos que buscam abranger a Organização da Informação como um todo e há conceitos que buscam uma abordagem particularizada).

O primeiro deles é expresso por Hagar Espanha Gomes, Maria Luiza de Almeida Campos e Ludmila dos Santos Guimarães (2010) como uma composição de diferentes

espectros, quais sejam operações, processos, técnicas, instrumentos, medidas e propriedades vinculados ao objeto informação.

A Organização da Informação atua para a dinamização de outros processos de informação a exemplo da produção, da difusão, da busca, do acesso, da recuperação e do uso da informação, por meio de atividades representacionais como a catalogação, a classificação e a indexação, sendo a terminologia atividade fundamental para subsidiar todas as práticas, seja de forma individual (atribuindo sentido terminológico a cada modo de representação), seja integrada entre catalogação, classificação e indexação (gerando descrições agregadas entre os diferentes modos de representação) que permite a geração de um conjunto de serviços (a exemplo do serviço de referência) e produtos (a exemplo dos catálogos) documentários.

A Terminologia possui aqui função planejadora, uma vez que pode ser, por um lado, instrumento balizador para a estruturação de políticas de Organização da Informação, em especial, para arranjos de descrição física e de conteúdo que permita articular os mecanismos de execução da Organização da Informação e, por outro lado, função executora atuando como instrumento a fim de contribuir para a dinamização dos processos de Organização da Informação, principalmente no que se refere aos complementos de difusão, acesso, busca e recuperação dessa Organização da Informação.

O segundo conceito é proposto com base no pensamento de Lígia Maria Arruda Café e Rodrigo de Sales (2010, p. 118), em que "a organização da informação é um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos realizado por meio da descrição física e de conteúdo (assunto) de seus objetos informacionais".

Neste conceito, a Terminologia pode agir como instrumento de conteúdo terminológico da Organização da Informação a partir das contribuições para controles de autoridades, visando à criação/aplicação de modelos de recuperação da informação, elementos para qualificar os sistemas de recuperação da informação, para o aprimoramento das interfaces entre sistemas e usuários(as) e ainda para instrumentalização da criação de serviços e produtos documentários.

Com base na interlocução entre o pensamento epistemológico e operacional da Organização da Informação, é preciso considerar uma relação de complementaridade, sendo as técnicas reconhecidas pelo ato de formulação e implementação da catalogação, classificação, indexação; os produtos se constituem a exemplo de códigos e normas, tais como Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2[8]), Recursos: Descrição e Acesso (RDA[9]),

[8] Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition (AACR2).

gerados para amparar a aplicabilidade das técnicas; e serviços, como a elaboração de fichas catalográficas e resumos, além do uso do catálogo.

Para Marisa Brascher e Lígia Maria Arruda Café (2010); José Leonardo Oliveira Lima e Lillian Alvares (2012), a organização e a representação da informação possuem como objeto os registros de informação, ou seja, os objetos informacionais e a organização e a representação do conhecimento possuem como unidade elementar o conceito, o resultado da cognição, que é o conhecimento. Ambas possuem distinções de caráter teórico e prático, porém estão em constante interação e possuem fortes conexões.

Tais inter-relações provocam, às vezes, o uso equivocado de um termo pelo outro como se fossem sinônimos, devido à dinâmica complexa da interação e da interdependência existentes entre conhecimento e informação, uma vez que a Ciência da Informação e as demais disciplinas (Ciências Cognitivas, Linguística, Ciência da Computação etc.) estão em constante busca de compreensão (Lima; Alvares, 2012).

Neste conceito, a Terminologia também pode agir em duas perspectivas:

a) como elemento normalizador para qualificar as relações entre os conceitos, visando tornar o processo de Organização da Informação mais estruturado para busca e recuperação da informação. A operacionalidade da Organização da Informação depende, sobretudo, da capacidade de controle terminológico entre os conceitos, a fim de expressar os significados pertinentes dos campos do conhecimento científico e da realidade da comunidade usuária;
b) como elemento construtor de conhecimento, na medida em que uma das funções fundamentais da Terminologia, ao estabelecer relações conceituais, é permitir aos sistemas mecanismos lógicos de Organização da Informação que permitam à comunidade usuária não apenas buscar e recuperar documentos, mas, a partir da busca-recuperação, instituir mecanismos de percepção e interpretação para construção do conhecimento.

Por isso, os conceitos e suas relações com o léxico devem primar pelo grau de excelência e transparência científica, para fomentar na comunidade critérios de interpretação adequados às ideias das autorias propostas nos documentos organizados.

O terceiro conceito é concebido por Cristina Dotta Ortega (2013, p. 185) como um "conjunto de procedimentos sobre documentos voltados a propiciar seu uso por públicos específicos, segundo necessidades de informação de ordem científica, educacional,

[9] Resource Description and Access (RDA).

profissional, estética, de entretenimento, utilitária".

Este conceito tem como ponto central saber para quem e a que se destina a Organização da Informação, que basicamente se define por dois elementos: humano (quais tipos de público estão envolvidos) e temático (assuntos definidos para o tratamento), sendo fundamental um alinhamento entre o público e os temas estabelecidos, conforme afirmam Ana Rafaela Sales de Araújo e Virgínia Bentes Pinto (2022).

O conceito em questão atenta ainda para uma interlocução entre fundamentação e aplicabilidade, considerando que a Organização da Informação tem como um dos maiores predicados a preocupação em construir mecanismos linguísticos e informacionais, visando atender os diversos contextos institucionais de caráter científico, educacional, cultural, organizacional, ambiental e de quaisquer outros elementos de utilidade pública.

Neste sentido, a Terminologia exerce forte relação com os estudos de usuários(as), sendo fundamental na construção de terminologias para Organização da Informação a consulta aos(às) usuários(as) especializados(as) para aplicação de métodos-técnicas de usuários(as) para a constituição de uma adequada produção de termos técnico-científicos.

Quanto mais o processo de Organização da Informação é articulado por meio da construção de nomenclatura dialogada com a excelência (de pesquisadores(as) e de instituições) dos campos do conhecimento científico, mais as unidades lexicais podem corroborar para qualificar o processo de Organização da Informação.

Em suma, a Organização da Informação não deve ser feita distante do público, principalmente a comunidade especializada, e a Terminologia se institui como estrutura reguladora que promoverá os sentidos capazes de associar a Organização da Informação a excelência dos campos do conhecimento científico.

O quarto conceito é formulado por Brascher e Café (2010, p. 92), quando entendem que:

> [...] A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. Alguns tipos de representação da informação são construídos por meio de linguagens elaboradas especificamente para os objetivos da OI. [...] No contexto da OI e da RI, temos como objeto os registros de informação. Estamos, portanto, no mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das ideias, cuja unidade elementar é o conceito.

As autoras defendem a prática da Organização da Informação como um combinado processo entre a descrição física e de conteúdo dos objetos e a geração de produtos, cujo

resultado é a Representação da Informação. Tradicionalmente, essa visão instituiu na história da Ciência da Informação a vinculação entre Organização e Representação, formalizando o eixo de Organização e Representação da Informação (e do Conhecimento) e, em sentido mais amplo, a relação entre organização, representação e recuperação da informação, de modo que os processos estão intrinsecamente ligados dentro da efetividade comunicativa entre sistema e usuários(as).

A informação precisa ser organizada e descrita para que possa ser adequadamente representada. Nesse processo, "considerando os diferentes suportes ou documentos em que é registrada, a descrição se vale de linguagens bibliográficas ou documentárias, e de interfaces com a terminologia [...]", além de dialogar com áreas como a Linguística e a Lógica, entre outros aspectos que influenciam diretamente a recuperação da informação, conforme afirmam Dulce Maria Baptista, Rogério Henrique Araújo Júnior e Eliana Carlan (2010, p. 62).

Ainda conforme Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010), a análise de informação engloba ações de descrição, de organização de conteúdos, de representação e de ações complementares de acompanhamento e de avaliação, a fim de ajustar inconsistências entre a representação temática e o processamento efetivo da informação e de garantir a representatividade dos termos e a assertividade na recuperação da informação.

A Terminologia contribui com a Organização da Informação como instrumento de relação e de significação conceitual que visam o aprimoramento das interfaces entre sistema e usuários(as) e a otimização dos processos de recuperação da informação. Conforme Carlos Cândido de Almeida (2011), as classificações e as nomenclaturas enquanto modelos representacionais do conhecimento de um campo científico apoiam as atividades práticas da análise de conteúdo da informação.

Os procedimentos ligados à Organização da Informação ocupam papel central na Ciência da Informação, tendo em vista que estabelecem um diálogo entre o(a) produtor(a) da informação, o(a) organizador(a) da informação e o(a) usuário(a) da informação no qual a Terminologia exerce função reguladora para estruturação de controles terminológicos e mediadora no sentido de constituir uma concepção dialógica entre produtor(a)-organizador(a)-usuário(a).

Essa atividade mediadora de identificação e de representação do conteúdo de um documento revela uma complexidade própria, pois os(as) referidos(as) atores/atrizes estão imersos(as) em diferentes contextos ou culturas, cada um(a) com seu vocabulário, sua particularidade e sua lógica, conforme afirma José Augusto Chaves Guimarães (2014).

Dulce Maria Baptista (2015) trata o texto como parte da Organização e Representação

da Informação e destaca que qualquer pessoa pode produzir um registro textual. Já o registro bibliográfico – isto é, a representação de um texto ou documento em um sistema de informação, como um software de biblioteca – é elaborado por um(a) bibliotecário(a), seguindo normas e padrões aceitos internacionalmente.

A elaboração de vocabulário técnico-científico para Organização da Informação deve considerar a participação de múltiplos profissionais, a exemplo de bibliotecários(as), pesquisadores(as) e usuários(as) especializados(as), considerando as normas internacionalmente aceitas e a excelência do conhecimento científico nacional e internacional.

Diante do exposto, é possível perceber que a correlação entre Terminologia e Organização da Informação é fundamentada em um conjunto de dimensões conceituais: fundamentação (processuais, operacionais, técnicas, instrumentais); empírica (relacionadas à descrição física e de conteúdo); e aplicada (como as dimensões de fundamentação e empírica são articuladas em termos de público e tema).

As dimensões de fundamentação, empírica e aplicada reverberam uma compreensão mais holística da Organização da Informação em relação à Terminologia, que são delimitadas por Ortega (2013, p. 185-186) em quatro níveis:

a) conceitual: a questão da função de socialização da informação e os aportes teóricos que sustentam os meios de realizá-la, assim como os conceitos básicos adotados para processos, instrumentos e produtos;
b) procedimental: metodologias para construção dos instrumentos e para seu uso; e instrumentos normativos, suas características históricas e seus princípios subjacentes;
c) tecnológico: instância em que se dá a viabilização dos processos por meio das ferramentas existentes a cada época, as quais limitam os instrumentos e os processos documentários adotados; envolve a especificação das características das ferramentas mais adequadas aos processos;
d) aplicado: aplicações concretas, como as da prática profissional e das pesquisas experimentais.

Na dimensão conceitual, a Terminologia produz as relações conceituais e suas possíveis significações, que permitem à Organização da Informação perspectivas para socialização da informação e a qualificação dos processos, instrumentos e produtos, sendo a Terminologia o processo que apoia as práticas de Organização da Informação e o instrumento que contribui para criação de produtos.

Na dimensão procedimental, a Terminologia atua enquanto disciplina científica por

meio de teorias e metodologias próprias, a exemplo da Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1993), que possibilita à Organização da Informação desenvolver mecanismos de aproximação entre sistemas e usuários(as).

Na dimensão tecnológica, a Terminologia é relevante no reconhecimento de que os sistemas são fundamentais para Organização da Informação e devem primar por linguagens acessíveis, mas não deve estar dissociado dos olhares terminológicos dos campos do conhecimento científico, considerando a excelência dos pesquisadores(as) aceitos nacional e internacionalmente, isto é, as nomenclaturas são cruciais para promover uma aproximação entre sistemas e usuários(as).

Na dimensão aplicada, a Terminologia permite a criação de produtos como catálogos, tesauros, glossários e dicionários. Esses instrumentos são desenvolvidos no campo da Organização e Representação do Conhecimento e são utilizados para representar os objetos informacionais no contexto da Organização e Representação da Informação.

Por fim, isso significa que organizar a informação não se limita a uma tarefa operacional, pois exige a análise da informação produzida e o domínio de conhecimentos lexicais da área em questão. Esse processo deve estar adequado à realidade da comunidade em que é realizado, com o objetivo de fortalecer os procedimentos de acesso, busca, recuperação e uso da informação.

3.3 TERMINOLOGIA NA PERSPECTIVA DOS(AS) USUÁRIOS(AS)

Na Terminologia sob a perspectiva dos(as) usuários(as), é possível destacar dois tipos: especialistas (comumente pesquisadores(as) de um determinado campo do conhecimento referente à Terminologia); e usuários(as) propriamente ditos, considerando que ambos possuem funções diferentes, mas também complementares para aperfeiçoamento da atividade terminológica, sendo o primeiro fundamental no processo de elaboração das nomenclaturas e o segundo fundamental em seu uso, manutenção e aprimoramento.

Em princípio, a relação entre Terminologia e estudo de usuários(as) é fundamental para uma aproximação com os(as) usuários(as). Ivette Kafure *et al.* (2013) afirmam que, para se iniciar um estudo de usuário(a), é preciso primeiro avaliar o tipo de usuário(a) a ser estudado e, a partir daí, é possível analisar o seu contexto e a Terminologia adequada à pesquisa.

É possível trazer duas condições para aplicação das nomenclaturas sob a perspectiva do(a) usuário(a): a primeira é a Socioterminologia; e a segunda é Teoria Comunicativa da

Terminologia de Cabré (1993).

Buscando uma aplicação socioterminológica, Faulstich (1995) sugere que a elaboração da Terminologia deve considerar os seguintes procedimentos que contemple a realidade dos(as) usuários(as):

a) identificação do(a) usuário(a) da Terminologia descrita – é fundamental que o(a) especialista em Terminologia conheça o perfil do(a) usuário(a), para que o repertório terminológico que a equipe venha a elaborar se torne um instrumento de consulta útil e seja fonte de informação de áreas específicas do conhecimento, considerando os níveis linguísticos e sociais, as interações socioculturais, o desempenho profissional, que reflete não somente no uso dos termos técnico-científicos, como na propriedade redacional e na comunicação oral;
b) consulta ao(a) especialista da área – o trabalho do(a) especialista em Terminologia deve se desenvolver em parceria com especialista da área específica, a fim de que os dados lexicais sejam corretamente elaborados;
c) delimitação do *corpus* – construção conjunta com o(a) cientista ou com o(a) técnico(a) para delimitação da macro área, das áreas intermediárias e da subárea de conhecimento das quais se circunscrevem a Terminologia, para definir a taxonomia do campo de trabalho, visando obter mais segurança ao recortar o universo terminológico de interesse que será classificado e sistematizado.

Assim, a construção da Terminologia deve envolver pelo menos os(as) seguintes atores/atrizes: profissionais da área (bibliotecário(a), arquivista e/ou linguista), especialistas/pesquisadores(as) da área recortada para construção da Terminologia, e usuário(a), o que permite a seguinte afirmação: o processo de construção da Terminologia por excelência é eminentemente social.

Se entre as principais funções da Terminologia estão a qualificação do processo comunicacional entre sistema e usuário(a) e a recuperação da informação pelo(a) usuário(a), é preciso ponderar que não há Terminologia qualificada que apoie as atividades documentárias sem a construção dialógica entre os(as) atores/atrizes envolvidos(as).

Isso implica em uma construção socioterminológica que possibilita incluir os(as) variados(as) atores/atrizes que compõem a construção da Terminologia. Nesse caso, os(as) usuários(as), especialmente os(as) mais especializados(as) no campo do conhecimento proposto para a produção da Terminologia, podem ser ao mesmo tempo construtores(as) e receptores(as)/utilizadores(as) de informação, na medida em que contribuem em todo o processo de elaboração/execução terminológica.

Na aplicação da Teoria Comunicativa da Terminologia, se um(a) profissional produz a Terminologia sem diálogo com especialistas e exclui os(as) usuários(as), tende a ter muita imprecisão na atividade terminológica e, por conseguinte, no processo de organização e recuperação da informação que, por sua vez, teria como principal debilidade a falta de comunicação entre os(as) atores/atrizes.

Regina Helena Van der Laan e Rochelle Martins Alvorcem (2007), em estudo sobre a Terminologia nos discursos de especialistas em Ciência da Informação, consideram como princípio norteador o fato de que existe uma relação de comunicação entre o(a) usuário(a) e o Sistema de Recuperação da Informação, sendo necessário, para tanto, que as linguagens utilizadas por ambos sejam coincidentes ou aproximadas, ou seja, um exemplo do uso dos princípios e métodos da Teoria Comunicativa da Terminologia. As autoras sugerem ainda uma revisão da política de indexação para o vital acontecimento da comunicação entre usuário(a) e SRI.

Cabré (1998) produziu quatro princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia, possibilitando um diálogo com a realidade dos(as) usuários(as):

a) princípio poliédrico do termo – a base composta não é o conceito, mas a unidade lexical que contempla variantes linguísticas, cognitivas e sociais;
b) princípio comunicativo da Terminologia – define que, na construção da Terminologia, a comunicação pode ser realizada de modo direto com especialistas, indireto por meio de traduções e interpretações, além de uma comunicação mediada por Linguagens Documentárias;
c) princípio da variação – todo processo de comunicação comporta variação por meio de formas alternativas de denominação de um mesmo conceito (sinonímia) e abertura significativa de uma mesma forma (polissemia), considerando que as unidades vocabulares podem ser admitidas de modos diferentes de acordo com as condições de cada situação comunicativa;
d) princípio da adequação – adota uma estratégia para construção da Terminologia em função da temática, objetivos, contexto, elementos implicados e recursos disponíveis.

No primeiro princípio, o reconhecimento da unidade poliédrica do termo é inerente à capacidade plural da comunidade usuária pensar a realidade (a sua e a do meio que o(a) envolve), o que possibilita variadas percepções lexicais, de acordo com as condições histórico-culturais em que estão inseridos(as).

O segundo princípio é semelhante à teoria da Socioterminologia, pois não há

comunicação terminológica adequada se não houver o envolvimento de múltiplos atores/atrizes no processo de construção da Terminologia. Os(as) usuários(as) não devem ser vistos(as) apenas como receptores(as) no processo comunicativo-terminológico, mas também como construtores(as) e aperfeiçoadores(as) das nomenclaturas.

O terceiro princípio valoriza a preocupação de que Terminologia não seja o conceito em si, mas as unidades lexicais, que favorecem um diálogo entre usuários(as) com diferentes perspectivas linguístico-culturais. Por exemplo, no Brasil, o nome científico *Manihot esculenta Crantz* é chamado em variadas regiões do país como mandioca (Sul do Brasil), macaxeira (Nordeste do Brasil), aipim (Sudeste do Brasil), maniva, maniveira, castelinha, uaipi e pão-de-pobre, o que em um princípio de variação promove diferentes conexões entre usuários(as) e o respeito às realidades comunitárias de usuários(as) da informação.

O quarto princípio é fundamental, pois para que os outros três aconteçam, é preciso que a Terminologia seja planejada em meio aos contextos (culturas, políticos e linguísticos) e recursos disponíveis (financeiros, humanos, tecnológicos etc.), além das necessidades assinaladas pela comunidade usuária inseridas no processo terminológico. O princípio da adequação é uma forma de tornar o processo poliédrico, comunicativo, de variação, além de criar as condições institucionais necessárias para tornar a Terminologia mais adequada aos interesses dos(as) usuários(as).

A Terminologia sob a perspectiva dos(as) usuários(as) se estabelece a partir da combinação de três contextos: a participação frequente (simultânea ou não) de especialistas e usuários(as) na elaboração/execução/uso de nomenclaturas; a aplicação de teorias terminológicas que adequem a construção de vocabulários específicos às necessidades dos(as) usuários(as), como a Socioterminologia e a TCT; e a avaliação sobre os resultados dos dois contextos anteriores, que busca o aprimoramento do léxico, conforme a dinâmica dos(as) usuários(as) e as possibilidades de aplicação das teorias terminológicas.

Portanto, a Terminologia sob a perspectiva dos(as) usuários(as) está conectada ao planejamento das atividades vocabulares com a participação dos(as) usuários(as), o reconhecimento das possibilidades de aplicações teóricas (a Terminologia como atividade comunicativo-social) e o desenvolvimento terminológico com base nos níveis de satisfação da comunidade usuária quanto, por exemplo, à comunicação com os(as) atores/atrizes que elaboram as nomenclaturas e ao nível de eficácia da busca/recuperação da informação, que deve fomentar a avaliação e revisão das condições para o aprimoramento das atividades terminológicas.

3.4 TERMINOLOGIA NA PERSPECTIVA DA CRIAÇÃO DE PRODUTOS

Após uma discussão conceitual sobre vocabulários contextualizadas às Linguagens Documentárias (sentido geral), às Linguagens Documentárias no âmbito da indexação, à Organização da Informação, à Organização do Conhecimento e aos usuários(as), é interessante uma discussão mais aplicada.

Neste sentido, a discussão aplicada é referente à terminologia como promotora de produtos. Esses produtos podem ser nomeados de produtos terminológicos quando a sua consolidação é baseada na atividade terminológica.

A discussão aqui é centrada nos seguintes produtos relacionados à atividade terminológica: normas terminológicas, tesauros, dicionários, glossários e cabeçalhos de assunto.

Iniciando pelas normas terminológicas, um dos produtos mais essencialmente vinculados à Terminologia (enquanto disciplina e prática), pois são elas que regulam a atividade terminológica em nível internacional e nacional.

Segundo Lara (2005), as normas terminológicas têm como objetivo prescrever recomendações sobre princípios e métodos do trabalho terminológico, harmonização de conceitos e termos etc., sendo em maioria elaborada pela ISO, que produz a estruturação do sistema de conceitos a partir da identificação dos conceitos e termos correspondentes, bem como das relações lógico-linguísticas que permitem a delimitação do conceito e do sistema de conceitos.

A ISO produziu normas terminológicas, por exemplo: ISO 860 – *Terminology work*: *harmonization of concepts and terms* (versão atual de 2007), traduzida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sob a inscrição NBR 13790 – Terminologia: princípios e métodos: harmonização de conceitos e termos (versão atual de 1997); ISO 1087 – *Terminology work and terminology science*: *vocabulary* (versão atual de 2019); ISO 704 – *Terminology work*: *principles and methods* (versão atual de 2022) (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1997; International Organization for Standardization, 2007, 2019, 2022).

Com relação aos tesauros, pode ser definido como uma linguagem documentária pós-coordenada diretamente atrelada à Terminologia, tanto em caráter conceitual, quanto em normativo.

Em caráter conceitual, o discurso de Sales e Café (2009) define tesauros como vocabulários controlados formados por termos-descritores, semanticamente relacionados, que atuam como instrumentos de controle lexical, estruturados hierarquicamente (gênero-espécie

e todo-parte) e associativamente (aproximação semântica), utilizados principalmente para indexar e recuperar informações por meio de seu conteúdo.

Os tesauros como instrumentos de controle terminológico formados por termos-descritores dependem diretamente das atividades da Terminologia (enquanto disciplina e enquanto prática), visando à indexação e à recuperação da informação.

Em caráter normativo, Lara (2005) assegura que partes das normas da ISO apresentam muita semelhança com o conteúdo da norma documentária para elaboração de tesauros monolíngues, em especial, a ISO 2788 intitulada *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri* (versão cancelada de 1986), substituída pela ISO 25964-1, intitulada *Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval* (versão atual de 2011), principalmente no que se refere às relações entre os termos e os conceitos, embora cada uma das normas seja voltada para um objetivo específico (International Organization for Standardization, 2011).

Quais as contribuições das nomenclaturas para estruturação dos tesauros? Emília Currás (1995) apresenta duas possibilidades:

1) no uso correto dos vocábulos, em sua formação apropriada e em sua conservação, protegendo-os da obsolescência. Manifesta-se ainda, na uniformidade da linguagem, na normalização dos vocabulários especializados, na busca de equivalências apropriadas a serem empregadas nas traduções;
2) um tesauro é um vocabulário normalizado, no qual as palavras que o compõem adquirem a categoria de termos, com suas relações semânticas associativas, hierárquicas e de equivalência, sendo necessário estudar esses termos, incluindo a possibilidade de defini-los e traduzi-los. Neste caso, se um tesauro é uma linguagem terminológica e um sistema de classificação, qualquer outro sistema classificatório será uma linguagem terminológica.

Desse modo, enquanto fundamento, não há tesauros sem o uso de teorias, metodologias e práticas terminológicas e, enquanto produto, o tesauro pode ser considerado uma linguagem terminológica, o que traz uma associação direta entre a Terminologia e o tesauro desde a concepção até o produto consolidado (o próprio tesauro).

Exemplos de tesauros relacionados, direta ou indiretamente, à Ciência da Informação, produzidos em contextos europeus, latino-americanos e brasileiros:

a) United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco)[10]

[10] https://vocabularies.unesco.org.

Thesaurus – lista controlada e estruturada de termos focalizada em questões de educação, de cultura, de ciências naturais, sociais e humanas, de comunicação e informação que possui terminologia multidisciplinar, que reflete os programas e atividades da Unesco, (1ª edição, 1977, versão impressa), disponível na *web*, reestruturada conforme seguintes padrões: norma internacional para construção de tesauros, ISO 25964, parte 1, de 2011; *World Wide Web Consortium* (W3C), baseados em ontologias e tecnologias da *web* semântica por meio do *Linked Data*, do modelo de dados SKOS. Segue continuamente atualizada (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2024);

b) United Nations Bibliographic Information (UNBIS)[11] *Thesaurus* – (1ª edição, 1981, versão impressa), tesauro multilíngue, dividido em 18 domínios, utilizado para descrever os documentos da Organização das Nações Unidas, a edição atual está disponível na *web*, adota padrões e tecnologias da *web* semântica por meio do *Linked Data*, segue a norma para gerenciamento de tesauros, ISO 25964 (United Nations, 2021);

c) EuroVoc[12] – tesauro multilíngue e multidisciplinar da União Europeia, cujas palavras-chave, divididas em 21 domínios, são utilizadas para descrever o conteúdo de documentos jurídicos no portal online EUR-Lex, sob a edição do Serviço das Publicações da União Europeia, (1ª edição, 1984, versão impressa), que avançou no gerenciamento de tesauros, em conformidade com a ISO 25964, possui interoperabilidade com outros vocabulários controlados; o *World Wide Web Consortium* (W3C), baseados em ontologias e tecnologias da *web* semântica por meio do *Linked Data*. O EuroVoc segue continuamente atualizado e, além dele, está disponível na *web* as edições atuais do *Digital Europa Thesaurus* e do ECLAS, também sob a edição do Serviço das Publicações da União Europeia (União Europeia, 2024);

d) *Tesauro Latinoamericano en Ciencia Bibliotecológica y de la Información* (Telacibin)[13] – (1ª edição, 1999, versão impressa), autoras: Catalina Naumis Peña, María Texia Iglesias Maturana, Ana Cecilia Osuna Dumont, Lucy Espinoza Ricardo, atualmente está disponível na *web*, reestruturado nos moldes da ISO

[11] https://metadata.un.org/thesaurus.
[12] https://op.europa.eu/pt/web/eu-vocabularies.
[13] https://vocabularyserver.com/telacibin.

25964, no *software* TemaTres, desenvolvido por Diego Ferreyra (Naumis Peña *et al.*, 2021);

e) *ASIS&T thesaurus of information science, technology, and librarianship* – um dos poucos tesauros de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Tecnologia da Informação, produzido nos Estados Unidos, (1ª edição, 1994, versão impressa), publicado pela American Society for Information Science and Technology (ASIS&T), hoje, Association for Information Science and Technology (ASIS&T), (3ª edição, 2005, versão CD-ROM, com software Thesaurus Master, da Data Harmony's e versão impressa), editado por Alice Redmond-Neal e Marjorie M. K. Hlava, porém, desde então, não há mais versões, conforme afirmam Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Helena Dodd Ferrez (2014);

f) Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação (TBCI)[14] – em 1989, houve a construção de um tesauro, porém não foi publicado, ficou restrito ao uso do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Somente em 2014 houve a publicação pelo Ibict, por meio da iniciativa das autoras: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Helena Dodd Ferrez, inclusive está disponível na *web* por meio do *software* livre de gerenciamento de vocabulários controlados, TemaTres. O referido tesauro se constitui como instrumento para consistência de terminologia e de vocabulário do campo da Ciência da Informação, desenvolvido a partir das seguintes ações: elaboração de listagem, em editor de texto, dos descritores e identificadores presentes nos tesauros: TBCI (1989); Telacibin (1ª edição, 1999); ASIS&T *Thesaurus of Information Science*, *Technology and Librarianship* (3ª edição, 2005) e coleta de novos descritores surgidos na literatura da área e seus respectivos conceitos; análise teórico-conceitual dos termos e sua seleção; organização da estrutura de relações do tesauro; elaboração de Notas Explicativas (NE). O tesauro é aplicável às seguintes comunidades: indexadores(as), pesquisadores(as), professores(as) e profissionais de informação em geral (Pinheiro; Ferrez, 2014).

Os tesauros são frutos de extensas atividades terminológicas realizadas por instituições públicas capazes de gerar uma estrutura norteadora e reguladora de termos que contempla determinadas áreas temáticas, bem como são estruturados por ambientes de informação como bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação.

[14] https://vocabularyserver.com/tbci.

Quanto ao dicionário, é um produto de grande procura pela sociedade, em virtude do seu caráter informativo sobre variedade de termos, sendo comum haver a distinção entre os gerais e os terminológicos.

Os dicionários gerais são definidos por Biderman (2006) como constituídos de uma organização sistemática do léxico geral, por meio da qual os lexicógrafos tentam descrever e registrar o vocabulário de uma língua acumulado ao longo dos séculos.

Os dicionários terminológicos são produtos especializados de um domínio e por serem especializados comumente possuem menos verbetes do que os dicionários gerais, porém, com um grau maior de aprofundamento descritivo.

No campo da Ciência da Informação, podem ser citados alguns dicionários terminológicos produzidos em diferentes contextos, como os de origem americana, brasileira, russa e turcomana:

a) *Dictionary of information science and technology* – realiza o uso cruzado de termos de vários setores de estudos da Ciência da Informação com definições de mil termos, em ordem alfabética, o volume fornece um guia unificado, integrado e conciso para o campo da Ciência da Informação, de Carolyn Watters (1992);
b) *Online Dictionary for Library and Information Science* – a partir de 2005, tornou-se *online*, com acréscimos permanentes do léxico da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), reflete as práticas dos(as) profissionais norte-americanas(os) dessa área, autora Joan M. Reitz (c2014);
c) *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* – autores: Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, publicado em 2008, com o objetivo de definir termos utilizados por bibliotecários(as), arquivistas e demais profissionais da área de Ciência da Informação (Cunha; Cavalcanti, 2008);
d) *The English-Russian dictionary of library and information terminology* – dicionário russo-inglês de Terminologia da Biblioteconomia e de Ciência da Informação, contempla questões surgidas a partir do século XXI, publicado em 2013, editores(as) russos(as): Ėduard Rubenovich Sukiasi͡an, Viktor Viktorovich Zverevich e Tamara Aleksandrovna Bakhturina; editor americano: John V. Richardson Jr. (Sukiasi͡an; Zverevich; Bakhturina, 2013);
e) *The English-Turkmen-Russian dictionary of library and information terminology* – dicionário inglês-turcomano-russo de Terminologia da Biblioteconomia e de Ciência da Informação, inclui descritores do século XXI, editor americano: John V. Richardson Jr., 3ª edição publicada em 2018 (Richardson, 2018).

Os dicionários expostos se constituem em atividades eminentemente especializadas, realizadas por cientistas da informação em diálogos tanto com os fundamentos teóricos, metodológicos e práticos da Terminologia.

No que diz respeito aos glossários, estes possuem semelhanças com os dicionários, no entanto, conforme afirmam Krieger e Finatto (2004), os dicionários abrangem a totalidade de itens que perfazem uma dada Terminologia, enquanto os glossários são repertórios de termos que não têm uma pretensão de exaustividade.

Junio Lopes-Nascimento, Brenda Vasconcelos Attalla e Gercina Ângela de Lima (2024) realizaram estudo resultando em oito perspectivas sobre o glossário, que foram organizadas em duas categorias: a) construção e; b) utilização. Na primeira, o glossário pode ser entendido como: 1) um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC); 2) um elemento pós-textual de documentos; 3) um objeto de aprendizagem; 4) um componente no levantamento de requisitos para o desenvolvimento de sistemas de informação. Na segunda, o glossário se manifesta como: 5) um tipo de postagem em redes sociais; 6) uma ferramenta para auxiliar na recuperação da informação; 7) uma fonte de informação; 8) uma obra de referência.

O glossário também pode ser um produto terminológico tendo em vista que se constitui como um instrumento de normalização de termos especializados de um determinado domínio. O glossário é uma atividade terminológica de caráter especializado, buscando estabelecer parâmetros de referência para uma determinada comunidade a fim de estimular a reflexão sobre os termos de um domínio.

Na Ciência da Informação, é possível identificar alguns glossários produzidos em contextos americano, europeu e brasileiro:

a) *The ALA glossary of library and information science* – anteriormente, *ALA glossary of library terms*, publicado em 1943 pela *American Library Association*, por meio do *Committee on Library Terminology*, sob a direção de Elizabeth H. Thompson, com termos relacionados a arquivos, à bibliografia, à impressão e à publicação. Em 1983, foi expandido e denominado *The ALA glossary of library and information science*, inclusive com traduções para língua japonesa e vietnamita. Atualmente está na 4ª edição, 2013, em formato físico e e-book, elaborado por especialistas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, editado por Michael Levine-Clark e Toni M. Carter, com quase 1400 termos novos relacionados aos metadados; aos tipos de licença de *software*; aos recursos eletrônicos; à instrução (tutorial e alfabetização informacional); à avaliação; à

assessoria e consultoria de leitores(as); fluxos de trabalho eletrônico, além de termos revisados (Levine-Clark; Carter, 2013);

b) *Glossary of Library and Information Science Terms* – de autoria do bibliotecário Majed J. Khader, define termos comuns de biblioteca, uma fonte de referência rápida para usuários(as) de bibliotecas, contém em torno de 150 termos que abrangem tecnologias, equipamentos, coleções de bibliotecas, processos, serviços e outros termos relacionados à informação (Khader, 1995);

c) *Glossário de termos técnicos em Ciência da Informação*: inglês/português[15] – de autoria da docente Mariângela Braga Norte, criado com o intuito de contribuir com os(as) alunos(as) de graduação, pós-graduação e profissionais na compreensão dos textos científicos, na intenção de oferecer apoio a tradutores(as) dessa área, facilitar o relacionamento entre pesquisadores(as) internacionais, bem como a vontade de cooperar para a fixação de uma Terminologia na Ciência da Informação (Norte, 2010);

d) *Glossário de Ciência da Informação e Comunicação* (volume 1, 2013), *Glossário de Ciência da Informação e Educação* (volume 2, 2014), *Glossário de neologismos da Ciência da Informação* (volume 3, 2016) – resultados parciais da pesquisa de doutorado em Filologia e Língua Portuguesa, da pesquisadora Jéssica Câmara Siqueira. O primeiro contém termos de interface com a área da Comunicação, que estabelecem relações multidisciplinares com a Ciência da Informação (Siqueira, 2013). O segundo contém termos de interface com a área da Educação, que estabelecem relações interdisciplinares com a Ciência da Informação (Siqueira, 2014). O terceiro é um produto de caráter exploratório e tem como base a análise qualitativa dos neologismos selecionados nos cinco periódicos melhor classificados no Qualis/CAPES no último decênio, define 52 termos (Siqueira, 2016);

e) *Glossary of library science and information technology terms* – editado pelos(as) bibliotecários(as) Gurdev Singh, Monika Sharma, glossário voltado para pesquisadores(as), profissionais e principalmente para estudantes de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, publicado pela editora indiana Ess Ess (Singh; Sharma, 2016);

[15] https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/17.

f) *Glossário de literacia da informação de A a Z*[16] – compilação de Maria da Luz Antunes e Carlos Lopes, busca a compreensão da Terminologia da *literacia* informacional no contexto acadêmico, publicado como parte de um *e-book* disponível *online*, edições Instituto Superior de Psicologia Aplicada, de Lisboa, Portugal (Antunes; Lopes, 2016);

g) *Glossary of Library & Information Science*[17] – expressa um conjunto de termos e de acrônimos de Biblioteconomia, de Ciência da informação, de Tecnologia da Informação e de Organização e Gestão do Conhecimento, disponível *online*, também considerado um dicionário pelo autor, devido o teor mais exaustivo de tratamento dos termos, e incorpora recursos de tesauro (Mr. Librarian, 2021).

Os glossários são produtos alternativos de referência ao campo da Ciência da Informação por apresentarem um produto vocabular especializado que pode auxiliar outros documentos, como livros, artigos, projetos, dissertações/teses, bem como oferecer a uma determinada comunidade de um domínio explicações conceituais atualizadas de novos fenômenos na área ou mesmo de revisitar e atualizar novos termos.

Os cabeçalhos de assunto são listas de palavras ordenadas alfabeticamente vinculadas ao tratamento temático da informação e constituem uma das práticas mais tradicionais elaboradas por bibliotecas, em especial, nos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XIX, que inspirou práticas em diversos lugares do mundo, incluindo o Brasil.

A despeito das possíveis inconsistências dos cabeçalhos de assunto, visto que se utiliza de linguagens prévias que não necessariamente dialogam com especialistas e correspondem terminologicamente à realidade dos(as) usuários(as), são atividades que vigoram até hoje em nível global.

Cabeçalhos de assunto e nomenclaturas lidam com termos. O primeiro para definir termos contidos nos documentos que compõem o acervo de instituições de cultura, educação e informação. O segundo para definir termos em torno de um domínio.

As listas de termos técnico-científicos são estabelecidas como parâmetro de referências para a elaboração das listas de cabeçalho de assunto. Por exemplo, uma lista de cabeçalhos de assunto de uma biblioteca universitária voltada para as áreas de ciências sociais aplicadas deve seguir as nomenclaturas dessas áreas a fim de estabelecer um padrão mais aproximado do que é empregado pela comunidade científica e comunidade usuária.

---

[16] https://repositorio.ipl.pt/entities/publication/3459e427-28c7-4d23-8608-d5fb2a6d8313.
[17] https://www.librarianshipstudies.com/2015/04/glossary-of-library-information-science.html.

Van der Laan (2002) alerta que a existência de lacunas durante a busca em um Sistema de Recuperação da Informação pode ser ocasionada por um método inadequado de coleta dos descritores ou pela não inclusão de novos termos, o que exige uma atualização contínua do(s) vocabulário(s) controlado(s) adotado(s) pelo referido sistema.

A lista de cabeçalhos de assunto mais tradicional é da *Library of Congress*, nomeada de *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), que é uma linguagem de indexação usada por bibliotecas de vários lugares do mundo, mantida desde 1898, para catalogar obras da Biblioteca do Congresso Americano, regularmente revisada pela Divisão de Políticas e Padrões (Library of Congress, 2026), assim como a primeira edição foi chamada de *Subject Headings Used in the Dictionary Catalogues of the Library of Congress* (Cabeçalhos de assunto usados nos Catálogos dicionários da Biblioteca do Congresso Americano), por influência do modelo teórico de Charles Ami Cutter - *Rules for a Dictionary Catalogue* (Regras para um Catálogo dicionário), datada de 1876 e impressa em partes entre 1909 e 1914. O título atual (LCSH) passou a ser utilizado somente a partir da oitava edição, que foi publicada em 1975 (Library of Congress, 2026).

A seguir, outros cabeçalhos de assunto são mencionados, a saber:

a) *Lista de Encabezamientos de Materia para las Bibliotecas Públicas*[18] – lista de cabeçalhos para bibliotecas públicas, elaborada pela Subdireção Geral de Coordenação de Bibliotecas do Ministério da Educação, Cultura e Esportes da Espanha, (1ª edição, 1986), (2ª edição, 1993). Em 2011, foi adaptada aos princípios dos dados abertos vinculados (*Linked Open Data*) e enriquece seus registros de autoridade com recursos de fontes externas nacional, Biblioteca Nacional da Espanha – *Autoridades de materia del catálogo de autoridades de la Biblioteca Nacional de España* (AM BNE), internacionais, Bibliotecas Nacionais da França – *Répertoire d'Autorité-Matière Encyclopédique et Alphabétique Unifié* (RAMEAU); da Alemanha – *Gemeinsame Normdatei* (GND); da Biblioteca do Congresso Americano – *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), além de listas de cabeçalhos regionais: *Lista de encapçalaments de matèria de la Biblioteca de Catalunya* (LEMAC); *Lista de encabezamentos de materia en galego* (LEMAG); Lista Bilingüe de Encabezamientos de Materia en Vasco (LEMAV) (España, 2016);

[18] https://id.sgcb.mcu.es/.

b) *Sears List of Subject Headings*[19] – elaborada originariamente pela bibliotecária americana Minnie Earl Sears, em 1923. Lista inspirada na LCSH, com padrão de terminologia de assuntos para bibliotecas de pequeno e médio porte, reestruturada no formato base de dados *online* comercial, em 2018, pela *Grey House Publishing*, também inclui recursos de tesauro, de dados da Classificação Decimal de Dewey, fornece ainda a lista de cabeçalhos cancelados e seus substitutos. A bibliotecária americana Violet Bluestocking Fox é a editora da 23ª edição, 2022 (Fox, [2022]);

c) *Répertoire de Vedettes-Matière* (RVM)[20] – lista de cabeçalhos da Biblioteca da Universidade de Laval (Canadá), feita em 1946 e reestruturada no formato base de dados *online*, de acesso aberto, em dados vinculados na *web*, disponibiliza as seguintes opções de visualização dos dados: MARC, tesauro, cabeçalhos de assunto, público. Inclui revisão de termos que representam os povos indígenas, além de 734.661 registros de autoridade (Université Laval, [2024]);

d) *Medical Subject Headings* (MeSH)[21] – é um vocabulário controlado (cabeçalho de assunto e tesauro), organizado hierarquicamente, produzido pela *National Library of Medicine* (Estados Unidos), utilizado para indexação, catalogação e busca de informações biomédicas e relacionadas à saúde, e partir dele foi desenvolvido o vocabulário Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) (National Library of Medicine, 2024).

Os cabeçalhos de assunto se constituem como uma das grandes atividades do século XX em nível nacional e internacional, especialmente em bibliotecas e sistemas de informação (analógicos e digitais), sendo comum o diálogo com a nomenclatura (teorias, metodologias, práticas e produtos) no processo de elaboração, publicação e revisão.

Há ainda outros produtos que possuem relação com a terminologia, mas que não são objeto desta tese, quais sejam:

a) ontologias – para construção dependem de um sistema de termos com definições em linguagem natural, mediante o uso de relações categoriais, a fim de possibilitar as ligações de classes de conceitos (Sales; Campos; Gomes, 2008);

b) taxonomias – para estruturação hierárquica simples que se utiliza de poucos termos, demanda um diálogo com as nomenclaturas para tal estruturação, ao

[19] https://searslistofsubjectheadings.com/page/principles.
[20]https://rvmweb.bibl.ulaval.ca/rvmweb/recherche/simple.do?nbTotalNotices=760343&itemsAuPanier=0&capacitePanier=1000&adresseIp=132.255.103.113&rememberMeActif=true&noeud=Azure.
[21] https://meshb.nlm.nih.gov.

> mesmo tempo que permite uma análise sobre as nomenclaturas empregadas, as divergências técnicas e as possibilidades de aprimoramento terminológico.

A Terminologia é um instrumento de grande contribuição para o campo da informação que inclui a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia na elaboração de produtos documentários estruturados em bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, centros de cultura, além de ambientes digitais.

Para a elaboração e a implementação de produtos no campo da informação, a exemplo dos tesauros, dos dicionários, dos glossários, dos cabeçalhos de assunto, entre outros, a Terminologia é de grande valia enquanto disciplina (para fundamentação por meio do uso teorias e metodologias terminológicas), enquanto prática (para aplicação voltada à coleta, descrição, processamento, apresentação dos termos) e enquanto produto (uso de materiais tangíveis como normas, vocabulários etc.).

Portanto, a Terminologia consiste, ao mesmo tempo, em uma construção conceitual e aplicada para subsidiar as atividades do campo da Ciência da Informação, principalmente no que se refere à Organização da Informação e do Conhecimento e de toda a sua carga de atuação.

4 TERMINOLOGIA E GÊNERO EM DIÁLOGO COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A seção 4 trata da Terminologia aplicada ao domínio gênero a partir dos diálogos com a Ciência da Informação e é dividida em três seções secundárias, a saber: reflexões teóricas e conceituais acerca de gênero e feminismos; Ciência da Informação e a produção de conhecimentos aplicada a gênero na Brapci; e produtos terminológicos acerca de gênero.

Os estudos de gênero, especialmente aqueles relacionados às mulheres e aos feminismos, abrangem tanto os estudos feministas e de gênero quanto a atuação das mulheres como agentes e protagonistas sociais, inclusive na condição de pesquisadoras que buscam refletir e analisar questões relacionadas às mulheres em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, destaca-se que as mulheres não devem ser reduzidas apenas a objetos de pesquisa, mas reconhecidas como sujeitas ativas na produção do conhecimento, contribuindo para o rompimento de estereótipos que historicamente as colocam em posição de objetificação.

4.1 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS ACERCA DE GÊNERO E FEMINISMOS

Para a pesquisadora e socióloga Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1992), o termo gênero surgiu no final do século XX, quando pesquisadores(as) das Ciências Sociais debatiam intensamente como reformular os métodos científicos. O conceito passou a representar uma nova forma de compreender a organização social entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, a ideia principal é que o sexo não é só biológico, mas também moldado pela sociedade, e ignorar isso faria parecer natural algo que é histórico.

Conforme a pesquisadora e socióloga Lucila Scavone (2008), o termo relações de gênero chegou ao Brasil por volta da década de 1980, por meio do diálogo entre acadêmicos(as) e movimentos sociais. Nesse contexto, o feminismo foi responsável por introduzir o conceito nas Ciências Sociais, promovendo questionamentos sobre a condição das mulheres na sociedade.

A perspectiva da historiadora e pesquisadora Joan Wallach Scott (1995), apresenta uma compreensão histórica e evidente sobre o conceito de gênero. Para ela, gênero é parte essencial das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma das principais formas de dar sentido às relações de poder.

O conceito gênero se manifesta em uma perspectiva de múltiplas culturas locais, regionais, nacionais e internacionais que constroem crenças, costumes e valores diversos de discriminação e exclusão, e demanda um olhar sobre as relações sociais de gênero.

No vocabulário *Homosaurus*, conforme Keahi Ka‘iwalani Adolpho *et al.* ([2024]), há pelo menos 16 identidades de gênero[22], a saber: *bigender identity; non-euro-american gender and sexual identities* (subdivididas em 89); *genderfluid identity; men* (subdivididas em 8); *pangender identity; transgender identity; trigender identity; women* (subdivididas em 8); *xenogender identity; transgenderqueer identity; non-binary identity; genderqueer identity; gender non-conforming identity; demigender identity; cisgender identity; agender identity*.

Essas identidades de gênero emergem de uma complexa construção histórico-cultural, desenvolvida ao longo de séculos. Nos séculos XX e XXI, esse processo ganhou maior visibilidade e fortalecimento, ao representar diferentes culturas, continentes, países, estados, municípios, comunidades e territórios, nos quais as mulheres passaram a se organizar de forma mais articulada contra os processos de dominação masculina (Scavone, 2008).

Para Côrtes (2024, p. 15):

> O conceito ‘gênero’ explicita que as discriminações, a exclusão e a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres em diversos âmbitos, não são provenientes de uma essência feminina inferior, menos propensa ao desempenho de algumas funções. A categoria analítica é histórica, porque revela que as engrenagens de gênero se diferenciam conforme contextos sociais, econômicos, culturais, políticos e informacionais de cada sociedade. Não há linearidade e fixidez na forma como os condicionamentos de gênero operam nas identidades e como as problemáticas de trabalho, educação, família, maternidade, paternidade, divisão sexual do trabalho, enfim, como as interações e relações sociais são consubstancializadas pelas lentes de gênero em distintos cenários.

Inicialmente, o conceito “gênero” não é uma construção uniforme, linear e universalista da realidade, pois possui uma dinâmica histórica repleta de variações territoriais que precisam ser compreendidas dentro das particularidades socioculturais em que estão inseridas.

O conceito “gênero” não é oriundo de uma inferioridade feminina diante da realidade social, mas surge numa condição em que as desigualdades históricas que oprimem as mulheres por meio de discriminações e exclusões são materializadas na convivência familiar, no trabalho, na educação, na ciência, na renda, nas dimensões maternidade/paternidade, mas

[22] Conforme Francis Solange Vieira Tourinho *et al*. (2017), identidade de gênero refere-se ao gênero com o qual a pessoa se identifica, podendo reconhecer-se como homem, mulher ou fora dos padrões convencionais de gênero. Essa identificação pode ou não corresponder ao gênero atribuído à pessoa no momento do nascimento. A identidade de gênero e a orientação sexual constituem dimensões distintas e não devem ser confundidas. Orientação sexual refere-se à atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente por outras. Essa atração envolve dimensões emocionais, afetivas e sexuais. A orientação sexual pode manifestar-se de diferentes formas, como assexualidade, caracterizada pela ausência de atração sexual; bissexualidade, relacionada à atração por mais de um gênero; heterossexualidade, referente à atração por pessoas de gênero diferente; homossexualidade, relacionada à atração por pessoas do mesmo gênero; e pansexualidade, caracterizada pela atração por pessoas independentemente do gênero.

que evidenciam as mulheres.

Por isso, pensar o "gênero" é um modo de resistência e subversão das mulheres, conforme as possibilidades socioculturais, políticas e legislativas as quais estão inseridas, que permitam uma organização sociopolítica em torno de pautas que são imanentes à garantia fundamental de direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura, ao lazer/entretenimento, a autonomia estética (envolve costumes de vestimenta, práticas alimentares, expressões comunicativas e linguísticas) e a ocupação de ambientes que historicamente foram marcados por dominações masculinas.

Dessa realidade desigual, a noção de gênero se estabelece mediantes os modos como as mulheres se organizam por meio de movimentos sociais e teorias feministas que se complementam como norteadores das pautas das mulheres e somente em um processo sistemático e permanente de mobilização é possível lutar por conquistas que permitam a diminuição das desigualdades.

Côrtes (2024, p. 14) afirma que "A categoria analítica 'gênero' emerge em uma dinâmica de compreensão, das teorias feministas, de que são as relações sociais, respeitando-se distintos contextos históricos e espaciais, que produzem discriminações e desigualdades, com severos prejuízos às mulheres".

O termo feminismos, com a devida pluralidade, é pertinente nesta discussão, pois trata o movimento feminista a partir de uma perspectiva plural de categorias, no sentido de que há várias vertentes feministas (liberal; socialista; radical; materialista; interseccional; negra; indígena; lésbica; trans, decolonial, latino-americana; hegemônica, contra-hegemônica etc.). As pesquisadoras Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1992) e Cláudia Pons Cardoso (2012) aprofundam essas discussões em seus estudos.

Desse modo, os feminismos podem ser compreendidos como movimentos políticos e sociais voltados à construção da igualdade de direitos entre as pessoas. Além disso, constituem teorias e filosofias que buscam promover os direitos das mulheres, partindo do entendimento de que a população feminina vivencia formas específicas de opressão, historicamente marcadas pela dominação e exploração masculina, conforme afirmam Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé (2018).

Essas opressões não são somente de gênero[23], mas também de raça, classe social,

[23] Judith Butler, filósofa, estadunidense e teórica de gênero publicou em 1990 o livro *Gender trouble*: *feminism and the subversion of identity* (Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade – tradução em língua portuguesa, 2003) (Butler, 2003), que aborda a noção de gênero como não determinada pela biologia e nem pela cultura, mas sim uma produção do poder, que opera imposta pela matriz heterossexual. A pesquisadora atua na acepção de gênero como ato performativo

sexualidade, nacionalidade, entre tantas outras questões da interseccionalidade apresentadas mais adiante nessa seção.

De modo específico, Priscila Silva de Figueiredo e Valéria Soares Martins (2020) afirmam que o feminismo é um movimento social e político que versa sobre a desconstrução dos padrões machistas de uma sociedade patriarcal, compreendendo que a sua base política deve ser antirracista, combatente da LGBTfobia e das diferentes formas de opressão que se interseccionam e recaem sobre os grupos socialmente excluídos, uma forma de tratar essas questões sem separá-las é usar a interseccionalidade.

A abordagem desta seção atua em duas frentes: compreensão sobre as origens dos feminismos; e as questões da interseccionalidade no contexto dos feminismos.

Na perspectiva ocidental, a primeira frente que trata sobre a origem dos feminismos remonta à realização de pelo menos quatro movimentos históricos seculares:

a) o primeiro, no século XVIII, de cunho iluminista, à época da Revolução Francesa, que tem como um dos resultados mais marcantes a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (Declaração dos direitos da mulher e da cidadã), elaborada em 1791 pela dramaturga, escritora, feminista, ativista política francesa, Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze. Trata-se de uma carta aberta à rainha Maria Antonieta em defesa de princípios fundamentais aos quais todas as mulheres teriam direito – princípios esses negligenciados pela *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen* (Declaração dos direitos do homem e do cidadão), de 1789 (Gouges, 2020);
b) o segundo, no século XIX, a partir de Sojourner Truth, nome adotado por Isabella Baumfree, em 1843, abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres, em face do discurso *Ain't I a woman?* (Não sou uma mulher?), apresentado em 1851, na National *Woman's Rights Convention* (Convenção Nacional pelos Direitos da Mulher), em Akron, Ohio, Estados Unidos. O referido pronunciamento possui duas versões. Em suma, o discurso de Sojourner Truth exerceu grande impacto na Convenção e representou campanhas feministas negras mais de um século depois. A frase *Ain't I a woman?* (Não sou uma mulher?) foi introduzida no léxico feminista americano e britânico por uma mulher negra, escravizada, destituída, analfabeta e que se tornou uma referência

executado repetidamente, defende também a pluralidade desses atos, de formas de ser e de existir como força criativa e de resistência ao engessamento (a predefinição na categoria "mulher" ou "homem"), à imposição, à imobilidade das identidades.

do feminismo negro, Sojourner Truth. Tal pronunciamento é anterior em mais de um século às seguintes obras feministas: '*Am I that name?' Feminism and the category of 'women' in history*, elaborada pela filósofa inglesa, poetisa, Denise Riley (1988) e *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, elaborada pela filósofa americana e teórica de gênero, Judith Butler (1990). Vale ainda destacar que, em 1832, a primeira sociedade antiescravista formada por mulheres negras já existia, em Salem, Massachusetts, Estados Unidos, porém as convenções antiescravistas não recebiam mulheres negras, quem decidia e debatia acerca do direito ao voto feminino, por exemplo, nesses eventos, era a delegação branca, majoritariamente de classe média/alta, de acordo com Avtar Brah e Ann Phoenix (2004);

c) o terceiro, também no século XIX, articulava a luta contra as desigualdades impostas pela revolução industrial e pelo pensamento fortemente liberal, com a exigência do fim das dinâmicas desiguais no contexto familiar e laboral;
d) o quarto, no século XX, teve como uma das principais pautas a conquista de direitos civis e políticos, dentre eles, o direito das mulheres ao voto.

As origens dos feminismos apontam para seculares e densas mobilizações das mulheres em torno de pautas fundamentais, a exemplo da luta contra o patriarcado – compreendido por Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, socióloga, brasileira e teórica do feminismo, em linhas gerais, como categoria específica de determinado período (seis ou sete milênios mais recentes da história humana; um fenômeno social em permanente transformação; que não abrange apenas a família, atravessa a sociedade; possui como um dos elementos nucleares o controle da sexualidade das mulheres pelos homens (Saffioti, 2015) e da luta contra o racismo – estrutura de dominação documentada em pelo menos 4 mil anos de existência, conforme afirma Carla Akotirene (2019).

De acordo com Gerda Lerner (2022), existe uma questão anterior a essas lutas, relacionada ao pensamento patriarcal: a necessidade de que as próprias mulheres se reconhecessem como agentes sociais. Nesse contexto, a autora problematiza que a luta por direitos humanos se torna limitada quando as mulheres, historicamente, foram levadas a não se perceberem plenamente como sujeitas de direitos e participantes legítimas da vida social.

Cabe destacar também as críticas dirigidas à comparação das "ondas" do feminismo, vinculado ao feminismo hegemônico, conforme se expõe a seguir:

a) ocultam as trajetórias e as lutas específicas das mulheres negras, a exemplo do contexto brasileiro, como chama a atenção a teórica Rosália de Oliveira Lemos

(2000, p. 64), “enquanto as feministas brancas ‘foram à luta’ para entrar no mercado de trabalho, há mais de 500 anos se explorava a mão de obra das mulheres negras. Por isso elas exigiam direitos trabalhistas, e não o direito de trabalhar”;

b) em entrevista concedida à Morgani Guzzo e Inara Fonseca (2018), a filósofa e feminista argentina María Luisa Femenías afirma que os feminismos da América Latina, da África e do Oriente Médio não se encaixam na lógica das ondas, pois, nesses territórios, surgiram movimentos e reivindicações que nem sempre seguiram a mesma cronologia. Além disso, já é difícil conciliar agendas feministas dentro de um único país; entre países diferentes, esse desafio se torna ainda maior;

c) bell hooks[24] (2018) reconhece que as mulheres negras têm um papel fundamental na origem da luta feminista desde a Antiguidade, pois as primeiras pessoas no mundo não eram brancas, então é pouco provável que as primeiras mulheres a desafiar o domínio masculino tenham sido brancas. Contudo, em sociedades ocidentais, marcadas pelas seguintes estruturas de poder: patriarcado, capitalismo e supremacia branca, o pensamento neocolonial determina muitas práticas culturais. Por isso, as mulheres brancas, de classe média/alta, heterossexuais se declararam “proprietárias” do movimento feminista e trataram os demais grupos de mulheres como seguidoras, mesmo quando essas mulheres lideraram muitos movimentos feministas.

Para Guacira Lopes Louro (1997), entre os séculos XIX e XX, movimentos contra a discriminação feminina ganharam visibilidade a partir do direito ao voto às mulheres (sufragismo), manifestação ligada aos interesses das mulheres brancas de classe média/alta.

Em termos de Brasil, a conquista do voto não foi um encaminhamento imediato para igualdade político-jurídica de gênero, visto que, conforme Fernando Limongi, Juliana de Souza Oliveira e Stefanie Tomé Schmitt (2019), os direitos políticos das mulheres brasileiras foram equiparados aos dos homens apenas em 1965, considerando que o Estado compeliu os homens a votar, mas não se achou no direito de fazer o mesmo com as mulheres pela seguinte

[24] bell hooks, grafado em letras minúsculas, é o pseudônimo adotado por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. A escolha pela grafia em minúsculas expressa um posicionamento político de recusa ao personalismo intelectual, ao enfatizar as ideias em vez da figura da autora. Sua ampla produção teórica articula as relações entre imperialismo econômico, supremacia branca e patriarcado, constituindo-se como uma referência fundamental para compreender as intersecções entre raça, classe e gênero em diferentes contextos, como os culturais, acadêmicos, subjetivos e cotidianos, conforme destaca Gabriela Caruso (2021).

razão: a autoridade no interior da família estava concentrada nas mãos dos maridos, e o Estado não iria antepor limites a essa ordem, sendo apenas com o Código Eleitoral de 1965 que tal discriminação deixa de vigorar.

Segundo Louro (1997), no final da década de 1960, inicia a problematização e o conceito de gênero. Em 1968, diferentes grupos sociais (intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens etc.), especialmente na França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha manifestaram inconformismo em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às teorias universais (como exemplo, a universalização da categoria "mulheres"), ao distanciamento acadêmico acerca dos estudos de gênero, à discriminação, à segregação e ao silenciamento.

O desenvolvimento dos feminismos é marcado por manifestações que aconteceram em marchas, protestos e, essencialmente, via publicação de livros, jornais e revistas. Exemplos de livros: *Le deuxiéme sexe* (O segundo sexo), de Simone de Beauvoir (1949); *Sexual politics* (Política sexual), de Kate Millett (1970); *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1969).

Com relação à problematização e ao conceito de gênero, a historiadora estadunidense Joan Wallach Scott publicou, em 1986, o artigo *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* (Gênero: uma categoria útil de análise histórica, com tradução para o português publicada em 1995) (Scott, 1995). Nesse texto, a autora define gênero a partir de duas proposições principais. A primeira é que o gênero constitui um elemento das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre as pessoas. A segunda é que o gênero funciona como uma das principais formas de organizar e justificar relações de poder na sociedade ocidental. A partir dessa perspectiva, Scott defende que o conceito de gênero deve ser constantemente revisto e reorganizado em diálogo com uma perspectiva de igualdade política e social que considere, simultaneamente, fatores como sexo, classe social e raça.

É importante observar que, muitas vezes, um termo ou conceito surge em determinado período histórico, mas as práticas associadas a ele já existiam anteriormente. Em outras palavras, os acontecimentos sociais costumam preceder a formulação conceitual, e os conceitos são elaborados a partir da interpretação desses acontecimentos. Esse processo pode ser observado no caso da interseccionalidade.

Embora o conceito de interseccionalidade aplicado ao feminismo tenha sido formulado pela primeira vez em 1989 pela jurista Kimberlé Williams Crenshaw, a pesquisadora Avtar Brah (2007) aponta que suas bases podem ser identificadas em processos históricos muito anteriores. Segundo a autora, práticas que articulavam diferentes marcadores

sociais já estavam presentes em movimentos abolicionistas nos Estados Unidos desde, pelo menos, a década de 1830, quando a questão racial era discutida em conjunto com outros fatores sociais, como gênero e classe.

Nesse sentido, a interseccionalidade, enquanto categoria analítica, surge inicialmente da articulação da raça com outros marcadores sociais. As pesquisadoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) discutem a interseccionalidade tanto como ferramenta analítica quanto como processo histórico, destacando que suas bases são anteriores à institucionalização acadêmica do conceito realizada por Crenshaw.

A interseccionalidade resulta, portanto, de um processo histórico e político relacionado ao desenvolvimento dos movimentos feministas. Esses movimentos, desde os séculos XVIII e XIX, buscam promover o diálogo entre diferentes vertentes do feminismo e incentivar a construção de lutas comuns, com o objetivo de fortalecer a atuação coletiva e ampliar o alcance das pautas feministas.

De modo geral, no campo do feminismo, a interseccionalidade está relacionada à interação entre diferentes formas de opressão (Crenshaw, 1991). A análise dessas interações é fundamental, pois muitas situações de vulnerabilidade social resultam da combinação entre múltiplos fatores de desigualdade.

A interseccionalidade não pressupõe uma convergência plena ou uma harmonia absoluta entre os diferentes marcadores sociais da diferença presentes nos feminismos. O conceito aponta, antes, para a compreensão de que as diferentes vertentes feministas compartilham pautas comuns e que essas pautas podem ser fortalecidas por meio de lutas coletivas, como ocorre nas discussões relacionadas às desigualdades de gênero que historicamente afetam as mulheres.

Assim, a interseccionalidade não deve ser compreendida como uma hierarquização rígida de marcadores sociais. Em vez disso, esses marcadores devem ser analisados como elementos inter-relacionados, diretamente vinculados aos contextos sociais e históricos, de modo a orientar análises e ações que estejam em consonância com as realidades vividas pelos diferentes grupos feministas.

4.2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS CONTEXTUALIZADA A GÊNERO: LEVANTAMENTO NA BRAPCI

Os estudos sobre gênero no campo da Ciência da Informação em nível internacional e brasileiro crescem em quantidade e variedade na medida em que podem ser

contextualizados a vários eixos da área. Esta discussão é relativa a dois contextos de produção de conhecimentos no campo da Ciência da Informação: a produção geral e a produção específica em terminologias (contextualizadas ao gênero).

Considerando a produção científica relacionada ao objeto de pesquisa desta tese, centrado no gênero na perspectiva das mulheres e dos feminismos, foi realizado um conjunto de buscas com o objetivo de identificar a produção de conhecimento científica nacional e internacional sobre a temática. Para isso, as buscas foram estruturadas da seguinte forma:

a) base de dados – Brapci;
b) termos – gênero e mulher; gênero e feminismo; gênero e mulher e feminismo;
c) período – 2021-2025;
d) tipos de materiais – artigos de periódicos;
e) área do periódico – Ciência da Informação;
f) campos de busca – todos os campos (título, resumo, palavras-chave e autoria).

A busca realizada com os termos "gênero e mulher" recuperou 56 resultados de artigos publicados em periódicos científicos. Desses, 41 artigos foram selecionados, considerando que um correspondia a um editorial de revista, dois não abordavam a temática da pesquisa, oito não pertenciam ao campo da Ciência da Informação e quatro eram duplicados.

A busca realizada com os termos "gênero e feminismo" recuperou 31 resultados, dos quais 25 artigos foram selecionados. Os demais foram excluídos por serem artigos duplicados (três) ou por terem sido publicados em periódicos fora da área da Ciência da Informação (três).

A busca com os termos "gênero e mulher e feminismo" recuperou 12 resultados, sendo selecionados 10 artigos. Dois artigos foram excluídos por duplicidade, e os 10 selecionados já haviam sido identificados nas buscas anteriores com os termos "gênero e mulher" e "gênero e feminismo".

As buscas realizadas possibilitaram a elaboração de oito categorias definidas *a posteriori*, com o objetivo de compreender as produções científicas publicadas na Brapci, no período de 2021 a 2025, acerca de gênero, mulheres e feminismo. As categorias identificadas foram: Fundamentos teóricos; Produção e comunicação científica; Mediação, competência e práticas informacionais; Organização e representação da informação e do conhecimento; Biblioteconomia; Arquivologia; Memória, cultura e identidade; e Políticas públicas.

O recorte temporal adotado foi definido em razão da quantidade satisfatória de artigos recuperados para análise. Foram realizados testes com períodos mais amplos, porém

os resultados obtidos apresentaram um volume muito extenso de documentos.

Cada categoria é representada por um quadro que delimita os dados recuperados, posto que os quadros possuem a seguinte estrutura: categoria do artigo; autorias, título; periódico, incluindo ano de publicação, e os termos buscados (gênero e mulher; gênero e feminismo; gênero e mulher e feminismo).

4.2.1 Fundamentos teóricos

Quadro 1 – Artigos sobre 'Fundamentos teóricos' a partir das buscas na Brapci pelos termos 'gênero e mulher', 'gênero e feminismo' e 'gênero e mulher e feminismo'

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
Fundamentos teóricos	Elisa Cristina Delfini Corrêa, Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit	Suzanne Briet e a luta pelos direitos das mulheres	Ciência da Informação Express, v. 2, n. 3, 2021.	gênero e mulher
	Carlos Cândido de Almeida, Rosa San Segundo Manuel	Epistemologias feministas e Ciência da Informação: estudos e implicações.	Informação & Informação, v. 26, n. 4, 2021.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e feminismo
	Keitty Rodrigues Vieira, Cezar Karpinski	Relações de gênero na constituição epistemológica da biblioteconomia: Margaret Egan e Frances Henne na Escola de Chicago.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 13, n. 1, 2022.	gênero e mulher
	Héloïse Prévost	Até que todas sejamos livres: o ativismo 'sentipensado' das feministas agroecológicas brasileiras contra as violências agrocapitalistas.	Liinc em revista, v. 18, n. 1, 2022.	gênero e feminismo
	Marília Winkler de Morais, Luciana de Sousa Gracioso	Enunciações do feminismo decolonial a partir das categorias fundamentais ranganathianas.	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 28, 2023.	gênero e feminismo
Fundamentos teóricos	Gisele Rocha Côrtes	A categoria analítica gênero e os movimentos feministas	Revista Conhecimento em Ação, v. 9, 2024.	gênero e feminismo

	Sharon Elizabet Rogoski, Keyla Andrea Santiago Oliveira	Ignorância não é neutra: a urgência de leituras feministas.	Revista Cajueiro, v. 5, n. n. 2, 2025.	gênero e feminismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos sete artigos recuperados, cinco abordam diretamente a temática de gênero sob perspectivas feministas, em contextos epistemológicos e políticos, enquanto dois discutem trajetórias de professoras, pesquisadoras e profissionais de destaque nos campos da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação internacional, como Suzanne Briet, Margaret Egan e Frances Henne.

Esses artigos são relevantes tanto para a compreensão geral das discussões sobre gênero, mulheres e feminismos, quanto para o entendimento da temática de gênero no campo da Ciência da Informação.

Sobre a concepção geral de gênero, o artigo de Gisele Rocha Côrtes (2024), professora e pesquisadora em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, destaca dois aspectos principais. O primeiro refere-se à origem dos estudos de gênero com enfoque nas mulheres, considerando que a reformulação de modelos científicos fundamentados no cartesianismo e no positivismo, marcados por perspectivas androcêntricas e funcionalistas, contribuiu para a constituição do campo de estudos sobre mulheres. O segundo aspecto considera que a categoria analítica gênero mantém relação direta com os movimentos feministas, uma vez que as discussões sobre relações de poder e violações dos direitos humanos das mulheres foram historicamente protagonizadas por esses movimentos.

A noção de gênero ampliou-se a partir de duas tendências principais: a participação das mulheres em movimentos sociais, que impulsionou a formação dos movimentos feministas, e o desenvolvimento de estudos acadêmico-científicos sobre as mulheres, responsáveis pela produção de conhecimentos voltados ao fortalecimento da compreensão e das lutas feministas.

Nesse contexto, a construção da noção de gênero está diretamente relacionada às formas de organização das mulheres na esfera pública, especialmente na defesa de direitos civis, sociais e trabalhistas, bem como às investigações acadêmico-científicas voltadas à compreensão das desigualdades sociais e à consolidação dos movimentos feministas.

A origem dos movimentos feministas está associada à necessidade de enfrentamento das desigualdades de gênero, por meio da organização coletiva de mulheres contra formas estruturais de dominação masculina presentes em diferentes instâncias de poder. Essas desigualdades não se configuram apenas como conceitos abstratos, mas como mecanismos de

dominação manifestados nas regulações do Estado, nas instituições e nas relações cotidianas.

Sharon Elizabet Rogoski e Keyla Andrea Santiago Oliveira apresentam diferentes definições sobre o feminismo, compreendendo-o como "[...] um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e opressão" (hooks, 2022, p. 13 *apud* Rogoski; Oliveira, 2025). As autoras também destacam a proposta do Feminismo para os 99%, elaborada por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), que defende um feminismo direcionado às necessidades e aos direitos da maioria das mulheres, especialmente mulheres pobres, trabalhadoras, racializadas, imigrantes, queer, trans e com deficiência.

Além disso, o feminismo é entendido como um movimento capaz de questionar e desestabilizar a ordem social apresentada como natural. Nesse sentido, Márcia Tiburi (2019) argumenta que setores conservadores buscam apropriar-se do feminismo com o objetivo de capturá-lo e transformá-lo em mercadoria.

Rogoski e Oliveira (2025) argumentam que os feminismos não se opõem às religiões, mas aos discursos machistas que limitam a emancipação do pensamento feminino por meio de ameaças e promessas de recompensa após a morte. As autoras destacam que os movimentos feministas contribuíram para ampliar a liberdade das mulheres no exercício de suas práticas espirituais, reduzindo formas de opressão baseadas em perspectivas masculinistas.

A compreensão dos feminismos é central para os estudos de gênero, pois esses movimentos articulam dimensões políticas e teóricas que dão sustentação às lutas das mulheres. Nesse sentido, os feminismos configuram-se como uma combinação entre movimento social e produção intelectual, promovendo reflexões e ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero. Essa atuação confere protagonismo aos feminismos e desafia instituições e grupos historicamente marcados pela predominância masculina, desde o espaço familiar até as estruturas político-institucionais da sociedade.

Abordar os feminismos enquanto movimento e campo teórico é fundamental para compreender os avanços históricos das mulheres em diferentes áreas, como política, ciência, educação, cultura, trabalho, religião e família. Além disso, os feminismos contribuem para o fortalecimento dos fundamentos epistemológicos que orientam as lutas em defesa dos direitos das mulheres.

Diante das desigualdades históricas de gênero e das estruturas de poder masculinas, o fortalecimento dos movimentos feministas ao longo dos séculos XX e XXI passou a ser percebido, por grupos detentores de poder, como uma ameaça à hegemonia masculina. Isso ocorre especialmente porque os feminismos promovem formas mais plurais de participação social, ampliando a atuação das mulheres em diferentes espaços sociais, econômicos, culturais

e políticos.

Nesse contexto, setores conservadores frequentemente buscam reduzir os feminismos a uma perspectiva meramente ideológica, desconsiderando sua longa trajetória política e intelectual. Entretanto, os feminismos constituem um movimento historicamente consolidado e marcado por diferentes correntes teóricas e políticas. Essas diferenças decorrem das distintas experiências vividas pelas mulheres em relação a questões como raça, classe social, renda, trabalho e outras formas de desigualdade, o que resulta em múltiplas interpretações e estratégias de enfrentamento das opressões de gênero.

Os feminismos caracterizam-se, portanto, pela pluralidade de perspectivas e pela organização de mulheres de diferentes territórios, idades, raças e condições sociais. Conforme destaca Gisele Rocha Côrtes (2024), entre as principais correntes feministas estão o feminismo da igualdade, o feminismo da diferença, o feminismo pós-estruturalista, o feminismo socialista, o feminismo marxista e o feminismo decolonial, entre outros.

Desse modo, a diversidade de fundamentações teóricas e políticas dos feminismos demonstra que, embora o movimento seja relativamente recente na história da humanidade e da produção científica, ele tem contribuído significativamente para o avanço dos direitos das mulheres e para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Sobre a temática de gênero na Ciência da Informação, o artigo de Carlos Cândido de Almeida e Rosa San Segundo Manuel (2021) reúne diferentes estudos organizados em duas grandes categorias: “a mulher-palavra” e “a mulher-objeto”:

a) a categoria “mulher-palavra” reúne estudos voltados às discussões sobre gênero e mulheres na produção científica da área. Entre eles, destaca-se o estudo de Patrícia Espírito Santo (2008), que analisou 18 artigos internacionais, seis nacionais e quatro trabalhos do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. A autora concluiu que os estudos nacionais e internacionais apontam a necessidade de ampliação das pesquisas sobre desigualdades de gênero em diferentes áreas do conhecimento, buscando alternativas para o enfrentamento dessas desigualdades. Também se destaca o estudo de Leilah Santiago Bufrem e Bruna Silva Nascimento (2012), que, a partir dos descritores “gênero” e “mulher” na BRAPCI, identificaram 74 artigos produzidos por 102 autores(as) no período analisado. Desse total, apenas 18 autores(as) publicaram mais de um trabalho, e 79,28% das autorias correspondiam a mulheres. Outro estudo relevante é o de Lima e Dias (2013), que realizaram levantamento na BRAPCI entre 1972 e 2011, utilizando palavras presentes nos títulos e no campo de palavras-chave, como

"mulher(es)" e "relações/estudos de gênero". Os autores identificaram 41 trabalhos publicados entre 2000 e 2009 e 12 artigos entre 2010 e 2011, concluindo que, apesar do crescimento dos estudos de gênero em diferentes partes do mundo, ainda são poucas as referências que relacionam gênero e informação na Ciência da Informação.

b) a categoria "mulher-objeto" concentra estudos sobre a presença e a representação das mulheres na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Nesse contexto, destaca-se a discussão sobre a feminização da profissão bibliotecária desenvolvida por Maria Mary Ferreira (2003). Além disso, o estudo de Luciana Kramer Pereira Muller e Carlos Wellington Soares Martins (2019) aponta que as mulheres representam mais de 80% da categoria profissional de bibliotecários(as) no Brasil, embora ocupem apenas cerca de 50% das presidências dos conselhos regionais da área. A categoria também contempla discussões teóricas sobre diferentes correntes feministas aplicadas à Ciência da Informação, como o empirismo feminista, a teoria do ponto de vista feminista, o pós-estruturalismo feminista e os estudos sobre organização do conhecimento sob a perspectiva de gênero e do feminismo, conforme discutido por Melodie J. Fox e Hope Alene Olson (2012).

O estudo de Almeida e San Segundo Manuel (2021) demonstra que os estudos sobre gênero na Ciência da Informação passaram a ganhar maior visibilidade a partir da década de 1990 e vêm se consolidando no século XXI, tanto em quantidade quanto em qualidade. Esse processo também foi identificado no levantamento realizado nesta tese, a partir de buscas na BRAPCI entre os anos de 2021 e 2025.

Entretanto, uma diferença significativa entre os estudos desenvolvidos no século XX e aqueles produzidos no século XXI refere-se à formação de movimentos organizados de mulheres no campo da Ciência da Informação. Nos últimos anos, esses movimentos têm promovido ações relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à realização de eventos, às práticas profissionais e às atividades sociais voltadas às discussões de gênero.

Um exemplo, em âmbito nacional, é a criação do GT 12 no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), intitulado "Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades". O grupo reúne diferentes atividades acadêmicas, especialmente no campo da pesquisa, fortalecendo as discussões sobre gênero e promovendo a integração de pesquisadoras(es) vinculadas(os) a essas temáticas.

O GT 12 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação ([2022], p. [4]) apresenta como ementa:

> Estudos teóricos e aplicados em informação sobre Raça, Classe, Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades. Teorias Críticas, Culturais, Feministas, Queer e Raciais. Bases metodológicas-conceituais e aplicações técnico-científicas dos estudos étnico-raciais, de gênero, de acessibilidade e de diversidade. Relações sociais, de poder e resistências. Branquitude. Epistemicídio. Pós-Colonialidades, Decolonialidades e Anticolonialidades. Justiça Social, Informacional, Racial e de Gênero.

O GT 12 constitui-se como um espaço de articulação entre pesquisadoras(es) da Ciência da Informação, vinculadas(os) a diferentes instituições, faixas etárias e áreas temáticas de pesquisa. Esse grupo consolidou-se como um ambiente de diálogo, produção de conhecimento e formulação de propostas voltadas às questões de gênero, incorporando perspectivas relacionadas à raça, classe, sexualidade, interseccionalidade, acessibilidade, decolonialidade, pós-colonialidade, anticolonialidade, justiça informacional e outras dimensões da diversidade. Dessa forma, o GT busca fortalecer os estudos e as práticas relacionadas ao gênero no campo da Ciência da Informação.

No contexto da Ciência da Informação, observa-se uma ampla diversidade de possibilidades de investigação sobre gênero, mulheres e feminismos. Além das discussões previstas na ementa do GT 12, essas temáticas podem ser abordadas a partir dos fundamentos teóricos da área, da organização e representação da informação e do conhecimento, da mediação da informação, da competência em informação, da gestão da informação, das políticas de informação, da comunicação científica, das tecnologias da informação, da memória e dos ambientes informacionais, entre outros campos de estudo.

A categoria “Fundamentos teóricos” evidencia que gênero, mulheres e feminismos constituem uma tríade indissociável, tanto no âmbito político quanto científico, incluindo a Ciência da Informação. Nesse sentido, o conceito de gênero atua como eixo articulador para os estudos e ações relacionados às mulheres, contribuindo para a formação e o fortalecimento de movimentos feministas responsáveis por organizar, mobilizar e promover avanços nas questões de gênero.

4.2.2 Produção e comunicação científica

Esta categoria é uma das mais substanciais em virtude de que o campo da Ciência da Informação possui uma variedade de estudos que contemplam comunicação científica. O Quadro 2 que segue traz uma síntese dos artigos recuperados.

Quadro 2 – Artigos sobre ‘Produção e comunicação científica’ a partir das buscas na Brapci

pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
Produção e comunicação científica	Laís Alpi Landim, Maria José Vicentini Jorente	O lugar das questões de gênero na pesquisa em design da informação.	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 14, 2021.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e feminismo
	Bibiana Muñoz-Ñúngo, Cristina Rodríguez-Faneca, Astrid Cuida Alexander Maz-Machado	La presencia de la mujer en las publicaciones de Educación en Colombia: un análisis en el Emerging Sources Citation Index.	Biblios (Peru), v., n. 82, 2021.	gênero e mulher
	Tatiely Mayara de Oliveira Neves, Hildenise Ferreira Novo	A questão de gênero na editoria de revistas científicas: representatividade das mulheres.	Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 36, n. 2, 2022.	gênero e mulher
	Gilberto Gomes Cândido, Franciele Marques Redigolo, Marise Teles Condurú, Camila do Nascimento Brito, Carla Patricia Lima Silva	O ecofeminismo como perspectiva em pesquisas científicas.	Liinc em revista, v. 18, 2022.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e feminnismo
	Tatiely Mayara de Oliveira Neves, Hildenise Ferreira Novo	Editoria feminina: representação e representatividade na comunicação científica dentro da biblioteconomia e da Ciência da Informação.	Ciência da Informação Express, v. 3, 2022.	gênero e mulher
	Douglas Farias Cordeiro, Kátia Kelvis Cassiano	A produção das mulheres na Ciência da Informação a partir de uma análise baseada em mineração de dados descritiva.	Informação & Informação, v. 28, n. 1, 2023.	gênero e mulher
	Natascha Helena Franz Hoppen; Bruna Dalmaso-Junqueira	Retrato dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil (1971-2019): a consolidação do campo científico, aprendizados e desafios.	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 28, 2023.	gênero e feminismo
	Caroline da Silva Marinho, Geisa Fabiane Ferreira	Estudos sobre mulher e gênero na Ciência da Informação.	Revista Folha de Rosto, v. 9, n. 2, 2023.	gênero e mulher

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
	Cavalcante, Anna Raquel de Lemos Viana, Izabel França de Lima			
	Maria Cristiana Felix Luciano, Gisele Rocha Côrtes, Aurekelly Rodrigues da Silva	A produção científica dos encontros nacionais de pesquisa em Ciência da Informação (1994-2019).	Informação em Pauta, v. 8, n. esp, 2023.	gênero e feminismo
	Bruna Lessa, Jeane Silva de Carvalho	Repositório institucional como fonte de informação e pesquisa sobre violência contra a mulher: um estudo na Universidade Federal da Bahia.	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 38, n. 1, 2024.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e feminismo
	Djuli Machado de Lucca, Adrieli Molter, Priscila Maria Ferreira Guarate	Características da produção científica sobre mulher na Ciência da Informação: o que a Brapci revela sobre a abordagem dada ao tema na área?	Liinc em revista, v. 20, n. 1, 2024.	gênero e mulher
	Morgana Linhares de Araújo Silva, Alzira Karla da Silva Araújo	Redes de coautora e a temática gênero no contexto da Ciência da Informação.	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 19, n. 3, 2024.	gênero e mulher
	Ricardo Morais, Francisco Segado-Boj, Clara Eloise Fernandes, Valeriano Piñeiro-Naval	What's gender got to do with it? An assessment of scientific writing on gender studies in Social Sciences and Communication.	Revista General de Información y Documentación (Espanha), v. 35, n. 1, 2025.	gênero e feminismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 14 artigos recuperados, seis são sobre a produção científica sobre gênero, incluindo mulheres e feminismos no campo da Ciência da Informação; três artigos sobre produção em outras áreas como design da informação, Educação, além das Ciências Sociais/Comunicação; dois artigos sobre representatividade de mulheres em editorias de revistas científica; um artigo sobre o ecofeminismo em pesquisas científicas; um artigo referente à produção sobre mulheres, feminismos e gênero de um modo geral; e um artigo sobre a violência contra a mulher no repositório institucional da Universidade Federal da

Bahia (UFBA).

O primeiro destaque vai para o estudo de Natascha Helena Franz Hoppen e Bruna Dalmaso-Junqueira (2019) que estabelecem um amplo recorte temporal para o desenvolvimento dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil a partir de uma análise cientométrica de artigos publicados da década de 1970 até o ano de 2019, com o abrangente recorte de 31609 publicações, sendo que:

a) entre 1971 e 1980 a adesão aos feminismos passou a se evidenciar em parte da produção científica brasileira e, principalmente, nas movimentações acadêmicas em que foram identificados 49 artigos publicados ao longo dessa década;
b) nos anos 1980, com o processo de democratização, políticas públicas e a explosão feminista negra, que culminou com a publicação de 235 artigos, é possível observar o retrato das relações de poder que tensionam a sociedade brasileira historicamente, em que o avanço dos estudos feministas, de mulheres e de gênero na década manifesta conquistas, limites e contradições; a centralidade na saúde das mulheres, com propósitos sanitários extremamente salientes – o foco é no planejamento familiar, gravidez e contracepção; fusão de questões de saúde com questões sanitárias, sociais e morais emerge na produção dos anos 1980, embora com parcas ocorrências: o HIV e a AIDS;
c) nos anos 1990, junto com a expansão e fortalecimento do movimento de Lésbicas, Gays, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais + (LGBTQIA+) no Brasil que geraram a publicação de 1408 artigos, essas temáticas se estenderiam significativamente como foco no campo de estudos feministas, de mulheres e de gênero; há a integração da institucionalização dos feminismos na academia em que os estudos de gênero passam a figurar em mais universidades e regiões do país por meio de disciplinas, centros de estudos, grupos, temáticas de pesquisa e eventos;
d) nos anos 2000, período em que ocorre a institucionalização, pluralização e popularização dos feminismos com a publicação de 7278 artigos, a Saúde Pública e a Enfermagem voltam a ser as disciplinas com mais publicações e as palavras “sexualidade”, “homossexualidade” e “identidade de gênero” aumentam sua frequência em relação às décadas anteriores; Arte e performance, que já figuravam uma crescente de publicações nos anos 1990, aumentam ainda mais sua importância no campo; por outro lado, termos usados em pesquisas das ciências médicas e experimentais, como “humano” e “fêmea”, diminuem em proporção; marcos político-institucionais também reverberam as pautas de gênero e

feminismos como a criação do Ministério das Mulheres (2003), Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), Lei Maria da Penha (2006), e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (entre 2008 e 2011);

e) nos anos 2010, 22637 artigos foram publicados, sendo nesta década que a palavra "feminismo" começa a ser mais fortemente adjetivada: feminismo e também feminismos (no plural), feminismo negro, ecofeminismo, pós-feminismo, feminismo materialista, ciberfeminismo, feminismo jurídico, feminismo marxista, feminismo descolonial e decolonial, feminismo comunitário, feminismo latino-americano, o que consolida a pluralização que se iniciava na década anterior e valoriza a diversidade na pesquisa e uma maior sinergia com a pluralidade dos movimentos sociais.

Os estudos sobre gênero, no recorte entre os anos 1970 e 2010 possuem maior concentração no campo da Saúde, mas o campo das Ciências Humanas cresceu substancialmente nos anos 1990 e principalmente 2000 quando há a consolidação da institucionalização dos movimentos feministas e da maturação de políticas públicas de gênero.

Os estudos sobre gênero contemplam uma variedade de áreas em maior ou menor grau como Saúde, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (em que está incluída a Ciência da Informação), Ciências Tecnológicas, Ciências Exatas, Ciências Agrárias, o que define as questões de gênero em perspectivas especializadas e transversais, sendo necessário aprimorar a transversalidade das questões de gênero para compreensão, solução de problemas e fortalecimento dos movimentos de gênero.

A expansão dos estudos de gênero com ênfase em mulheres e feminismos, criam mecanismos de convergência entre diferentes áreas do conhecimento e o desenvolvimento de atividades cooperativas entre pesquisadoras em nível de ensino, pesquisa, extensão, eventos e práticas sociais, o que pluraliza os estudos acadêmicos para além dos muros das universidades e instituições científicas e contribui para intensificação da dinâmica dos movimentos sociais.

Os anos 2020 revelam que uma possível consolidação dos estudos acadêmicos e a pluralização dos movimentos de gênero implicam a possibilidade de ampliar as atividades de gênero nas questões de interesse público, incluindo nas próprias universidades, mas com ênfase em maior intervenção do Estado por meio de políticas públicas de gênero, combate às desigualdades de gênero nas relações de trabalho, emprego, renda e carreira, principalmente no setor privado, o fortalecimento das práticas educacionais de gênero desde a educação básica, fortalecimento dos movimentos sociais de gênero, e, sobretudo, a concretização de êxitos que superem as injustiças históricas de gênero.

Na produção e comunicação científica no campo da Ciência da Informação, o artigo de Morgana Linhares de Araújo Silva e Alzira Karla da Silva Araújo (2024, p. 61) traz a estruturação de uma rede de coautoria de gênero, pois ao "Trazer a temática de gênero para o campo da Ciência da Informação possibilita maior ampliação do conhecimento e desenvolvimento de políticas e ações a partir das informações oriundas das produções, bem como dos pesquisadores da área".

Silva e Araújo (2024) ponderam a partir de estudo realizado na Brapci para analisar a representatividade dos descritores, recorreu à nuvem de *tags*, possibilitando identificar sua frequência dentre as produções, visualizando a incidência das palavras-chave no processo de indexação, identificadas pelo tamanho e centralidade, onde os descritores com mais recorrência são mais evidenciados, tendo em vista que:

a) em relação aos descritores de maior destaque, "violência", "gênero", "informação" e "mulheres" apareceram com maior frequência nos artigos analisados. Também foram identificados, com frequência significativa, os descritores "estudo", "ciência", "social", "jornalismo", "mulher" e "doméstica". Em menor incidência, destacaram-se termos como "estupro", "política", "disseminação", "sexo", "indicador" e "cidadania", entre outros;
b) entre os descritores mais recorrentes, destacaram-se "estudo", "ciência", "social", "jornalismo", "mulher" e "doméstica";
c) os descritores com menor incidência foram "estupro", "política", "disseminação", "sexo", "indicador" e "cidadania", entre outros;
d) em relação ao ranking de produção científica, os artigos recuperados na Brapci indicaram a participação de 58 pesquisadores(as) nos 31 artigos selecionados. Gisele Rocha Côrtes ocupou a primeira posição, com participação em seis artigos, todos produzidos em coautoria. Em seguida, destacaram-se Natascha Helena Franz Hoppen e Samile Andréa de Souza Vanz, com três produções cada. Posteriormente, apareceram Edvaldo Carvalho Alves, Thaís Dias Medeiros e Gilda Olinto, com autoria em dois artigos cada. Os(as) demais pesquisadores(as) participaram de um único artigo, também em coautoria, compartilhando a quarta posição no ranking;
e) quanto à rede de coautoria em díades, identificou-se que 26 pesquisadores(as) produziram trabalhos em parceria com outro(a) pesquisador(a), formando 13 díades. Entre elas, destacam-se: Bianca Ferreira Hernandez e Luciane Paula Vital; Adelina Codina-Canet e Rosa San Segundo Manuel; Gustavo Henrique

Moreira Dias Almeida e Mariana de Lima Campos; Maria Salet Ferreira Novellino e Rosimeri Silva de Santana Tavares; Andréa Doyle e Gilda Olinto; Nathália Lima Romeiro e Ricardo Medeiros Pimenta; Irene Rocha Kalil e Adriana Cavalcanti de Aguiar; Jessica Beatriz Tolare e Bruna Daniele de Oliveira Silva; Isis Cleide da Cunha Fernandes e Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca; Laizlla Cristie da Silva Ferreira e Gisele Rocha Côrtes; Kariane Regina Laurindo e Daniella Camara Pizarro; Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão; e Natascha Helena Franz Hoppen e Samile Andréa de Souza Vanz;

f) em relação às redes de coautoria em tríades, foram identificados sete grupos compostos por três autores(as): Gabriela Santos Alves, Lais de Mello Rocio e Rafael Paes Henriques; Tamara de Souza Brandão Guaraldo, Célia Maria Retz Godoy dos Santos e Daniele Mendes de Melo; Gisele Rocha Côrtes, Edvaldo Carvalho Alves e Leyde Klebia Rodrigues da Silva; Gisele Rocha Côrtes, Maria Cristiana Félix Luciano e Karla Cristina Oliveira Dias; e Kaliandra Oliveira Andrade, Izabel França de Lima e Gisele Rocha Côrtes;

g) no que se refere à produtividade e às relações de coautoria no contexto das pesquisas sobre gênero, Gisele Rocha Côrtes destacou-se com 13 relações de coautoria. Entre os(as) pesquisadores(as) com quem desenvolveu trabalhos conjuntos estão Izabel França de Lima, Kaliandra Oliveira Andrade, Edvaldo Carvalho Alves – com quem apresentou maior interação –, Leyde Klebia Rodrigues da Silva, Karla Cristina Oliveira Dias, Maria Cristiana Félix Luciano, Aurekelly Rodrigues da Silva, Joelma da Silva Oliveira, Patrícia da Silva Oliveira, Laelson Felipe da Silva, Fernanda Silva Costa, Daniella Alves de Melo e Laizlla Cristie da Silva Ferreira;

h) em relação à produção individual, as autoras Maria Zanela, Luciane de Fátima Beckman Cavalcante, María Eugenia Salvai, Willian Eduardo Righini de Souza, Gilda Olinto e Aline Ribeiro da Cruz assinaram seus trabalhos de forma individual.

O campo da Ciência da Informação tem uma produção sobre gênero que se intensifica a partir dos anos 2010 na medida em que se fortalecem as atividades de ensino, pesquisa, extensão e eventos no âmbito da graduação e principalmente da pós-graduação. Tal crescimento produtivo revela o fortalecimento das pesquisadoras na área e no diálogo com pesquisadoras de outras áreas e a aproximação das questões de gênero, mulheres e feminismos na ciência, na política, na mídia e na sociedade de modo mais amplo.

Em síntese, as questões de gênero, mulheres e feminismos na Ciência da Informação revelam a produção de conhecimentos por meio da identificação de autorias, coautorias, temáticas de pesquisa, bem como um envolvimento das pesquisadoras em movimentos feministas, o que fortalece o campo da Ciência da Informação do ponto de vista acadêmico-científico e social.

4.2.3 Mediação, competência e práticas informacionais

Esta categoria é robusta, tanto por delimitar uma variedade de temáticas comuns como mediação da informação, competência em informação e práticas informacionais, quanto pela quantidade de estudos desenvolvidos. O Quadro 3 faz uma síntese sobre os artigos recuperados.

Quadro 3 – Artigos sobre 'Mediação, competência e práticas informacionais' a partir das buscas na Brapci pelos termos 'gênero e mulher', 'gênero e feminismo' e 'gênero e mulher e feminismo'

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
Mediação, competência e práticas informacionais	Andréa Doyle, Gilda Olinto	Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero.	Informação & Informação, v. 26, n. 4, 2021.	gênero e feminismo
	Patrícia Saldanha, Rodrigo Silva Caxias de Sousa, Marcia Heloisa Tavares Figueredo Lima	Práticas informacionais no Portal Geledés	Revista Folha de Rosto, v. 8, n. 1, 2022.	gênero e mulher
	Luciane de Fatima Beckman Cavalcante	A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição retratos relatos.	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 18, n. 2, 2022.	gênero e mulher
	Maria Cristiana Felix Luciano, Gisele Rocha Côrtes, Rebeca Klywiann Cardone, Vanessa Nunes Cardoso, Gracy Kelli Martins	Mediação consciente da informação no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: o uso dos termos mulheres, gênero e feminismo nas pesquisas publicadas no período de 1994 a 2019.	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 18, n. 2, 2022.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e feminismo
	Beatriz de Oliveira Benedito, Marcela Arantes Ribeiro	Mediação da informação no processo de equidade e empoderamento das	Revista EDICIC, v. 2, n. 4, 2022.	gênero e mulher

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
		mulheres nas organizações.		
	Ana Patrícia Silva Moura, Gisele Rocha Côrtes, Aurekelly Rodrigues da Silva	Mediação consciente da informação: o protagonismo social nas dissertações sobre mulheres e feminismo dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil.	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 16, 2023.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e femismo
	Gisele Rocha Côrtes, Aurekelly Rodrigues da Silva	Feminismo negro, interseccionalidade e mediação da informação.	Revista Folha de Rosto, v. 9, n. 2, 2023.	gênero e feminismo
	Ana Patrícia Silva Moura, Gisele Rocha Côrtes	Mediação da informação, gênero e mulheres: uma análise das dissertações e teses nos PPGCIs brasileiros (2010-2020).	Em Questão, v. 30, 2024.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e feminismo
	Tayssa Nobre Lobo, Leandra Alencar Soares Lima de Passo, Maria de Fátima Oliveira Costa, Lídia Eugenia Cavalcante	Que nada nos limite: contemplações acerca da literacia em saúde feminina na Ciência da Informação.	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 17, 2024.	gênero e mulher
	Ana Patrícia Silva Moura, Aurekelly Rodrigues da Silva, Gisele Rocha Côrtes	Mediação da informação e linhas de pesquisa: uma análise das dissertações e teses sobre mulheres e feminismos.	Revista Conhecimento em Ação, v. 9, 2024.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e femminismo
	Georginei Souza Neri, Francisca Rosaline Leite Mota	Competência informacional com vistas à mulher em situação de violência	Logeion: filosofia da informação, v. 10, n. 2, 2024.	gênero e mulher
	Aurekelly Rodrigues da Silva, Gisele Rocha Côrtes, Ana Patrícia Silva Moura	Dispositivos informacionais utilizados no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.	Convergência em Ciência da Informação, v. 8, n. esp., 2025.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e feminismo

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
	Ana Patrícia Silva Moura, Gisele Rocha Côrtes	Mediação da informação e feminismo negro: uma análise de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros.	Palabra clave, v. 15, n. 1, 2025.	gênero e feminismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 13 artigos recuperados na Brapci, seis são referentes a estudos sobre a produção acadêmico-científica sobre mediação da informação acerca de gênero, mulheres e feminismos em periódicos científicos, eventos e na pós-graduação stricto sensu (dissertações e teses), o que revela a relevância da Ciência da Informação em investigar a produção de conhecimentos sobre variados objetos da área; dois artigos tratam da competência em informação em relação aos estereótipos de gênero e a violência contra as mulheres; um artigo trata sobre violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação; um artigo é sobre práticas informacionais no Portal Geledés; um artigo sobre mediação da informação no processo de equidade e empoderamento das mulheres nas organizações; um artigo sobre feminismo negro, interseccionalidade e mediação da informação; e um artigo sobre dispositivos informacionais utilizados no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Os estudos de Maria Cristiana Félix Luciano *et al.* (2022); Ana Patrícia Silva Moura, Gisele Rocha Côrtes e Aurekelly Rodrigues da Silva (2023), bem como de Ana Patrícia Silva Moura e Gisele Rocha Côrtes (2024, 2025), evidenciam a mediação da informação como uma prática acadêmica construída a partir da produção científica das autoras, contribuindo para o fortalecimento do protagonismo feminino no campo da Ciência da Informação.

O estudo de Maria Cristiana Félix Luciano *et al*. (2022) evidencia que as(os) pesquisadoras(es) que atuam conscientemente na mediação de estudos sobre “mulheres”, “gênero” e “feminismo” no Enancib exercem uma mediação consciente da informação, ao promoverem discussões consideradas relevantes sob os pontos de vista político, social e científico.

Além disso, as produções relacionadas a gênero, mulheres e feminismos abordam diferentes demandas informacionais, como violência doméstica, violência contra mulheres negras, combate à transfobia, representação da informação, protagonismo social das mulheres, mediação da informação no enfrentamento à violência contra as mulheres e desigualdades de

gênero na ciência. O estudo também destaca a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre feminismo e de verificar se marcadores sociais, como gênero, raça/etnia, classe social, regionalidade etc. estão efetivamente contemplados nessas investigações (Luciano *et al*., 2022).

Côrtes e Silva (2023), ao discutirem feminismo negro, interseccionalidade e mediação da informação, afirmam que a mediação da informação, sob uma perspectiva interseccional, oferece subsídios para a construção de práticas de resistência voltadas à ressignificação de regimes de poder racistas, capitalistas e cisheteropatriarcais, os quais produzem impactos significativos na vida das mulheres negras.

Nesse contexto, a mediação da informação é compreendida como fundamento teórico, metodológico, empírico e prático da Ciência da Informação. No âmbito teórico, envolve conceitos, tipologias e dimensões estruturadas para orientar possibilidades de aplicação. No aspecto metodológico, refere-se às estratégias utilizadas para a construção científica, profissional e social, fundamentadas nesses conceitos e dimensões. No campo empírico, relaciona-se às experiências cotidianas da mediação da informação em contextos institucionais e sociais. Já no aspecto prático, compreende a aplicação da mediação da informação para o aprimoramento dos processos teóricos, metodológicos e empíricos da área.

A partir dessa perspectiva, a mediação da informação apresenta múltiplas possibilidades de atuação nos diferentes contextos da Ciência da Informação:

a) a aplicabilidade das dimensões da mediação da informação propostas por Henriette Ferreira Gomes (2014, 2020) – dialógica, estética, formativa, ética e política – voltadas ao protagonismo social, bem como das dimensões apresentadas por Jonathas Luiz Carvalho Silva (2025) – comunicativa, institucional, metodológica, valorativa e ética – direcionadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, as dimensões relacionadas ao protagonismo social evidenciam as mulheres e os movimentos feministas como elementos centrais nos processos de luta e construção de trajetórias individuais e coletivas. Da mesma forma, as dimensões voltadas ao desenvolvimento sustentável reconhecem as contribuições das mulheres e dos movimentos feministas para o desenvolvimento social, educacional, cultural, ambiental, organizacional e para outras esferas do Estado e da sociedade.
b) a partir dessas dimensões e fundamentos, compreender como a mediação da informação pode constituir-se como uma atividade inclusiva, orientada pela perspectiva da interseccionalidade, entendida como resultado de “[...] ações de

interferência, mediadas pelas mulheres negras, ativistas e pesquisadoras, de distintos contextos histórico-sociais, em prol do direito de ter a humanidade reconhecida e os direitos humanos garantidos" (Côrtes; Silva, 2023, p. 261);

c) a mediação da informação em ambientes como bibliotecas, arquivos e museus que devem experienciar eventos, formações, serviços e produtos voltados para as questões de gênero, mulheres e feminismos, conclamando as mulheres das comunidades às quais estão vinculadas para elaborar/implementar as atividades;
d) a mediação da informação como fundamento de interferência e apropriação nas políticas públicas de gênero que congregue as perspectivas da interseccionalidade de gênero, raça, classe e deficiência, orientação sexual, faixa etária, deficiências e territórios, bem como na educação, na cultura, na ciência, na saúde e em outros segmentos;
e) a mediação da informação deve incentivar o protagonismo e o desenvolvimento sustentável de mulheres negras, quilombolas, indígenas, cientistas, empreendedoras, dentre outras, por meio de atividades de serviços, produtos, formações, eventos, ações culturais, execução de políticas públicas, preservação/difusão da memória, gestão e tecnologias.

A mediação da informação é um fundamento que fomenta uma Ciência da Informação mais inclusiva e equitativa, o que passa diretamente pela luta na diminuição das desigualdades de gênero e evidencia as mulheres e os movimentos que as representam como mecanismos para o protagonismo social e o desenvolvimento de sustentável, tendo como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS/ONU), considerando todos os objetivos, mas também enfatizando o objetivo cinco, que é referente à igualdade de gênero.

No artigo sobre práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero, Andréa Doyle e Gilda Olinto (2021) produzem categorias para Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) sobre estereótipos e gênero, conforme indicado no Quadro 4.

Quadro 4 – Sistematização das categorias de análise das práticas críticas

Lugar/ Momento	Categoria	Feminismo	AMI	Descrição
Origem/início	Ponto de vista	Lugar de fala, saber localizado, parcialidade, ancestralidade,	Contexto	Partimos de um corpo, de um lugar, de uma experiência, de uma temporalidade e de uma ancestralidade. Esse é o

Lugar/ Momento	Categoria	Feminismo	AMI	Descrição
		corporeidade		nosso contexto sócio-histórico de atuação, o nosso ponto de vista inicial.
	Autocrítica	Autocrítica; Autorreflexão; autoavaliação	Aprender a aprender, metacognição	Questionamos nossos próprios mecanismos cognitivos, nossos estereótipos/preconceitos. Compreendemos nossos modos de pensar, sentir e aprender.
Processo/Meio	Colaboração	Comunidade, coletividade, diversidade, cooperação, horizontalidade, escuta, troca inclusão	Academia como conversa; negociação de significados	Se temos um ponto de vista localizado, é ouvindo, trocando, incluindo e colaborando de forma horizontal com pessoas diversas, com generosidade, e empatia, que ampliamos o nosso saber.
	Desconstrução	Do patriarcado (e outros sistemas de opressão)	Informação, mídias e tecnologias são construídas socialmente	Compreendemos as estruturas dos sistemas de opressão, a construção social da informação/ mídias/tecnologias e como elas podem reproduzir ou desconstruir esses sistemas.
Objetivo/Fim	Empoderamento	Entusiasmo, Autoestima, Conscientização	Autonomia; autoconfiança; capacidade de decisão e autoavaliação	Nos empoderamos, que é o objetivo dos processos educativos e sociais: o desenvolvimento pleno da pessoa em sua subjetividade e potencialidade.
	Bem viver	Equidade de oportunidades, justiça social, continuum de resistência	Ética, Aprendizado ao longo da vida	Objetivo final: nos tornamos pessoas conscientes que podem contribuir para uma sociedade (e uma academia) mais justa e feliz. E sabemos que esse é um trabalho contínuo.

Fonte: Doyle e Olinto (2021).

A alfabetização midiática e informacional é um poderoso instrumento formativo para compreensão de questões de gênero, mulheres e feminismos, que possui processos, meios e fins estratégicos que fomentam a construção de novos conhecimentos, subsídios para aprendizagem, além da promoção de novas formações, serviços e produtos no contexto midiático e informacional.

A proposta de AMI inicia no ponto de vista e na autocrítica e termina na condição do empoderamento e do bem viver, mas exige um processo formativo contínuo e teórico-prático

que possibilite aos/as pessoas envolvidas como docentes e discentes a construção de estratégias para melhor atuação profissional, melhor convivência social, mas também pressupostos para o enfrentamento às práticas de desinformação relacionadas às questões de gênero.

Em suma, a categoria de mediação, competência e práticas informacionais exercem potenciais contribuições para os fundamentos epistemológicos, metodológicos e pedagógicos da Ciência da Informação, no sentido de aperfeiçoar fundamentos em mediação, competência e práticas informacionais voltados às questões de gênero.

4.2.4 Organização e representação da informação e do conhecimento

Esta categoria possui estudos mais especializados no campo da Ciência da Informação, conforme demonstra o Quadro 5.

Quadro 5 – Artigos sobre 'Organização e representação da informação' a partir das buscas na Brapci pelos termos 'gênero e mulher', 'gênero e feminismo' e 'gênero e mulher e feminismo'

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
Organização e representação da informação	Anna Raquel de Lemos Viana, Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante, Gigliolla de Lourdes Batista Moura, Maria Cristiana Felix Luciano, Denysson Axel Ribeiro Mota	Representação da informação de gênero: uma análise do filme da Mulher Maravilha	Revista Folha de Rosto, v. 9, n. 2, 2023.	gênero e mulher
	Camila Monteiro Barros, Priscila Rosa Martins, Victoria Ushuaia Passos Escobar, Luciane Paula Vital, Eva Cristina Leite da Silva	Registro civil como objeto de estudo da organização do conhecimento	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 16, n., 2023.	gênero e mulher
	Brenda de Souza Silva, Fabio Assis Pinho	Matriarca do desconhecido: representação temática da personagem funesta	Informação & Informação, v. 30, n. 2, 2025.	gênero e mulher
	Bruna Lessa, Maria Luiza Crosara, Bruna Cupertino	Organização da informação sobre o atendimento de mulheres em situação de violência: ações de informação governamentais no Estado da Bahia-Brasil	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 18, n. 3, 2025.	gênero e mulher

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos quatro artigos recuperados, um trata sobre representação da informação de gênero; um trata sobre organização do conhecimento na perspectiva do registro civil; um trata sobre representação temática da matriarca Funesta do livro A Rainha do Ignoto; e o último aborda a organização da informação sobre o atendimento de mulheres em situação de violência a partir de ações de informação governamentais no Estado da Bahia.

Há certa carência de estudos que fundamentem teoricamente a organização da informação e/ou a organização do conhecimento, visto que os estudos são mais empíricos e voltados para representação de personagens cinematográficos, livrescos ou de elementos institucionais de caráter público-governamental.

O artigo de Bruna Lessa, Maria Luiza Crosara e Bruna Cupertino (2025) analisa a organização da informação nas ações governamentais de atendimento a mulheres em situação de violência no estado da Bahia. O estudo buscou identificar e categorizar os principais dispositivos mediadores presentes nas interações da Rede de Atendimento à Mulher, vinculada à Secretaria de Políticas para as Mulheres, por meio do mapeamento de 83 atores e atrizes distribuídos em 37 municípios.

As autoras classificaram as competências desses serviços em quatro áreas principais: jurídica, segurança, saúde e assistência social. Além disso, as ações de informação foram organizadas em três dimensões – mediacional, formativa e relacional – com base no conceito de regimes de informação desenvolvido por Maria Nélida González de Gómez.

A partir da análise das dinâmicas dos fluxos de informação entre os(as) participantes da rede de atendimento às mulheres na Bahia, as autoras concluíram que a organização da informação, orientada por uma perspectiva feminista interseccional, pode evidenciar as relações de poder presentes nos regimes de informação. O estudo também aponta para a necessidade de construção de um ecossistema informacional mais comprometido com a garantia dos direitos das mulheres nos serviços de atendimento (Lessa; Crosara; Cupertino, 2025).

Nesse contexto, a organização e representação da informação podem contribuir para as pautas de gênero de diferentes maneiras:

a) desenvolvimento e aprofundamento de estudos teóricos, metodológicos, empíricos e práticos sobre organização e representação da informação e do conhecimento relacionados a gênero, mulheres e feminismos, abrangendo temas

como catalogação, classificação, indexação, linguagens documentárias e terminologias;

b) criação, estruturação e ampliação de sistemas de informação físicos, digitais e híbridos voltados à produção, organização e difusão de acervos sobre gênero, mulheres e feminismos, tanto em ambientes tradicionais de informação – como bibliotecas públicas, universitárias e especializadas, arquivos e museus – quanto em pesquisas desenvolvidas em universidades e instituições científicas;
c) realização de estudos sobre organização da informação e do conhecimento articulados a outros eixos da Ciência da Informação, como recuperação da informação, tecnologias da informação, gestão da informação, mediação da informação, competência em informação, políticas e serviços de informação, além de memória e comunicação científica;
d) criação de comissões institucionais em associações profissionais e científicas das áreas de Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, voltadas às discussões sobre organização e representação da informação e do conhecimento com enfoque em gênero;
e) promoção de eventos acadêmicos e profissionais nas áreas de Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia que integrem debates sobre organização e representação da informação e do conhecimento relacionados às questões de gênero.

Desse modo, o campo da organização e representação da informação e do conhecimento pode avançar de forma mais significativa tanto em estudos teóricos quanto em pesquisas aplicadas, contribuindo para as discussões sobre gênero, mulheres e feminismos por meio do diálogo entre universidades, entidades profissionais, categorias da área e outros setores da sociedade.

4.2.5 Biblioteconomia

A categoria Biblioteconomia é decorrente do fato de estudos específicos de questões acadêmicas e profissionais que envolvem pesquisadoras e tipos de bibliotecas, conforme indicado no Quadro 6.

Quadro 6 – Artigos sobre ‘Biblioteconomia’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
Biblioteconomia	Isadora Escalante, Patrícia Mallmann Souto Pereira, Luciano Rodrigues de Souza Coutinho	O impacto do estereótipo de gênero sobre a mulher bibliotecária do século XXI no Brasil.	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 8, 2021.	gênero e mulher
	Hélio Márcio Pajeú, Arthur Henrique Feijó de Almeida	Quando as questões de gênero invadem a biblioteca escolar: proposta de calendário comemorativo da diversidade.	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 17, 2021.	gênero e mulher
	Dávila Maria Feitosa da Silva, Erinaldo Dias Valério, Nicacia Lina do Carmo	Negra intelectual na Biblioteconomia do Cariri Cearense.	Revista Folha de Rosto, v. 7, n. 1, 2021.	gênero e mulher
	Romina Birari	La transversalidad de la perspectiva de género, las disidencias y la interseccionalidad en las bibliotecas públicas y escolares de la República Argentina.	Revista Prefacio (Argentina), v. 8, n. 13, 2024.	gênero e feminismo
	Larissa Pinheiro Lopes, Giovanna Valentini Paiva, Patrícia Mallmann Souto Pereira	Representatividade de grupos minorizados socialmente no acervo de bibliotecas públicas e comunitárias: no contexto do feminismo interseccional.	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 21, 2025.	gênero e feminismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos cinco artigos recuperados, um analisa o impacto dos estereótipos de gênero sobre a mulher bibliotecária no Brasil do século XXI; outro aborda as questões de gênero no contexto da biblioteca escolar; um terceiro discute a intelectualidade da mulher negra na Biblioteconomia da região do Cariri cearense; outro investiga a transversalidade da perspectiva de gênero em bibliotecas públicas e escolares da Argentina; e um último estudo analisa a representatividade de grupos socialmente minorizados nos acervos de bibliotecas públicas e comunitárias a partir da perspectiva do feminismo interseccional.

Entre as possibilidades mais relevantes de contribuição da Biblioteconomia para as discussões sobre gênero, mulheres e feminismos, destacam-se duas dimensões articuladas: a acadêmica, desenvolvida no âmbito das universidades, e a profissional, realizada diretamente nas bibliotecas e no exercício da prática bibliotecária.

No contexto acadêmico, um aspecto estratégico consiste na compreensão e

desconstrução dos estereótipos de gênero relacionados às bibliotecárias, docentes e representantes institucionais da Biblioteconomia.

Segundo Isadora Escalante, Patrícia Mallmann Souto Pereira e Luciano Rodrigues de Souza Coutinho (2021), os estereótipos de gênero continuam presentes no cotidiano das bibliotecárias, inclusive entre aquelas que ocupam cargos de chefia. Muitas vezes, esses estereótipos não são percebidos pelas próprias profissionais, embora possam influenciar, de maneira consciente ou inconsciente, sua autoconfiança no exercício profissional. Além disso, mesmo que alguns estereótipos mencionados na literatura, como antipatia, mau humor e passividade, não tenham aparecido diretamente nos depoimentos analisados, foi possível identificar sua presença de forma indireta. Isso se evidencia, por exemplo, em expressões pejorativas que associam a bibliotecária a uma profissional sem ambições, resistente a mudanças ou que apresenta comportamentos considerados inadequados diante dos(as) usuários(as).

Nesse contexto, as práticas acadêmicas assumem papel estratégico na desconstrução de estereótipos de gênero relacionados às bibliotecárias. Essas práticas podem envolver ações de ensino, como a oferta de disciplinas obrigatórias e optativas na graduação e na pós-graduação, além de projetos de monitoria. Também incluem atividades de pesquisa, como o desenvolvimento de projetos e a produção de trabalhos acadêmicos e técnicos em diferentes níveis de formação. No campo da extensão, podem ser realizadas ações como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços à comunidade.

Essas iniciativas podem ser desenvolvidas em parceria com órgãos de classe e com diferentes tipos de bibliotecas, como bibliotecas universitárias, públicas, escolares, especializadas e comunitárias, entre outras.

No campo das práticas profissionais, Larissa Pinheiro Lopes, Giovanna Valentini Paiva e Patrícia Mallmann Souto Pereira (2025) afirmam que pensar a biblioteca pública e comunitária como um espaço de inclusão social, a partir da perspectiva do feminismo interseccional, significa reconhecer a importância de incluir no acervo obras de literatura feminista, literatura sobre educação antirracista e literatura relacionada à comunidade LGBTQIAPN+. Essa perspectiva também exige o reconhecimento da existência de grupos socialmente minorizados e a compreensão do contexto social em que esses grupos estão inseridos. A partir disso, torna-se possível desenvolver ações que contribuam para a autonomia e o empoderamento dessas populações, especialmente por meio da leitura e da Competência em Informação (CoInfo).

A Biblioteconomia, em seus diferentes espaços de atuação, acadêmico (universidades), profissional (bibliotecas e outras organizações), político (órgãos de classe) e autônomo (iniciativas empresariais), pode desenvolver ações voltadas às questões de gênero. Essas ações podem ser realizadas de forma específica ou em parceria entre essas instâncias.

Além da promoção da leitura e da Competência em Informação, essas iniciativas podem envolver outras ações informacionais, como o desenvolvimento de serviços, produtos e tecnologias da informação, bem como práticas de mediação, políticas e gestão da informação. Também podem incluir a realização de eventos e atividades acadêmicas, tanto no ambiente universitário quanto em outros espaços sociais.

Um movimento articulado entre diferentes instituições pode fortalecer a atuação da Biblioteconomia nas questões de gênero. Nesse contexto, torna-se relevante o desenvolvimento de iniciativas lideradas por órgãos de classe e instituições da área, como o Conselho Federal de Biblioteconomia (Sistema CFB/CRB), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Essas ações também podem envolver as universidades, especialmente a comunidade acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação, e instituições do mercado, incluindo bibliotecárias que atuam de forma autônoma.

A articulação entre essas instâncias pode contribuir para ampliar o debate sobre gênero na área, considerando que a Biblioteconomia é majoritariamente composta por mulheres. Além disso, esse movimento coletivo pode favorecer a construção de uma cultura de gênero mais inclusiva, que se manifeste tanto nos currículos acadêmicos quanto nas práticas profissionais e de mercado.

4.2.6 Arquivologia

Esta categoria é bem pautada nos estudos sobre arquivos que envolvem questões de gênero, mulheres e feminismos, como mostra o Quadro 7.

Quadro 7 – Artigos sobre ‘Arquivologia’, a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
Arquivologia	Rosale de Mattos Souza	Estudo de gênero nos	Revista EDICIC,	gênero e

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
		arquivos e a representação das mulheres na contemporaneidade.	v. 3, n. 3, 2023.	mulher gênero e feminismo
	Rosale de Mattos Souza, Shirley Carvalhêdo Franco	Representação subversiva de Rose Marie Muraro nos arquivos e no movimento feminista do Brasil.	Ágora: Arquivologia em debate, v. 34, n. 69, 2024.	gênero e feminismo
	Patrícia Ladeira Penna Macêdo, Karla Simone Willemann Schutz, Priscila Rosa Martins, Jacqueline de Araujo Cunha	Feminismo crítico nos arquivos	Convergência em Ciência da Informação, v. 8, 2025.	gênero e feminismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos três artigos recuperados, um é referente ao estudo de gênero nos arquivos e a representação das mulheres na contemporaneidade; um é sobre representação subversiva de Rose Marie Muraro nos arquivos e no movimento feminista do Brasil; e um trata do feminismo crítico nos arquivos. Embora os estudos sejam escassos nos últimos anos, os arquivos demonstram grande potencialidade de atuação em relação as questões de gênero, mulheres e feminismos.

Macêdo *et al.* (2025) afirma que: a influência da política e da pesquisa feministas chegou aos arquivos paralelamente ao crescimento do movimento feminista da segunda onda nas décadas de 1970 e 1980 na medida em que teoria feminista exerceu influência significativa na formação do entendimento sobre as múltiplas relações entre arquivos e poder; pesquisadoras feministas também adentraram os discursos arquivísticos, abordando os desafios específicos da coleta de materiais feministas, das práticas arquivísticas feministas e do potencial dos arquivos e das práticas arquivísticas para o pensamento feminista; ao mesmo tempo, na prática arquivística, houve esforços relevantes de coleta em torno de determinados movimentos feministas e um aumento acentuado nas colaborações entre comunidades e instituições, ou seja, entre arquivos feministas e instituições arquivísticas tradicionais; no entanto, dentro do campo arquivístico, os diálogos com o pensamento e a prática feministas têm sido frequentemente limitados a uma preocupação com o registro de mais mulheres nos arquivos — em vez de incorporar a agenda feminista crítica voltada ao desmantelamento do patriarcado heteronormativo, capitalista e racista; e refletir sobre a intervenção feminista nos arquivos ensina que a autorrepresentação e a autohistoricização são elementos vitais da identidade coletiva, da organização política e da transformação estrutural.

Um desafio para a Arquivologia e os arquivos são avançar em atividades sobre gênero, mulheres e feminismos que não devem se restringir a salvaguarda de documentos,

mas também a aplicabilidade de serviços, mediações, competências e políticas arquivísticas a fim de tornar os arquivos ambientes dinâmicos na luta pelos direitos das mulheres.

A luta dos diversos tipos de arquivos como instituição patrimonialista e memorialística na preservação dos direitos de gênero é estratégica para valorização da identidade coletiva e organização político-social das mulheres e dos movimentos feministas e relevante para o próprio crescimento dos arquivos como instituição representante das minorias.

Por isso, o feminismo crítico na Arquivologia é necessário para pensar alternativas sobre como o campo arquivístico pode corroborar para as lutas em prol das mulheres, sendo de vital importância a relação entre órgãos de classe, universidades, profissionais e autônomos da área.

4.2.7 Memória, cultura e identidade

Memória, cultura e identidade são questões caras à diversas áreas, especialmente das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e possuem grandes potenciais em relação às questões de gênero. A Ciência da Informação, possuindo um eixo específico como memória, que está perpetuado em diversos programas de pós-graduação, possui perspectivas de alavancar estudos mais robustos sobre memória, cultura e identidade no contexto de gênero, incluindo, o avanço nos debates com outras áreas.

Quadro 8 – Artigos sobre ‘Memória, cultura e identidade’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
Memória, cultura e identidade	Leila Martins dos Santos Lima, Elaine Maria Santos	Representações da mulher negra no jornal gazeta de notícias no final do século XIX[25]	Revista Fontes Documentais, v. 5, 2022.	gênero e mulher
	Renata Barreto Malta, Letícia Silva Mendonça	A mulher negra no circuito da cultura: uma análise do canal afros e afins	Comunicação & Informação, v. 25, 2022.	gênero e mulher gênero e feminismo gênero e mulher e feminismo
	Mariana Giubertti Guedes Greenhalgh	O estudo de gênero no contexto da memória regional: representação das mulheres nas coleções bibliográficas sobre Brasília	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 17, n. 3, 2024.	gênero e mulher
	Lílian Viana Teixeira Cananéa, Edvaldo Carvalho Alves, Ana	A construção social da mãe invisível: reflexões a partir do olhar de	Ciência da Informação em Revista, v. 11,	gênero e mulher

[25] O artigo não está disponível no periódico.

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
	Claudia Santos, Monica Paiva	Pierre Bourdieu	2024.	
	Denise Braga Sampaio, Ana Claudia Medeiros de Sousa	Entre acordes e mulheridades: resistências informacionais e de gênero nas músicas de Rita Lee	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 18, n. 1, 2025.	gênero e mulher
	Daniela dos Santos Domingues Marino	A guerra tem rosto de mulher: a guerra nos quadrinhos pelo olhar feminino	Revista Cajueiro, v. 5, n. 2, 2025.	gênero e mulher

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos seis artigos recuperados (Quadro 8), todos abordam a questão da mulher em diferentes questões, sendo dois artigos tratando da mulher negra (representações da mulher negra no jornal gazeta de notícias no final do século XIX e a mulher negra a partir de uma análise do canal afros e afins), um artigo sobre representação das mulheres nas coleções bibliográficas sobre Brasília; um artigo referente às reflexões sobre as mulheres a partir de Pierre Bourdieu; um artigo sobre resistências informacionais e de gênero nas músicas de Rita Lee; e a guerra nos quadrinhos pelo olhar feminino.

A memória, cultura e identidade das mulheres enfrenta um histórico de opressão, pois, mesmo com avanços, a cultura patriarcal ainda afeta a construção da identidade feminina. Conforme Lílian Viana Teixeira Cananéa *et al.* (2024) embora ocorra um avanço significativo na postura da mulher no contexto sociocultural, a busca pela identidade feminina, pela autonomia, pela independência financeira e pelo sucesso profissional, contraditoriamente torna as mulheres vulneráveis, pois, apesar de construírem projeção social, o preconceito é mantido, mesmo que de forma velada, demarcando a hierarquia das posições masculinas e femininas.

A luta das mulheres não é apenas pela conquista, mas para manutenção da conquista, pois, mesmo após avanços institucionais, esses avanços permanecem ameaçados pela fragilidade das políticas públicas de gênero e pela cultura histórica de dominação masculina. Ao longo da história, a depender de cada nação, as mulheres passam por vários processos de avanços e retrocessos, o que exige um olhar de luta e vigilância permanente.

A Ciência da Informação, assim como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, possuem papel importante, pois podem ser responsáveis por contribuir na memória, na mediação, na competência, nas políticas, no gerenciamento, na difusão, busca e recuperação da informação sobre gênero, mulheres e feminismos, permitindo maior evidência

pública por meio de mídias digitais, das bibliotecas, dos arquivos e dos museus.

Mariana Giubertti Guedes Greenhalgh (2024) destaca que na Ciência da Informação, os estudos sobre o gênero feminino podem se contextualizar em todo o processo do ciclo informacional, além de todas as problemáticas relacionadas à informação organizada e mediadas, sendo pertinente o desenvolvimento de estudos voltados para o contexto da informação que aborde questões relacionadas ao gênero nas instituições. Na Arquivologia vale destacar o advento da Rede Arquivos de Mulheres (RAM) que reúne profissionais e instituições para valorização da salvaguarda de documentos de mulheres. Na Biblioteconomia, é fundamental que as bibliotecas incorporem as questões de gênero, mas não apenas nos serviços e sim na política de desenvolvimento de coleções, fomentando a preservação, difusão e valorização da memória coletiva.

Os estudos sobre gênero podem contemplar uma articulação entre áreas como a Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia a partir de objetos comuns como a mediação, a competência, tecnologias, gestão, serviços e políticas de informação, além das questões de memória e práticas em ambientes de informação como bibliotecas, arquivos e museus.

Um ponto central que se refere à memória, a cultura e a identidade das mulheres no campo da informação são os acervos, de modo que se constitui como representação histórico-documental das mulheres. Greenhalgh (2024, p. 449) afirma que “Não questionar acervos e suas formações é validar uma narrativa única, desta forma a atuação bibliotecária é o diferencial para resgatar memórias e narrativas silenciadas”.

Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia não devem ser neutras no processo de preservação da memória das mulheres, pois a neutralidade é um apoio, ainda que velado, embora significativo, as históricas dominações masculinas que atuam contra a valorização da memória coletiva das mulheres e dos movimentos feministas.

4.2.8 Políticas públicas

Esta categoria é a última por constituir a materialização publicada das questões de gênero, mulheres e feminismos por meio da elaboração e execução de ações, conforme explicita o Quadro 9.

Quadro 9 – Artigos sobre ‘Políticas públicas’ a partir das buscas na Brapci pelos termos ‘gênero e mulher’, ‘gênero e feminismo’ e ‘gênero e mulher e feminismo’

Categoria temática	Autoria	Título	Periódico	Termos buscados
Políticas Públicas	Anna Raquel de Lemos Viana, Nadi Helena Presser, Anderson Matheus Alves Arruda, Paulo Ricardo da Silva Lima	Transparência ativa em tempos de Covid-19: a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no combate à violência de gênero.	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 27, 2022.	gênero e mulher
	Tamara de Souza Brandão Guaraldo, Célia Maria Retz Godoy dos Santos, Daniele Mendes de Melo	Saberes compartilhados: pesquisa-ação em políticas públicas voltadas à mulher.	Comunicação & Informação, v. 25, 2022.	gênero e mulher
	Daniela Priscila de Oliveira Veronezi, Geisa Müller de Campos Ribeiro, Suely Henrique de Aquino Gomes	Mulheres com deficiência na docência brasileira.	Em Questão, v. 28, n. 2, 2022.	gênero e mulher
	Léa Paula Vanessa Xavier Corrêa de Morais, Gertrudes Aparecida Dandolini, Caroline Rodrigues Vaz	Benefícios de capacitações em empreendedorismo para mulheres de baixa renda.	Inclusão Social, v. 17, n. 2, 2024.	gênero e mulher

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos quatro artigos recuperados, um é referente à atuação do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos no combate à violência de gênero; um é sobre pesquisa-ação em políticas públicas voltadas à mulher; um aborda mulheres com deficiência na docência brasileira; e um trata dos benefícios de capacitações em empreendedorismo para mulheres de baixa renda.

As políticas públicas são ações que buscam mediar as relações entre Estado e sociedade por meio de programas, projetos e planos que visam garantir as mulheres direitos fundamentais nas áreas de saúde, educação, cultura, segurança, habitação, renda, emprego, alimentação, visando a diminuição das desigualdades e do bem estar, mas também são ações que buscam estimular nas mulheres o espírito de protagonismo público na sociedade por meio de práticas de empreendedorismo, construção de conhecimentos, ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento.

Anna Raquel de Lemos Viana *et al.* (2022), em estudo sobre a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante a pandemia da covid-19, afirmam que:

a) é responsabilidade do Ministério divulgar informações que garantam às mulheres o direito de serem informadas;
b) para isso, os conteúdos informacionais precisam atender às condições e características, sobretudo, do perfil das principais vítimas de violência de gênero, que são, no Brasil, mulheres jovens e com baixo nível de escolaridade;

c) a comunicação adotada pelo Ministério, a partir dos princípios da transparência ativa, não atende aos princípios desejados, visto que em mais de um momento, as informações veiculadas como ações de promoção ao combate de violência de gênero não forneceram dados básicos sobre sua realização, metodologia, implementação, benefícios e efeitos, criando barreiras para a erradicação;
d) o método é recorrente ao comunicar dados tipológicos das violências que estão sendo cometidas, tendo sua primeira menção apenas no mês de junho de 2020;
e) foram realizadas reuniões para o planejamento de ações diante do aumento dos índices de violência, com o objetivo de implementar novos projetos e protocolos de enfrentamento à violência de gênero, além do fortalecimento de redes de apoio para denúncias, como o Disque 100 e o Ligue 180. Contudo, observou-se a ausência de divulgação de ações voltadas à prevenção da violência, concentrando-se as iniciativas principalmente em medidas de remediação;
f) as ações adotadas nesse primeiro momento incluíram a criação de um grupo de trabalho voltado à elaboração de um projeto de combate ao feminicídio; a reformulação da Casa da Mulher Brasileira, com o objetivo de fortalecer a rede de atendimento às vítimas; o aprimoramento da eficiência no atendimento das ligações de denúncia; a oferta de cursos promovidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para agentes e gestoras(es) da polícia civil, voltados ao enfrentamento da violência doméstica; e a criação do site e do aplicativo Direitos Humanos Brasil, integrados às plataformas do Disque 100 e do Ligue 180;
g) com a análise das *hashtags*, é possível identificar uma generalização, quando se referem à violência, porém, essa estratégia não é suficiente para tratar do fenômeno complexo da violência de gênero, há a necessidade de ações informativas que qualifiquem o tipo de informação, enfatizando que a violência ocorre motivada por questões de gênero. A qualificação e autorreferência ocorrem, apenas, para direcionar as ações a representantes do Ministério, ao governo ou ao próprio Ministério;
h) sugere que novos estudos sejam realizados, analisando e comparando, por exemplo, às demais redes sociais do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e acrescentar indicadores dos itens previstos na Lei de Acesso à Informação, para analisar com maior precisão a transparência ativa e a disponibilização de informações, principalmente no âmbito da violência de

gênero.

Os dados apresentados evidenciam que, historicamente, o poder público tem demonstrado limitações e baixa efetividade no tratamento das informações relacionadas às questões de gênero. Essa realidade está associada a diferentes fatores, entre os quais se destacam: a ausência de políticas de informação voltadas à promoção do acesso, uso e inclusão das mulheres e da sociedade nas discussões sobre gênero; a insuficiência de investimentos em recursos humanos e materiais destinados ao desenvolvimento de ações informacionais direcionadas às mulheres; e a carência de infraestrutura tecnológico-informacional para a produção, sistematização, organização e difusão de dados sobre a violência contra as mulheres.

Além disso, observa-se a necessidade de ampliar as ações informacionais de enfrentamento à violência contra a mulher, que não devem se restringir apenas a campanhas publicitárias ou serviços de conscientização. Essas ações precisam estar articuladas a políticas públicas de trabalho, renda e fortalecimento das estruturas familiares, de modo que, em conjunto com as políticas de informação, possam contribuir para maior efetividade no enfrentamento da violência contra as mulheres.

As políticas públicas voltadas às mulheres devem contemplar diferentes áreas de forma articulada e integrada, incluindo políticas de informação, saúde, educação, cultura, ciência e outras políticas sociais que garantam os direitos fundamentais das mulheres e promovam melhores condições de vida, tanto no âmbito individual quanto coletivo.

Nesse contexto, as políticas de informação direcionadas às mulheres apresentam duas finalidades principais. A primeira consiste em apoiar o desenvolvimento de políticas relacionadas à saúde, educação, cultura, ciência, trabalho, direitos humanos e empreendedorismo, entre outras áreas. A segunda refere-se ao desenvolvimento de ações voltadas à gestão, organização, mediação e competência em informação, bem como ao uso de tecnologias, serviços de informação, memória, comunicação científica e metodologias destinadas à solução de problemas informacionais.

4.3 PRODUTOS TERMINOLÓGICOS ACERCA DE GÊNERO, MULHERES E FEMINISMOS

Assim como feito na seção anterior, sobre estudos internacionais e brasileiros da Ciência da Informação em relação às nomenclaturas no contexto dos feminismos, esta seção traz produtos terminológicos em caráter internacional e brasileiro a fim de ter uma noção

geral sobre como as questões de gênero e dos feminismos são vistas a partir da variedade lexical.

Com relação aos produtos terminológicos internacionais, destacam-se os apresentados no Quadro 10, organizados por ano de publicação, considerando o recorte temporal de 1990 a 2025.

Quadro 10 – Produtos terminológicos internacionais acerca de gênero e dos feminismos

Autores(as) (ano)	Título
Elizabeth Wright (1992)	Feminism and psychoanalysis: a critical dictionary
Maggie Humm (1995)	Dictionary of feminist theory. 2nd ed.
Sonya Andermahr, Terry Lovell e Carol Wolkowitz (1997)	A glossary of feminist theory
Linda McDowell e Joanne P. Sharp (1999)	A feminist glossary of human geography
Sarah Gamble (2000)	Routledge critical dictionary of feminism and postfeminism
Helena Hirata *et al.* (2004)	Dictionnaire critique du féminisme
Susana Beatriz Gamba (2007)	Diccionario de estudios de género y feminismos
Alda Facio *et al.* (2013)	Feminist movement builder's dictionary
Viviane Teitelbaume e Claire Lafon (2014)	Glossaire du féminisme: d'altérité à violences. Petit lexique à l'usage de tous
Christine Bard e Sylvie Chaperon (2017)	Dictionnaire des féministes. France XVIII^{e}-XXI^{e} siècle
Fredy Alfaro Reyes *et al.* (2017)	Glosario feminista para la igualdad de género
Susana Beatriz Gamba e Tania Diz (2021)	Nuevo diccionario de estudios de género y feminismos
Shruti Das (2021)	Feminist glossary
Keahi Kaʻiwalani Adolpho *et al.* ([2024])	Homosaurus

Fonte: Elaborado pela autora.

A lista concentrou-se em dicionários e glossários, por serem considerados importantes produtos terminológicos e por apresentarem forte tradição de elaboração no âmbito dos feminismos, tanto por iniciativas de autorias independentes quanto por instituições representativas dos movimentos feministas.

Feminism and psychoanalysis: a critical dictionary – trata de conceitos e figuras significativas da psicanálise, de questões de política sexual que atravessam a psicanálise, a estética feminista, editado por Elizabeth Wright (1992).

Dictionary of feminist theory. 2nd ed. – possui mais de 600 termos que integram movimentos, abordagens, bem como influentes pensadoras feministas, ativistas e críticas dentro da teoria feminista, além de uma gama de questões interculturais relacionadas à família, ao trabalho, à sexualidade, ao gênero, à raça etc. Há também explicações de termos no contexto das teorias literárias feministas anglo-americanas e francesas que se tornaram de

uso comum, incluindo "*Backlash*", "Pós-colonialismo", "Pós-modernismo" e "Teoria Queer" (Humm, 1995).

Glossary of feminist theory – introdução às palavras-chave das teorias críticas feministas e um guia para suas origens, reconhece a variedade de teorias feministas contemporâneas, inclui entradas sobre feminismos negros, pós-coloniais, italianos e franceses, e toma como base uma ampla gama de campos, incluindo semiótica, psicanálise, estruturalismo, pós-estruturalismo e desconstrução (Andermahr; Lovell; Wolkowitz, 1997).

A feminist glossary of human geography – glossário que contempla principais teorias, conceitos e termos comumente usados nos estudos de gênero e Geografia, contêm mais de 400 definições/termos, direcionado a estudantes de Geografia (McDowell; Sharp, 1999).

Routledge critical dictionary of feminism and postfeminism – possui 400 entradas de dicionário A-Z, os capítulos foram escritos por autores(as) do campo dos estudos feministas, incluem cobertura histórica do feminismo, bem como discussões sobre pós-feminismo, homens no feminismo, feminismo e novas tecnologias, feminismo e Filosofia (Gamble, 2000).

Dictionnaire critique du féminisme – expõe as controvérsias teóricas e políticas que atravessam o pensamento e o movimento feminista e se propõe a desconstruir certos conceitos clássicos das ciências sociais. Apresenta também análises que demonstram que a realidade social, na sua dinâmica e complexidade, não pode ser corretamente compreendida se excluirmos o efeito estruturante das relações sociais entre homens e mulheres (Hirata *et al.*, 2004).

Diccionario de estudios de género y feminismos – trabalho interdisciplinar que abrange os seguintes temas: sociologia, política, filosofia, antropologia, economia, direito, história, saúde, mitologia e espiritualidade feminina, atravessados pela perspectiva de gênero, concebido e abordado a partir de um contexto latino-americano, escrito por quase uma centena de renomadas acadêmicas e pesquisadoras da Argentina, da América Latina e da Espanha, aborda diferentes perspectivas, referenciais teóricos e correntes de pensamento feminista (Gamba, 2007).

Feminist movement builder's dictionary – organizado em seis seções destinadas a fornecer uma base conceitual e prática para a construção do movimento feminista: feminismo(s) – teorias e conceitos sociais e políticos; identidade e diferença – os alicerces de quem somos; poder e conhecimento – análise de poder e produção de conhecimento feminista; o Estado – as instituições e práticas de cidadania, democracia e governança; a economia – desconstruindo a atual ordem econômica mundial; construção de movimentos

feministas – organização e liderança para um mundo mais justo e igualitário (Facio *et al.*, 2013).

Glossaire du féminisme – foi elaborado para redefinir todos os conceitos básicos, como a diversidade, a igualdade, a emancipação, a dominação, o patriarcado, visando uma definição vasta, plural do feminismo atual (Teitelbaum; Lafon, 2014).

Dictionnaire des féministes – possui caráter biográfico e temático que relata, de forma metódica e pedagógica, o movimento feminista na França, visando apoiar descobertas e estudos aprofundados para todos os públicos, na universidade, na mídia, nos movimentos ativistas (Bard; Chaperon, 2017).

Glosario feminista para la igualdad de género – criado para facilitar o trabalho diário dos(as) funcionários(as) do Estado, do setor privado, das universidades, dos(as) investigadores sociais e de outros(as) atores/atrizes que trabalham pelos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI (Alfaro Reyes *et al.*, 2017).

Nuevo diccionario de estudios de género y feminismos – atualização do antigo dicionário, publicado em 2007, no contexto de diferentes regiões da Argentina e da América Latina, esse dicionário é uma compilação de mais de uma centena de verbetes escritos por especialistas de diversas formações e etnias. Neste sentido, pretende ser uma ferramenta útil para estudantes, professores(as), jornalistas, funcionários(as) públicos(as) e todos(as) que queiram questionar e se questionar sobre a forma como nos olhamos e olhamos para nós próprios (Gamba; Diz, 2021).

Feminist Glossary – glossário desenvolvido por Shruti Das e editado por Jyoti Vadehra, líder de mídia e comunicações do *Centre for Social Research* (Índia), juntamente com o conhecimento e as experiências de várias feministas, educadoras, acadêmicas, ativistas. Compreendem que definir o mundo sob perspectivas feministas é um ato político, explicitam as bases e os fundamentos do poder, do patriarcado, da desigualdade e da injustiça. É estruturado em oito seções: fundamentos; identidades; desafios de identidade; linguagem, conhecimento e poder; pronomes; liderança, a sociedade; o Estado e a economia; movimentos em mídias sociais (Das, 2021).

Homosaurus – tesauro, vocabulário internacional *linked data* de termos LGBTQIAP+, que incluem também questões relacionadas às mulheres e aos feminismos. Criado em 1997, e a partir de 2015, em parceria com o *Digital Transgender Archive*, foi reestruturado, disponível na *web* e em dados vinculados, com o objetivo de promover a descoberta, a recuperação de recursos informacionais LGBTQIAP+ e como complemento ao LCSH. Seu conselho editorial é composto por bibliotecários(as), arquivistas, docentes.

Atualmente possui mais de 3000 termos (Adolpho *et al.* ([2024]).

Todos os produtos possuem um objetivo em comum: criar mecanismos para o combate às injustiças e às desigualdades de gênero por meio do uso adequado de terminologias que respeitem a trajetória das mulheres e dos movimentos feministas.

Como diferença, ocorre que alguns produtos são institucionais e outros de autoria de pessoa física, principalmente mulheres, o que mostra um esforço coordenado entre pessoas e instituições para a elaboração de produtos terminológicos acerca de questões relacionadas às mulheres e aos feminismos.

O Quadro 10 busca não apenas reunir, em uma única pesquisa, um conjunto de produtos terminológicos internacionais, mas também possibilitar análises mais criteriosas e comparativas, contribuindo para a construção de uma perspectiva plural sobre as nomenclaturas relacionadas aos feminismos.

Sobre os produtos terminológicos brasileiros, o Quadro 11 elenca.

Quadro 11 – Produtos terminológicos brasileiros acerca de gênero e dos feminismos

Autores(as) (ano)	Título
Cristina Bruschini, Danielle Ardaillon e Sandra G. Unbehaum (1998)	Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres
Elizabeth Maria Fleury-Teixeira e Stela Nazareth Meneghel (2015)	Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência
Lizandra Souza (2015)	Glossário de termos usados na militância feminista
Francis Solange Vieira Tourinho *et al.* (2017)	Glossário da diversidade
Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi (2019)	Dicionário crítico de gênero
Catarinas (Portal de jornalismo) (2020)	Glossário valente [glossário feminista]
Nathalia Silva (2020)	Dicionário feminista: compilado de conceitos acerca do universo feminista
Movimento Mulher 360 e *4Daddy* (2021)	Glossário antimachista
Bibiana Terra (2022)	Dicionário feminista brasileiro: conceitos para a compreensão dos feminismos
Marcelo Maciel Ramos; Márcia Fernanda Ribeiro da Costa Valentin; Pedro Augusto Gravatá Nicoli (2022)	Dicionário jurídico do gênero e da sexualidade

Fonte: Elaborado pela autora.

Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres – dividido em três listas: alfabética; temática dividida nos seguintes assuntos: Ciência e Tecnologia; Ciências Naturais e Saúde; Ciências Sociais e Cultura; Comunicação, Artes e Espetáculos; Economia e Emprego; Educação; História e Mudança Social; Lei, Governo e Políticas Públicas; Linguagem,

Literatura, Religião e Filosofia; e delimitadores (etários, geográficos e históricos) (Bruschini; Ardaillon; Unbehaum, 1998).

Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência – a obra traz um panorama dos conceitos recorrentes na pauta feminista e das mulheres, apresentando significados em sua dimensão histórica, política e social, com explicação de fenômenos que envolvem vários aspectos, tipos e cenários das violências e também formas de resistência, além de informações sobre análises científicas que ampararam a criação de procedimentos, normas, abordagens e técnicas que hoje estão regulamentados e em funcionamento em diversos setores públicos, de forma regular e/ou ainda embrionária e ainda trazendo noções sobre conceitos de liberdade, direitos humanos, justiça, aspectos da educação masculina que levam à prática da violência e outros temas (Fleury-Teixeira; Meneghel, 2015).

Glossário de termos usados na militância feminista – contêm termos e expressões usadas nos meios e militâncias feministas, muito desses são fenômenos advindos dos estudos contemporâneos de gênero e outros são resultantes da própria necessidade de ressignificação que determinadas palavras sofreram para terem determinados efeitos no discurso, sendo que tal variedade se dá porque os termos e expressões utilizados no ativismo atual não decorrem apenas dos meios acadêmicos, mas também de contextos não acadêmicos, tais como páginas e blogs na internet (Souza, 2015).

Glossário da diversidade – pensado como uma das ações da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), por meio da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN), que possui como atribuições a proposição e o acompanhamento de políticas institucionais de enfrentamento à fobia de gênero e a violências contra mulheres no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como objetivo a promoção dos direitos da população universitária de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e mulheres vítimas de violências e contou com a colaboração de profissionais especialistas nas diversas áreas, tem o propósito de apresentar à comunidade universitária diversos conceitos relacionados às diversidades (Tourinho *et al.*, 2017).

Dicionário crítico de gênero – surgiu a partir do entendimento de que era necessário reunir numa obra um conjunto de vocábulos de referencial crítico, assim como aqueles termos que permitem um tratamento problematizador do universo dos estudos de gênero, de mulheres, de masculinidades e de sexualidades, considerando que a iniciativa possui apoio da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e do Laboratório de Estudos de Gênero,

História e Interculturalidade (LEGHI), e da Cátedra/Unesco – Diversidade cultural, Gênero e Fronteiras, alojados nessa universidade (Colling; Tedeschi, 2019).

Glossário valente – construído pelo Catarinas, portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos, a partir de referências consideradas pontos de partida para a compreensão das questões de gênero e do pensamento feminista, sabendo que qualquer definição não se esgota quando da sua formulação, estando sempre aberta para novas possibilidades de reflexão, visando apresentar resumidamente alguns elementos que compõem a discussão atual sobre esses domínios (Catarinas, 2020).

Dicionário feminista: compilado de conceitos acerca do universo feminista – elaborado a partir de um compilado de dicionários feministas *online*, para promover o acesso e desmistificar muitos conceitos feministas, por meio de um guia prático para entender os significados dos feminismos (Silva, 2020).

O dicionário antimachista foi elaborado pelo Movimento Mulher 360, em parceria com a *4Daddy,* com o intuito de apoiar o debate sobre o machismo cultural, estrutural e institucional dentro das empresas. O glossário é composto por 23 termos, nove expressões machistas e um teste com seis perguntas para saber se cometeu assédio no trabalho (Movimento Mulher 360; 4Daddy, 2021).

Dicionário feminista brasileiro: conceitos para a compreensão dos feminismos – reúne 68 verbetes, escritos por mais de 50 mulheres de diferentes áreas profissionais e localidades do Brasil, que desenvolvem importantes conceitos para a compreensão dos feminismos. Com isso, essa obra objetiva propor reflexões e contribuir para o debate feminista no Brasil, buscando uma discussão interdisciplinar e crítica, que repense as hierarquias de gênero e contribua para um pensamento crítico que vise à emancipação e igualdade das mulheres, sem desconsiderar as interseccionalidades das opressões que as atravessam (Terra, 2022).

Dicionário jurídico do gênero e da sexualidade – com 76 verbetes que pretendem oferecer uma visão sistemática desses universos, constitui-se como um material de referência e consulta sobre questões e normas jurídicas que afetam e regulam as vidas de mulheres e pessoas LGBTQIAP+ no Brasil (Marcelo Maciel Ramos; Márcia Fernanda Ribeiro da Costa Valentin; Pedro Augusto Gravatá Nicoli, 2022).

5 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO

As bibliotecas ao longo do desenvolvimento histórico (humano, científico e tecnológico) foram desafiadas a repensar os seus modos de atuação e alinhamento à realidade para cumprir com atribuições estratégicas que corroborassem com o desenvolvimento das instituições/organizações e públicos às quais serviam.

Na perspectiva contemporânea tais desafios envolvem a maturação das atividades com processos de informação que incluem organização, busca e recuperação da informação, combinada ao oferecimento de serviços e produtos que ao serem mediados aproximem comunidades dos conhecimentos produzidos pela humanidade e armazenados pelas bibliotecas, bem como a incorporação de tecnologias que expandam a capacidade física, virtual e híbrida junto à sociedade sustentadas por modelos de gestão de acervos, serviços, produtos e pessoal que qualifiquem as atividades das bibliotecas.

A concepção do bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (2009), segundo a qual as bibliotecas são organismos em crescimento, evidencia o caráter dinâmico dessas instituições na contemporaneidade. As bibliotecas consolidam-se como espaços voltados ao desenvolvimento cognitivo em diferentes áreas, como cultura, educação, ciência, saúde, meio ambiente, artes, turismo e direitos humanos. Além disso, configuram-se como ambientes políticos, ao promoverem a elaboração de planos, programas, projetos, eventos, serviços e produtos que favorecem a produção e a circulação do conhecimento, incorporando estratégias de preservação, democratização e justiça informacional.

Entretanto, esses desafios são complexos e não dependem apenas de mudanças na cultura acadêmica. Também exigem transformações no âmbito do poder público, responsável pela formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas às bibliotecas, bem como a participação da sociedade, que deve tanto contribuir quanto se beneficiar dessas políticas, de modo a reconstruir a percepção sobre o papel e os significados das bibliotecas.

Isso implica compreender a biblioteca em sua dinâmica geral, relacionada às práticas comuns entre diferentes tipos de bibliotecas, especialmente no âmbito cultural, educacional e informacional. Ao mesmo tempo, requer considerar suas especificidades, conforme os distintos tipos de bibliotecas, como públicas, escolares, universitárias, especializadas e comunitárias, que demandam atenção cuidadosa por parte da ciência, das políticas públicas e da sociedade.

Como uma das atividades historicamente centrais das bibliotecas, as práticas de organização, busca e recuperação da informação passaram por processos de modernização, exigindo estratégias mais sofisticadas, articuladas ao desenvolvimento tecnológico-digital, especialmente na integração entre as atividades de indexação e os sistemas de recuperação da informação.

As bibliotecas universitárias possuem uma das mais complexas e densas atividades em virtude dos níveis de especialidades/variedades do saber com os quais lidam, exigindo uma estrutura de atuação de alto nível em termos de organização/busca/recuperação, gestão, tecnologia, política, tecnologia, serviço, produto e competência em informação que se robustecem com as atividades de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura, à gestão e a prática profissional.

A indexação se constitui como uma das atividades mais relevantes para organização das bibliotecas universitárias, visando, conforme a norma ISO 25964-1 (International Organization for Standardization, 2011, p. 5, tradução nossa) "[...] análise intelectual do assunto de um documento, com o objetivo de identificar os conceitos representados, a fim de possibilitar a recuperação da informação".

A indexação é uma atividade realizada em diferentes tipos de bibliotecas. Entretanto, no contexto das bibliotecas universitárias, essa atividade apresenta elevado nível de complexidade devido a diversos fatores, como a existência de acervos especializados e diversificados em diferentes áreas do conhecimento; a presença de usuários(as) com alto grau de especialização, como docentes, pesquisadores(as), discentes e técnicos(as); o desenvolvimento de políticas de indexação que orientam as decisões relacionadas ao tratamento temático da informação; o uso de linguagens de indexação, como tesauros, vocabulários controlados e cabeçalhos de assunto; e a execução de processos de indexação manuais, automáticos e semiautomáticos.

Para Jessica Beatriz Tolare e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2022), as etapas da indexação podem ser sintetizadas em três momentos principais. O primeiro corresponde ao exame do documento e à definição do assunto de seu conteúdo, realizado por meio da leitura documentária, com o objetivo de compreender o tema abordado. O segundo consiste na identificação e seleção dos conceitos presentes no documento, buscando extrair os conceitos que representam sua essência. Por fim, ocorre a tradução desses conceitos em termos definidos pela linguagem de indexação utilizada.

A excelência da indexação nas bibliotecas universitárias demanda um olhar estratégico para a elaboração, execução e avaliação das políticas de indexação que constituem

o cumprimento das fases aludidas no parágrafo anterior, sendo central nesta seção.

Nesta seção o propósito é abordar uma variedade de estudos/pesquisadores sobre políticas de indexação em perspectivas teóricas e aplicadas em bibliotecas universitárias a fim de compreender como a academia tem desenvolvido as atividades de pesquisa.

5.1 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

As bibliotecas são ambientes políticos na medida em que elaboram processos decisórios de governança a exemplo das políticas gerais para gestão e planejamento, políticas de desenvolvimento de coleções, políticas de serviços, políticas de atendimento, políticas de preservação, restauração e conservação do acervo, políticas de tecnologias da informação, políticas para repositórios institucionais, políticas para gerenciamento de periódicos e as políticas de indexação.

No entanto, as políticas das bibliotecas não devem ser restritas a elaboração de um documento ou simplesmente um conjunto de procedimentos operacionais a serem seguidos, mas devem estabelecer os mecanismos de formulação, execução e avaliação das ações por meio da definição de procedimentos decisórios baseados em propostas (diretrizes, justificativas e objetivos), fundamentos (base em referências institucionais e literário-científicas), ações propriamente ditas (em consonância com as propostas e fundamentos) e avaliações (procedimentos para revisão das políticas).

De acordo com Maria Christina Barbosa de Almeida (2000, p. 6), “as políticas ou diretrizes são planos gerais de ação, guias genéricos que estabelecem guias mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização”. Neste sentido, as políticas se constituem na elaboração de programas/projetos/planos/ações, comumente por meio de documentos estratégicos, visando um planejamento e gerenciamento de atividades com propostas, fundamentações, execuções e finalidades pré-estabelecidas que, no transcorrer e/ou ao fim do processo, serão avaliadas com a possibilidade de cumprir metas, resolver problemas, responder perguntas, construir conhecimentos, gerar competências, gerar novos processos comunicativo-informacionais e aprimorar o *modus operandi* da política estruturada.

As políticas de indexação são centrais para nortear o desenvolvimento das atividades de organização e representação da informação de diversos ambientes de informação a exemplo de bibliotecas, arquivos, bases de dados, repositórios institucionais e periódicos científicos.

Para compreensão teórico-conceitual acerca da política de indexação a presente

seção aborda as definições a fim de fornecer possibilidades para compreensão de como a ciência compreende a política de indexação. Tais definições contemplam princípios (fundamentação teórico-aplicada da política de indexação em termos de formulação e execução) e avaliações (modos como as políticas de indexação são pensadas e revisadas, visando um permanente processo de aprimoramento).

A política de indexação se constitui como estratégia norteadora para a prática de indexação que foi sendo maturada durante o processo histórico, especialmente considerando a evolução dos sistemas de recuperação da informação, a ampliação das demandas e o alcance do acesso/uso da informação para as comunidades usuárias.

Fujita (2012, p. 13) faz as seguintes perguntas "Qual o interesse pela política de indexação? Esta pergunta remete à outra: A quem interessa a política de indexação?" As perguntas são feitas para justificar quem são os(as) atores/atrizes que protagonizam ações em torno da indexação, bem como para expressar uma das maiores finalidades da indexação que é a recuperação da informação. Fujita (2012, p. 13) responde às perguntas afirmando que:

> A política de indexação interessa a profissionais que realizam o tratamento temático de documentos, aos gestores e dirigentes de sistemas de recuperação da informação, aos usuários e aos próprios sistemas de informação. Referimo-nos a centros de documentação, bibliotecas, arquivos e serviços de informação especializados em áreas de assunto que tem interesse pela Indexação porque precisam aprimorar a recuperação da informação para seus usuários e vice-versa.

A política de indexação engloba uma cadeia produtiva de atores/atrizes que são elementares nas atividades de indexação e que motivam o desenvolvimento da indexação enquanto atividade acadêmico-científica (quem quer pesquisar a temática), profissional (quem pensa e operacionaliza a atividade de indexação), gerencial (quem planeja, organiza, dirige, controla, executa e avalia a atividade de indexação) e voltada para o uso da informação (usuários(as) que utilizam as atividades de indexação) ou simplesmente leitores(as) (para quem quer introduzir estudos na temática).

Neste caso, os sujeitos humanos que representam a política de indexação são profissionais da indexação, gestores de ambientes de informação e de sistemas de recuperação da informação e usuários(as) da informação. Já as instituições são contempladas por bibliotecas, arquivos, centros de documentação, centros de cultura, repositórios institucionais, bases de dados, periódicos científicos e quaisquer ambientes que demandem atividades com indexação e recuperação da informação.

Tais interesses possuem seus embriões modernos a partir de práticas e estudos desde o final do século XIX para o início do século XX, especialmente aplicados em bibliotecas e

arquivos que estabeleceram a catalogação de assuntos como campo temático e de prática profissional que engendraram a criação de produtos de tratamento temático da informação como catálogos, sistemas de classificação, manuais e guias.

Todavia, as primeiras definições sobre políticas de indexação, ainda que de forma implícita, surgiram na década de 1960, período marcado pelo desenvolvimento de estudos sobre recuperação da informação no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Nesse contexto, a indexação passou a ocupar papel central nos processos de organização, busca e recuperação da informação.

A relação entre indexação e recuperação da informação ocorre porque a indexação já era uma prática comum em bibliotecas, especialmente por meio dos catálogos de assunto, desde o final do século XIX. Por outro lado, a recuperação da informação consolidou-se como um dos objetos iniciais da Ciência da Informação a partir da década de 1950, especialmente com a proposição do termo "information retrieval" por Calvin Mooers, em 1951.

De acordo com Jonathas Luiz Carvalho Silva e Gustavo Henrique de Araújo Freire (2012), a recuperação da informação contribui de forma significativa para a Ciência da Informação ao possibilitar a representação da informação em sistemas de recuperação, favorecendo buscas mais eficientes e eficazes. Esses sistemas permitem representar a informação e recuperar dados dos documentos, oferecendo subsídios para que os(as) usuários(as) interpretem e utilizem as informações consideradas mais relevantes.

A concatenação entre indexação e recuperação da informação, pelo menos desde os anos 1960, expressa uma consistência para a elaboração das políticas de indexação, o que favorece os estudos de Lancaster que, pode ser confirmado por Fujita (2012, p. 18) quando afirma que nos anos 1960 "[...] Os serviços de indexação de artigos de periódicos já produziam as bases de dados referenciais denominadas Bibliografias especializadas que hoje coexistem na web em formato digital com as bases de dados de textos completos".

Os primeiros conceitos de política de indexação estão relacionados, ainda que de forma implícita, aos estudos do pesquisador australiano radicado no Reino Unido Brian Campbell Vickery (1965), especialmente na obra *On Retrieval System Theory*, publicada originalmente em 1961, e aos estudos do pesquisador estadunidense Lancaster (1968), que, influenciado por Vickery, publicou a obra *Information Retrieval Systems: Characteristics, Testing and Evaluation*.

Vickery (1965) observava a indexação como uma das atividades fundamentais para a recuperação da informação, assim como a indexação como processo mais relevante para representação de documentos em virtude de descrever os procedimentos temáticos e

conteudistas.

Lancaster (1968) considera a necessidade de construção de uma política de indexação para recuperação da informação por meio da estruturação de estratégias de busca, embora não tenha utilizado especificamente o termo "política de indexação", mas "*Document Input Policies*" que pode ser traduzido como "Política para Entrada de Documentos" vista pelo autor como uma política adotada referente ao material indexado no sistema.

Em 1969, é possível destacar a abordagem de Antony Charles Foskett (1973) que contempla três elementos para a abordagem temática da informação que são elementares para a construção da política de indexação: capacidade de consulta a esmo (browsing); garantia literária[26]; e a formação do(a) indexador(a).

Na década de 1970, destacaram-se estudos relevantes no campo da indexação e da recuperação da informação, desenvolvidos por autores como Derek Austin (1974), Kevin P. Jones (1976), Harold Borko (1977) e William S. Cooper (1978). Entre essas contribuições, sobressaíram-se três pesquisadores: Derek Austin, Harold Borko e William S. Cooper.

Derek Austin atuou como bibliotecário e pesquisador na British National Bibliography e propôs o sistema de indexação denominado PREserved Context Index System (PRECIS). Harold Borko foi professor e pesquisador da Escola de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), desenvolvendo estudos voltados às teorias da indexação. William S. Cooper, por sua vez, também atuou como professor e pesquisador na Universidade da Califórnia, dedicando-se às temáticas de indexação e recuperação da informação, com ênfase em estratégias que ampliassem a eficácia do tratamento temático da informação.

No que se refere a Derek Austin, o sistema PRECIS começou a ser desenvolvido no final da década de 1960. Entre 1971 e 1973, foi elaborado um modelo experimental, cuja primeira versão oficial foi publicada em 1974, seguida de uma segunda edição em 1984. Em 1974, Austin publicou a obra *PRECIS: a manual of concept analysis and subject indexing*, resultado das pesquisas e experimentações realizadas.

O PRECIS foi considerado uma das iniciativas pioneiras no campo da indexação assistida por computador, inaugurando uma nova etapa nos estudos e nas práticas de

[26] A fonte para a definição dos termos é o próprio documento, conforme o princípio da garantia literária, segundo o qual os termos são criados no mesmo período em que a obra é catalogada. A garantia literária é um conceito formulado pelo bibliotecário inglês Edward Wyndham Hulme, em 1911. De acordo com esse princípio, um cabeçalho de assunto ou um esquema de classificação só é considerado válido quando há literatura publicada que o sustente. Assim, o critério de validade de um cabeçalho está no grau de precisão com que ele representa o assunto tratado (Hulme, 1911).

indexação. Nesse modelo, o(a) indexador(a) permanecia responsável pela atividade intelectual de análise conceitual e organização dos termos, enquanto o computador assumia a tarefa de gerar automaticamente as diferentes entradas de assunto por meio de um procedimento denominado *shunting* (mudança de contexto).

A articulação entre a atuação humana e o processamento computacional, no contexto do PRECIS, possibilitou a reorganização dinâmica dos conceitos no interior do documento. O objetivo foi preservar o contexto temático e assegurar sua representação adequada aos(às) usuários(as), independentemente da forma de entrada adotada no sistema.

De acordo com Chatterjee (2024), a criação do PRECIS esteve relacionada às limitações da indexação em cadeia proposta por Ranganathan, especialmente quanto à adaptação ao índice temático alfabético gerado diretamente por computador, no formato MARC. Diante dessa dificuldade, Austin desenvolveu um sistema que previa as seguintes diretrizes:

a) a indexação inicial seria realizada por um(a) profissional, enquanto as operações subsequentes seriam executadas pelo computador;
b) cada termo relevante deveria gerar uma entrada capaz de expressar o conteúdo completo do documento, diferentemente da indexação em cadeia, na qual apenas uma entrada representava integralmente o assunto;
c) as entradas deveriam ser compreensíveis para o(a) usuário(a), preferencialmente com linguagem próxima à linguagem natural;
d) os(as) indexadores(as) deveriam seguir um conjunto comum de regras, aplicáveis a diferentes áreas temáticas;
e) o sistema deveria adotar um vocabulário aberto, permitindo a inclusão de novos termos sempre que necessário;
f) deveria existir um sistema de remissivas para termos semanticamente relacionados, gerado automaticamente a partir de um dicionário eletrônico de sinônimos.

O PRECIS foi relevante por impulsionar a indexação automática e mista, além de contribuir para o desenvolvimento de tesauros voltados ao suporte das atividades de indexação e ao tratamento terminológico.

No que se refere a Borko (1977), o autor realizou um estudo de revisão no qual afirmou que uma teoria da indexação contribui para explicar a natureza da atividade, a estrutura do vocabulário e a qualidade dos índices produzidos. Ele analisou as formulações teóricas de Jonker, Heilprin, Landry e Salton, destacando que cada uma possuía um enfoque

específico. Jonker discutiu a relação entre tamanho do vocabulário, organização hierárquica e grau de especificidade conceitual. Heilprin acrescentou a noção de caminho de busca entre consulta e documento, incorporando variáveis como difusão, permutatividade e conectividade hierárquica. Landry propôs uma teoria formal baseada em conjuntos de documentos, atributos e relações, expressa por meio de notação matemática. Salton, por sua vez, apresentou definições formais de indexação e procedimentos para aumentar a capacidade discriminatória dos termos. Borko concluiu que essas abordagens deveriam ser testadas empiricamente e, posteriormente, integradas em uma teoria mais abrangente.

William S. Cooper (1976, 1978), ainda que não utilizasse explicitamente o termo "política de informação", compreendeu a indexação como um processo de tomada de decisão que exige posicionamento estratégico do(a) indexador(a). A partir dessa perspectiva, propôs a "indexação de documentos por experimentação mental".

Para Cooper (1978), a teoria da decisão e a teoria da utilidade poderiam oferecer base teórica para a formulação de regras que orientassem decisões de indexação. A experimentação mental consistia em simular, cognitivamente, situações de busca e uso da informação, a fim de fundamentar escolhas mais consistentes. Essa proposta também contribuiu para programas de formação de indexadores(as), desenvolvimento de instrumentos de apoio e avaliação do desempenho da indexação.

Essa abordagem surgiu em um contexto de intensificação das relações entre indexação e recuperação da informação, inclusive automática. Nesse cenário, tornou-se pertinente o desenvolvimento de estratégias cognitivas que apoiassem decisões mais eficazes. Para tanto, destacou-se a importância de programas de formação que subsidiassem a prática profissional.

Mesmo com a evolução dos sistemas de recuperação da informação, o trabalho cognitivo do(a) indexador(a) manteve relevância. A combinação entre atividades manuais, relacionadas à análise conceitual, e recursos automáticos, vinculados ao processamento operacional, mostrou-se necessária para uma abordagem mais abrangente e adequada às dinâmicas dos conteúdos, dos(as) usuários(as) e dos próprios sistemas.

Na década de 1980, destacou-se Robert Fugmann, pesquisador com atuação na área de documentação científica e organização do conhecimento. Em 1985, apresentou o estudo intitulado "Teoria dos cinco axiomas da indexação e do fornecimento de informações". Com base na experiência na área da informação química, formulou cinco axiomas:

1) definibilidade – a recuperação de informações depende da capacidade de definir o tema em termos conceituais;

2) ordem – a organização da informação implica criação de ordem;
3) grau suficiente de ordem – quanto maior a coleção ou a frequência de busca, maior a exigência de organização;
4) previsibilidade representacional – a precisão da recuperação depende da previsibilidade das formas de expressão dos conceitos;
5) fidelidade representacional – a qualidade da recuperação depende da representação fiel dos conceitos e de suas relações.

A teoria dos cinco axiomas contribuiu para o desenvolvimento de fundamentos teóricos da indexação, para a estruturação de políticas de indexação e para o aprimoramento dos critérios de busca e recuperação da informação, visando maior precisão e alinhamento às necessidades dos(as) usuários(as).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por intensos avanços teóricos e práticos na área da indexação. Além da teoria dos cinco axiomas, Robert Fugmann apresentou contribuições anteriores, como a criação do TOSAR, em 1974, sistema bidimensional de indexação baseado na teoria dos grafos, e reflexões sobre teoria da indexação publicadas em 1979. Esses estudos consolidaram bases conceituais importantes para o desenvolvimento da área.

Nos anos 1990, autorias como Bernd Frohmann (1990), John F. Farrow (1991), Lancaster (1993), Hanne Albrechtsen (1993), Robert Fugmann (1993), Raya Fidel (1994), Annick Bertrand e Jean-Marie Cellier (1995) destacam novos enfoques sobre fundamentos da indexação. Gercina Ângela de Lima, Mariângela Spotti Lopes Fujita e Franciele Marques Redigolo (2021, p. 288) fazem uma síntese dos estudos dos anos 1990:

> Na década de 90, Fidel (1994) aborda a indexação a partir de concepções orientadas a usuários e suas demandas na recuperação da informação, diferente das concepções mais exclusivamente orientadas ao documento. Na perspectiva da concepção orientada pelo usuário, os estudos de avaliação da indexação usam as características ou qualidades de exaustividade, especificidade, correção e consistência que podem ser medidas pela recuperação e, ao mesmo tempo, modificar e aprimorar a recuperação. Albrechtsen (1993) propõe a existência de três concepções de análise de assunto no processo de indexação: a simplista, a orientada para o conteúdo e a orientada para a demanda. Farrow (1991), com um modelo do processo cognitivo da indexação de documentos, além de Bertrand e Cellier (1995), enfatiza a perspectiva cognitiva da Indexação. Ainda na década de 90, Lancaster (1993) e Fugmann (1993) aliam teoria e prática e Frohmann (1990) propõe regras para indexação sem a perspectiva do que ele denomina ‘mentalismo’.

O estudo de Fidel (1994) é de grande relevância para esta tese, em especial, pelo estabelecimento de fundamentos teóricos que comportam qualidades da indexação, tais como,

exaustividade, especificidade, correção e consistência que são centrais na compreensão sobre os rumos da política de indexação, o desenvolvimento dos processos de indexação (análise de assunto e tradução dos conceitos) e a estruturação dos termos, conforme as dinâmicas dos sistemas de recuperação da informação, das demandas da comunidade usuária e das áreas do conhecimento cobertas pela política de indexação/atividade de indexação.

No que se refere às qualidades da indexação (exaustividade, especificidade, correção e consistência), Fujita (2012) define que a exaustividade corresponde ao número de descritores atribuídos a um documento; a especificidade refere-se ao grau de precisão da representação temática, considerando a experiência do(a) indexador(a), os descritores selecionados nas linguagens de indexação e as diretrizes previamente estabelecidas na política de indexação do ambiente informacional.

A exaustividade e a especificidade, enquanto parâmetros definidos pelo sistema, dependem do nível de compreensão exigido para a realização da tarefa de indexação. Tal compreensão envolve habilidades de leitura documentária, domínio da linguagem de indexação e conhecimento do contexto institucional e dos objetivos do sistema de recuperação da informação.

A correção diz respeito à ausência de erros na indexação, podendo ocorrer falhas por omissão, quando um termo relevante não é incluído, ou por inclusão, quando um termo é acrescentado indevidamente. Trata-se de um aspecto que envolve julgamento técnico, fundamentado no conhecimento prévio mobilizado durante a identificação e seleção dos termos representativos do conteúdo do documento.

A consistência, conforme Pranas Zunde e Margaret E. Dexter (1969), corresponde ao grau de concordância entre indexadores(as) na representação da informação essencial de um documento por meio da seleção de termos. Esses autores indicam que a análise da exaustividade em indexação coletiva apresenta comportamento semelhante ao observado nas leis métricas da informação, como a dispersão da informação, a produtividade científica e a distribuição do vocabulário.

As qualidades da indexação não se restringem ao ato individual de representação temática, mas envolvem também a gestão dos ambientes de informação e, especialmente, a gestão da política de indexação. A definição de níveis de exaustividade, especificidade, correção e consistência pressupõe alinhamento entre a cobertura temática das áreas do conhecimento atendidas e os padrões métricos que regem a organização e circulação da informação científica.

O estudo de Albrechtsen (1993) apresenta contribuição relevante ao diferenciar três

processos de indexação: a indexação simplista, de caráter predominantemente operacional; a orientada ao conteúdo, voltada ao tratamento temático do documento; e a orientada à demanda, centrada nas necessidades dos(as) usuários(as). Considera-se fundamental a articulação entre a orientação ao conteúdo e à demanda, pois a representação temática eficaz depende da integração entre análise do documento e compreensão das necessidades da comunidade usuária. A indexação configura-se, assim, como prática plural, que envolve dimensões humanas, institucionais e tecnológicas.

Fidel (1994) distingue duas abordagens no processo de indexação: a orientada ao documento, que busca representar seu conteúdo, e a orientada ao(à) usuário(a), que procura refletir as possíveis demandas de busca. Embora ambas coexistam na prática e na teoria, a abordagem orientada ao documento apresenta maior predominância. A indexação centrada nas solicitações dos(as) usuários(as) mostra-se de difícil implementação exclusivamente humana, o que favorece o desenvolvimento de sistemas automatizados, mais dinâmicos e flexíveis. Entretanto, ressalta-se que o avanço dessa abordagem depende da compreensão aprofundada do comportamento de busca.

A indexação automatizada tende a favorecer a aplicação sistemática das qualidades da indexação, a estruturação do uso das linguagens documentárias e o apoio às decisões técnicas orientadas pelas políticas de indexação.

Na década de 1990, intensifica-se o debate entre perspectivas cognitivistas e sociais da indexação. A perspectiva cognitivista, predominante desde as décadas anteriores, enfatiza os processos mentais envolvidos na atividade. Farrow (1991) propõe modelo baseado na alocação de recursos cognitivos para tarefas como resumo, indexação e classificação, destacando que a leitura para indexação difere da leitura comum em razão de restrições de tempo, orientação à tarefa e automatização do processamento em profissionais experientes.

Os estudos cognitivistas contribuem para aproximar a atividade de indexação dos sistemas de recuperação da informação, ao buscar critérios técnicos que orientem a construção de mecanismos de busca mais eficazes.

Por sua vez, a perspectiva social, representada por Frohmann (1990), questiona a centralidade da abordagem mentalista e propõe compreender a recuperação da informação como prática social. A partir de reflexões inspiradas em Wittgenstein, argumenta-se que seguir regras constitui prática social, deslocando o foco da análise do indivíduo para o contexto coletivo. A indexação passa, então, a ser entendida como atividade social que envolve interação entre indexador(a), gestão institucional, comunidade usuária e fundamentos teóricos da área.

As décadas de 1960 a 1990 revelam-se fundamentais para a consolidação de bases teóricas, metodológicas e empíricas da indexação e das políticas de indexação, cujos desdobramentos, no século XXI, articulam perspectivas tecnológicas, cognitivas e sociais.

No contexto brasileiro, os estudos iniciais sobre política de indexação destacam-se nos anos 1970 com Gláucia Helena Barbosa Pereira de Souza (1976) e Lena Vânia Ribeiro Pinheiro (1978), e nos anos 1980 com Maria Augusta da Nóbrega Cesarino (1985) e Marília Vidigal Carneiro (1985). Souza (1976) discute alternativas para uma indexação mais econômica, analisando índices como o KWIC e propondo o SLIC como estratégia que combina rapidez, eficácia e economia.

Pinheiro (1978), ao investigar a consistência[27] entre indexadores(as), constata que a ausência de instrumentos de apoio, como manuais e vocabulários controlados, reduz os níveis de concordância, especialmente em indexações mais exaustivas.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de formalizar a política de indexação por meio de um manual que estabeleça diretrizes técnicas precisas. Quanto menor for o nível de estruturação técnica e normativa da indexação, maiores serão as chances de ocorrência de inconsistências.

O manual que materializa a política de indexação deve contemplar, de forma sistemática, as qualidades da indexação e os processos de análise de assunto e tradução conceitual, oferecendo subsídios para uma representação temática alinhada a fundamentos teóricos e orientada à recuperação eficaz da informação.

Nos anos 1980, Cesarino (1985) afirma que uma política de indexação deve contemplar os seguintes elementos: identificação das características do(a) usuário(a); volume e características da literatura a ser integrada ao sistema; volume e características das questões propostas pelo(a) usuário(a); – número e qualidade dos recursos humanos envolvidos; – determinação dos recursos financeiros disponíveis para criação e manutenção do sistema; e determinação dos equipamentos disponíveis.

A ideia central de uma política de indexação na concepção da autora passa pelo trinômio usuário(a) – sistema de recuperação da informação – recursos, tendo em vista a dimensão do(a) usuário(a) a partir de suas características e perfis, bem como de suas sugestões, o sistema de recuperação de informação e sua capacidade de criação, manutenção e aprimoramento e os recursos correspondem à estrutura de profissionais de indexação e condições financeiras disponíveis para formulação, implementação e avaliação da política de

[27] Pinheiro (1978) adota o conceito de consistência proposto por Zunde e Dexter (1969) como base para sua análise e compreensão desse aspecto na indexação.

indexação.

Já Carneiro (1985, p. 222) afirma que a política de indexação deve levar em consideração alguns fatores que são imprescindíveis ao planejamento de um sistema de recuperação da informação, a saber: a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema; e os recursos humanos, materiais e financeiros.

Tais fatores são pertinentes para pensar a política de indexação não apenas como documento, mas como instrumento decisório da indexação como serviço e produto de informação, assim como da indexação como atividade eficaz e efetiva para recuperação da informação e satisfação das demandas dos(as) usuários(as).

De modo mais amplo, Carneiro (1985, p. 221) afirma que uma política de indexação deve considerar os seguintes fatores:

a) características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido;
b) identificação dos(as) usuários(as), para atendimento de suas necessidades de informação;
c) recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações.

São elementos a considerar na elaboração de uma política de indexação: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação (níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem), estratégia de busca, forma de saída, tempo de resposta do sistema, avaliação do sistema.

A autora, ao fazer criteriosa revisão da obra de Lancaster, traz uma quintuplicidade da política de indexação permeada por: gestão do ambiente de informação – usuários(as) – recursos – sistema de recuperação da informação – avaliação. Ao trazer a gestão e avaliação da política de indexação, há uma ampliação no sentido de definir que qualquer política é mais amplamente efetivada quando sintonizada com a gestão do ambiente de informação (sintonia entre a gestão geral e a gestão da política de indexação) e a avaliação que se constitui no instrumento de revisão/aprimoramento que inclui o aprimoramento dos documentos que amparam a política de indexação.

Diante de tal revisão é possível compreender que a política de indexação possui pelo menos três grandes fatores: o primeiro é **institucional**, que é relativo aos modos como o conjunto de diretrizes norteiam o planejamento e o gerenciamento das atividades de organização, busca e recuperação de sistemas de informação, contemplando as

demandas/necessidades de informação dos(as) usuários(as) e reconhecendo as condições humanas, materiais e financeiras para realização das atividades de indexação; o segundo é **técnico**, que é referente a cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação (níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem), estratégia de busca, forma de saída, tempo de resposta do sistema, avaliação do sistema; e o terceiro é **metodológico**, que é focalizado na **avaliação** do sistema.

Sobre o fator institucional, é o elemento macro de qualquer ambiente de informação na medida que qualquer política, incluindo a de indexação, deve estar alinhada ao planejamento e gestão a fim de que seja possível promover consistência aos serviços de indexação oferecidos, mediante alinhamento ao sistema de recuperação da informação, visando contemplar as demandas/necessidades dos(as) usuários(as) por meio de recursos humanos/materiais/financeiros adequados. É o fator institucional que vai definir a capacidade de formulação, implementação e avaliação de uma política de indexação, pois busca garantir as condições para que a política seja concretizada.

Sobre o fator técnico envolve o processo de indexação em si que denota a execução daquilo que é proposto na política de indexação com a observância de contextualização aos elementos estruturados no fator institucional, sendo fundamental instituir um sistema de recuperação qualificado e profissionais habilitados para realização dos processos técnicos de indexação.

Conforme Milena Polsinelli Rubi (2012), ao fazer uma interpretação do artigo de Carneiro, indica que o fator técnico engloba os seguintes níveis:

1) exaustividade – medida de extensão em que todos os assuntos discutidos em um certo documento são reconhecidos durante a indexação e traduzidos na linguagem do sistema;
2) especificidade – relação com a capacidade de precisão de um sistema, compreendendo que maior especificidade aumenta a taxa de precisão e diminui a de revocação;
3) escolha da linguagem – a linguagem documentária afeta o desempenho de um sistema de recuperação de informação tanto na estratégia de busca (estabelece a precisão com que o técnico de busca pode descrever os interesses do(a) usuário(a)) quanto na indexação (estabelece a precisão com que o(a) indexador(a) pode descrever o assunto do documento), tendo em vista que a partir de estudos do sistema, deve-se optar entre linguagem livre ou linguagem controlada e linguagem pré-coordenada ou pós-coordenada;

4) capacidade de revocação e precisão do sistema: exaustividade, revocação e precisão estão relacionadas, pois quanto mais exaustivamente um sistema indexa seus documentos, maior será a revocação (número de documentos recuperados) na busca e, inversamente proporcional, a precisão será menor;
5) estratégia de busca – deve-se decidir entre a busca delegada ou não;
6) tempo de resposta do sistema;
7) forma de saída – é o formato em que os resultados da busca são apresentados, considerando a grande influência sobre a tolerância do(a) usuário(a) quanto à precisão dos resultados e a verificação de qual a preferência do(a) usuário(a) quanto à apresentação dos resultados.

O contexto histórico tem grande relevância nas construções conceituais sobre políticas de indexação, visto que é possível preservar princípios do fator técnico, mas é necessário atualizar alguns elementos a exemplo da evolução dos sistemas de recuperação da informação digitais que exclui a importância sobre o tempo de espera de resposta (relativo aos sistemas de recuperação da informação manuais) e modifica outros elementos, tais como as estratégias de busca, a forma de saída e os modos de diálogo com os(as) usuários(as), considerando que a evolução das configurações tecnológicas digitais favorecem múltiplas perspectivas de diálogo com os(as) usuários(as), incluindo nos modos de realizar estudos de usuários(as) que podem prever estudos técnicos mais robustos ou mesmo diálogos mais objetivos por meio de e-mail, redes sociais e o uso de plataformas digitais para diálogos virtuais simultâneos, promovendo maior celeridade e consistência dialógica entre o ambiente de informação (por meio dos(as) profissionais da indexação) e os(as) usuários(as).

O fator metodológico, conforme Carneiro (1985), novamente em diálogo com Lancaster, a avaliação do sistema de recuperação da informação determinará até que ponto o sistema está satisfazendo as necessidades dos(as) seus/suas usuários(as), que falhas estão ocorrendo e de que forma poderão ser corrigidas, considerando os seguintes elementos: a) estabelecimento do alcance e propósito do programa de avaliação para decidir o que vai ser avaliado; b) planejamento da avaliação; c) análise e interpretação dos resultados; d) modificações no sistema, baseadas nos resultados obtidos, tendo em vista a melhoria do desempenho do sistema. Para o avanço no procedimento avaliativo do sistema de recuperação da informação como um todo é possível se considerar o efeito da política e procedimentos de indexação sobre o subsistema de busca.

Uma avaliação da indexação e da política de indexação nos ambientes de informação possui a capacidade de identificar, abordar, descrever e propor níveis de intensidade entre o

que foi formulado, o que foi executado e o que deve ser revisado/aprimorado, tendo em vista os seguintes propósitos: revisar e aprimorar as atividades de indexação, incluindo os serviços ofertados; revisar e aprimorar as práticas dos profissionais da indexação; promover maior visibilidade à indexação nos ambientes de informação; revisar e aprimorar a eficácia e efetividade dos sistemas de recuperação da informação; otimizar o diálogo e as contribuições da comunidade usuária nas atividades de indexação, em especial, usuários(as) especialistas; oferecer à comunidade usuária mais conhecimentos e subsídios para uso dos ambientes de informação; observar o nível de satisfação da comunidade usuária com as atividades de indexação; revisar e aprimorar o planejamento e a gestão do ambiente de informação em relação as atividades de organização, busca e recuperação da informação; revisar e aprimorar a política de indexação como um todo.

A avaliação da atividade de indexação e da política de indexação é um processo que, embora de grande relevância em um ambiente de informação, não é necessariamente corriqueiro e apresenta uma série de dificuldades de realização por uma série de questões: falta de alinhamentos propositivos da política de indexação ao planejamento e gestão do ambiente de informação; falta de recursos do ambiente de informação que engloba a falta de profissionais da indexação suficientes para cuidar da avaliação, a falta de conhecimentos sobre métodos e técnicas de avaliação (tanto da área, quanto de elementos educacionais e organizacionais) e a falta de orçamento que impacta diretamente no *modus operandi* da atividade de indexação; dificuldade dos ambientes de informação e dos profissionais da indexação em se expor no processo avaliativo com a possibilidade do sofrimento de críticas; dificuldade dos ambientes de informação e dos profissionais da indexação em expor perspectivas para revisão e aprimoramento e não terem condições de cumprir.

Em alguns casos a avaliação não ocorre expressamente, pois, embora a indexação seja realizada, não há um planejamento e até mesmo não há uma política de indexação estruturada para nortear sistematicamente a prática da indexação, o que inibe a realização de processos sazonais ou permanentes de avaliação.

Ainda no Brasil, mas também considerando parcerias internacionais principalmente com países da América Latina e da Europa, as definições sobre indexação voltam à tona no século XXI, principalmente nos anos 2000 e 2010 com uma nova leva de pesquisadores que primam pela construção de estudos de fundamentação acerca das políticas de indexação entre os quais são possíveis destacar: José Augusto Chaves Guimarães, Mariângela Spotti Lopes Fujita, Isidoro Gil Leiva e Milena Polsinelli Rubi.

José Augusto Chaves Guimarães apresenta importantes contribuições para os estudos

sobre políticas de indexação, especialmente por meio dos artigos "*Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento en las organizaciones*" (Guimarães, 2000) e "As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações" (Guimarães, 2004).

Segundo Guimarães (2000), a construção de uma política de indexação envolve diferentes dimensões:

a) está diretamente relacionada à melhoria dos serviços, à simplificação dos processos e à garantia de consistência nas atividades de processamento e organização da informação;
b) exerce um papel orientador na mediação entre sistema e usuário(a), auxiliando na definição de objetivos, interesses e níveis de leitura esperados, com o propósito de reduzir a sobrecarga cognitiva;
c) inclui a definição de elementos como a cobertura temática, considerando aspectos como a conversão retrospectiva de dados e a compatibilidade da linguagem documentária em sistemas cooperativos, bem como critérios para seleção e aquisição de documentos-fonte, levando em conta procedência (especialmente no caso de sites), custo, idioma, entre outros fatores;
d) contribui para transformar a relação entre leitor(a)/usuário(a) e documento em uma interação efetiva entre sujeitos, uma vez que o(a) usuário(a) recria o documento a partir de sua leitura e fornece retorno ao sistema;
e) pressupõe dois aspectos centrais: a interdependência entre seus elementos e a avaliação contínua. Esses fatores evidenciam o caráter dinâmico e retroalimentado do processo, considerando que documentos, áreas de interesse institucionais e perfis de usuários(as) estão em constante transformação;
f) por fim, para garantir continuidade e aprimoramento ao longo do tempo, a política de indexação deve ser devidamente documentada, assegurando clareza e coerência nas decisões, independentemente dos(as) profissionais responsáveis por sua aplicação.

Uma política de indexação não é constituída simplesmente pelos documentos (manuais), mas precisa dos documentos para que seja implementada. Esta afirmação ocorre pelo fato de que a política de indexação é construída dos fatos para os documentos, isto é, a partir da reunião sistematizada de profissionais, gestores(as), especialistas, usuários(as), analisam as possibilidades de construção da política de indexação, considerando o planejamento e a gestão do ambiente de informação, a estrutura do ambiente de informação para atuar com indexação,

os profissionais que atuam com indexação (quantidade e qualidade), a definição dos elementos da indexação/política de indexação, sistema de recuperação da informação (a necessidade de alinhar os modos de indexar à realidade do sistema) e a realidade dos(as) usuários(as) (incluindo diálogos com usuários(as) especializados(as)), os documentos que regem a política de indexação devem ser produzidos com um processo gradual de avaliação entre os fatos e os documentos que permitam revisões e atualizações para aprimoramento da política de indexação.

Os documentos, produzidos a partir de um alinhamento à realidade do ambiente de informação sobre a capacidade de atuação da política de indexação, são fundamentais, de modo que podem ser robustecidos durante o processo histórico, sem necessariamente comprometer mudanças na gestão do ambiente de informação e dos profissionais que atuam com indexação, já que em uma nova gestão com novos(as) profissionais e novos(as) usuários(as), a disponibilidade dos documentos permitem a continuidade das atividades do ponto em que assumem às atividades.

Guimarães (2004), em diálogo com Carneiro (1985), amplia a reflexão sobre política de indexação ao propor a existência de dois planos complementares: o plano horizontal e o plano vertical. O plano horizontal refere-se à dimensão gerencial, responsável pelo planejamento, definição de diretrizes e gestão da política de indexação. Já o plano vertical diz respeito às atividades técnicas de organização da informação, isto é, à implementação e operacionalização da prática de indexação.

Embora distintos, esses dois planos não devem ser analisados de forma separada. Não há política de indexação sem a dimensão gerencial que orienta e estrutura a prática, assim como não há política de indexação sem a dimensão operacional que a concretiza. É justamente a articulação entre esses dois planos que sustenta a chamada “quintuplicidade” da política de indexação, composta pelos seguintes elementos: gestão do ambiente de informação, usuários(as), recursos, sistema de recuperação da informação e avaliação.

No que se refere à produção científica sobre o tema, Mariângela Spotti Lopes Fujita apresenta contribuição significativa para a área. A partir de um levantamento realizado na Brapci com o termo “política de indexação”[28], foram identificados 18 artigos publicados em

[28] Esse levantamento foi realizado a partir da análise das autorias de produções sobre política de indexação, considerando que a professora e pesquisadora Mariângela Spotti Lopes Fujita apresenta uma produção científica expressiva na temática. Destacam-se, sobretudo, seus artigos publicados em periódicos científicos, desenvolvidos tanto individualmente quanto em coautoria, abrangendo diferentes aplicações e um amplo recorte temporal, entre 2003 e 2024. O enfoque nos periódicos científicos justifica-se pela elevada densidade de publicações nessa modalidade, embora a autora também possua significativa produção sobre políticas de indexação em trabalhos de eventos, livros e capítulos de livros.

periódicos científicos, entre 2003 e 2024, que envolvem a autora e abordam essa temática:

1) Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados – Milena Polsinelli Rubi e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2003);
2) O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional para uma proposta de programa para a educação à distância do(a) bibliotecário(a) – Mariângela Spotti Lopes Fujita e Milena Polsinelli Rubi (2006);
3) Terminologias em políticas de indexação – Brígida Maria Nogueira Cervantes, Mariângela Spotti Lopes Fujita e Milena Polsinelli Rubi (2008);
4) Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal – Milena Polsinelli Rubi e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2010);
5) Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional – Mariana Lousada *et al.* (2011);
6) Elaboração do manual de política de indexação para bibliotecas universitárias – Milena Polsinelli Rubi, Mariângela Spotti Lopes Fujita e Vera Regina Casari Boccato (2012b);
7) O conhecimento profissional do(a) catalogador(a) de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias – Paula Regina Dal'Evedove e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2013);
8) Avaliação da indexação – Mariângela Spotti Lopes Fujita e Isidoro Gil Leiva (2014);
9) Pesquisa sobre política de indexação no Brasil – Paula Regina Dal'Evedove e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2015);
10) Procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral sobre a linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias – Mariângela Spotti Lopes Fujita (2016a);
11) Estudo diagnóstico e analítico sobre política de indexação em bibliotecas universitárias – Mariângela Spotti Lopes Fujita e Luciana Piovezan Rio-Branco (2016);
12) Política de indexação e linguagens documentárias nas bibliotecas escolares – Vera Lucia Ribeiro Guim e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2016);
13) Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos(as)

usuários(as) deficientes visuais – Talita Andrade Rodrigues; Mariângela Spotti Lopes Fujita e Paula Regina Dal'Evedove (2017);

14) Política de indexação em arquivos de instituições de saúde – Mariângela Spotti Lopes Fujita e Sônia Maria Troitiño Rodriguez (2018);
15) Política de indexação e ética – Rafaela Cristina de Jesus e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2019);
16) Política de indexação em periódicos da Ciência da Informação – Laís Pereira de Oliveira *et al.* (2020);
17) A política de indexação em arquivos permanentes a partir da prática de arquivistas – Jacqueline Nakagawa e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2021);
18) Método para avaliação direta da indexação automática via julgamento de indexadores(as) – Renato Fernandes Corrêa e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2024).

No livro "Política de indexação"[29], tendo como base o primeiro capítulo intitulado "A política de indexação para representação e recuperação da informação", Fujita (2012, p. 17) define que:

> A política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação. A política decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação, mas principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos usuários.

A autora pondera que a política de indexação para além de atentar para as atividades orgânicas da indexação, deve ser emulada como uma atividade de planejamento e gestão em ambientes de informação, pois, de fato, a execução qualificada da indexação depende, sobretudo, dos investimentos em recursos humanos (equipe de indexação), materiais (serviços, produtos e sistemas de indexação recuperação da informação) e financeiros (investimentos para qualificação das atividades humanas e materiais).

[29] O livro sobre "Política de indexação", organizado por Isidoro Gil Leiva e Mariângela Spotti Lopes Fujita, constitui uma sólida fundamentação em indexação e política de indexação por meio de aspectos teóricos, metodológicos e pedagógicos, sendo uma relevante referência para esta tese. A obra se caracteriza com relevância ainda maior por atentar para um cenário de construção multiterritorial na medida em que traça parcerias por meio de projetos de pesquisa e produções bibliográficas em nível de Brasil-América Latina-Europa, estabelecendo uma espécie de rede de pesquisa e práticas acadêmicas sobre indexação e política de indexação.

Logo, a política de indexação não deve ser vista apenas como um documento operacional ou simbólico que define estratégias de indexação, mas um conjunto propositivo de diretrizes e objetivos que possam definir recursos para as atividades de indexação, nortear o comportamento profissional dos(as) indexadores(as), incluindo metas a serem cumpridas, promover uma difusão pública (interna e externa ao ambiente de informação) das atividades de indexação, conferir um olhar tecnológico e semântico entre a prática dos(as) indexadores(as) e o sistema de recuperação da informação, além da formação de comissões internas formalizadas pela gestão do ambiente de informação para avaliar as práticas de indexação em conjunto com outros setores do ambiente de informação e com a comunidade usuária.

Fujita (2012, p. 22) afirma que:

> Existem, portanto, duas visões de política de indexação que se complementam: uma visão mais ampliada que considera o contexto da gestão de sistemas de recuperação da informação sobre as atividades de indexação e a visão mais direcionada aos procedimentos e elementos de indexação circunscritos ao manual de indexação, sua operacionalização e avaliação. O registro da política de indexação em um manual é fundamental não só para a uniformidade de condutas, processos e normas, mas, também, para garantir a avaliação futura com base no que está registrado.

As duas perspectivas são complementares, pois a primeira apresenta um enfoque mais gerencial, enquanto a segunda está mais voltada para os aspectos operacionais da organização da informação. Nesse sentido, é importante que ambas sejam consideradas de forma integrada, uma vez que a gestão da política de indexação deve estar articulada à execução estratégica da atividade de indexação, assim como a operacionalização da indexação necessita de uma perspectiva gerencial que assegure sua efetiva realização.

A existência dos manuais de política de indexação são pertinentes não somente para registrar os fluxos da indexação, mas também para gerar continuidade gerencial e operacional à atividade de indexação, de modo que possa ser continuada independente dos profissionais que estejam à frente, assim como que seja reestruturada em casos mais complexos como mudança no sistema de recuperação da informação, mudança no uso de técnicas de indexação, mudanças de profissionais, mudanças do gestor, entre outros.

Quanto a Isidoro Gil Leiva, uma de suas principais obras que tratam de indexação e de política de indexação, é o "*Manual de indizacion: teoria y practica*", publicado em 2008, que traz uma densa abordagem sobre indexação e possui um subcapítulo específico sobre políticas de indexação. Gil Leiva (2008) entende que a política de indexação não contempla apenas o modo como a indexação é realizada, mas representa o esforço para consolidar,

sistematizar e esclarecer por meio de manuais os processos realizados na indexação.

O autor entende que a política de indexação não se limita apenas à execução operacional da indexação, mas envolve também a forma como essa política é articulada ao planejamento e à gestão do ambiente de informação. Além disso, destaca a importância de documentos institucionais, como os manuais, para explicitar os procedimentos e diretrizes que orientam a atividade de indexação.

Sobre os manuais, Milena Polsinelli Rubi e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2003) afirmam que constitui também a documentação oficial da política de indexação, em virtude de descrever em ordem lógica de etapas a serem seguidas para a análise de assuntos, fornecendo regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do(a) indexador(a) e contendo os elementos constituintes da política de indexação adotada pelo sistema.

Rafaela Cristina de Jesus e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2019, p. 102) afirmam que os manuais:

> [...] são elaborados com o objetivo de aprimorar e padronizar os procedimentos de indexação de assuntos dentro das bibliotecas, possibilitando uma representação mais condensada dos conteúdos documentários, de sorte a assegurar uma maior qualidade na recuperação da informação. O manual de política de indexação, além de direcionar e indicar os procedimentos que devem ser concretizados pelo profissional, permitirá igualmente que um padrão mínimo seja seguido por todas as bibliotecas da Rede, auxiliando os bibliotecários e atuando ainda como um instrumento de serviço e, justamente por isso, deve apresentar compromissos éticos, uma vez que o reflexo da atividade do indexador é transferido aos usuários como produto final.

Neste sentido, a política de indexação ao ser representada por manuais favorece uma explicitação didática de como a indexação deve ser realizada, norteando os profissionais da indexação, baseada na estrutura do sistema de recuperação da informação, exigindo uma coordenação direta entre a indexação do profissional e do sistema, o que exige compromissos éticos do(a) indexador(a) na prática da indexação a fim de que os produtos e serviços fornecidos à comunidade usuária obedeça a diretrizes, princípios institucionais e às demandas dos(as) usuários(as).

No entanto, vale ressaltar que os manuais necessitam de graduais discussões, revisões e atualizações por meio de comissões/grupos de trabalho para que se mantenha efetivo diante das demandas de gestão do ambiente de informação, das dinâmicas do sistema de recuperação da informação, das demandas/necessidades do(a) usuário(a) e que, sobretudo, os profissionais da indexação estejam cientes das questões suscitadas, pois são os profissionais que dão fôlego e sustentação à formulação, implementação e avaliação da

política de indexação.

No manual, Gil Leiva (2008), produz o subcapítulo 4.3 intitulado "*Políticas de indización*" traz o exemplo das seguintes bases de dados documentais "*La indización en agrícola*", "*La indización en INSPEC*", "*La indización en current contentes*", "*La indización en ERIC*" e "*La indización MEDLINE*".

Gil Leiva (2012) apresenta uma contribuição relevante para a discussão sobre política de indexação e prática de indexação ao destacar a possibilidade de comparar o trabalho realizado por indexadores(as) em diferentes ambientes de informação. Para essa comparação, o autor propõe a consideração dos seguintes elementos:

a) indexador(a) – formação e experiência em indexação, distinguindo profissionais experientes e iniciantes; conhecimento do assunto tratado; domínio das ferramentas e da linguagem de indexação; e nível de profissionalismo;
b) contexto – políticas de indexação adotadas pela instituição; objetivos da indexação (abrangência temática ou maior especificidade); perfil, tipos e necessidades da comunidade usuária; além da carga de trabalho e do tempo disponível para a atividade;
c) objeto – grau de complexidade do material indexado (por exemplo, livro infantil ou patente); características e propriedades do objeto (texto, material gráfico ou audiovisual); e extensão do conteúdo, considerando a indexação de textos curtos ou longos;
d) momento – a comparação é realizada com base nas palavras-chave extraídas diretamente do texto, que, após passarem pelo vocabulário controlado, são convertidas em descritores e utilizadas no processo comparativo;
e) fórmula – utilização de diferentes fórmulas matemáticas para calcular os índices de consistência da indexação.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a política de indexação deve contemplar atividades gerenciais, tecnológicas e organizacionais, formalizadas por meio de manuais e diretrizes institucionais. Contudo, há um aspecto central que não pode ser colocado em segundo plano: o papel dos(as) indexadores(as), cuja atuação é decisiva para a efetividade do processo de indexação.

Os(as) indexadores(as) são centrais para o êxito da política de indexação, de modo que é a partir deles(as) que todos os outros olhares sobre a política de indexação, como o planejamento/gerenciamento, o sistema de recuperação da informação, o diálogo com a comunidade usuária, a construção dos manuais e o processo de avaliação tem mais

perspectivas de viabilização. Por esse motivo é necessário que sejam pensados os seguintes aspectos para dinamização da política de indexação em torno do(a) indexador(a):

a) produção de redes de comunicação (presenciais, virtuais ou híbridas) entre diferentes indexadores(as) do mesmo ambiente e/ou de diferentes ambientes a fim de que possam por meio do diálogo, do cuidado mútuo e do reconhecimento da capacidade de motivação, liderança, competência e protagonismo prover uma rede de apoio que fortaleça o trabalho dos(as) indexadores(as) coletivamente;
b) tomar como referência instituições que são consagradas na atividade da indexação é interessante para qualificar o trabalho do(a) indexador(a), porém, evitando importações totais de manuais, pois cada ambiente de informação possui sua particularidade e deve construir a política de indexação dialogando com referências, mas ponderando as questões organizacionais internas;
c) a estruturação dos manuais com foco nas atividades do(a) indexador(a) a fim de que as orientações sejam as mais didáticas possíveis, tomando como base outros manuais de referência;
d) observar os modos de produção dos(as) indexadores(as) entre instituições a fim de atentar como o(a) indexador(a) pode exercer uma atividade produtiva em conciliação com a carga horária;
e) agregar o(a) indexador(a) às atividades do ambiente de informação a fim de que conheça o perfil organizacional para atender as demandas de indexação com qualidade;
f) realização de eventos ou fóruns entre instituições para compartilhar experiências e produzir conhecimentos sobre indexação e a política de indexação. Tais eventos e fóruns podem ser promovidos por órgãos de classe a exemplo das associações, conselhos e/ou sindicatos que representam os(as) indexadores(as).

Em síntese, a análise das atividades desenvolvidas pelos(as) indexadores(as) e da execução das políticas de indexação constitui uma tarefa relevante, mas deve ser conduzida a partir de uma perspectiva técnica, evitando a supervalorização de aspectos emocionais e ideológicos que possam comprometer a atividade de indexação.

Nesse contexto, em vez do uso do termo “comparação”, sugere-se a utilização do termo “relação”, por favorecer uma compreensão mais orgânica e coletiva da atividade de indexação. Para isso, destaca-se a contribuição de Jonathas Luiz Carvalho Silva (2018), cuja definição de relações pode ser aplicada à atividade de indexação em diferentes níveis.

O primeiro nível corresponde à identificação/descrição, relacionada aos aspectos em

que o(a) indexador(a) se identifica com outros(as) profissionais, professores(as), pesquisadores(as) e especialistas, bem como aos elementos que podem ser revistos, mantidos ou aprimorados. O segundo nível refere-se à referência, isto é, aos(às) profissionais e especialistas que orientam e fundamentam o trabalho do(a) indexador(a).

O terceiro nível envolve a conexão, compreendida como os diálogos estabelecidos entre o(a) indexador(a) e outros(as) profissionais e especialistas, considerando possibilidades de ampliação ou restrição dessas interações para qualificar a indexação. O quarto nível corresponde à mediação, relacionada às influências exercidas por profissionais, professores(as), pesquisadores(as) e especialistas na formação crítica da prática de indexação.

O quinto nível diz respeito à comparação, entendida como a observação de semelhanças, diferenças e particularidades entre indexadores(as), com o objetivo de avaliar formas mais adequadas de lidar com os fenômenos relacionados à indexação. O sexto nível refere-se à ligação, associada às relações de afinidade e cooperação estabelecidas no ambiente de trabalho, visando ao aperfeiçoamento coletivo das práticas de indexação.

O sétimo nível corresponde ao vínculo, relacionado ao sentimento de pertencimento do(a) indexador(a) à instituição em que atua, aos projetos voltados ao desenvolvimento profissional e institucional e às parcerias construídas para qualificar a prática profissional. Por fim, o oitavo nível refere-se ao relato ou narrativa, que evidencia como o(a) indexador(a) e a equipe percebem, interpretam e compartilham os diferentes níveis da atividade de indexação e das relações estabelecidas nesse contexto.

Dentre os diferentes níveis de relação, o vínculo é considerado o mais profundo, pois evidencia as condições disponíveis para que o(a) indexador(a) desenvolva suas atividades. As relações estabelecidas entre identificação e vínculo configuram um processo gradual de aprofundamento, dependente de fatores cognitivos, relacionados ao conhecimento do(a) profissional sobre a atividade exercida; éticos, vinculados ao comportamento entre os(as) profissionais; institucionais, referentes ao sentimento de pertencimento à instituição; humanos, associados à qualidade das relações interpessoais; e psíquicos, ligados à motivação para o exercício da atividade profissional.

Por sua vez, o relato ou narrativa pode ser compreendido como a síntese das relações construídas no contexto da prática de indexação. Esse relato envolve os problemas, dificuldades e desafios enfrentados, bem como as soluções, perspectivas e conquistas desenvolvidas nas atividades de indexação. Nesse contexto, considera-se a influência das relações estabelecidas entre o(a) indexador(a), a equipe de trabalho, as comissões, a gestão da biblioteca universitária, a administração institucional à qual a biblioteca está vinculada, a

comunidade usuária, professores(as), pesquisadores(as), especialistas em tratamento temático da informação e o próprio sistema de recuperação da informação.

No que se refere aos estudos sobre política de indexação, Milena Polsinelli Rubi apresenta contribuição significativa para o desenvolvimento teórico-conceitual da área, por meio de pesquisas realizadas em níveis de monografia, dissertação e tese, além de parcerias acadêmicas estabelecidas, especialmente com Mariângela Spotti Lopes Fujita.

Em termos objetivos, Rubi (2008, p. 154) afirma que a política de indexação "[...] deve indicar e detalhar todos os procedimentos que devem ser realizados durante o processo de indexação, quais sejam: análise, síntese e representação", observando o *modus operandi* da indexação.

Em termos mais amplos, Rubi (2009, p. 83-84) revela que:

> A política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa. Além disso, a política de indexação deve estar descrita e registrada em manuais de indexação, para que possa ser constantemente avaliada e modificada, se preciso.

Embora seja comum afirmar que a política de indexação deve estar alinhada à gestão do ambiente de informação, esse alinhamento não ocorre de forma automática. É necessário que ele seja construído por meio da definição de uma cultura organizacional que incorpore gradualmente a política de indexação aos valores, crenças, normas, comportamentos e práticas do ambiente informacional. Esse processo envolve a gestão geral do ambiente de informação, a gestão da política de indexação, os(as) profissionais indexadores(as), a comunidade usuária e também a administração à qual a instituição está vinculada. Dessa forma, torna-se possível estabelecer uma coordenação integrada que reconheça a política de indexação como elemento central para a qualificação dos processos de organização, busca e recuperação da informação, bem como para a oferta de produtos e serviços informacionais eficazes.

No contexto de uma biblioteca universitária, por exemplo, é necessário estabelecer uma articulação interna entre a direção da biblioteca, a coordenação da política de indexação, os(as) profissionais responsáveis pela indexação e a comunidade usuária. Além disso, é fundamental haver articulação externa com os órgãos administrativos aos quais a biblioteca está vinculada, como reitoria, pró-reitoria, centros ou departamentos. Essa integração entre os diferentes níveis institucionais contribui para o desenvolvimento de ações coordenadas e mais efetivas.

A ausência de apoio institucional por parte dos órgãos superiores pode comprometer as

atividades de indexação, especialmente em razão da insuficiência de recursos ou de decisões político-administrativas que dificultem a realização das atividades. Do mesmo modo, a falta de diálogo entre a direção da biblioteca, a coordenação da política de indexação e os(as) profissionais indexadores(as) pode prejudicar a efetividade dos processos de indexação e, consequentemente, a qualidade da organização e recuperação da informação.

Rubi (2008, 2012), a partir de sua tese de doutorado, realizou minuciosa revisão sobre política de indexação na literatura científica e estabeleceu uma síntese dos elementos para elaboração de uma política de indexação, conforme segue no Quadro 12.

Quadro 12 – Síntese dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação

Elementos da política de indexação	Fontes
Avaliação do sistema	Carneiro (1985)
Campos e subcampos do formato MARC	Moen e Benardino (2003)
Capacidade de consulta a esmo (browsing)	Foskett (1973)
Capacidade de revocação e precisão do sistema	Carneiro (1985)
Cobertura de assuntos	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Consistência/Uniformidade	Olson e Boll (2001); Vílchez Pardo (2002)
Detalhamento dos procedimentos relacionados à leitura documentária	Manuais INIS, AGRIS e BIREME
Economia	Vílchez Pardo (2002)
Escolha da linguagem	Carneiro (1985); Vílchez Pardo (2002)
Especificidade	Cutter (1876); Foskett (1973); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Connell (1996); Olson e Boll (2001); Vílchez Pardo (2002)
Estratégia de busca	Carneiro (1985)
Adequação	Olson e Boll (2001)
Exaustividade	Lancaster (1968; 1993); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Van Slype (1991); Olson e Boll (2001)
Forma de saída dos resultados	Carneiro (1985)
Formação do(a) indexador(a)	Foskett (1973)
Manual de indexação (elaboração/utilização)	Manuais INIS, AGRIS e BIREME;
Seleção e aquisição de documentos-fonte	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Síntese	Vílchez Pardo (2002)
Uso (pelo(a) usuário(a))	Vílchez Pardo (2002)

Fonte: Rubi (2008, 2012).

A revisão é criteriosa, visto que contempla uma série de elementos, tais como:

a) cronológico – define os procedimentos teórico-conceituais de uma política de indexação desde os anos 1960 até os anos 2000, compreendendo que os primeiros

estudos foram inspirando os demais, permitindo um amadurecimento ao longo da história;

b) epistemológico – fundamenta a definição dos elementos da política de indexação como a cobertura de assuntos; seleção de documentos; tipos de materiais; especificidade; exaustividade; consistência; correção; análise de assunto; leitura documentária para análise do assunto; identificação de conceitos; seleção de conceitos; tradução dos conceitos; escolha da linguagem; sistema de recuperação da informação; capacidade de revocação e precisão do sistema; estratégia de busca; forma de saída; e avaliação do sistema;
c) técnico – operacionaliza os mecanismos que constituem a prática da indexação constituídos na política de indexação por meio da definição epistemológica delimitada acima;
d) político – compreende o modo de planejamento e gestão de uma política de indexação e as possibilidades de avanço da atividade de indexação no ambiente de informação;
e) institucional – prevê a indexação e a política de indexação, respectivamente, como seção e atividade do ambiente de informação, incluindo as condições para avaliação;
f) tecnológico – alinha a indexação como um dos primados que possibilitam uma qualificada organização, busca e recuperação da informação por meio do sistema de recuperação da informação.

Desse modo, as definições sobre política de indexação exercem influência direta nas atividades de gestão/planejamento, organização (com ênfase no tratamento temático da informação), serviços e tecnologias em ambientes de informação, em especial, no que se refere à elaboração, implementação e avaliação de serviços de indexação e da efetividade dos sistemas de recuperação da informação.

A partir de levantamento na Brapci com o termo “política de indexação” foram identificadas as seguintes definições extraídas de publicações indexadas a fim de robustecer a fundamentação sobre a temática, conforme estabelecido no Quadro 13 que segue.

Quadro 13 – Definições sobre política de indexação a partir de levantamento de artigos indexados na BRAPCI

Autoria	Definição
Cesarino (1985)	Deve contemplar os seguintes elementos: identificação das características do(a) usuário(a); volume e características da literatura a ser integrada ao sistema; volume e

Autoria	Definição
	características das questões propostas pelo(a) usuário(a); - número e qualidade dos recursos humanos envolvidos; - determinação dos recursos financeiros disponíveis para criação e manutenção do sistema; e determinação dos equipamentos disponíveis.
Carneiro (1985)	Uma política de indexação, como um guia para tomada de decisões, deve levar em conta os seguintes fatores: a) características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; b) identificação dos usuários(as), para atendimento de suas necessidades de informação; c) recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações. São elementos a considerar na elaboração de uma política de indexação: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação (níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem), estratégia de busca, forma de saída, tempo de resposta do sistema, avaliação do sistema.
Guimarães (2000)	Está diretamente ligada a questões como otimização de serviços, simplificação de processos e consistência das operações no processamento e organização de conteúdo informativo, assumindo um papel de liderança na modulação da interação a fim de orientar o(a) usuário(a) na definição de objetivos, interesses e níveis esperados de leitura, englobando a definição dos seguintes elementos: cobertura de assuntos – aspectos como a conversão retrospectiva de dados e a compatibilidade de linguagem documentária entre integrantes de um mesmo sistema cooperativo; e seleção e aquisição de documentos-fonte: aliar procedência (especialmente no que diz respeito a sites), ao custo, à língua etc.; contribuindo significativamente para transformar o(a) leitor(a)/usuário(a) e o documento de sujeito e objeto em dois sujeitos que interagem efetivamente, uma vez que o(a) usuário(a) recria constantemente o documento e, consequentemente, fornece feedback; e pressupondo dois aspectos fundamentais: a interdependência de seus elementos e a avaliação constante. Esses aspectos confirmam a natureza de feedback do processo, visto que documentos, áreas de interesse da organização, perfis de usuários(as), entre outros, estão em constante mudança, considerando que a continuidade e melhora ao longo do tempo depende do fato de ser documentada para garantir clareza e consistência no conjunto de decisões tomadas, independentemente das pessoas que as implementam.
Rubi; Fujita (2003)	Decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação da informação por condicionar os resultados de busca, sendo norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos e que deve ser observada tanto por meio de diagnósticos de infraestrutura física, de serviços e de recursos humanos, quanto por meio de sua documentação oficial, como o manual de indexação.
Cláudio Omar Nunes (2004)	É uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz (e os(as) bibliotecários(as) precisam observar em suas rotinas), considerando fundamentalmente duas variáveis: o(a) seu/sua usuário(a) e o seu acervo.
Rubi (2008)	Deve indicar e detalhar todos os procedimentos que devem ser realizados durante o processo de indexação, quais sejam: análise, síntese e representação", observando o *modus operandi* da indexação
Rubi (2009)	A política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa. Além disso, a política de indexação deve estar descrita e registrada em manuais de indexação, para que possa ser constantemente avaliada e modificada, se preciso.
Fujita; Rubi; Boccato (2009)	Constitui uma política de tratamento temático da informação que visa à gestão da informação e dá visibilidade na recuperação, além de explicitar condutas teóricas e práticas adotadas pelas equipes responsáveis pelo tratamento da informação, sendo ponderada no processo técnico ou como campo de pesquisa.
Boccato (2010)	Procedimentos que interferem na qualidade da indexação por meio de: fatores ligados ao(a) indexador(a) (conhecimento do assunto; ciência das necessidades dos(as) usuários(as); experiência; capacidade e compreensão de leitura); fatores ligados ao documento (conteúdo temático; complexidade; língua e linguagem); fatores ligados à

Autoria	Definição
	linguagem documental (especificidade; ambiguidade ou imprecisão; qualidade do vocabulário de entradas; qualidade da estrutura; disponibilidade de instrumentos auxiliares); fatores ligados ao processo (tipo de indexação; regras e instruções; produtividade exigida; exaustividade da indexação); fatores ambientais: calefação/refrigeração; iluminação; ruído, entre outros.
Lousada *et al.* (2011)	Recurso para o processo de análise de conteúdos informacionais, visto que apresenta uma metodologia capaz de representar os conteúdos informacionais de forma satisfatória por meio de uma filosofia que reflita a missão, os interesses e objetivos da organização.
Fujita (2012)	Não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação. A política decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação, mas, principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos(as) usuários(as). [...] Existem, portanto, duas visões de política de indexação que se complementam: uma visão mais ampliada que considera o contexto da gestão de sistemas de recuperação da informação sobre as atividades de indexação e a visão mais direcionada aos procedimentos e elementos de indexação circunscritos ao manual de indexação, sua operacionalização e avaliação. O registro da política de indexação em um manual é fundamental não só para a uniformidade de condutas, processos e normas, mas, também, para garantir a avaliação futura com base no que está registrado.
Ardala Ponce Kochani, Vera Regina Casari Boccato e Milena Polsinelli Rubi (2012)	Conjunto de procedimentos que permite a qualidade tanto no momento do tratamento temático por parte dos profissionais quanto no momento da busca e recuperação da informação por parte dos(as) usuários(as).
Geni Chaves Fernandes e Dayanne da Silva Prudencio (2015)	É uma produção intelectual da organização, elaborada a partir da interlocução entre os conhecimentos teóricos e os advindos da dinâmica inerente ao processo de trabalho e cujas funções mais amplas são o estímulo à produção e utilização de conhecimento sobre indexação para bem, e cada vez melhor, atender à comunidade usuária.
Dal'Evedove; Fujita (2015)	Direciona a prática profissional mediante embasamento teórico e compila um conjunto de diretrizes e critérios elaborados e adaptados à realidade das unidades de informação voltados para produtos e serviços informacionais disponibilizados nos sistemas de recuperação de informação, proporcionando equilíbrio entre o saber científico e a prática da profissão trazendo motivação e autonomia ao(à) bibliotecário(a) no tratamento temático da informação.
Raimunda Fernanda dos Santos e Renato Fernandes Corrêa (2017)	Diretriz que norteia as ações dos profissionais envolvidos na atividade de representação temática dos objetos informacionais existentes em um determinado contexto (biblioteca, sistema de recuperação da informação etc.) com base nos seus objetivos, características, perfil da comunidade usuária e recursos (humanos, materiais e financeiros), objetivando melhorar o processo de representação e, consequentemente, busca e recuperação de documentos no contexto de sua aplicação.
Ana Paula da Fonseca Vieira; Laís Pereira de Oliveira; Tatielle Marques Cunha (2017)	É o documento internamente instituído nas unidades de informação, por meio de guia ou manual, que orienta o processo de indexação, buscando padronização neste processo subjetivo da indexação e que irá reunir os parâmetros e a filosofia de indexação das unidades de informação.
Valdenise César Garcia *et al.* (2019)	Uma filosofia que, dentro de uma unidade de informação, deve retratar a sua cultura, seus valores e missão, trazendo a idealização de que as atividades de indexação devem ser desempenhadas sempre com eficiência e eficácia, visando à homogeneidade de procedimentos, auxílio na tomada de decisões e continuidade das deliberações.
Rainner Finelli Gomes (2019)	Busca conscientização e responsabilidade quanto aos fazeres biblioteconômicos da indexação com o objetivo de orientar o(a) profissional indexador(a) na tomada de decisão durante suas atividades e é apontada como uma das diretrizes administrativas

Autoria	Definição
	existentes da instituição, devendo ser feita de maneira objetiva e estar ao alcance de todos, visando quantificar/limitar os termos, definir quais e que tipo de vocabulários controlados serão utilizados com o interesse em atender as demandas de usuários(as) quanto ao acesso à informação de forma mais eficiente, rápido e econômico possível.
Laís Pereira de Oliveira (2022)	Conjunto de diretrizes, orientações e normativas que regulam o ato de indexação de assunto, possibilitando seu desenvolvimento de forma estruturada e padronizada, assumindo forma de documento que institui os parâmetros a serem observados pelo(a) indexador(a) no desempenho de sua atividade, sendo dividida nos seguintes pontos: **eixo descritivo** – caracterização (unidade de informação, acervo e público-alvo); **eixo aplicado** – nível de exaustividade (indexação exaustiva e indexação seletiva); nível de especificidade (alta especificidade – somente termos específicos e baixa especificidade – termos gerais e específicos); recuperação da informação (revocação e precisão); forma de atribuição dos termos (indexação derivativa e indexação atributiva); linguagem de indexação (linguagem natural e/ou linguagem controlada); forma de indexação (indexação manual e/ou indexação automática); nível de colaboração (indexação colaborativa ou indexação exclusiva pelo(a) indexador(a)); nível de combinação dos termos (pré-coordenação ou pós-coordenação).
Thamires Nascimento Oliveira e Raimunda Fernanda dos Santos (2022)	Documento que define diretrizes e regras que orientam as práticas de representação de conteúdos de documentos de uma unidade de informação ou sistema de recuperação da informação, como os Repositórios Institucionais, objetivando contribuir para o acesso e o uso da informação de forma eficaz, mediante a definição de critérios como exaustividade, especificidade, precisão, revocação, linguagem de indexação, entre outros.
André Luiz Appel e Laís Pereira de Oliveira (2025)	Documento estabelecido a partir do diagnóstico do sistema de informação, que age na unificação e regulação de procedimentos relativos à ação analítica de atribuição de termos para representar o teor dos itens informacionais e que, com isso, contempla diretrizes específicas para realização do processo de indexação de assunto.

Fonte: Elaborado pela autora.

As definições apresentadas possuem uma variedade de percepções, sendo algumas restritas à indexação como ato operacional de organização e recuperação em sistemas da informação (vinculadas ou não aos(às) usuários(as)), outras compreendendo a representação da indexação a partir da perspectiva documental dos manuais, outras ainda observando a indexação numa perspectiva organizacional/gerencial e, por fim, definições que combinam algumas das definições mencionadas.

As definições de política de indexação comprovam que esta política pode e deve dialogar com os vários setores de um ambiente de informação como o gerencial, tecnológico, de serviços, organização, desenvolvimento de acervo, entre outros, pois a política de indexação gerencia o tratamento temático, utiliza tecnologias para o desenvolvimento do tratamento temático, oferece serviços com base na atividade de indexação, e protagoniza os processos de organização, busca e recuperação da informação.

Abaixo segue o Quadro 14 com as categorizações de como as definições estão alinhadas em termos temáticos acerca da política de indexação, considerando que algumas definições se inserem em duas ou mais categorias, o que contribui para pensar uma definição de política de indexação a partir das definições delimitadas.

Quadro 14 – Delimitação das categorias que constituem as definições sobre política de indexação[30]

Categoria – um elemento conceitual	Autorias
Política de indexação como um conjunto de diretrizes do tratamento temático da informação	Cesarino (1985); Carneiro (1985); Guimarães (2000); Rubi (2008); Rubi (2009); Fujita; Rubi; Boccato (2009); Boccato (2010); Lousada *et al.* (2011); Fujita (2012); Kochani; Boccato; Rubi (2012); Fernandes; Prudêncio (2015); Dal'Evedove; Fujita (2015); Santos; Corrêa (2017); Gomes (2019); Oliveira (2022); Oliveira; Santos (2022); e Appel; Oliveira (2025).
Política de indexação voltada para a atividade do(a) indexador(a)	Rubi (2009); Fujita; Rubi; Boccato (2009); Boccato (2010); Kochani; Boccato; Rubi (2012); Fernandes; Prudêncio (2015); Dal'Evedove; Fujita (2015); Santos; Corrêa (2017); Vieira; Oliveira; Cunha (2017); Gomes (2019); Oliveira (2022); Oliveira; Santos (2022); Appel; Oliveira (2025).
Política de indexação como atividade para recuperação em ambientes de informação	Cesarino (1985); Carneiro (1985); Guimarães (2000); Rubi; Fujita (2003); Rubi (2009); Fujita; Rubi; Boccato (2009); Boccato (2010); Fujita (2012); Kochani; Boccato; Rubi (2012); Dal'Evedove; Fujita (2015); Santos; Corrêa (2017); Gomes (2019); e Oliveira; Santos (2022).
Política de indexação como atividade de planejamento, gestão e tomada de decisão de um ambiente de informação	Carneiro (1985); Guimarães (2000); Rubi; Fujita (2003); Rubi (2009); Fujita; Rubi; Boccato (2009); Lousada *et al.* (2011); Fujita (2012); Santos; Corrêa (2017); Vieira; Oliveira; Cunha (2017); Garcia *et al.* (2019).
Política de indexação com menção aos(as) usuários(as)	Cesarino (1985); Carneiro (1985); Guimarães (2000); Nunes (2004); Rubi (2009); Fujita (2012); Kochani; Boccato; Rubi (2012); Fernandes; Prudêncio (2015); Santos; Corrêa (2017); e Oliveira; Santos (2022).
Política de indexação como documento	Guimarães (2000); Rubi; Fujita (2003); Rubi (2009); Fujita (2012); Vieira; Oliveira; Cunha (2017); Oliveira (2022); Oliveira; Santos (2022); e Appel; Oliveira (2025).
Política de indexação para avaliação	Carneiro (1985); Guimarães (2000); Rubi (2009); e Fujita (2012).

[30] O objetivo do quadro é, com base nas definições identificadas, reunir elementos para a construção de uma definição que articule os diferentes aspectos conceituais abordados pelas autorias. Ressalta-se que a menor incidência de autorias em determinadas categorias não indica ausência de pesquisas, uma vez que, conforme apresentado nesta tese, há diversos estudos desenvolvidos por pesquisadoras como Mariângela Spotti Lopes Fujita, Marília Vidigal Carneiro e Milena Polsinelli Rubi, que tratam de temas relacionados à política de indexação, como recuperação da informação, usuários(as), avaliação, linguagem de indexação, manuais e estruturação dessa política, entre outros. Desse modo, evidencia-se que os estudos sobre política de indexação apresentam elevada complexidade conceitual, a qual é discutida nesta tese por meio de um diálogo bibliográfico com diferentes autorias, possibilitando a construção de uma síntese conceitual.

Categoria – dois elementos conceituais	Autorias
Política de indexação como um conjunto de diretrizes do tratamento temático da informação, voltada para a atividade do(a) indexador(a)	Rubi (2009); Fujita; Rubi; Boccato (2009); Boccato (2010); Kochani; Boccato; Rubi (2012); Fernandes; Prudêncio (2015); Dal'Evedove; Fujita (2015); Santos; Corrêa (2017); Gomes (2019); Oliveira (2022); Oliveira; Santos (2022); e Appel; Oliveira (2025).
Categoria – três elementos conceituais	**Autorias**
Política de indexação como um conjunto de diretrizes do tratamento temático da informação, voltada para a atividade do(a) indexador(a), com vistas à recuperação em ambientes de informação	Rubi (2009); Fujita; Rubi; Boccato (2009); Boccato (2010); Kochani; Boccato; Rubi (2012); Dal'Evedove; Fujita (2015); Santos; Corrêa (2017); Gomes (2019); e Oliveira; Santos (2022).
Categoria – quatro elementos conceituais	**Autorias**
Política de indexação como um conjunto de diretrizes do tratamento temático da informação, voltada para a atividade do(a) indexador(a), com vistas à recuperação em ambientes de informação, por meio do planejamento, da gestão e da tomada de decisão nesse ambiente	Rubi (2009); Fujita; Rubi; Boccato (2009); Fujita (2012).
Categoria – cinco elementos conceituais	**Autorias**
Política de indexação como um conjunto de diretrizes do tratamento temático da informação, voltada para a atividade do(a) indexador(a), com vistas à recuperação em ambientes de informação, por meio do planejamento, da gestão e da tomada de decisão nesse ambiente, em relação aos(às) usuários(as)	Rubi (2009); e Fujita (2012).
Categoria – seis elementos conceituais	**Autorias**
Política de indexação como um conjunto de diretrizes do tratamento temático da informação, voltada para a atividade do(a) indexador(a), com vistas à recuperação em ambientes de informação, por meio do planejamento, da gestão e da tomada de decisão nesse ambiente, em relação aos(às) usuários(as), mediante a representação de documentos	Rubi (2009); e Fujita (2012).
Categoria – sete elementos conceituais	**Autorias**
Política de indexação como um conjunto de diretrizes do tratamento temático da informação, voltada para a atividade do(a) indexador(a), com vistas à recuperação em ambientes de informação, por meio do planejamento, da gestão e da tomada de decisão nesse ambiente, em relação aos(às) usuários(as), mediante a representação de documentos que passam por processos de avaliação	Rubi (2009); e Fujita (2012).

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do diálogo com as definições propostas pelas diferentes autorias, identificam-se categorias classificadas com um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete elementos conceituais, que configuram níveis estratégicos de definição da política de indexação. Essas categorias organizam-se em um *continuum* conceitual crescente, no qual as definições mais

simples correspondem às formulações mais específicas, enquanto as categorias mais amplas incorporam maior número de dimensões e elementos conceituais.

Nessa perspectiva, a política de indexação pode ser compreendida, de forma mais abrangente, como:

a) um conjunto de diretrizes voltadas ao tratamento temático da informação, que estabelece critérios para a definição dos elementos que compõem a atividade de indexação;
b) um instrumento orientador da atuação do(a) indexador(a), contemplando procedimentos estratégicos para a qualidade da indexação, considerando fatores relacionados: ao(à) indexador(a) (conhecimento do assunto, compreensão das necessidades dos(as) usuários(as), experiência e habilidades de leitura); ao documento (conteúdo temático, complexidade, língua e linguagem); à linguagem documental (grau de especificidade, ambiguidade, qualidade do vocabulário e da estrutura, além de instrumentos auxiliares disponíveis); ao processo (tipo de indexação, regras, instruções, produtividade e nível de exaustividade); e ao ambiente físico de trabalho (condições de iluminação, ruído, climatização etc.);
c) um mecanismo voltado à recuperação da informação em ambientes informacionais, considerando tanto a qualidade do sistema quanto as possibilidades de indexação manual, automática ou semiautomática;
d) um componente do planejamento e da gestão institucional, que envolve processos de tomada de decisão e se articula à direção do ambiente de informação e à instituição à qual se vincula;
e) um instrumento de mediação com os(as) usuários(as), prevendo a criação de canais e estratégias de diálogo com a comunidade atendida;
f) uma estrutura formalizada por meio de documentos institucionais, como manuais, planos e normas, que explicitam seus fundamentos conceituais e operacionais;
g) um processo dinâmico que exige avaliação contínua, com vistas à revisão e ao aprimoramento permanente de suas diretrizes e práticas.

5.2 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E CENTROS ESPECIALIZADOS DE INFORMAÇÃO

A biblioteca universitária possui uma complexa cultura de atividades em virtude de apoiar diretamente as práticas acadêmicas em termos de ensino, pesquisa, extensão, cultura, eventos, gestão e atividades profissionais com forte teor de inclusão social, o que a torna não somente um ambiente administrativo, mas com forte apelo pedagógico-acadêmico capaz de corroborar para a qualificação das instituições de ensino superior.

Evidentemente que tal cultura de atividades depende de uma série de fatores como investimentos/incentivos da administração superior, gestão (direção/coordenação) qualificada, equipe quantificada e qualificada de profissionais, apoio da comunidade usuária, estrutura em nível físico, digital e híbrido que torne a biblioteca universitária como ambiente político de cultura, educação e informação respaldado por serviços/produtos consistentes e alinhados às demandas da comunidade interna e externa.

O alto nível de exigência da administração superior e da comunidade usuária torna a biblioteca universitária um ambiente de grande responsabilidade institucional na formulação, implementação e avaliação das atividades, o que exige diálogo permanente da gestão da biblioteca e dos profissionais com os dois segmentos a fim de articular politicamente as condições para obtenção de credibilidade junto à administração superior e perspectivas para contemplação das diversas demandas comunitárias.

A complexidade das atividades de uma biblioteca universitária envolve a estruturação em seções diversas, tais como, gestão, tecnologias, serviços, atendimento ao público, organização, dinamização do acervo, formações, eventos, além da capacidade de elaboração de projetos que podem ser independentes (próprios da biblioteca) ou alinhados à extensão e, em casos mais específicos, à pesquisa e ao ensino.

No caso da organização, embora seja uma das atividades mais tradicionais e importantes da biblioteca universitária, é um grande desafio lidar com as modernas técnicas de representação da informação e conciliar com os modernos sistemas de recuperação da informação, o que exige do(a) bibliotecário(a) alto grau de concepção técnica, tecnológica e gerencial sobre o uso das técnicas de catalogação, classificação e indexação, o que inclui o uso de linguagens documentárias, conhecimento sobre o sistema de recuperação da informação e estratégias no modo de gerenciar o uso das técnicas em conciliação ao sistema de recuperação.

A atividade de indexação é central na biblioteca universitária por exercer uma competência intelectual e conteudista de identificação precisa de assuntos, conceitos e termos que possibilitem uma representação temática da informação adequada. Por isso, uma prática de indexação qualificada depende, sobretudo, de uma política de indexação sistemática, consistente e permanente, conforme discutido na seção secundária anterior.

A biblioteca universitária tem sido um dos ambientes mais exponenciais para a formulação, implementação e avaliação das políticas de indexação, considerando os seguintes fatores:

a) possui comumente uma administração superior que necessita conduzir um olhar mais cuidadoso para com as bibliotecas em virtude das avaliações internas e externas (em nível de cursos de graduação e pós-graduação), o que pode ser determinante para a definição das notas/conceitos dos cursos, principalmente em nível de graduação;
b) possui comumente um sistema com várias bibliotecas que, ainda que possuam sistemas padrões/interligados de organização/busca/recuperação, demandam especificidades de organização e representação da informação, conforme as áreas e os públicos aos quais atendem, valorizando a atuação de bibliotecas universitárias gerais (atendendo várias áreas/públicos) e especializadas (atendendo áreas/públicos muito específicos);
c) possui comumente um complexo sistema de apoio ao tratamento temático da informação em virtude da multiplicidade de áreas do conhecimento e públicos aos quais atende;
d) possui uma gestão específica, por meio de profissionais e comissões/grupos de trabalho, que traça perspectivas para uma organização, busca e recuperação da informação mais efetivas;
e) possui uma comunidade usuária diversificada (interna e externa) e com alto grau de conotação acadêmico-científica que pode participar direta ou indiretamente da cultura organizacional da biblioteca, exigindo o desenvolvimento de critérios e ações sofisticadas de representação indexical;
f) possui uma variedade de políticas em termos de planejamento/gestão, tecnologias, acervos serviços, atendimento ao público, entre outras, que precisam ser executadas para existência (manutenção e aprimoramento) de uma coerência institucional às quais a política de indexação está vinculada e contribui diretamente para a gestão dos acervos, dos serviços e das tecnologias que

favoreça um qualificado acesso e uso da informação pela comunidade usuária.

Na seção secundária anterior, houve uma discussão teórico-conceitual sobre a política de indexação. Nesta seção, a discussão será em torno de dois pontos: uma reflexão teórica sobre a política de indexação em bibliotecas universitárias; discussão sobre políticas de indexação em bibliotecas universitárias e centros especializados, visando à conformação de um conhecimento teórico-aplicado sobre política de indexação.

Na reflexão teórica sobre política de indexação, é possível dar continuidade à discussão promovida na seção secundária anterior por meio do diálogo entre autorias parcerias, como Mariângela Spotti Lopes Fujita, Milena Polsinelli Rubi, Isidoro Gil Leiva e Vera Regina Casari Boccato, que não somente realizaram estudos teóricos como desenvolveram estudos aplicados sobre políticas de indexação em bibliotecas universitárias.

Fujita e Rubi (2006, p. 60-61) a partir da experiência do curso à distância "Política de indexação em sistemas de informação" que foi ofertado aos(às) bibliotecários(as) indexadores(as) das três universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – integrantes do Sistema CRUESP[31]/Bibliotecas revelaram que:

a) o sistema de informação deve investir principalmente no(a) indexador(a), oferecendo treinamento contínuo, formação permanente e grupos de estudo. Isso se justifica pelas dificuldades ainda existentes na formação acadêmica em indexação e pela falta de espaços de debate sobre o tema;
b) os resultados da leitura em grupo mostraram que o conhecimento sobre indexação está concentrado no(a) indexador(a). É ele(a) quem pode iniciar e dar continuidade à construção de novos conhecimentos sobre a prática e, consequentemente, sobre a política de indexação dentro do sistema de informação;
c) observou-se que as reuniões entre as indexadoras, voltadas à discussão de textos, favoreceram a troca de experiências e a construção coletiva de soluções práticas para o trabalho, muitas das quais não se encontram registradas em manuais;
d) é importante que tanto os grandes sistemas de informação quanto as bibliotecas que não integram sistemas formais documentem os processos e as práticas desenvolvidas em suas organizações;
e) mais do que documentar, é fundamental criar redes de comunicação eficientes entre os(as) indexadores(as), para possibilitar o compartilhamento de

[31] Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP).

conhecimentos. O(a) indexador(a) deve ser reconhecido(a) como fonte de informação para o desenvolvimento contínuo do sistema, o que pode resultar, inclusive, na elaboração de um manual de indexação mais adequado e eficiente;

f) por fim, é importante destacar que o conhecimento do(a) indexador(a) sempre ultrapassa o que está formalizado no manual, pois sua experiência e reflexão orientam a prática cotidiana.

A política de indexação deve reconhecer o protagonismo do(a) indexador(a), pois quanto maiores forem suas competências – de caráter gerencial, humano, cognitivo, técnico e político – maiores serão as condições para que a política de indexação seja aplicada de forma efetiva. Nesse sentido, é fundamental que tanto a gestão da biblioteca universitária quanto o(a) próprio(a) indexador(a) invistam em processos de educação continuada, por meio de cursos de curta, média e longa duração, aperfeiçoamentos, especializações, mestrado, doutorado e participação em eventos científicos, com o objetivo de qualificar as atividades de indexação. Ao mesmo tempo, a política de indexação deve ser estruturada de forma integrada, garantindo que o(a) indexador(a) tenha autonomia e competências para participar do gerenciamento e da implementação dessa política nas bibliotecas universitárias.

Para fundamentar as discussões sobre a construção da política de indexação, o quadro a seguir apresenta uma síntese do livro organizado por Isidoro Gil Leiva e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2012), intitulado Política de indexação. A síntese foi elaborada a partir dos seguintes capítulos:

1) A política de indexação para representação e recuperação da informação (Fujita, 2012);
2) Política de indexação (Rubi, 2012);
3) Política de indexação latino-americana (Fujita; Gil Leiva, 2012);
4) Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas (Rubi, 2012);
5) Elaboração e avaliação da política de indexação na formação inicial do(a) indexador(a) (Fujita, 2012);
6) Elaboração do manual de política de indexação na formação continuada do(a) catalogador(a) (Rubi; Fujita; Boccato, 2012).

Quadro 15 – Síntese sobre a elaboração da política de indexação aplicada em bibliotecas universitárias

Estrutura da política de indexação	**Descrição**
1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação	1.1 Introdução 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização 1.3 Identificação da comunidade usuária 1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a) 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) 1.7 Atividades do(a) indexador(a): orientações
2 Definição de elementos da política de indexação	2.1 Cobertura de assuntos 2.2 Seleção de documentos 2.3 Tipos de materiais 2.4 Qualidade da indexação 2.4.1 Especificidade 2.4.2 Exaustividade 2.4.3 Consistência 2.4.4 Correção 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto 2.5.1.2 Identificação de conceitos 2.5.1.3 Seleção de conceitos 2.5.2 Tradução dos conceitos 2.6 Escolha da linguagem 2.7 Sistema de recuperação da informação 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema 2.7.2 Estratégia de busca 2.7.3 Forma de saída 2.7.4 Avaliação do sistema
Instrumentos para auxiliar a política de indexação – Manuais	**Descrição**
1. Manual de operação ou procedimentos:	deve descrever a atividade de indexação, dar instruções sobre a realização dessa tarefa e proporcionar métodos que possibilitem sua execução de maneira uniforme.
2. Manual de política:	deve apontar diretrizes sobre as políticas a serem seguidas pelos(as) indexadores(as) no momento da indexação, coordenando, assim, esforços de todas as bibliotecas cooperantes.
3. Manual de organização:	deve funcionar como um repositório das experiências acumuladas pelos(as) indexadores(as) mais experientes, de modo a facilitar o processo de aprendizagem dos(as) profissionais mais novos(as). Dessa forma, pode também ser utilizado como um manual de consulta para apoiar as atividades de indexação.
Instrumentos para auxiliar a política de indexação – Planos	**Descrição**
Plano horizontal da política de indexação com base em Carneiro (1985)	Atividades de Gestão ⇨ Requisitos: organização, clientela, recursos financeiros, materiais e humanos
Plano vertical da política de indexação com base em Carneiro (1985)	Atividades de Organização e Representação do Conhecimento ⇧ Elementos: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos fonte, processo de indexação, estratégias de busca, forma de saída e avaliação do sistema

	⇧ Variáveis do processo de indexação que influenciam a recuperação: exaustividade, especificidade, a escolha da linguagem, revocação e precisão
Instrumentos para avaliação	**Descrição**
Parte 1 – Diagnóstico do sistema observado quanto à:	identificação da instituição à qual o sistema de indexação está vinculado (contexto); identificação do público ao qual o sistema se destina (usuários(as)); identificação dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (infraestrutura); definição de um domínio temático especializado: selecionar um(a) usuário(a), escolher uma área de assunto, realizar uma busca, analisar o resumo da pesquisa do(a) usuário(a) e solicitar que destaque os pontos principais e as palavras-chave; consulta ao catálogo ou à base de dados, observando a formulação da estratégia de busca, o processo de recuperação da informação e registrando as referências recuperadas; análise das referências recuperadas para verificar como foram indexadas no sistema; armazenamento do documento recuperado, utilizado ou indexado para fins de registro e consulta.
Parte 2 – Avaliação da política de indexação do sistema analisado, considerando os seguintes elementos:	cobertura de assuntos: refere-se aos temas contemplados pelo sistema, considerando tanto os assuntos centrais quanto os periféricos. seleção e aquisição dos documentos-fonte: diz respeito à extensão da cobertura do sistema nas áreas temáticas de interesse e à qualidade dos documentos incluídos nessas áreas. Processo de indexação: envolve aspectos como o nível de exaustividade e de especificidade da indexação, a escolha da linguagem de indexação, bem como a capacidade de revocação e precisão do sistema. Também inclui a análise da estratégia de busca, da forma de apresentação dos resultados, do tempo de resposta do sistema e da avaliação geral do sistema, com base em Lancaster (1968), Foskett (1973) e Carneiro (1985).

Fonte: Adaptado de Gil Leiva e Fujita (2012).

A política de indexação possui grande lastro de aplicabilidade em bibliotecas universitárias pelos seguintes motivos: complexidade de temáticas/acervos que a indexação abrange; complexidade e pluralidade da comunidade usuária em termos de áreas; complexidade das formações oferecidas em nível superior em termos de cursos tecnológicos, graduações, pós-graduações e mesmo formações em nível de extensão; sistema de recuperação da informação robusto que deve acompanhar as complexidades anteriores; exigência de alto nível intelectual do(a) bibliotecário(a) para exercer a atividade de indexação; necessidade da política de indexação ser alinhada à gestão da biblioteca universitária; necessidade de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para formulação, implementação e avaliação da política de indexação; e diálogo da política de indexação com outras seções e serviços da biblioteca universitária como gestão, tecnologia e atendimento ao público.

A política de indexação em bibliotecas universitárias é estruturada em três grandes aspectos: a estrutura essencial que é movida pelos requisitos iniciais que caracterizam a organização à qual a política de indexação está vinculada, compondo o fator institucional e a definição de elementos que estabelecem o fator técnico e avaliativo da política de indexação; a estrutura complementar que é movida pelos manuais de operação, de política e de organização e pelos planos horizontal e vertical; e pela avaliação contemplada pelo diagnóstico do sistema e pela avaliação da política de indexação do sistema observado mediante Definição de elementos da política de indexação.

A formulação, implementação e avaliação da política de indexação em bibliotecas universitárias que contempla diretamente os documentos indicados no quadro dependem de uma série de questões, quais sejam:

a) montagem de uma comissão permanente que cuida da organização e da gestão do ambiente de informação, considerando que os protagonistas da política de indexação não devem ser especificamente operacionalizadores, mas também gestores da organização do ambiente de informação;
b) alinhamento dos(as) indexadores(as) e dos documentos que contemplam a política de indexação ao planejamento e gestão geral do ambiente de informação;
c) estrutura sólida da política de indexação sustentada pela definição dos elementos que regem a política como a cobertura de assuntos, a seleção de documentos, os tipos de materiais; as qualidades de especificidade, exaustividade, consistência e correção da indexação; o processo de indexação por meio da análise de assunto que contempla o processo de leitura documentária para análise do assunto, a identificação de conceitos, a seleção de conceitos, a tradução dos conceitos; a escolha da linguagem, tendo como base as demandas da comunidade usuária, as garantias literárias e a qualidade do sistema de recuperação da informação;
d) diálogos com a comunidade usuária por meio de canais formais e informais de comunicação a fim de manter um sistema de comunicação sistemático e cotidiano, sendo pertinente selecionar usuários(as) interessados(as) em corroborar com as atividades do ambiente de informação;
e) diálogo com especialistas acadêmico-científicos (da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação e das ciências às quais correspondem os recortes do ambiente de informação que possam orientar o processo de atividades de indexação e, por conseguinte, corroborar para a maturação da política de indexação;

f) formação do(a) indexador(a) por meio da educação continuada (cursos de curta, média e longa duração, aperfeiçoamentos, especializações, mestrado, doutorado) sobre indexação. É pertinente que as formações sejam incentivadas pela gestão do ambiente de informação por meio da valorização formativa como carga horária de trabalho, assim como a relevância de que as formações sejam ofertadas pelas instituições de ensino superior em formato presencial, virtual e/ou híbrido;
g) elaboração de projetos de extensão no ambiente de informação que reverbere atividades de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços a partir da indexação;
h) realização de eventos como palestras, seminários, fóruns, entre outros, tanto em caráter interno (com a equipe de indexadores(as) e gestores do ambiente de informação) e externo (envolvendo a comunidade usuária e acadêmica que estuda indexação e organização de modo mais amplo) para discutir e propor os aprimoramentos à política de indexação;
i) transições contínuas entre os(as) indexadores(as) (seja por gerações, seja por mudanças específicas no ambiente de informação) a fim de que a política de indexação seja permanentemente aprimorada;
j) elaboração de uma política de (auto)avaliação da organização e da indexação do ambiente de informação que contemple a revisão das atividades de indexação e dos fatores institucional, técnico e metodológico da política de indexação.

A proposta de política de indexação para bibliotecas universitárias elaborada no quadro concretiza em caráter amplo a definição de Fujita (2012) que considera o contexto da gestão de sistemas de recuperação da informação sobre as atividades de indexação e a visão mais direcionada aos procedimentos e elementos de indexação circunscritos ao manual de indexação, sua operacionalização e avaliação e de Rubi (2012) como decisão administrativa que reflete os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa representada por manuais de indexação para que possa ser constantemente avaliada e modificada, se preciso e, em caráter específico, como "[...] um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação" (Fujita, 2012, p. 22).

Esta síntese correlaciona a capacidade gerencial e de representação atribuídas à política de indexação como instrumento norteador de práticas em ambiente de informação,

sendo fundamental que seja construída coletivamente e atualizada gradualmente via participação de sujeitos como gestores, profissionais da indexação e usuários(as) da comunidade.

Na reflexão aplicada foi realizado um levantamento nos sites de diversas bibliotecas universitárias estaduais brasileiras, de todas as regiões do Brasil a fim de encontrar documentos que representem a política de indexação das bibliotecas. De todas as instituições procuradas a única que possui um documento formal para representar a política de indexação é a Universidade Estadual Paulista (Unesp) a partir da coordenação da professora e pesquisadora Mariângela Spotti Lopes Fujita.

A seguir o Quadro 16 com uma síntese do manual de política de indexação da Unesp.

Quadro 16 – Manual de política de indexação da Unesp

Seção primária	Seção secundária	Seção terciária
1 Definição de elementos da política de indexação	1.1 Cobertura temática 1.2 Composição do acervo e tipos de documentos 1.3 Público-alvo 1.4 Indexador 1.5 Concordância 1.6 Especificidade 1.7 Exaustividade 1.8 Correção 1.9 Consistência 1.10 Sistema de busca e recuperação por assuntos	1.10.1 Campos de assunto do formato MARC 1.10.2 Estratégia de busca 1.10.3 Recuperação por assunto 1.10.4 Avaliação da recuperação de assuntos
2 Procedimentos de indexação	2.1 Indexação de registros do catálogo ATHENA 2.2 Processo de leitura documentária para indexação na catalogação de assunto de livros	2.2.1 Modelo de leitura documentária para indexação na catalogação de assuntos de livros em bibliotecas 2.2.2 Manual de indexação do "Modelo de Leitura Documentária para indexação na catalogação de assuntos de livros" 2.2.3 Passo-a-passo após a leitura do manual de ensino
3 Instrumentos de indexação	3.1 Histórico e desenvolvimento 3.2 Construção e atualização da Linguagem UNESP	3.2.1 Registros de autoridades para construção e atualização da Linguagem UNESP 3.2.2 Procedimentos de construção e adequação de registros de autoridade 3.2.3 Perspectivas futuras de construção, manutenção e adequação da Linguagem UNESP
Referências	APÊNDICE A – Formulário de solicitação de alteração de TERMO TÓPICO JÁ EXISTENTE APÊNDICE B - Formulário de solicitação de inclusão de TERMO TÓPICO NOVO	----------

Fonte: Fujita (2014).

O manual de política de indexação da Unesp (Fujita, 2014) é uma referência para bibliotecas universitárias de caráter estadual, federal, privado, municipal e comunitário, pois, foi desenvolvimento a partir de uma parceria entre o sistema de bibliotecas e pesquisadores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação a exemplo da liderança de Fujita com as colaborações de Gil Leiva e Boccato, parte do grupo integrante que elaborou o livro "Política de indexação", publicado em 2012, a partir de atividades de pesquisa empreendidas entre a Unesp e a Facultad de Comunicación y Documentación da Universidad de Múrcia, Espanha.

Logo, o modelo de política de indexação da Unesp expressa uma correlação dinâmica entre práticas profissionais e acadêmicas, o que favorece um olhar mais amplo sobre a capacidade de formulação, implementação e avaliação de uma política indexação, incluindo a perspectiva de aplicação em uma instituição multicampi que exige uma série de esforços colaborativos.

A política de indexação da Unesp apresenta diversas semelhanças com a proposta desenvolvida na obra *Política de Indexação*, construída a partir dos estudos de Fujita (2012); Gil Leiva e Fujita (2012); Rubi (2012); e Rubi, Fujita e Boccato (2012). Nesse contexto, a Unesp foi concebida como um espaço de experimentação para o desenvolvimento de uma política de indexação, a partir das pesquisas lideradas por Fujita.

As principais semelhanças concentram-se na seção "Definição de elementos da política de indexação", responsável por estabelecer os princípios que orientam a atividade de indexação. Entre os aspectos contemplados estão a cobertura temática, a composição do acervo e os tipos documentais, o público-alvo, o papel do(a) indexador(a), além dos critérios de concordância, especificidade, exaustividade, correção, consistência e do sistema de busca e recuperação da informação por assunto.

Os procedimentos de indexação, como a indexação de registros do catálogo ATHENA e o processo de leitura documentária para a catalogação de assunto de livros, assim como os instrumentos de indexação, representam aplicações práticas do modelo proposto na obra *Política de Indexação* à realidade do sistema de bibliotecas da Unesp.

É fundamental que a política de indexação atribua protagonismo ao(à) indexador(a) em sua formulação, implementação e avaliação. Entretanto, a colaboração acadêmica de professores(as), pesquisadores(as) e especialistas também é relevante para a sistematização dessa política. Dessa forma, a política de indexação ultrapassa a função de um simples documento normativo e passa a constituir um instrumento orientado por diretrizes capazes de articular a qualidade da indexação enquanto atividade relacionada à gestão, à tecnologia, à organização e aos serviços, contribuindo para uma organização, busca e recuperação da

informação mais efetivas.

Considerando a escassez de manuais de política de indexação em bibliotecas universitárias estaduais e privadas brasileiras, destaca-se a importância do diálogo com centros especializados de informação, como a BIREME, responsável pela criação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do *Medical Subject Headings* (MeSH).

O DeCS/MeSH constitui um instrumento terminológico orientado por uma política de indexação formalizada em manual. Enquanto o MeSH possui caráter internacional, o DeCS corresponde à sua tradução adaptada, com a inclusão de categorias e descritores específicos, buscando atender às particularidades dos conhecimentos produzidos e das publicações desenvolvidas nos países da América Latina e do Caribe.

Esses instrumentos terminológicos são importantes para padronizar os termos usados no Brasil e em outros países e para facilitar a organização, a busca, a recuperação e o acesso às informações, principalmente diante do grande crescimento dos ambientes digitais. O DeCS/MeSH se constitui do seguinte modo:

a) vocabulário controlado organizado hierarquicamente, criado em 1986, pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, anteriormente denominado Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), é uma tradução extendida em português e espanhol do tesauro Medical Subject Headings (MeSH) da U.S. National Library of Medicine (NLM), para a busca e a recuperação de assuntos da literatura científica e técnica em saúde da América Latina e do Caribe (Organização Mundial da Saúde, 2025b);
b) trata-se de um vocabulário com estrutura semelhante a do tesauro poli-hierárquico[32] e multilíngue[33], com o objetivo de servir como linguagem padronizada para a indexação de documentos (a exemplo de: artigos de periódicos científicos, livros, anais de congressos e relatórios técnicos), além de ser utilizado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica e técnica em saúde, publicada na América Latina e no Caribe, disponível na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Atualmente, reúne aproximadamente 735 mil termos (descritores e termos alternativos) em quatro idiomas: português, inglês, espanhol e francês, a partir de 2016 (Organização Mundial da Saúde, 2025b);

[32] Poli-hierárquico: no qual um único conceito pode pertencer, por razões lógicas, a mais de uma categoria ou conceito mais amplo do tesauro (International Organization for Standardization, 2011).
[33] Multilíngue: tipo de tesauro em que os conceitos estão disponíveis em duas ou mais línguas (International Organization for Standardization, 2011).

c) os conceitos que compõem o DeCS/MeSH são organizados em uma estrutura hierárquica, permitindo a pesquisa em termos mais gerais — Termos Genéricos (TGs), ou mais específicos — Termos Específicos (TEs) ou todos os termos que pertençam a uma mesma estrutura hierárquica;
d) suas edições são realizadas anualmente, com dados fornecidos pela NLM. Entre 1986 e 1998, foram disponibilizadas em versão impressa e, a partir de 1999, passaram a ser publicadas *online*, com acesso aberto por meio do site DeCS (Organização Mundial da Saúde, 2025a).

Por se tratar de um vocabulário dinâmico, o DeCS passa por constantes revisões. A cada versão, são realizadas exclusões, substituições e a inclusão de novos descritores ou conceitos preferidos, Termos Alternativos (TAs) ou de entrada e categorias que refletem a produção científica mais recente (Organização Mundial da Saúde, 2020).

As atualizações do DeCS seguem a mesma frequência do MeSH, ou seja, ocorrem anualmente. Por se tratar de um vocabulário dinâmico, o DeCS passa por constantes revisões. A cada versão, são realizadas exclusões, substituições e a inclusão de novos descritores ou conceitos preferidos, Termos Alternativos (TAs) ou de entrada e categorias que refletem a produção científica mais recente (Organização Mundial da Saúde, 2020).

O manual de indexação do DeCS está disponível no site da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e, conforme o Quadro 17, possui a seguinte estrutura.

Quadro 17 – Síntese da estrutura do manual de indexação do DeCS

Seção primária	**Seção secundária**
Como usar este manual	----------
1 Prefácio	1.1 Sobre a Bireme; 1.2 Sobre a BVS; 1.3 Sobre a Metodologia LILACS
2 Indexação	2.1 Conceitos; 2.2 Filosofia da Indexação; 2.3 Princípios gerais; 2.4 Leitura técnica do documento
3 Tipo de publicação	3.1 Biografia; 3.2 Carta; 3.3 Conferência clínica; 3.4 Editorial; 3.5 Ensaio clínico; 3.6 Ensaio clínico controlado; 3.7 Ensaio clínico controlado aleatório; 3.8 Ensaio clínico controlado aleatório veterinário; 3.9 Ensaio clínico veterinário; 3.10 Estudo comparativo; 3.11 Estudo multicêntrico; 3.12 Estudo observacional; 3.13 Estudo observacional veterinário;

Seção primária	Seção secundária
	3.14 Estudos de avaliação; 3.15 Estudo de validação; 3.16 Guia de prática clínica; 3.17 Metanálise; 3.18 Relatos de casos; 3.19 Revisão; 3.20 Revisão sistemática
4 Alcance temporal	----------
5 Descritores pré-codificados	5.1 Humanos; 5.2 Animais; 5.3 Masculino e Feminino; 5.4 Gravidez; 5.5 Idades; 5.6 Animais específicos; 5.7 História da Medicina
6 Indivíduo como tema/Instituição como tema	6.1 Indivíduo como Tema; 6.2 Instituição como tema
7 Região não DeCS/MeSH	----------
8 Descritores	8.1 Categorias e Subcategorias
9 Qualificadores	9.1 Definição e Objetivo; 9.2 Qualificadores; 9.3 Combinações inválidas de descritor/qualificador; 9.4 Regras para uso dos qualificadores; 9.5 Hierarquia dos qualificadores; 9.6 Considerações sobre o uso de qualificadores como primários; 9.7 Descritores e Qualificadores idênticos e quase idênticos; 9.8 Coordenações comuns de qualificadores; 9.9 Alcance e aplicação dos qualificadores
Notas técnicas atualizados os descritores	----------
Referências bibliográficas	----------

Fonte: Adaptado de Organização Mundial da Saúde (2023).

O DeCS apresenta uma estrutura terminológica complexa, que sustenta a padronização da linguagem documentária em Ciências da Saúde. Conforme a Organização Mundial da Saúde (2023), no documento Metodologia Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)[34] – Manual de indexação de documentos para base de dados bibliográficas, essa estrutura baseia-se nos seguintes princípios de indexação:

a) precisão – seleção, pelo(a) indexador(a), de termos que reflitam o conteúdo real do documento;
b) concordância – observância, pelo(a) indexador(a), da correspondência fiel ao conteúdo do DeCS;
c) coerência – aplicação consistente, pelo(a) indexador(a), das regras de indexação;

[34] A metodologia LILACS trata-se de "um componente da BVS em contínuo desenvolvimento, constituído de normas, manuais, guias e aplicativos, destinados à coleta, seleção, descrição, indexação de documentos e geração de base de dados" (Organização Mundial da Saúde, 2023).

d) imparcialidade – cobertura, pelo(a) indexador(a), de todos os assuntos do documento, sem preconceitos;
e) especificidade – compromisso, pelo(a) indexador(a), em alcançar o maior grau possível de especificidade no tratamento do documento;
f) multiplicidade – atribuição, pelo(a) indexador(a), de quantos descritores forem necessários para representar todos os aspectos do documento;
g) fidelidade – seleção, pelo(a) indexador(a), de descritores que representem com exatidão o conteúdo do documento;
h) bom senso – omissão, pelo(a) indexador(a), de informações irrelevantes ou não pertinentes, preservando, contudo, a imparcialidade, a especificidade, a multiplicidade e a veracidade do conteúdo. Quando um documento abrange muitos descritores, pode não ser viável indexar todos em profundidade. Nesses casos, aplica-se a chamada "regra de três", que orienta a indexação de até três termos relacionados. Quando houver mais de três termos, recomenda-se substituí-los por um termo mais amplo, selecionado com base na consulta às hierarquias do vocabulário controlado.

A partir de 2020, o DeCS passou a contar com um novo *site*, que fornece funcionalidades aprimoradas para facilitar a busca e o uso dos conceitos. Os TAs correspondem a sinônimos do descritor ou conceito preferido, ou ainda a termos de significado aproximado — mais gerais, mais específicos ou relacionados de forma não hierárquica —, podendo apresentar pequenas variações lexicais. Esses termos são opcionais e, quando existentes, sua quantidade é ilimitada (Organização Mundial da Saúde, 2020).

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia contemplou a caracterização do objeto de estudo, a definição do tipo de pesquisa, a delimitação do universo investigado, o estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão e a descrição dos instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Esses elementos constituíram as estratégias adotadas para a execução da pesquisa.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta tese se constituiu de três focos de análise que se deram a partir dos seguintes aspectos:

1) sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras;
2) que possuem políticas de indexação;
3) que tratam de questões de gênero.

O primeiro aspecto de análise do objeto concentrou-se nas 69 universidades federais brasileiras, no contexto de seus sistemas de bibliotecas, com o objetivo de verificar quais possuíam políticas de indexação institucionalizadas e disponibilizadas em documentos acessíveis nos sites das próprias bibliotecas.

A partir desse levantamento, identificou-se que nove sistemas de bibliotecas de universidades federais brasileiras possuem políticas de indexação, sendo eles: sistema de bibliotecas da UFAM; sistema de bibliotecas da UFT; sistema de bibliotecas da UFC; sistema de bibliotecas da UFG; sistema de bibliotecas da UFRJ; sistema de bibliotecas da UFF; sistema de bibliotecas da UFSC; sistema de bibliotecas da UFRGS; e sistema de bibliotecas da FURG.

Após a identificação dos nove sistemas de bibliotecas que possuem políticas de indexação, foi realizada uma segunda análise dos documentos com o objetivo de compreender as diretrizes que orientam as atividades de indexação. Os documentos analisados apresentam elementos estratégicos relacionados à proposta institucional, fundamentação teórica e metodológica, níveis de qualidade, processos de indexação e procedimentos de avaliação. Esses aspectos são fundamentados em diálogos com a literatura acadêmica da área de indexação, incluindo autoras como Mariângela Spotti Lopes Fujita, Marília Vidigal Carneiro e Milena Polsinelli Rubi. Observou-se ainda que as políticas de indexação dialogam entre si, embora alguns documentos sejam mais detalhados e outros mais sintéticos.

Nessa etapa, também foi realizada uma busca simples, por meio do comando “Ctrl +

F", pelo termo "gênero" nos documentos das políticas de indexação dos nove sistemas de bibliotecas identificados. Foram recuperados resultados nos documentos da UFC, UFRGS e FURG:

a) no documento da UFC, o termo aparece no processo de análise de assunto, na expressão "observação de **gênero**" (Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 25, grifo nosso); na flexão dos termos, em "**gênero** (masculino e feminino)" (Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 66, grifo nosso); e na padronização dos termos, ao recomendar "padronizar os termos em número, **gênero** e grau de acordo com os sistemas de recuperação da informação, dentre catálogos e tesauros existentes, e/ou com a linguagem adotada pela comunidade usuária" (Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 69, grifo nosso). O documento também sugere o uso do Tesauro para Estudos de "**Gênero**" e sobre Mulheres (Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 29, grifo nosso). Ao longo do texto, em alguns momentos, foi utilizada linguagem inclusiva de gênero, com o objetivo de evitar o uso do masculino genérico.
b) no documento da FURG, na padronização de entradas de assunto de termos livres, recomenda-se "usar o **gênero** masculino, exceto quando a temática do documento tratar especificamente do gênero feminino. Ex.: Trabalhadora rural" (Universidade Federal do Rio Grande, 2019, p. 11, grifo nosso);
c) no documento da UFRGS, na padronização de entradas de assunto, orienta-se "usar o **gênero** masculino, exceto quando a temática do documento tratar especificamente do gênero feminino. Ex.: Trabalhadoras rurais" (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2025, p. 7, grifo nosso).

Em seguida, foi realizada uma terceira etapa de análise, a partir de buscas nos catálogos on-line dos sistemas de bibliotecas da UFC, UFRGS e FURG, em razão de essas instituições apresentarem, em suas políticas de indexação, referências específicas às questões de gênero, conforme descrito anteriormente.

No que se refere ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (SiBi-UFC), destaca-se que ele foi criado em 1957, inicialmente com a denominação de Biblioteca Central. Atualmente, possui uma estrutura administrativa composta por 21 bibliotecas, distribuídas entre os campi de Fortaleza e do interior do estado do Ceará (Universidade Federal do Ceará, [2025]).

O Sistema de Bibliotecas constitui um órgão suplementar da Universidade Federal do Ceará. Sua administração é realizada por meio das seguintes unidades: Direção do Sistema de

Bibliotecas, Conselho Diretor, Coordenadorias e as 21 bibliotecas que integram o sistema (Universidade Federal do Ceará, [2025]).

No que diz respeito ao Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBUFRGS), ele é composto pela Biblioteca Central, que exerce a função de órgão coordenador, por 28 bibliotecas setoriais, por uma biblioteca de ensino fundamental e médio e por uma biblioteca depositária das Nações Unidas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2026).

O sistema disponibiliza um acervo formado por documentos em diferentes suportes, além de oferecer serviços de informação e documentação à comunidade universitária. As bibliotecas setoriais estão distribuídas entre os diversos campi da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2026).

O Sistema de Bibliotecas da FURG (SiB-FURG) está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e é composto por uma Biblioteca Central e seis bibliotecas setoriais. A Direção do sistema localiza-se na Biblioteca Central do Campus Carreiros. O cargo de diretor(a) é exercido exclusivamente por servidor(a) técnico-administrativo(a) de carreira, com formação em Biblioteconomia e Documentação, designado pela Reitoria (Universidade Federal do Rio Grande, [2022?]).

Com base nessa caracterização, o objeto da tese delimita a análise de nove sistemas de bibliotecas no que se refere às políticas de indexação e de três sistemas de bibliotecas quanto aos mecanismos de busca em seus catálogos online, considerando a abordagem das questões de gênero.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A caracterização da pesquisa foi classificada a partir dos seguintes pressupostos: quanto aos meios, quanto aos fins, quanto ao tratamento dos dados e quanto ao recorte.

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva em virtude de buscar o estabelecimento de uma configuração das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais com ênfase naquelas que tratam das questões de gênero, feminismos e mulheres. Esta pesquisa se caracteriza como descritiva em consonância com o pensamento de Antônio Carlos Gil (2017), quando declara que a pesquisa descritiva tem por objetivo central a descrição das características de determinada população ou fenômeno no sentido de estudar as configurações de um determinado grupo.

Neste caso, a pesquisa é descritiva por abordar as políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras com ênfase nas questões de gênero,

referente a categoria “mulheres”, visando reconhecer as características dessas políticas, principalmente no que se refere ao uso dos termos nos catálogos online dos sistemas de bibliotecas. Descritivamente, é fundamental considerar as relações entre as políticas de indexação para construção de uma visão mais holística sobre a realidade das bibliotecas na formulação, implementação e avaliação de políticas de indexação.

Quanto aos meios, a pesquisa é de revisão bibliográfica por produzir, especialmente em nível de referencial teórico, várias discussões em diálogo com autorias internacionais e nacionais diversas de livros, capítulos de livros, artigos científicos, artigos de opinião, bem como, em nível de análise de dados, mediante o uso de documentos como manuais que representam as políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras.

O Quadro 18 a seguir revela os diálogos autorais realizados em cada seção do referencial teórico:

Quadro 18 – Diálogos bibliográficos: autores(as) citados(as) nas seções do referencial teórico

Seção primária	**Seções secundárias e terciárias**	**Autores(as) citados(as)**
2 Origens da terminologia	Não há	Discute sobre origens filosóficas, linguísticas e autônomas da Terminologia a partir de diálogos com as seguintes autorias (na ordem em que aparecem na seção): Rondeau (1984); Martins (2015); Dias (2000); Aristóteles (1985); Deleuze e Guatarri (2010); Barbosa (1992); Krieger (2000); Biderman (2001); Faulstich (2001); Pavel; Nolet (2002); Remenche (2010); Grondelaers e Geeraerts (2003); Cabré (1993); Wüster (1970, 1998); Barité e Rauch (2022); Cabré (2005); Gaudin (1993); Temmerman (2000); Diki-Kidiri; Bigoundou (2009); Corbeil (1973); Sager (1990); Krieger; Finatto (2004); Bevilacqua (2017); Célestin; Godbout; Vachon-L’Heureux (1984); L’Homme (2004); e Dubuc (1999).
3 Teminologia na Ciência da Informação	3.1 Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias	Lara (2004); Cintra *et al.* (2002); Boccato e Fujita (2010); e Beluche (2008).
	3.1.1 Terminologia na perspectiva das Linguagens Documentárias com ênfase na indexação	Dias e Naves (2007); Barité (2000); Esteban Navarro (1999); Brascher e Guimarães (2018); Martins e Carvalho (2014); Barité *et al.*, 2015); Cintra *et al.* (2002); Baxendale (1966); Gil Urdiciain (2004); Fujita *et al.* (2019); Fujita (2020); Fonseca *et al.* (2023); Fujita (2012); Dal’Evedove e Fujita (2015); Cervantes, Fujita e Rubi (2008).

Seção primária	Seções secundárias e terciárias	Autores(as) citados(as)	
	3.2 Terminologia na perspectiva da Organização da Informação	Smit (2009); Barité *et al*. (2015); Faria e Pericão (2008); Gomes, Campos e Guimarães (2010); Café e Sales (2010); Brascher e Café (2010); Lima e Alvares (2012); Ortega (2013); Araújo e Bentes Pinto (2022); Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010); Almeida (2011); Guimarães (2014); Baptista (2015); Cabré (1993).	
	3.3 Terminologia na perspectiva dos(as) usuários(as)	Kafure *et al.* (2013); Cabré (1993); Faulstich (1995); Van der Laan e Alvorcem (2007); Cabré (1998).	
	3.4 Terminologia na perspectiva da criação de produtos	Lara (2005); Sales e Café (2009); Currás (1995); United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2024); United Nations (2021); União Europeia (2024); Naumis Peña *et al.* (2021); Pinheiro e Ferrez (2014); Biderman (2006); Watters (1992); Reitz (c2014); Cunha e Cavalcanti (2008); Sukiasi͡an, Zverevich e Bakhturina (2013); Richardson (2018); Krieger e Finatto (2004); Lopes-Nascimento, Attalla e Lima (2024); Levine-Clark e Carter (2013); Khader (1995); Norte (2010); Siqueira (2013, 2014, 2016); Singh e Sharma (2016); Antunes e Lopes (2016); Mr. Librarian (2021); Van der Laan (2002); Library of Congress (2026); España (2016); Fox ([2022]); Université Laval ([2024]); National Library of Medicine (2024); Sales, Campos e Gomes (2008).	
4 Terminologia e gênero em diálogo com a Ciência da Informação	4.1 Reflexões teóricas e conceituais acerca de gênero e feminismos	Saffioti (1992); Scavone (2008); Scott (1995); Adolpho *et al.* ([2024]); Côrtes (2024); Tourinho *et al*. (2017); Cardoso (2012); Melo e Thomé (2018); Figueiredo e Martins (2020); Gouges (2020); Brah e Phoenix (2004); Saffioti (2015); Akotirene (2019); Lerner (2022); Lemos (2000); Guzzo; Fonseca (2018); hooks (2018); Louro (1997); Limongi, Oliveira e Schmitt (2019); Beauvoir (1949); Millett (1970); Scott (1995); Saffioti (1969); Brah (2007); Collins e Bilge (2021); Crenshaw (1991).	
	4.2 Ciência da Informação e a produção de conhecimentos contextualizada ao gênero: levantamento na Brapci	4.2.1 Fundamentos teóricos	Côrtes (2024); hooks (2018); Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019); Tiburi (2019); Rogoski e Oliveira (2025); Almeida e San Segundo Manuel (2021); Espírito Santo (2008); Bufrem e Nascimento (2012); Lima e Dias (2013); Ferreira (2003); Muller e Martins (2019); Fox e Olson (2012); e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação ([2022]).
		4.2.2 Produção e comunicação científica	Hoppen e Dalmaso-Junqueira (2019); e Silva e Araújo (2024).
		4.2.3 Mediação, competência e práticas informacionais	Luciano *et al.* (2022), Moura, Côrtes e Silva (2023), Moura e Côrtes (2024, 2025); Gomes (2014; 2020); Silva (2025); Côrtes e Silva (2022); e Doyle e Olinto (2021).

Seção primária	Seções secundárias e terciárias	Autores(as) citados(as)	
		4.2.4 Organização e representação da informação e do conhecimento	Lessa, Crosara e Cupertino (2025).
		4.2.5 Biblioteconomia	Escalante, Pereira e Coutinho (2021); e Lopes, Paiva e Pereira (2025).
		4.2.6 Arquivologia	Macêdo *et al.* (2025).
		4.2.7 Memória, cultura e identidade	Cananéa *et al.* (2024); e Greenhalgh (2024).
		4.2.8 Políticas públicas	Viana *et al.* (2022).
	4.3 Produtos terminológicos acerca dos feminismos	Produtos terminológicos internacionais acerca de gênero, mulheres e feminismos: Wright (1992); Humm (1995); Andermahr, Lovell e Wolkowitz (1997); McDowell e Sharp (1999); Gamble (2000); Hirata *et al.* (2004); Gamba *et al.* (2007); Facio *et al.* (2013); Teitelbaume e Lafon (2014); Bard e Chaperon (2017); Alfaro Reyes *et al.* (2017); Gamba e Diz (2021); Das (2022); Adolpho *et al.* ([2024]). Produtos terminológicos brasileiros acerca de gênero, mulheres e feminismos: Bruschini, Ardaillon e Unbehaum (1998); Fleury-Teixeira e Meneghel (2015); Tourinho *et al.* (2017); Colling e Tedeschi (2019); Catarinas (2020); Silva (2020); Movimento Mulher 360 e 4Daddy (2021); Terra (2022); Ramos, Valentin e Nicoli (2022).	
5 Biblioteca universitária no contexto das políticas de indexação	5.1 Políticas de indexação: reflexões teóricas e conceituais	Ranganathan (2009); International Organization for Standardization (2011); Tolare e Fujita (2022); Almeida (2000); Fujita (2012); Silva e Freire (2012); Vickery (1965); Lancaster (1968); Foskett (1973); Austin (1974), Jones (1976), Borko (1977); Cooper (1978); Chatterjee (2024); Cooper (1976, 1978); Fugmann (1979, 1985); Frohmann (1990), Farrow (1991), Lancaster (1993), Albrechtsen (1993), Fugmann (1993), Fidel (1994), Bertrand e Cellier (1995); Lima, Fujita e Redigolo (2021); Zunde e Dexter (1969); Souza (1976); Pinheiro (1978); Cesarino (1985); Carneiro (1985); Rubi (2012); Guimarães (2000, 2004); Rubi e Fujita (2003); Fujita e Rubi (2006); Cervantes, Fujita e Rubi (2008); Rubi e Fujita (2010); Lousada *et al.* (2011); Rubi, Fujita e Boccato (2012); Dal'Evedove e Fujita (2013); Fujita e Gil Leiva (2014); Dal'Evedove e Fujita (2015); Fujita (2016a); Fujita; Rio-Branco (2016); Guim e Fujita (2016); Rodrigues; Fujita; Dal'Evedove (2017); Fujita e Rodriguez (2018); Jesus e Fujita (2019); Oliveira *et al.* (2020); Nakagawa e Fujita (2021); Corrêa e Fujita (2024); Gil Leiva (2008, 2012); Silva (2018); Rubi (2008, 2009, 2012); Nunes (2004); Boccato (2010); Kochani; Boccato; Rubi (2012); Fernandes; Prudêncio (2015); Santos; Corrêa (2017); Vieira; Oliveira; Cunha (2017); Garcia *et al.* (2019); Gomes (2019); Oliveira (2022); Oliveira; Santos (2022); Appel; Oliveira (2025)	
	5.2 Políticas de indexação em bibliotecas	Fujita e Rubi (2006); Fujita (2012); Gil Leiva e Fujita (2012); Rubi (2012); Rubi, Fujita e Boccato (2012); Fujita (2014); Organização Mundial da Saúde (2025b); Organização Mundial da	

Seção primária	Seções secundárias e terciárias	Autores(as) citados(as)
	universitárias e centros especializados de informação	Saúde (2025a); Organização Mundial da Saúde (2023); Organização Mundial da Saúde (2020).

Fonte: Dados da pesquisa.

A revisão bibliográfica realizada aborda as origens da Terminologia e sua relação com a Ciência da Informação, sob a perspectiva das linguagens documentárias, com ênfase na indexação, na organização da informação e na elaboração de produtos terminológicos. Além disso, discute a relação entre terminologia e gênero em diálogo com a Ciência da Informação, bem como os temas de biblioteca universitária e políticas de indexação.

Desse modo, a revisão bibliográfica assume uma dupla função: constitui-se como reflexão teórico-conceitual e, ao mesmo tempo, orienta a proposta analítica dos dados, contribuindo para o desenvolvimento estratégico da pesquisa.

Tais discussões buscam fundamentar as reflexões sobre a nomenclatura de gênero, com foco na categoria mulheres, compreendendo a Ciência da Informação como campo pertinente para a interlocução entre terminologia e gênero, visto que este campo do conhecimento, além de possuir uma fundamentação sobre Terminologia, possui também diálogos com outros campos, como a Linguística, a Filosofia, a Computação, entre outros, possibilitando uma gama de conhecimentos sobre vocabulários e possíveis aproximações com as questões de gênero.

Quanto ao tratamento dos dados, a pesquisa apresenta caráter qualitativo. De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, pois, além de focalizar um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

6.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

A partir de levantamento realizado nos sites dos sistemas de bibliotecas universitárias federais, foi pertinente considerar que:

1) o universo da pesquisa são 69 sistemas de bibliotecas de universidades federais;
2) a amostra geral são nove sistemas de bibliotecas universitárias federais apresentam manuais de políticas de indexação (UFAM, UFT, UFC, UFG, UFRJ,

UFF, UFSC, UFRGS e FURG);

3) a amostra específica são três sistemas de bibliotecas universitárias federais que apresentam manuais de políticas de indexação que abordam as questões de gênero (UFC, UFRGS e FURG).

6.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão foram definidos a partir dos seguintes aspectos:

a) prioridade em bibliotecas de universidades federais, considerando que são as que possuem mais políticas de indexação estruturadas;
b) prioridade nas bibliotecas que possuem políticas de indexação formalizadas em termos de documentos a fim de conhecer a estrutura de tais documentos que subsidiam a atividade de indexação;
c) prioridade nas bibliotecas que possuem abordagem nas políticas de indexação sobre questões de gênero, visto que é a abordagem central da tese;

Os critérios de exclusão se deram a partir dos seguintes aspectos:

a) em virtude da grande quantidade de universidades federais, foi preciso um levantamento inicial e excluir aquelas que não possuem políticas de indexação a fim de tornar a análise mais consistente em termos de estrutura documental;
b) após buscas em bibliotecas universitárias de caráter estadual a única que possui política de indexação é da Unesp, conforme indicado no referencial teórico;
c) após buscas em bibliotecas universitárias de caráter privado não foi possível encontrar documentos que definem a política de indexação das instituições.

Os critérios de inclusão e exclusão evocam que a centralidade da tese reside na abordagem sobre políticas de indexação de bibliotecas das universidades federais e busca nos catálogos das bibliotecas universitárias que possuem políticas indexação que abordam as questões de gênero.

6.5 INSTRUMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi constituída por quatro seções secundárias:

1) existência das políticas de indexação nas bibliotecas das universidades federais brasileiras; que se constitui em um levantamento nas 69 universidades federais para identificar quais possuem políticas de indexação;

2) análise das políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras que são representadas pelos sistemas de bibliotecas das seguintes instituições: UFAM, UFT, UFC, UFG, UFRJ, UFF, UFSC, UFRGS e FURG;
3) análise dos termos relativos a gênero nos catálogos online da UFC, da UFRGS e da FURG, de modo que são as três instituições que abordam questões de gênero em suas políticas de indexação;
4) proposta de revisão terminológica a partir da análise realizada nos catálogos on-line da UFC, UFRGS e FURG.

A primeira análise é mais preliminar e diagnóstica por meio de uma busca nos sites dos 69 sistemas de bibliotecas, buscando uma compreensão panorâmica para identificar quais bibliotecas das universidades federais possuem políticas de indexação, mediante documentos de representação institucional (manuais, políticas, entre outros).

A segunda análise é mais específica e prima por uma abordagem mais intimista das bibliotecas das universidades federais a fim de ponderar como estruturam as políticas de indexação.

Para realização da segunda análise foram definidos os seguintes procedimentos:

1) analisar as nove políticas de indexação em separado para obter uma visão particular sobre as estruturas dos documentos de cada sistema de bibliotecas;
2) síntese das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras, reunindo em uma só análise as estruturas de todas as políticas de indexação;
3) características gerais das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileira, sintetizando em um só quadro a estrutura das políticas de indexação;
4) como fundamento teórico para as análises das políticas de indexação, adotou-se a proposta elaborada por Fujita (2012); Gil Leiva; Fujita (2012); Rubi (2012) e Rubi; Fujita; Boccato (2012), apresentada na obra *Política de Indexação*. A proposta contempla, na seção 1, os 'requisitos iniciais para construção da política de indexação' e, na seção 2, a 'definição de elementos da política de indexação', conforme apresentado no Quadro 15 desta tese, intitulado 'Síntese sobre a elaboração da política de indexação aplicada em bibliotecas universitárias'.

A terceira análise é a mais profunda, pois não se fixa em abordar os manuais das políticas de indexação em si, mas um levantamento nos catálogos online dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras, com foco na UFC, UFRGS e FURG,

visando a compreensão sobre como desenvolvem a política de indexação na perspectiva de gênero.

Para realização da terceira análise foram feitas as buscas nos catálogos a partir dos seguintes termos (que contêm a palavra):

a) Gênero;
b) Feminina;
c) Feminino;
d) Feminismo;
e) Feminista;
f) Mulher.

A partir dos resultados obtidos, foi realizada uma análise de cada sistema de bibliotecas, organizando-se seis quadros – um para cada termo pesquisado – com os objetivos de identificar os termos recuperados e, posteriormente, realizar um processo de filtragem e seleção. Nessa etapa, foram excluídos os termos relacionados a gênero em perspectivas taxonômicas, textuais e literárias, bem como remissivas do tipo "ver" e "ver também" e termos subdivididos. Após essa seleção, foram identificadas as inconsistências presentes nos termos e elaboradas recomendações de indexação para os casos considerados inconsistentes.

Os critérios adotados para a seleção dos termos incluíram aqueles relacionados às questões de gênero que não correspondiam a remissivas do tipo "ver" ou "ver também", nem a termos subdivididos.

A Tabela 1, apresentada a seguir, demonstra o total de termos recuperados, selecionados e classificados como inconsistentes nos catálogos on-line da UFC, UFRGS, FURG.

Tabela 1 – Lista de termos recuperados, selecionados e inconsistentes nos catálogos online da UFC, UFRGS, FURG

UFC - Software Pergamum	**Total recuperado**	**Termos selecionados**	**Termos inconsistentes**
Termos que contêm a palavra gênero	50	20	7
Termos que contêm a palavra feminina	24	7	3
Termos que contêm a palavra feminino	19	5	4
Termos que contêm a palavra feminismo	19	9	1
Termos que contêm a palavra feminista	21	7	1
Termos que contêm a palavra mulher	39	22	17
	172	**71**	**33**
UFRGS - Software SABi	**Total recuperado**	**Termos selecionados**	**Termos inconsistentes**

Termos que contêm a palavra gênero	98	45	26
Termos que contêm a palavra feminina	32	28	25
Termos que contêm a palavra feminino	40	28	25
Termos que contêm a palavra feminismo	56	19	6
Termos que contêm a palavra feminista	11	10	2
Termos que contêm a palavra mulher	100	27	16
	337	**157**	**100**
FURG - Software Argo	**Total recuperado**	**Termos selecionados**	**Termos inconsistentes**
Termos que contêm a palavra gênero	42	27	18
Termos que contêm a palavra feminina	38	38	37
Termos que contêm a palavra feminino	25	25	22
Termos que contêm a palavra feminismo	9	9	7
Termos que contêm a palavra feminista	14	14	3
Termos que contêm a palavra mulher	50	50	35
	178	**163**	**122**
Total:	**687**	**391**	**255**

Fonte: Dados da pesquisa.

A quarta análise é a finalística, pois, a partir da análise dos termos recuperados nos catálogos da UFC, UFRGS e FURG foi possível estruturar um conjunto de recomendações para qualificar a indexação relativa às questões de gênero.

Para garantir as recomendações de correção dos termos inconsistentes os seguintes vocabulários/terminologias foram utilizados como referência:

1) BN[35] (Brasil);
2) LCSH[36];
3) DeCS[37];
4) Homosaurus[38];
5) Vocabulário controlado da USP[39];
6) Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres[40];
7) Dicionário feminista brasileiro (Terra, 2022);
8) Wikidata[41];
9) BN (Espanha)[42];
10) Vocabulário Controlado Básico da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI)[43];

[35] Biblioteca Nacional (BN), link: https://acervo.bn.gov.br.
[36] https://id.loc.gov.
[37] https://decs.bvsalud.org.
[38] https://homosaurus.org/search/v4.
[39] https://vocabulario.abcd.usp.br.
[40] https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/tesauro/arquivos/TPEDGESM.PDF.
[41] https://www.wikidata.org.
[42] https://datos.bne.es.

11) o próprio recurso indexado.

Na elaboração da proposta terminológica, foi elaborado um quadro em que cada termo dispõe da garantia dos vocabulários/terminologias como referência que sustenta a recomendação de correção na indexação.

Com relação aos instrumentos para coleta de dados foram desenvolvidas análises documentais em dois sentidos:

1) Análise das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras;
2) Análise dos catálogos online da UFC, UFRG e FURG.

Sobre a análise documental, Sonia Virgínia Moreira (2005) afirma que ela consiste em identificar, verificar e examinar documentos com uma finalidade específica, prevendo o uso de fontes complementares e simultâneas de informação, a fim de ampliar os dados e possibilitar a contextualização das informações presentes nos documentos.

As duas análises tiveram o propósito de conhecer as políticas de indexação das instituições, os detalhes que envolvem os modos de atuação com as atividades de indexação e a visão das bibliotecas sobre as representações terminológicas de gênero.

Para subsidiar a análise documental, adotou-se a análise de conteúdo como técnica de tratamento dos dados, por meio da construção de categorias que contemplam a dinâmica da pesquisa descritiva, da abordagem qualitativa e da própria análise documental.

A análise de conteúdo foi desenvolvida especialmente a partir da investigação dos catálogos online da UFC, da UFRG e da FURG, possibilitando a construção das seguintes categorias *a posteriori*, utilizadas para caracterizar as inconsistências identificadas:

1) erros de grafia;
2) termos inadequados;
3) ambiguidade e polissemia;
4) campo MARC inadequado;
5) falta de especificidade;
6) singular e plural;
7) sinônimos;
8) termo cadastrado, mas não possui obra associada.

A combinação entre a análise documental e a análise de conteúdo possibilitou a construção de uma proposta de revisão terminológica relacionada aos termos de gênero, com

[43] https://vocabularyserver.com/vcb.

ênfase na categoria mulheres.

7 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada em quatro etapas complementares, que permitiram o aprofundamento progressivo da investigação:

1) verificação da existência de políticas de indexação nas bibliotecas das universidades federais brasileiras;
2) identificação das políticas de indexação que contemplam as questões de gênero;
3) análise dos catálogos das bibliotecas que possuem políticas de indexação e abordam gênero, especificamente o SiBi/UFC, o SBUFRGS e o SiB da FURG;
4) elaboração de uma proposta de revisão terminológica, com base nos termos que apresentam inconsistências, resultando em um produto que orienta práticas mais adequadas de indexação, com ênfase nas questões de gênero.

Essa análise busca compreender o nível de alinhamento entre as políticas de indexação e as práticas de indexação voltadas à representação de objetos informacionais sobre gênero, com foco na categoria mulheres.

7.1 EXISTÊNCIA DAS POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

No referencial teórico, ao se buscar políticas de indexação em bibliotecas de universidades estaduais brasileiras, identificou-se, predominantemente, a política da biblioteca da Unesp, coordenada pela professora e pesquisadora Mariângela Spotti Lopes Fujita. Esse resultado evidencia que as atividades de indexação nessas bibliotecas carecem de estratégias político-institucionais mais estruturadas, o que compromete a continuidade coordenada, sistemática e estratégica dessas práticas.

No caso das bibliotecas das universidades federais brasileiras, observa-se um cenário relativamente mais estruturado. No entanto, ainda distante de contemplar a diversidade da realidade nacional, uma vez que se evidencia a ausência de uma rede articulada de bibliotecas universitárias que atuem de forma integrada nas atividades de indexação e na elaboração de políticas de indexação.

O Quadro 19 apresenta um diagnóstico sobre a existência de políticas de indexação, indicando também quais delas contemplam as questões de gênero.

Quadro 19 – Existência de políticas de indexação nas bibliotecas das Universidades Federais brasileiras

Bibliotecas das Universidades Federais brasileiras	Existência da Política de indexação	Questões de gênero na política de indexação
Universidade Federal do Acre (UFAC)	Não	Não
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Não	Não
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Sim	Não
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Não	Não
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	Não	Não
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	Não	Não
Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)	Não	Não
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Não	Não
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Não	Não
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Sim	Não
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	Não	Não
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Não	Não
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Não	Não
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	Não	Não
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	Não	Não
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	Não	Não
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	Não	Não
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	Não	Não
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Sim	Sim
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Não	Não
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Não	Não
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Não	Não
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Não	Não
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Não	Não
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Não	Não
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape)	Não	Não
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Não	Não
Universidade Federal do Delta do Paranaíba (UFDPar)	Não	Não
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Não	Não
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	Não	Não
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Não	Não
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Sim	Não
Universidade Federal de Catalão (UFCat)	Não	Não
Universidade Federal de Jataí (UFJ)	Não	Não
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Não	Não
Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	Não	Não
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Não	Não
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Não	Não
Universidade de Brasília (UnB)	Não	Não
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Não	Não
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Não	Não

Bibliotecas das Universidades Federais brasileiras	Existência da Política de indexação	Questões de gênero na política de indexação
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Não	Não
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Não	Não
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Não	Não
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Não	Não
Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)	Não	Não
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Não	Não
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Não	Não
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Não	Não
Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)	Não	Não
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	Não	Não
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Sim	Não
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Não	Não
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Sim	Não
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Não	Não
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Não	Não
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Não	Não
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Não	Não
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Não	Não
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Não	Não
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	Não	Não
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Não	Não
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Sim	Não
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sim	Sim
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Não	Não
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Sim	Sim
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Não	Não
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Não	Não
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Não	Não

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 69 sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras, apenas nove possuem política de indexação, o que corresponde a aproximadamente 12% das instituições e apenas três possuem políticas de indexação que tratam das questões de gênero, correspondendo aproximadamente 4,5% das instituições.

Considerando as diferentes regiões do Brasil, as políticas de indexação estão presentes nas seguintes instituições:

1) Região Norte – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal do Tocantins (UFT);
2) Região do Nordeste – Universidade Federal do Ceará (UFC);
3) Região Centro-Oeste – Universidade Federal de Goiás (UFG);

4) Região Sudeste – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF);
5) Região Sul – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Todas as regiões do Brasil possuem sistemas de bibliotecas universitárias de universidades federais com políticas de indexação. Em termos quantitativos, destacam-se: a região Sul, com três sistemas de bibliotecas; as regiões Norte e Sudeste, com dois sistemas cada; e as regiões Centro-Oeste e Nordeste, com um sistema cada.

Entre as políticas de indexação que contemplam as questões de gênero, identificam-se três instituições: UFC, UFRGS e FURG, sendo duas localizadas na região Sul e uma na região Nordeste.

Esse diagnóstico inicial possibilita uma análise mais detalhada das políticas de indexação das nove instituições, com o objetivo de compreender como seus documentos estruturam e sistematizam as atividades de indexação.

7.2 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

As políticas de indexação em bibliotecas universitárias devem expressar a pluralidade de áreas do conhecimento que constituem as universidades e por isso deve abranger ao mesmo tempo condições para representação temática da informação que considere as variadas áreas do conhecimento e as terminologias que as definem.

No caso das bibliotecas das universidades federais brasileiras, é comum que contemple uma variedade de cursos de graduação e de pós-graduação, o que exige muita competência do(a) indexador(a) para representação da informação, sendo pertinente que possua conhecimento sobre as terminologias das áreas que está indexando, bem como desenvolva um diálogo prolífico com especialistas das áreas a fim de realizar uma qualificada atividade de indexação.

As políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras foram elaboradas comumente por comissões materializadas em manuais, o que favorece uma análise particularizada de cada sistema de bibliotecas.

7.2.1 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

A política de indexação do sistema de bibliotecas da UFAM possui os seguintes dados, conforme apresentado no Quadro 20 a seguir.

Quadro 20 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFAM

Instituição	**Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**
Autorias	Ivana de Jesus Ferreira; Milene Miguel do Vale; Rafael Lima Medeiros Ferreira Renée; e Rosanne Vaz Nina
Título	POLÍTICA PARA INDEXAÇÃO DE ACERVO DO SISTEBIB/UFAM
Estrutura	**1 INTRODUÇÃO** 1.1 OBJETIVOS 1.1.1 geral 1.1.2 específicos **2 PERFIL INSTITUCIONAL** 2.1 ESTRUTURA DO SISTEBIB/UFAM 2.2 ÁREA DE COBERTURA 2.3 PÚBLICO-ALVO **3 INDEXAÇÃO** 3.1 PRINCÍPIOS DA INDEXAÇÃO **REFERÊNCIAS**
Ano	2017

Fonte: Ivana de Jesus Ferreira *et al*. (2017).

O documento que corresponde a política de indexação do SISTEBIB[44]/UFAM foi elaborado por bibliotecários(as) da instituição, sendo sucinto na medida em que possui nove páginas (a primeira destinada a capa) e define os aspectos propositivos (compõe a delimitação, justificativa, objetivos e outros elementos que anunciam a existência da política de indexação), institucionais (elenca as bibliotecas que compõem a política e possíveis estratégias de atuação a partir das política de indexação) e de fundamentação (princípios e procedimentos para formulação, implementação e avaliação da política de indexação).

Nos aspectos propositivos cabe ressaltar os objetivos geral e específicos definidos no documento, conforme expresso por Ferreira *et al.* (2017, p. 2), quais sejam:

a) geral – servir como instrumento de padronização para a adoção de termos descritores controlados que melhor representem o conteúdo do material informativo do SISTEBIB/UFAM;
b) específicos – assegurar a seleção de descritores apropriados à formação e ao desenvolvimento do catálogo de autoridades; estabelecer indicadores para

[44] Sistema de Bibliotecas (SISTEBIB).

avaliação e adoção de termos controlados; traçar diretrizes para indexação do acervo bibliográfico apoiado no catálogo de autoridades.

No objetivo geral o termo “servir” possui o caráter de encarregar e atuar em favor do devido funcionamento da atividade de indexação em que o referido termo possui um caráter de princípio e procedimento em sustentar as atividades de indexação e de finalidade no sentido de representar de modo qualificado o conteúdo do material informativo do SISTEBIB/UFAM.

Nos objetivos específicos a preocupação reside em prover a seleção de descritores alinhadas ao catálogo de autoridades, estabelecer parâmetros avaliativos na adoção de termos controlados e traçar diretrizes para indexação alinhada ao catálogo de autoridades como forma de qualificar a representação temática da informação no SISTEBIB/UFAM.

Nos aspectos institucionais, é indicado a estrutura do SISTEBIB/UFAM, constituindo as sete bibliotecas em Manaus e outras cinco bibliotecas no interior, a área de cobertura que contempla as “[...] áreas do conhecimento dos cursos oferecidos pela UFAM, construídos com o fim de subsidiar as suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação” (Ferreira *et al.*, 2017, p. 3) e o público-alvo que corresponde prioritariamente aos discentes, docentes e técnico-administrativos (comunidade externa).

Na área de cobertura, embora seja fomentada indexação voltada para atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, o documento não especifica quais são as áreas, embora seja possível perceber aspectos representativos de algumas bibliotecas da UFAM que são representadas por áreas, tais como a Biblioteca Setorial da Faculdade de Direito (BSFD); Biblioteca Setorial de Ciências Exatas e Engenharias (BSCEE); Biblioteca Setorial da Escola de Enfermagem de Manaus (BSEEM); Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde (BSCS); Biblioteca Setorial do Museu Amazônico (BSMA); Biblioteca do Instituto de Natureza e Cultural (BINC); Biblioteca do Instituto de Saúde e Biotecnologia (BISB); c) Biblioteca do Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (BIEAA); d) Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (BICET); e Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (BICSEZ).

Nos aspectos de fundamentação, o documento toma como base princípios atribuídos ao(à) bibliotecário(a) indexador(a), contemplando critérios estabelecidos na política de indexação e manual de autoridades da UFAM que são a imparcialidade (sem preconceitos e sem emissão de juízos de valor), a fidelidade (representação fiel do conteúdo do documento, visando a recuperação eficiente e eficaz da informação) e a coerência que prevê a

coincidência entre os assuntos dos documentos indexados e as demandas do(a) usuário(a), utilizando os descritores com equilíbrio entre a exaustividade e a especificidade de pesquisa.

Estabelece os princípios da indexação baseados em dois grandes fundamentos, conforme Ferreira *et al*. (2017):

1) análise conceitual – consiste na leitura e no exame do conteúdo do documento com o objetivo de identificar, selecionar e definir os conceitos abordados. Com base em Lancaster (2004), essa análise deve considerar as seguintes partes do documento: (a) título; (b) resumo, quando houver; (c) sumário; (d) introdução e as primeiras frases de capítulos, parágrafos e conclusões; (e) ilustrações, gráficos, tabelas e suas respectivas legendas; e (f) palavras ou grupos de palavras destacados, como termos sublinhados ou apresentados com tipografia diferenciada;
2) tradução – consiste na conversão dos conceitos identificados no documento em descritores do catálogo de autoridades, desenvolvido pela Divisão de Processamento da Informação (DPI) do SISTEBIB/UFAM. Esse processo baseia-se em Carneiro (1985) e considera os seguintes aspectos: (a) exaustividade – utilização de um número suficiente de descritores para representar adequadamente o conteúdo do documento; (b) especificidade/generalidade – uso de descritores tanto específicos quanto mais amplos, capazes de expressar os conceitos identificados; (c) linguagem de indexação – adoção de uma linguagem controlada, composta por descritores (palavras ou expressões) que podem ser combinados ou utilizados de forma pré-coordenada para representar conceitos complexos; (d) estratégia de busca – realização de buscas no catálogo de autoridades do SISTEBIB/UFAM por meio do sistema Pergamum, no módulo de catalogação; (e) tempo de resposta do sistema – por se tratar de um sistema online, o tempo de resposta é rápido; (f) forma de saída – o catálogo de autoridades apresenta descritores em forma de palavras ou expressões, incluindo termos específicos e gerais, remissivas do tipo “ver também” e “não usar”, além de títulos e acervos vinculados aos descritores, facilitando a recuperação da informação; (g) avaliação do sistema – recomenda-se a realização de estudos a cada dois anos junto à comunidade usuária, com o objetivo de avaliar o nível de satisfação, considerando critérios como precisão e revocação do sistema, estratégias de busca, tempo de resposta e forma de apresentação dos resultados.

De acordo com Ferreira *et al*. (2017), a linguagem de indexação é do tipo controlada, composta por descritores (palavras ou expressões) que podem ser combinados durante o

processo de indexação ou utilizados de forma pré-definida para representar conceitos mais complexos. Para garantir a padronização dessa linguagem na base do SISTEBIB/UFAM, são seguidas as orientações estabelecidas no "Manual de Autoridades para o Sistema de Bibliotecas da UFAM (SISTEBIB): formato MARC21 (2014)".

A fundamentação teórica desse documento baseia-se nos estudos de Carneiro (1985), Lancaster (2004) e Fujita (2009), autores(as) amplamente utilizados(as) nas atividades de indexação e na elaboração de políticas de indexação, conforme discutido no referencial teórico.

7.2.2 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A política de indexação do sistema de bibliotecas possui a seguinte configuração, de acordo com o Quadro 21 que segue.

Quadro 21 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFT

Instituição	**Universidade Federal do Tocantins (UFT)**
Organização	Daniel Alves Lopes; Edson de Sousa Oliveira; Alessandra Batista Santarém Evangelista; Amanda Freira de Avincola Visoti Caetano; e Tiago de Barros Vieira
Título	MANUAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA AS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Estrutura	**1 INTRODUÇÃO** 1.1SOBRE A UFT 1.2 SOBRE O SISTEMA DE BIBLIOTECA - SISBIB **2 ELEMENTOS DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO** 2.1 COBERTURA DE ASSUNTO 2.2 SELEÇÃO E TIPOS DE DOCUMENTOS 2.3 PÚBLICO-ALVO 2.4 BIBLIOTECÁRIO INDEXADOR 2.5 SISTEMA DE BUSCA E RECUPERAÇÃO 2.5.1 Estratégia de busca 2.5.2 Avaliação do sistema de recuperação de assuntos 2.5.3 Consistência **3 PROCEDIMENTOS DE INDEXAÇÃO** 3.1 ANÁLISE DE INDEXAÇÃO 3.2 ESTÁGIOS DA INDEXAÇÃO 3.3 ESPECIFICIDADE 3.4 EXAUSTIVIDADE 3.5 TIPOS DE INDEXAÇÃO **4 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA** **5 IMPORTAÇÃO DOS DESCRITORES** 5.1 CATÁLOGO DE AUTORIDADE DA BIBLIOTECA NACIONAL **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS** **REFERÊNCIAS**
Ano	2021

Fonte: Universidade Federal do Tocantins (2021).

A política de indexação do Sistema de Bibliotecas da UFT (Sisbib/UFT) possui uma particularidade, pois é composta por uma resolução que define as questões gerais da política de indexação e um manual que estrutura os aspectos propositivos, institucionais e de fundamentação que estruturam a política de indexação (Universidade Federal do Tocantins, 2021).

Em relação à Resolução nº 49/2021, aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni) da UFT, o documento é composto por um único artigo, estruturado em 21 pontos principais. Sua ementa estabelece que a resolução dispõe "sobre a criação da Política de Indexação para representação e recuperação da informação, bem como sobre a aprovação do Manual para implementação dessa política nas bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins" (Universidade Federal do Tocantins, 2021, p. 1).

O artigo da Resolução menciona que as diretrizes da política de indexação da UFT podem ser entendidas a partir dos seguintes pontos: I) definição de política de indexação; II) objetivos da política de indexação; III) público-alvo; IV) indexador; V) linguagem de indexação (controlada e natural); VI) língua estrangeira; VII) cobertura de assunto; VIII) indexação exaustiva; IX) indexação específica; X) revocação; XI) precisão; XII) tipos de materiais; XIII) estratégia de busca; XIV) avaliação do sistema; XV) definição de indexação; XVI) consistência; XVII) tipos de indexação (manual, atributiva e derivativa); XVIII) responsabilidades para implantação da política de indexação; XIX) financiamentos; XX) revisão; e XXI) diretrizes gerais (Universidade Federal do Tocantins, 2021).

Destaca-se que a Resolução estabelece, conforme a Universidade Federal do Tocantins (2021, p. 5), as seguintes diretrizes para a implementação da política de indexação:

a) elaborar Manual de indexação dos acervos da UFT;
b) monitorar e documentar as ações de busca e recuperação da informação, buscando medir e avaliar a efetividade, eficiência e eficácia do sistema de gestão automatizado;
c) incentivar ações que ampliem o acesso aos acervos por meio do sistema de gestão automatizado;
d) assegurar a recuperação integrada das informações nos diferentes acervos;
e) estimular a cooperação entre as bibliotecas do Sisbib e desenvolver ações integradas de gestão, representação descritiva e temática da informação.

A Resolução apresenta uma síntese dos aspectos propositivos, institucionais e teóricos que estruturam a política de indexação do Sisbib/UFT. Embora não cite explicitamente, o documento dialoga com elementos da literatura científica, especialmente com Carneiro (1985). Isso indica que a Resolução define, de forma geral, como a UFT

compreende a política de indexação, enquanto o manual detalha, de maneira mais ampla e específica, como o Sisbib/UFT a aplica (Universidade Federal do Tocantins, 2021).

No manual que formaliza a política de indexação, a introdução apresenta os objetivos do documento, seus aspectos institucionais e os fundamentos teóricos e metodológicos que orientaram sua elaboração. De acordo com a Universidade Federal do Tocantins (2021), foram adotados dois conjuntos de procedimentos.

No plano teórico, foram consultadas publicações que tratam principalmente da representação temática da informação, da teoria da indexação, de orientações para a elaboração de políticas de indexação e das linguagens documentárias. Esses referenciais serviram de base para o planejamento, a execução e a estruturação do documento (Universidade Federal do Tocantins, 2021).

No plano metodológico, foi criada uma comissão composta por cinco bibliotecários(as), responsável pela elaboração da política de indexação e do respectivo manual. O objetivo foi produzir um documento capaz de orientar os processos de indexação no Sisbib/UFT. Para definir os critérios relacionados à qualidade e às diretrizes de indexação, foram considerados tanto o processo de indexação quanto os recursos de busca disponíveis no catálogo online do sistema Pergamum (Universidade Federal do Tocantins, 2021).

A política de indexação da UFT demonstra a necessidade de articulação entre a literatura acadêmico-científica e as experiências profissionais dos(as) bibliotecários(as) indexadores(as). Essa integração contribui para qualificar a política de indexação, não apenas como um documento formal, mas como uma atividade intelectual realizada de forma consistente no contexto das práticas profissionais.

Toda política de indexação requer uma metodologia que considere a capacidade de bibliotecários(as) compreenderem as características internas do sistema de bibliotecas, analisarem modelos adotados por outros sistemas e dialogarem com a produção científica das áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e dos campos do conhecimento atendidos pelas bibliotecas. Esse processo permite construir uma política alinhada tanto às particularidades das bibliotecas quanto aos princípios gerais da indexação.

A fundamentação da política de indexação do Sisbib/UFT está organizada nos seguintes aspectos, de acordo com a Universidade Federal do Tocantins (2021):

a) elementos da política de indexação – compreendem os pensamentos de Carneiro (1985) divididos em: cobertura temática (Humanas; Biológicas; Sociais Aplicadas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Letras, Linguística e Artes); seleção e tipos de documentos (livros; livros eletrônicos; trabalhos acadêmicos –

TCC, dissertação e tese); materiais audiovisuais – CD, DVD e áudio book; periódicos; mapas; atlas; e folhetos); público-alvo (toda a comunidade usuária, em especial, professores(as) e discentes; e corpo técnico bibliotecário; bibliotecário(a) indexador(a) (ênfase no(a) bibliotecário(a) catalogador(a)); sistema de busca e recuperação (Pergamum) que compõe: a estratégia de busca realizada por meio do Pergamum; a avaliação do sistema de recuperação de assuntos que será realizada periodicamente por meio dos índices de precisão e exaustividade, por meio da recuperação da informação com amostra dos registros de livros, trabalhos acadêmicos e outros materiais indexados na base de dados do Pergamum, considerando a avaliação mediante planejamento de cada biblioteca e, em especial, dos(as) bibliotecários(as) responsáveis pelo processo técnico; e a consistência em que os assuntos dos documentos devem ser analisados conceitualmente e traduzidos da mesma maneira;

b) procedimentos de indexação – englobam a análise da indexação que presume a orientação e o detalhamento das etapas e de como deve ser feito o processo de indexação por meio da extração dos descritores; estágios da indexação que envolve o exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; a identificação dos conceitos presentes no assunto; tradução dos conceitos nos termos da linguagem documentária; especificidade que trata do grau de precisão com que um termo define determinado conceito no documento; exaustividade que afirma que o número de descritores será limitado a no mínimo dois descritores para no máximo oito descritores (filmes e periódicos); e os tipos de indexação manual (realizada por seres humanos), derivativa (palavras ou expressões que realmente ocorrem no documento são selecionadas para representar seu conteúdo temático e seletiva que atribui ao documento uma quantidade de termos muito limitada;
c) linguagem documentária – uso de linguagem mista (controlada e natural), que será utilizada ao mesmo tempo para indexação e recuperação da informação. O(a) indexador(a) empregará termos da linguagem controlada, retirados da Biblioteca Nacional (Brasil) ou da *Library of Congress*, e utilizará termos da linguagem natural que melhor representem o assunto do livro;
d) importação de descritores – será feita a partir dos catálogos de autoridade da Biblioteca Nacional, com o objetivo de padronizar os termos utilizados pelas bibliotecas que fazem parte do Sisbib. Dessa forma, os termos escolhidos

poderão ser incluídos no momento da descrição do registro bibliográfico, formando os cabeçalhos de assunto da obra.

O manual de indexação do Sisbib/UFT fundamenta-se principalmente nas obras de Carneiro (1985), Lancaster (2004) e Fujita (2016b). Além dessas referências, o manual dialoga com a NBR 12676, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992), que estabelece métodos para análise de documentos, determinação e seleção de termos. Também utiliza como referência o catálogo da Biblioteca Nacional e políticas de indexação de outras bibliotecas universitárias, como as da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014) e da UFG (Medeiros; Ribeiro, 2018).

7.2.3 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC)

A política de indexação do sistema de bibliotecas da UFC segue o fluxo, conforme indicado no Quadro 22 abaixo.

Quadro 22 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFC

Instituição	**Universidade Federal do Ceará (UFC)**
Autorias	Comissão de Catalogação: Érica Filomena Araújo Barros; Francisco Edvander Pires Santos; Guaracy Araújo Santiago Martins; Irlana Mendes de Araújo; Laninelvia Mesquita de Deus Peixoto; Nádja Maria de Morais Soares (relatoria); Osvaldêmia Maria Lucena Maia (coordenação).
Título	POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Estrutura	**1 APRESENTAÇÃO** **2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO** 2.1 A UFC COMO INSTITUIÇÃO 2.2 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFC COMO INSTITUIÇÃO **3 TEORIA E PRÁTICA DA INDEXAÇÃO** **4 QUALIDADE NA INDEXAÇÃO** 4.1 NÍVEIS DE QUALIDADE 4.2 ELEMENTOS DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO 4.3 ANÁLISE DE ASSUNTO 4.4 CATÁLOGOS E TESAUROS PARA INDEXAÇÃO 4.4.1Multidisciplinares 4.4.2 Ciências da Saúde 4.4.3 Ciências Exatas, Computação e Engenharias 4.4.4 Ciências Agrárias 4.4.5 Ciência da Informação 4.4.6 Ciências Ambientais 4.4.7 Ciências Humanas 4.4.8 Artes e Arquitetura 4.4.9 Direito 4.4.10 Administração, Contabilidade e Economia **5 DIRETRIZES PARA INDEXAÇÃO** 5.1 TERMOS EXTRAÍDOS DO TÍTULO DA OBRA

Instituição	Universidade Federal do Ceará (UFC)
	5.2 QUALIFICANDO UM ASSUNTO 5.2.1 Contexto de uso do assunto 5.2.2 Subdivisão do assunto no subcampo 5.2.3 Uso de unitermos 5.2.4 Ambiguidade e polissemia 5.3 USO DE REMISSIVAS 5.3.1 Uso de remissivas “ver” 5.3.2 Uso de remissivas “ver também” 5.3.3 Revocação no uso de remissivas 5.4 USO DE NOTAS EXPLICATIVAS 5.4.1 Notas de remissiva 5.4.2 Notas de conceituação 5.4.3 Notas restritas ao indexador 5.5 EQUIVALÊNCIA ENTRE TERMOS 5.5.1 Sinônimos na língua vernácula 5.5.2 Busca por dois idiomas 5.5.3 Flexões dos termos 5.6 TRANSFERÊNCIA DE AUTORIDADE 5.7 TIPOS DE AUTORIDADE DE ASSUNTO 5.7.1 Nome pessoal como assunto 5.7.2 Entidade como assunto 5.7.3 Evento como assunto 5.7.4 Nome geográfico como assunto **6 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA E CONTROLE DE QUALIDADE DA INDEXAÇÃO** **REFERÊNCIAS** **APÊNDICES**
Ano	2016

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2016).

A política de indexação do Sistema de Bibliotecas da UFC (SiBi-UFC) é uma das mais robustas do ponto de vista quantitativo e qualitativo, pois, possui quase 100 páginas, sendo quase 80 páginas destinadas a elementos textuais que constituem uma densa estrutura propositiva, institucional, de fundamentação e de avaliação (Universidade Federal do Ceará, 2016).

Logo na apresentação estabelece os mecanismos teóricos e metodológicos que delinearam a política de indexação, a saber: teóricos – recorrer a publicações que trazem como tema central: a representação temática da informação; a teoria da indexação; o roteiro para a elaboração de uma política de indexação; e as linguagens documentárias, visando subsidiar o planejamento, a execução e a estruturação deste documento; e metodológicos – os(as) catalogadores(as) do Sistema de Bibliotecas receberam um questionário elaborado pela Comissão e composto por oito questões, a partir das quais foi possível delimitar a consistência da Política de Indexação. Com as respostas obtidas, a Comissão tomou conhecimento da realidade de indexação em cada biblioteca, o que resultou na identificação da comunidade usuária e na definição da cobertura de assuntos, da seleção de documentos e dos tipos de materiais, bem como na escolha da linguagem e dos critérios de indexação mais adequados a algumas das grandes áreas do conhecimento (Universidade Federal do Ceará, 2016).

Do ponto de vista teórico, a política de indexação do SiBi-UFC ajudou a inspirar a política do Sisbib/UFT, já que ambas possuem textos idênticos e o documento da UFC surgiu primeiro. Neste caso, quatro elementos são centrais para concepção de uma política de indexação: a representação temática da informação que constitui o aspecto mais amplo que inclui a indexação; a teoria da indexação que compõe os mecanismos de fundamentação epistemológica, histórica e conceitual da indexação; a política de indexação que institui o *locus* político-institucional que prevê a formulação, implementação e avaliação das atividades de indexação das bibliotecas; e as linguagens documentárias que definem instrumentos de apoio à indexação como linguagens estruturadas e controladas de dimensão pré-coordenada ou pós-coordenada).

Do ponto de vista metodológico, o SiBi-UFC, além da formalização da Comissão de Catalogação e de bibliotecários(as) colaboradores(as) do sistema, promoveu um questionário para todos(as) os(as) bibliotecários(as) catalogadores(as), a fim de produzir uma concepção mais sistemática sobre a atividade de indexação no sistema e construir uma política de indexação mais alinhada à realidade dos(as) bibliotecários(as) e a comunidade usuária (Universidade Federal do Ceará, 2016).

O questionário, ao abordar questões relacionadas aos: "instrumentos auxiliares utilizados para a indexação da área de atuação do(a) bibliotecário(a)", busca compreender as particularidades sobre o *modus operandi* da indexação nas especialidades que compõem as diversas bibliotecas do SiBi-UFC, tendo em vista que, embora a teoria da indexação possua padrões de fundamentação, é preciso alargar as condições para incluir as múltiplas possibilidades de indexação em bibliotecas de áreas distintas como Saúde (que por si só já possui particularidades entre si), Direito, Engenharias, Agrárias, Tecnologias, Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, entre outras; "quantos descritores poderá atribuir para cada documento" a fim de promover uma mediana entre termos mínimos e máximos a serem utilizados entre as bibliotecas e os tipos de acervos; "como o(a) bibliotecário(a) indexa um termo não encontrado nas fontes de pesquisas de assuntos autorizados", com vistas ao estabelecimento de um padrão que permita um processo mais amplo de busca e recuperação da informação; "quantas pessoas compõem a equipe de indexação, qual a experiência de trabalho do(a) bibliotecário(a) e se possui algum curso sobre indexação", focalizando a necessidade de construir um trabalho coletivo qualificado conciliando a experiência profissional (em termos de tempo, casos e intensidade de envolvimento) e a formação por meio de cursos formais e informais; "fez um estudo de usuário(a) voltado para a análise da recuperação da informação e se conseguiu identificar se o(a) usuário(a) prefere um resultado

exaustivo ou específico no resultado da busca na base Pergamum e, caso não tenha feito, considera importante e/ou oportuno realizar esse estudo"[45], tendo como enfoque a aproximação da atividade do(a) bibliotecário(a) indexador(a) com a comunidade usuária, busca-se garantir que a atividade de indexação e a produção terminológica apresentem maior adequação às demandas informacionais dos(as) usuários(as), especialmente por meio do diálogo com usuários(as) especialistas. Além disso, considera-se relevante identificar quais partes do texto são lidas pelo(a) bibliotecário(a) durante a análise e a seleção de conceitos, evidenciando os métodos utilizados por cada profissional no processo de indexação. Nesse contexto, torna-se fundamental reunir e sistematizar os diferentes modos de realização da indexação, com o objetivo de construir modelos estratégicos que contribuam para o aprimoramento dessa atividade (Universidade Federal do Ceará, 2016).

A capacidade de diálogo — em níveis teórico e/ou metodológico, formal e/ou informal, temporário ou permanente — entre a gestão e os(as) bibliotecários(as) do sistema, entre os(as) próprios(as) bibliotecários(as), entre bibliotecários(as) e usuários(as), bem como entre a gestão do sistema de bibliotecas e a administração institucional, constitui um mecanismo relevante para a construção da política de indexação. Esse processo possibilita que a atividade de indexação seja desenvolvida a partir de múltiplas perspectivas especializadas e interessadas em promover uma representação temática qualificada da informação, favorecendo a organização, a busca e a recuperação efetiva da informação para uso e apropriação pelos(as) usuários(as) (Universidade Federal do Ceará, 2016).

Na seção sobre "Teoria e prática da indexação", o documento traz uma breve reflexão teórico-conceitual em diálogo com uma variedade de autorias a exemplo de Chaumier (1988) sobre definição de indexação e a relação entre especificidade e revocação; Virgínia Bentes Pinto (2001) sobre o conceito de indexação documentária, etapas da indexação (análise conceitual, tradução e controle de qualidade), dimensões da indexação (exaustiva e específica), Lancaster (2004) sobre as dimensões da indexação (exaustiva e específica); Carneiro (1985) sobre revocação e precisão, bem como o conceito de política de indexação; Rubi, Fujita e Boccato (2012); Rubi (2012) e Boccato (2012) no que se refere à

[45] Neste ponto, foram formuladas três perguntas distintas, porém complementares. A resposta a essas questões depende da identificação da preferência do(a) usuário(a) quanto ao tipo de resultado desejado na busca no sistema Pergamum, isto é, se prioriza resultados mais exaustivos ou mais específicos. Além disso, destaca-se que as instituições que já realizaram estudos de usuários(as) dispõem de melhores condições para essa análise, enquanto aquelas que ainda não o fizeram são incentivadas a considerar a realização desse tipo de estudo.

formação do indexador; Nunes (2004) acerca do conceito de política de indexação; e Rubi (2008) no que concerne ao conceito de política de indexação.

A política de indexação do SiBi-UFC apresenta densidade teórica por trazer referências nacionais e internacionais que fundamentam a indexação e a política de indexação por meio de princípios, conceitos, tipos, estratégias e operações que favorecem a compreensão sobre como a política de indexação deve ser construída e como a atividade de indexação deve ser realizada (Universidade Federal do Ceará, 2016).

A seção "Qualidade da indexação" é organizada em quatro seções secundárias, conforme a Universidade Federal do Ceará (2016):

1) níveis de qualidade – consistência (os assuntos dos documentos devem ser analisados conceitualmente e traduzidos da mesma maneira); correção (consiste em evitar a presença de erros, os quais são por omissão, quando um termo é omitido na representação do assunto, e por inclusão, quando há um acréscimo de um termo sem necessidade; concordância (o(a) indexador(a) deverá recorrer ao conteúdo disponibilizado pelos catálogos online e/ou pelos tesauros institucionais, além das diretrizes dadas pelas referências cruzadas); coerência (o(a) indexador(a) deverá aplicar consistentemente as regras de indexação e os descritores deverão ser usados sempre da mesma forma); fidelidade (os descritores escolhidos pelo(a) indexador(a) devem reproduzir fielmente o conteúdo do documento); bom senso (o(a) indexador(a) deverá omitir dados irrelevantes e não pertinentes, sem sacrificar a imparcialidade, especificidade, multiplicidade ou veracidade); hierarquização (quando muitos descritores são discutidos num documento, pode não ser possível indexar cada um sem usar muita profundidade, sendo que a "regra de três" permite indexar acima de três termos relacionados, ou seja, se mais do que três relacionados estão para ser indexados, geralmente são cobertos por um termo único, mais geral, que é escolhido consultando as hierarquias ou as características do assunto, bem como da comunidade usuária); exaustividade (a Comissão de Catalogação da BU recomenda a quantidade máxima de sete descritores, ressaltando que o número máximo de descritores foi definido de acordo com as respostas da pesquisa (questionários) realizada com os(as) bibliotecários(as) catalogadores(as). Contudo, dependendo da necessidade da biblioteca e do tipo de informação que o documento fornece, a quantidade de descritores poderá ultrapassar à descrita acima); e especificidade (propõe a relação exata entre a unidade conceitual e o

termo relacionado, para representá-lo durante o processo no sentido de que a linguagem de indexação proporciona tanto termos gerais quanto específicos);

2) elementos da política de indexação – cobertura de assunto (o foco da representação temática deve estar relacionado com as necessidades informacionais do público-alvo de cada biblioteca, sendo o SiBi-UFC responsável pela formação e desenvolvimento de coleções, priorizando os assuntos relativos às áreas de conhecimento por elas abrangidas; seleção de documentos (os documentos selecionados devem abranger as áreas de assuntos relacionadas a cada biblioteca, refletindo a bibliografia básica dos cursos atendidos e as necessidades de informação de cada público); tipos de materiais (Livros; Livros eletrônicos (e-books)); Folhetos; Periódicos; Artigos científicos; Teses; Dissertações; Monografias; Projetos de graduação; Catálogos; Manuais; Guias; Anais de eventos; Atlas; Mapas; CD-ROMs; DVDs, dentre outros suportes;
3) análise de assunto – deve considerar diferentes partes do documento. Na introdução, recomenda-se identificar os objetivos do texto e realizar a leitura das frases iniciais de parágrafos e capítulos. Na metodologia, a atenção deve ser direcionada às técnicas, instrumentos e procedimentos utilizados na pesquisa, bem como ao contexto em que ela foi realizada, ao objeto de estudo e, quando pertinente, às características da população analisada, como gênero, cor/raça e faixa etária. Na conclusão, é recomendada a leitura completa, pois essa seção apresenta os principais resultados e contribuições da pesquisa. Também podem ser observados elementos como gráficos, tabelas e diferenciações tipográficas. O título, subtítulo, resumo e palavras-chave devem ser consultados preferencialmente na etapa final da leitura, para evitar que o(a) indexador(a) seja influenciado(a) de forma imediata por esses elementos, uma vez que nem sempre representam com precisão o conteúdo do documento, conforme o princípio da garantia literária;
4) catálogos e tesauros para indexação – foram sugeridos um conjunto de catálogos e tesauros que correspondem a pluralidade de áreas em que as bibliotecas do SiBi-UFC atuam, quais sejam: Multidisciplinares; Ciências da Saúde; Ciências Exatas, Computação e Engenharias; Ciências Agrárias; Ciência da Informação; Ciências Ambientais; Ciências Humanas; Artes e Arquitetura; Direito; e Administração, Contabilidade e Economia.

Em relação aos níveis de qualidade, o SiBi-UFC estabelece uma variedade de níveis em diálogo com a literatura científica sobre indexação, permitindo uma compreensão mais robusta

dos diversos critérios que possibilitam a qualificação das atividades de indexação, incluindo níveis não tão observados em outras políticas como fidelidade, bom senso e hierarquização.

No que se refere aos elementos da política de indexação segue o fluxo padrão da literatura e de outras políticas com prioridade a cobertura de assunto, seleção de documentos e tipos de materiais,

A análise de assunto confere uma sugestão de prática de indexação (às)aos bibliotecários(as) indexadores(as) com foco em elementos centrais da obra, tais como introdução, foco nos primeiros parágrafos dos capítulos, conclusão (preferencialmente inteira) e os elementos iniciais como título, subtítulo, resumo e palavras-chave podem ser verificados na fase final da leitura a fim de não comprometer a garantia literária.

No catálogo e tesauros para indexação, a política de indexação sugere uma variedade de produtos que podem subsidiar as atividades de indexação, considerando as particularidades de cada área a qual as bibliotecas servem, sendo interessante destacar os multidisciplinares que podem servir a várias bibliotecas do SiBi-UFC, tais como: Fundação Biblioteca Nacional; Library of Congress Subject Headings; Catálogo da Rede Pergamum; Vocabulário Controlado do SIBi/USP; Tesauro de Contas Nacional; EuroVoc (Thesaurus Multilíngue da União Europeia); UNESCO Thesaurus; Government of Canada Core Subject Thesaurus; Tesauro da Biblioteca Dr. Jorge Villalobos Padilla (México); Tesauro FORMEI (Portugal); Tesauros do SENAI, disponíveis na versão impressa e em CD-ROM na Biblioteca de Ciências e Tecnologia (Universidade Federal do Ceará, 2016).

A seção “Diretrizes para indexação” é a mais ampla e minuciosa, pois como o próprio nome indica apresenta os caminhos/estratégias/procedimentos para nortear as atividades do(a) indexador(a). A política de indexação do SiBi-UFC possui a particularidade de detalhar no documento o *modus operandi* de atuação do indexador, o que tende a facilitar o trabalho do(a) profissional, especialmente se ainda tiver pouca experiência e/ou conhecimentos técnicos sobre indexação (Universidade Federal do Ceará, 2016).

O Quadro 23 que segue traz uma síntese da seção.

Quadro 23 – Síntese da seção ‘Diretrizes para indexação’ da política de indexação do SiBi-UFC

Título das seções secundárias	**Descrição**
5.1 TERMOS EXTRAÍDOS DO TÍTULO DA OBRA	Recomenda-se a atribuição de termos relevantes e/ou autorizados ainda que o termo apareça no título da obra (campo 245), sendo inserido no campo 650, pois trará maior possibilidade de recuperação da informação no momento da pesquisa.
5.2 QUALIFICANDO UM ASSUNTO	Para fins desta política, recomenda-se recorrer à qualificação de um termo nos casos de: definição do contexto de uso do assunto (área do conhecimento);

Título das seções secundárias	Descrição
	subdivisão do assunto de acordo com os subcampos do cadastro de autoridades; indexação por unitermos; redução da ambiguidade e/ou da polissemia.
5.2.1 Contexto de uso do assunto	Recomenda-se indexar de acordo com o contexto do assunto (área do conhecimento), o que implica na atribuição de qualificadores entre parênteses.
5.2.2 Subdivisão do assunto nos subcampos	Recomenda-se indexar de acordo com as especificidades e/ou características de cada assunto (o que implica em explorar, no cadastro de autoridades, as subdivisões geral, cronológica, geográfica ou de forma). Subcampos mais utilizados: $a – termo descritor; $x – subdivisão geral; $y – subdivisão cronológica; $z – subdivisão geográfica; $v – subdivisão de forma.
5.2.3 Uso de unitermos	Recomenda-se cautela na indexação por unitermos, principalmente nos casos de ambiguidade e polissemia (ver seção 5.2.4). Orienta-se que, sempre que possível, os unitermos sejam indexados acompanhados por qualificador ou por subdivisões.
5.2.4 Ambiguidade e polissemia	Recomenda-se evitar ao máximo, e se possível, os casos de ambiguidade e polissemia na indexação, o que implica em atribuir qualificadores entre parênteses ou explorar as subdivisões no cadastro de autoridades. Logo, indexar atentando para o significado de um mesmo termo para áreas distintas evitará "confusões" trazidas pela ambiguidade e polissemia, tanto na representação quanto na recuperação da informação.
5.3 USO DE REMISSIVAS	O(a) indexador(a) poderá recorrer ao uso das remissivas "ver" (campo 450) e "ver também" (campo 550) no cadastro de autoridades, desde que se façam necessárias para a indexação.
5.3.1 Uso da remissiva "ver"	Recomenda-se o uso da remissiva "ver" (campo 450 do cadastro de autoridades) sempre que se fizer necessário, normalmente em termos sinônimos (ver seção 5.5.1). As remissivas irão implicar na relevância, ou não, para o(a) usuário(a) no momento de sua pesquisa no catálogo online.
5.3.2 Uso da remissiva "ver também"	Recomenda-se o uso da remissiva "ver também" (campo 550 do cadastro de autoridades) apenas quando se fizer necessário, normalmente com termos que apresentem a ideia de relação entre si (assuntos afins). As remissivas irão implicar na relevância, ou não, para o(a) usuário(a) no momento de sua pesquisa no catálogo online.
5.3.3 Revocação no uso das remissivas	Recomenda-se atentar para a alta revocação na pesquisa no uso da remissiva "ver também" (campo 550 no cadastro de autoridades). Caso se opte pelo preenchimento desse campo, deverá haver, obrigatoriamente, uma autoridade (campo 150) referente a cada termo inserido como remissiva, desde que o termo esteja vinculado a um determinado acervo (documento).
5.4 USO DE NOTAS EXPLICATIVAS	O(a) indexador(a) deverá atentar para o uso de notas explicativas no cadastro de autoridades, quando se fizerem necessárias. As notas irão auxiliá-lo na decisão de selecionar o melhor termo para indexar uma determinada obra e, consequentemente, para evitar "ruídos" na recuperação da informação. Para fins desta política, as notas explicativas estão divididas em: notas de remissiva; notas de conceituação; notas restritas ao indexador.
5.4.1 Notas de remissiva	Quando se fizer necessário, recomenda-se o uso de notas de remissiva, também identificadas no sistema como notas cruzadas (campo 360 do cadastro de autoridades). Elas complementam o uso da remissiva "ver também" (campo 550) ao explicarem as relações entre os termos, servindo como orientações para o(a) indexador(a) ou para o(a) usuário(a)

Título das seções secundárias	Descrição
	que pesquisar no catálogo online de autoridades. A nota explicativa deverá ser inserida no subcampo $i, e o(s) termo(s) de relação (remissiva) no subcampo $a.
5.4.2 Notas de conceituação	Quando se fizer necessário, recomenda-se o uso de notas de conceituação, também identificadas no sistema como notas gerais de acesso público (campo 680 do cadastro de autoridades). Deverão ser inseridas definições sobre o termo descritor, com a devida menção da fonte. Essas notas servem de orientações tanto para o(a) indexador(a) quanto para o usuário(a) que pesquisar no catálogo online de autoridades. A nota explicativa deverá ser inserida no subcampo $i, e o conceito poderá ser inserido tal qual vier na fonte de informação consultada pelo indexador, dentre dicionários, tesauros e catálogos online.
5.4.3 Notas restritas ao indexador	Quando se fizer necessário, o(a) indexador(a) poderá recorrer ao uso de notas restritas, também identificadas no sistema como notas gerais não disponíveis a acesso público (campo 667 do cadastro de autoridades). Essas notas servem de orientações para o(a) indexador(a), e o(a) usuário(a) que pesquisar no catálogo online de autoridades não terá acesso ao texto. Normalmente, explicitam-se orientações de como as subdivisões devem ser utilizadas pelo(a) indexador(a). A nota explicativa deverá ser inserida no subcampo $a.
5.5 EQUIVALÊNCIA ENTRE TERMOS	Podem ser considerados termos equivalentes aqueles que mantêm uma relação de significado entre si (assuntos semelhantes). Para fins desta política, a equivalência entre os termos será apresentada tendo como base os seguintes casos: sinônimos na língua vernácula; busca por dois (ou mais) idiomas; flexões dos termos.
5.5.1 Sinônimos na língua vernácula	Recomenda-se atentar para os casos em que houver termos equivalentes como sendo sinônimos na língua vernácula. Nesses casos, o(a) indexador(a) poderá recorrer ao preenchimento do campo 450 (remissiva “ver”) no cadastro de autoridades (conforme visto na seção 5.3.1), trazendo da linguagem natural o termo equivalente não autorizado.
5.5.2 Busca por dois idiomas	Recomenda-se atentar para a equivalência entre os termos (campo 750 do cadastro de autoridades) nos casos em que a busca puder ser feita por dois (ou mais) idiomas, dependendo da comunidade usuária. Nesses casos, além do campo 750, a remissiva “ver” (campo 450 do cadastro de autoridades) também pode ser explorada.
5.5.3 Flexões dos termos	Recomenda-se atentar para as flexões de número (singular e plural), gênero (masculino e feminino) e grau (aumentativo e diminutivo) dos termos. Sugere-se seguir o que vier especificado nos vocabulários controlados e nas demais linguagens documentárias ou fontes de informação utilizadas na indexação, tais como tesauros, CDD, BN, LCSH, CRP etc., ou a forma como o termo é mais utilizado numa determinada área do conhecimento.
5.6 TRANSFERÊNCIA DE AUTORIDADE	Padronizar os termos na base de autoridades do Pergamum irá facilitar a escolha do(a) indexador(a) no momento da representação do conteúdo da obra, bem como irá “enxugar” os termos repetidos (com o mesmo significado) no sistema, visando evitar uma alta revocação na indexação, ou seja, quando o(a) indexador(a) pesquisará o termo no sistema.
5.7 TIPOS DE AUTORIDADE DE ASSUNTO	Há casos em que os termos tópicos (campo 650) não são suficientes para descrever o conteúdo de um documento. Nesses casos, o(a) indexador(a) poderá recorrer a descritores caracterizados como: nome pessoal (campo 600); nome da entidade (campo 610); nome de evento (campo 611); nome geográfico (campo 651).
	Na indexação, um nome pessoal como assunto deverá ser inserido no campo 600, sendo os principais subcampos:

Título das seções secundárias	Descrição
5.7.1 Nome pessoal como assunto	$a – nome pessoal; $b – numeração; $c – títulos e outras palavras associadas ao nome; $d – datas associadas ao nome; $q – forma completa do nome; $t – título da publicação; $v – subdivisão de forma. $x – subdivisão geral; $y – subdivisão cronológica; $z – subdivisão geográfica.
5.7.2 Entidade como assunto	Na indexação, uma entidade / instituição também poderá figurar como assunto. Nesse caso, o termo deverá ser inserido no campo 610, sendo os principais subcampos: $a – nome da entidade / instituição; $b – unidade subordinada; $c – títulos e outras palavras associadas ao nome; $d – datas associadas ao nome; $q – forma completa do nome; $t – título da publicação; $v – subdivisão de forma. $x – subdivisão geral; $y – subdivisão cronológica; $z – subdivisão geográfica.
5.7.3 Evento como assunto	Na indexação, o nome de um evento também poderá figurar como assunto. Nesse caso, o termo deverá ser inserido no campo 611, sendo os principais subcampos: $a – título uniforme; $b – unidade subordinada; $c – títulos e outras palavras associadas ao nome; $d – datas associadas ao nome; $q – forma completa do nome; $t – título da publicação; $v – subdivisão de forma. $x – subdivisão geral; $y – subdivisão cronológica; $z – subdivisão geográfica.
5.7.4 Nome geográfico como assunto	Na indexação, um nome geográfico também poderá figurar como assunto. Nesse caso, o termo deverá ser inserido no campo 651, sendo os principais subcampos: $a – nome geográfico; $e – termo de função; $v – subdivisão de forma. $x – subdivisão geral; $y – subdivisão cronológica; $z – subdivisão geográfica.

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2016).

A seção “Diretrizes para indexação” apresenta recomendações sobre como o(a) bibliotecário(a) catalogador(a) deve atuar na atividade de indexação. Essas orientações consideram a prática da indexação com base em princípios de qualidade, como a extração de termos da obra, a definição adequada dos assuntos, o uso de remissivas, notas explicativas, equivalência entre termos, transferência de autoridade e tipos de autoridade de assunto. O objetivo é fortalecer os mecanismos de recuperação da informação, promovendo um diálogo

entre as demandas da comunidade usuária e o trabalho dos(as) bibliotecários(as) do sistema. O questionário aplicado aos(às) catalogadores(as) buscou compreender tanto o funcionamento geral do sistema quanto as especificidades de cada biblioteca (Universidade Federal do Ceará, 2016).

A política de indexação apresenta recomendações objetivas e exemplos visuais que dialogam com o sistema de recuperação da informação. Embora isso torne o documento mais detalhado, também o torna mais esclarecedor, pois orienta o(a) profissional na realização de uma indexação qualificada. Em alguns aspectos, a política funciona como um guia que direciona a prática da indexação (Universidade Federal do Ceará, 2016).

No entanto, é fundamental que o(a) bibliotecário(a) catalogador(a) e indexador(a) desenvolva não apenas o conhecimento técnico das normas, mas também uma compreensão intelectual das obras analisadas. Isso permite conciliar as orientações da política com os instrumentos de representação descritiva e temática do sistema de recuperação da informação – no caso da UFC, o Pergamum, em diálogo com outros catálogos e tesauros indicados pela política, considerando as particularidades de cada biblioteca do sistema.

Além disso, é importante que bibliotecários(as) que atuam em bibliotecas universitárias especializadas participem de eventos e atividades de formação nas áreas temáticas em que trabalham. Essa participação contribui para a compreensão das terminologias específicas de cada campo, tanto em áreas amplas, como Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Engenharias, quanto em áreas mais específicas, como Direito, Física e Economia.

Por fim, a política de indexação do SiBi inclui uma seção intitulada “Avaliação da política e controle de qualidade da indexação”. O documento estabelece que a política deve ser revisada a cada dois anos, com base em três fontes de avaliação: as análises realizadas pelos(as) bibliotecários(as) catalogadores(as) do sistema; o feedback dos(as) usuários(as) durante a pesquisa no catálogo online; e as observações da Comissão de Catalogação, fundamentadas em estudos sobre a recuperação da informação no sistema Pergamum (Universidade Federal do Ceará, 2016).

A política de indexação do SiBi-UFC dialoga com autorias clássicas da área, como Carneiro (1985), Cesarino (1985), Chaumier (1988), Bentes Pinto (2001), Lancaster (2004), e a obra Política de indexação, editada por Gil Leiva e Fujita (2012). Além disso, considera o artigo de Souza (2015), que apresenta recomendações para a qualidade da indexação.

A política de indexação do SiBi-UFC possui ainda quatro apêndices. O primeiro é o questionário aplicado aos(às) bibliotecários(as) do sistema. O segundo é um tutorial para acesso ao relatório de títulos não encontrados no sistema Pergamum. O terceiro é um tutorial

para acesso ao relatório estatístico dos tipos de consulta no sistema Pergamum. O quarto apresenta o contato (e-mail) da Comissão de Catalogação, que atualmente está desativada, assim como o respectivo endereço eletrônico (Universidade Federal do Ceará, 2016).

7.2.4 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (UFG)

A política de indexação da UFG possui a seguinte descrição, conforme expresso no Quadro 24.

Quadro 24 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFG

Instituição	**Universidade Federal de Goiás (UFG)**
Autorias	Enderson Medeiros e Adriana Ribeiro
Título	MANUAL DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA AS BIBLIOTECAS DA UFG
Estrutura	**1 SOBRE A UFG** 1.1 SOBRE O SIBI UFG **2 DEFINIÇÃO DE ELEMENTOS DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO** 2.1 COBERTURA TEMÁTICA 2.2 COMPOSIÇÃO DO ACERVO 2.3 PÚBLICO-ALVO 2.4 BIBLIOTECÁRIO CATALOGADOR: DOS RESPONSÁVEIS PELA INDEXAÇÃO 2.5 INDEXAÇÃO NO SOPHIA 2.5.1 Vantagens da indexação pós-coordenada 2.5.2. Desvantagens da indexação pós-coordenada 2.6 CONCORDÂNCIA 2.7 ESPECIFICIDADE 2.8 EXAUSTIVIDADE 2.9 SISTEMA DE BUSCA E RECUPERAÇÃO POR ASSUNTOS 2.9.1 Campos de assunto do formato MARC 2.9.2 Estratégia de busca 2.9.3 Recuperação por assunto 2.9.4 Avaliação da recuperação de assuntos **3 PROCEDIMENTOS DE INDEXAÇÃO** 3.1 EXAME DO DOCUMENTO E ESTABELECIMENTO DO ASSUNTO DE SEU CONTEÚDO 3.2 IDENTIFICAÇÃO DOS CONCEITOS PRESENTES NO ASSUNTO 3.3 TRADUÇÃO DOS CONCEITOS NOS TERMOS DE UMA LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA 3.4 CONSTRUÇÃO DE VOCABULÁRIO CONTROLADO TESAURO **4 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DE REGISTROS DE AUTORIDADE** 4.1. AS SUBDIVISÕES 4.1.1 Subdivisão geral (campo $180, subcampo $x) 4.1.2 Subdivisão geográfica (subcampo $z) 4.1.3 Subdivisão cronológica (subcampo $y) 4.1.4 Subdivisão de forma (subcampo $v) 4.1.5 Uso de subdivisões 4.2 IMPORTANDO REGISTROS DE AUTORIDADE DA BN 4.3 IMPORTANDO REGISTROS DE AUTORIDADE DA LC 4.4 CONSTRUINDO NOVA AUTORIDADE NO SOPHIA **5 REVISÃO, ALTERAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO**

Instituição	Universidade Federal de Goiás (UFG)
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERÊNCIAS **ANEXO - A** **ANEXO - B**
Ano	2018

Fonte: Enderson Medeiros e Adriana Ribeiro (2018).

A política de indexação do Sistema de Bibliotecas da UFG (Sibi/UFG), elaborada pelo bibliotecário Enderson Medeiros e pela bibliotecária Adriana Ribeiro, possui um conjunto de mecanismos para qualificar as atividades de indexação, todavia, a introdução aborda especificamente dados sobre a UFG e sobre o Sibi/UFG (a origem do sistema, os tipos de biblioteca do sistema, dados sobre o acervo e serviços oferecidos), mas não traz os fundamentos teóricos e metodológicos do manual e nem os objetivos, o que não favorece uma análise de anunciação propositiva da política de indexação.

Os fundamentos da política de indexação do Sibi/UFG são divididos nos seguintes contextos: definição de elementos da política de indexação; procedimentos de indexação; procedimentos de construção e adequação de registros de autoridade; e revisão, alteração e substituição de termos.

Na definição de elementos da política de indexação do Sibi/UFG, Medeiros e Ribeiro (2018) seguem os processos que norteiam a indexação, quais sejam:

a) cobertura temática – envolve as áreas de Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Exatas e da Terra e Biológicas, aplicadas à 10 bibliotecas, sendo que sete abrangem todas as áreas mencionadas e outras três são mais especializadas;
b) seleção e tipos de documentos – é descrita na política de acervos desenvolvida pela Gerência de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação;
c) público-alvo – toda a comunidade usuária das Bibliotecas, em especial os(as) professores(as) e discentes; e bibliotecário(a), no intuito de sistematizar processos e condutas de indexação e organização da informação;
d) indexador(a) – tipificado em três níveis: colegiado – toda exceção do trabalho de indexação que envolver alteração, inclusão, substituição ou subtração de autoridade, será resolvida pelo Grupo de Estudo de Autoridade (GAS) do Sibi/UFG;
e) indexação no Sophia – até 2017 foi o pré-coordenado, mas desde que se consolidou o padrão de concordância nos Termos da Linguagem da Biblioteca Nacional Brasileira (BN), o Sibi/UFG optou pela pós-coordenação;

f) concordância – bibliotecário(a) catalogador(a) deverá manter-se fiel aos termos da Linguagem da Biblioteca Nacional (Brasil), no que diz respeito aos registros de autoridades. E fazer uso do catálogo dos LCSH, somente para alguns tipos de autoridades, quando estas não estiverem também disponíveis na BN;

g) especificidade – o(a) bibliotecário(a) catalogador(a) deve indexar cada item tão especificamente quanto permita a Linguagem BN, representando os principais assuntos abordados no documento e considerando as necessidades informacionais representadas nas estratégias de busca dos(as) usuários(as) do catálogo Sophia;

h) exaustividade – o número de descritores será limitado a: no mínimo dois e no máximo três para obras literárias, filmes de ficção, documentários, histórias em quadrinhos; no mínimo três e no máximo cinco para literatura técnica e científica;

i) sistema de busca e recuperação por assuntos – o software adotado pelo Sistema de Bibliotecas da UFG é o Sophia, implantado em 2006; os campos de assuntos a serem preenchidos com os descritores da Linguagem da Biblioteca Nacional e dos LCSH; No Sophia, os(as) usuários(as) poderão formular sua estratégia de busca em linguagem natural utilizando termos específicos e genéricos e o sistema deverá propiciar compatibilidade com a linguagem utilizada pelo Sistema de Bibliotecas da UFG, (baseada na BN e nos LCSH), evitando que a recuperação seja nula; a recuperação por assuntos deverá ser baseada em critérios de precisão e revocação, evitando a recuperação nula; serão realizadas avaliações periódicas no software.

j) A política de indexação do Sibi/UFG, além de estabelecer princípios consagrados nas atividades de indexação, tais como concordância, especificidade e exaustividade, define critérios de atuação dos(a) indexadores(as), visando promover uma perspectiva mais colaborativa que favoreça a atuação dos(as) bibliotecários(as), em diálogo com a comunidade usuária, que permita efetivo processo de busca e recuperação da informação no Sophia.

O fato de não indicar os tipos de materiais na política de indexação cria ao mesmo tempo um estímulo para observar a política de formação e desenvolvimento de coleções, a fim de compreender a multiplicidade de acervo das bibliotecas, mas também deixa um hiato sobre o trato dos materiais, sendo interessante inserir na política de indexação os tipos de materiais e indicar o link da política de formação e desenvolvimento de coleções para quem tiver interesse em conhecer o detalhamento dos acervos do Sibi/UFG.

Outro ponto relevante, é sobre o uso dos catálogos da BN e dos LSCH, bases de reconhecimento nacional e internacional, que concilia mecanismos para uma atividade de indexação baseadas em autoridades, bem como condições para alinhamento ao Sophia, visando melhores condições para recuperação da informação.

Há o destaque ainda para a mudança na linguagem de indexação que até 2017 era pré-coordenada e a partir de 2018 passou a ser pós-coordenada, em virtude de um alinhamento aos requisitos da BN, permitindo mais celeridade na criação de cabeçalhos, descrição com menor quantidade de termos e maior liberdade para composição dos cabeçalhos de assuntos com os valores existentes nas tabelas Termo tópico e Subdivisões.

Na seção sobre "Procedimentos de indexação", conforme Medeiros e Ribeiro (2018) é dividida do seguinte modo: exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo – identificação dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais do documento); identificação dos conceitos presentes no assunto – o(a) bibliotecário(a) catalogador(a) deverá determinar o assunto principal (o quê?) e os assuntos secundários (Como? Quando? Onde?), selecionando realmente aquilo que está no texto e todos os conceitos úteis aos objetivos da biblioteca; tradução dos conceitos nos termos de uma linguagem documentária.

Os procedimentos de indexação demandam condição cognitiva sobre o conteúdo do documento, mas também sobre a estrutura do documento, pois, como o(a) bibliotecário(a) lida com uma leva de documentos que abordam várias temáticas é impossível que o(a) indexador(a) conheça em profundidade o conteúdo de cada documento, sendo necessário que produza elementos técnicos que concilie celeridade e qualidade na indexação a exemplo da identificação dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, mas sem se fixar em questões como título e palavras-chave, a fim de evitar uma indexação superficial e até mesmo desalinhada ao conteúdo do documento.

Por isso é pertinente que o(a) indexador(a) leia elementos relevantes, como a introdução, a metodologia, as considerações finais e os primeiros parágrafos do referencial teórico a fim de ter uma noção mais precisa do que realmente trata o documento, pois nem sempre elementos como título, resumo e palavras-chave representam o documento em sua inteireza propositiva, de fundamentação teórica e metodológica, analítica e de constatações.

O uso do catálogo de autoridades da BN (Brasil) é de grande relevância para criar uma base terminológica sistemática na atividade de indexação, mas considerando que não é interessante um uso automático e acrítico das terminologias do catálogo de autoridades, pois há questões peculiares referentes à cultura local em que as bibliotecas e os(as) usuários(as)

estão inseridos, exigindo do(a) indexador(a) habilidade na composição das terminologias que representam o documento.

Na seção sobre "Procedimentos de construção e adequação de registros de autoridade", de acordo com Medeiros e Ribeiro (2018) são divididos da seguinte forma: subdivisões – para aumentar o nível de especificidade da indexação, as subdivisões devem ser associadas aos campos de assuntos, sendo as seguintes: geral (campo $180, subcampo $x), geográfica (subcampo $z), cronológica (subcampo $y), forma (subcampo $v) e uso de subdivisões (recomenda-se que o uso das subdivisões deve estar associado a estrutura lógica do conceito a ser representado); importando registros de autoridade da BN e da LCSH em que somente o nível de permissão "Processamento técnico - Supervisor" possui autorização para esta atividade, tendo em vista que a LCSH será utilizada basicamente para "Nomes de autores" não localizados na BN; construção de nova autoridade no Sophia em que somente o nível de permissão "Processamento técnico - Supervisor" possui autorização para esta atividade.

O Sibi/UFG possui uma política de indexação que, ao utilizar os campos de subdivisão geral (campo $180, subcampo $x), geográfica (subcampo $z), cronológica (subcampo $y), forma (subcampo $v), combina a atividade de indexação voltada para recuperação da informação no Sophia com base prioritária de autoridade do catálogo da BN e da LCSH, agindo como auxiliar com a possibilidade de suprir carências da BN.

Na seção 'Revisão, alteração e substituição' Medeiros e Ribeiro (2018) ponderam que:

a) na revisão, todas as autoridades importadas da BN Brasil ou incluídas pelo(a) bibliotecário(a) devem ser controladas pelo procedimento de revisão
b) na exclusão deverá ser feito com muita atenção e ocorrerá somente em duas situações: autoridades fora dos padrões estabelecidos no manual que não possuem nenhum relacionamento com itens catalogados; autoridades que foram substituídas e que por algum motivo não foram apagadas no momento da substituição. Observar que o *software* Sophia está configurado para que autoridades que possuem relacionamentos com itens não sejam excluídas).

A política de indexação do Sibi/UFG trata da avaliação de modo genérico na seção 2 que corresponde a definição dos elementos da política de indexação. No entanto, a seção sobre Revisão, alteração e substituição' expressa de modo objetivo a operacionalidade avaliativa referente a mudança de termos, em especial, no que se refere a revisão, alteração, substituição e exclusão de termos.

A política de indexação do Sibi/UFG contou com a colaboração, revisão técnica e consultoria da bibliotecária Milena Polsinelli Rubi, vinculada à Biblioteca do Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos e pesquisadora da área de política de indexação. O documento também dialoga com estudos de Carneiro (1985), Lancaster (2004), Fujita (2009, 2014, 2016a, 2016b) e Milena Polsinelli Rubi (2008, 2012). Além disso, utiliza como referência outras políticas de indexação, como as do SBUFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014) e do SiBi/UFC (Universidade Federal do Ceará, 2016).

A política de indexação apresenta ainda dois anexos: um destinado à "inclusão de termo tópico novo" e outro voltado à "alteração de termo tópico revisado". Este último refere-se a termos já existentes na base de dados que necessitam de ajustes, como a inclusão de remissivas no respectivo registro de autoridade, conforme a BN ou a LC; a inclusão de termos equivalentes em inglês; a inserção de notas nos registros de autoridade; e a correção de grafia ou acentuação (Medeiros; Ribeiro, 2018).

Os anexos são necessários para orientar os(as) bibliotecários(as) nos processos de estruturação terminológica, na atividade de indexação, mas também para manter um fluxo estratégico da política de indexação, no sentido de acompanhar a revisão, a alteração e a inclusão de termos no Sibi/UFG.

7.2.5 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A política de indexação do sistema de bibliotecas da UFRJ é estruturada do seguinte modo, de acordo com o Quadro 25 adiante.

Quadro 25 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFRJ

Instituição	**Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**
Autorias	Maria Luiza Cavalcanti Jardim e Algacilda Alves da Conceição (organizadoras).
Título	Política de Indexação do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ
Estrutura	**1 INTRODUÇÃO** **2 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO DA UFRJ - SIBI** **3 OBJETIVOS** 3.1 OBJETIVO GERAL 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS **4 PÚBLICO-ALVO** **5 BIBLIOTECÁRIO CATALOGADOR/INDEXADOR** 5.1 HABILIDADES DO CATALOGADOR/INDEXADOR **6 COBERTURA TEMÁTICA** **7 TIPOS DE DOCUMENTOS QUE COMPÕE O ACERVO DAS BIBLIOTECAS** **8 QUALIDADES DA INDEXAÇÃO**

Instituição	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
	8.1 EXAUSTIVIDADE 8.2 ESPECIFICIDADE 8.3 CONSISTÊNCIA 8.4 CORREÇÃO 8.5 CONCORDÂNCIA **9 SISTEMA DE BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR ASSUNTO** 9.1 CAPACIDADE DE REVOCAÇÃO E PRECISÃO DO SISTEMA 9.2 CAMPOS DE ASSUNTO DO FORMATO MARC 21 9.3 ESTRATÉGIA DE BUSCA 9.4 FORMA DE SAÍDA **10 DO CONTEÚDO DO DOCUMENTO** 10.1 PROCESSO DE INDEXAÇÃO 10.1.1 Análise do assunto 10.1.1.1 A leitura documentária para análise de assunto 10.1.1.2 Identificação de conceitos 10.1.1.3 Seleção de conceitos 10.1.1.4 Tradução dos conceitos 10.2 ESCOLHA DA LINGUAGEM 10.2.1 Linguagem 10.3 Qualidades do(a) indexador(a) na indexação 10.3.1 Concordância 10.3.2 Coerência 10.3.3 Imparcialidade 10.3.4 Fidelidade 10.3.5 Bom senso 10.3.6 Objetividade **11 FONTES PARA PESQUISA DOS ASSUNTOS OU DESCRITORES** **12 CONSIDERAÇÕES FINAIS** **REFERÊNCIAS**
Ano	2021

Fonte: Maria Luiza Cavalcanti Jardim e Algacilda Alves da Conceição (2021).

A política de indexação do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI/UFRJ) –, organizada pelas bibliotecárias Maria Luiza Cavalcanti Jardim e Algacilda Alves da Conceição, é constituída por um documento mais sintético que expõe os fundamentos gerais das atividades de indexação e do indexador, mas sem exemplificações mais detalhadas como observado nas políticas do SiBi/UFC e do Sibi/UFG.

O documento inicia com um caráter propositivo e institucional que anuncia a dinâmica da política de indexação. Conforme Jardim e Conceição (2021) a política de indexação trata na introdução, na abordagem sobre o SiBI/UFRJ e os objetivos, a saber:

a) introdução – define a política de indexação como ferramenta institucional que descreve, de maneira geral e filosófica, as políticas a serem seguidas pelos(as) indexadores(as) no momento da indexação, coordenando, assim, esforços de todas as bibliotecas que compõem o SiBI, para que o objetivo do sistema de

informação seja alcançado, definindo um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa;

b) SiBI/UFRJ – trata brevemente da origem, do acervo e dos serviços do sistema;
c) objetivos – geral: determinar as diretrizes para a indexação ou representação temática dos documentos da Base Minerva, Repositório Institucional Pantheon, Biblioteca Digital de Obras Raras e em outras bases e serviços oferecidos pelas bibliotecas, de forma que se estabeleçam parâmetros comuns a serem adotados visando reduzir a subjetividade inerente ao processo de indexação, possibilitando a representação dos conteúdos dos documentos indexados pelas bibliotecas que compõem o SiBI; específicos: obter uma recuperação da informação relevante para a comunidade acadêmica; definir e estabelecer uma política de indexação que facilite o sistema de recuperação da informação no âmbito dos serviços e produtos do SiBI; controlar e padronizar a entrada dos assuntos que serão utilizados nas bases de dados do SiBI; conscientizar o(a) profissional catalogador(a) de assunto sobre a importância da indexação e instruí-lo no uso da política e do manual de indexação do SiBI;
d) público-alvo – toda a comunidade usuária das bibliotecas, incluindo docentes, discentes, servidores(as) técnico-administrativos(as) e profissionais do corpo técnico bibliotecário;
e) bibliotecário(a) catalogador(a)/indexador(a) – para que o(a) catalogador(a) desempenhe com qualidade e correção a indexação deverá apresentar: domínio nas estratégias da leitura documentária; conhecimento da temática do seu campo de atuação; conhecimento da linguagem de indexação; conhecimento da política e do manual de indexação institucional; conhecimento da metodologia da indexação adquirida a partir da formação; e experiência profissional em indexação;

O documento se propõe a definir a política de indexação do SiBI/UFRJ, compreendendo como uma descrição filosófica da atividade de indexação para favorecer a atuação das bibliotecas do sistema e a promoção de uma cultura organizacional coadunada com a comunidade usuária (interna e externa) que corrobora com os objetivos, em especial, de dar efetividade à recuperação da informação, qualificar a busca, acesso e recuperação das bases de dados do SiBI, orientar o(a) profissional catalogador(a) na atividade de indexação em consonância com os pressupostos da política de indexação com base na realidade institucional do SiBI e de sua comunidade.

É uma questão imanente às políticas de indexação pensar a associação entre a atividade de indexação executada pelo(a) profissional catalogador(a) buscando uma efetiva recuperação no sistema de informação que esteja alinhada as demandas da comunidade usuária que contempla docentes, discentes e servidores(as) técnico-administrativos(as), além dos(as) próprios(as) bibliotecários(as).

Para que uma política de indexação seja eficaz, é fundamental que o(a) bibliotecário(a) catalogador(a) compreenda os aspectos estratégicos da indexação, incluindo a linguagem adotada, a estrutura do sistema de recuperação da informação e as demandas do SiBI/UFRJ, tanto da comunidade usuária quanto do próprio sistema de bibliotecas. Isso requer formação adequada, tanto em nível geral — envolvendo organização, representação, busca e recuperação da informação — quanto em nível específico, voltado às práticas de indexação.

Em seguida, em diálogo com as contribuições de Carneiro (1985), o documento segue a estrutura que caracteriza uma política de indexação, conforme apresentado por Jardim e Conceição (2021):

a) cobertura temática – o conhecimento se desenvolve de modo interdisciplinar, mas o foco da representação temática deve estar relacionado com as necessidades de informação do público-alvo de cada biblioteca. Os acervos das Bibliotecas que integram o SiBI são formados pelas áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Exatas e da Terra e Ciências da Saúde e Biológicas;
b) tipos de documentos que compõem os acervos das bibliotecas – Anais de eventos; Analíticas de periódicos; Atlas; Bibliografias; Biografias; Capítulos de livros; Cassetes; Catálogos; Compêndios; CD-Roms; Dicionários; Disquetes; DVDs; E-books; Enciclopédias; Entrevistas; Filmes; Folhetos; Guias; In-folio; Legislação; Livros; Manuais; Mapas; Microfichas; Músicas impressas; Músicas manuscritas; Normas técnicas; Patentes; Periódicos; Programas de computador; Programas de concerto; Resenhas; Resumos; Seriados; Teses e dissertações; Tratados; e Vídeos;
c) qualidades da indexação – exaustividade, especificidade, consistência, correção e concordância;
d) sistema de busca e recuperação da informação por assunto – capacidade de revocação e precisão do sistema: a baixa precisão dos termos adotados na indexação está relacionada a alta revocação na busca, portanto, deve-se adotar um nível adequado de especificidade na escolha dos termos para representar os assuntos do documento); campos de assunto do formato MARC 21: os campos

MARC 21 de assuntos autorizados são os de código 6XX, para nome pessoal (600), nome corporativo (610), título uniforme (630), assunto tópico (650) e assunto geográfico (651); estratégia de busca: é feita de forma não delegada na medida em que a elaboração das estratégias de buscas no sistema de recuperação da informação é realizada visando o uso de operadores lógicos e quando necessário, de recursos adjacentes à busca como operadores de truncamento, entre outros, incluindo a necessidade do sistema disponibilizar a linguagem de indexação para a elaboração das estratégias e para a busca por assunto a partir dela; forma de saída: a recuperação é realizada por meio eletrônico, com a apresentação dos registros recuperados na tela ou impresso, com formatos de saída e quantidades de registros previamente selecionados pelo(a) usuário(a);

e) do conteúdo do documento – o processo de indexação envolve a análise de assunto, a leitura documentária para análise de assunto, a identificação de conceitos, a seleção de conceitos e a tradução dos conceitos, enquanto a linguagem utilizada é o Cabeçalho de Assunto que deve contemplar as relações sintático-semânticas entre os termos advindos das áreas científicas especializadas e da linguagem do(a) usuário(a); as qualidades do(a) indexador(a) na indexação envolve concordância, coerência, imparcialidade, fidelidade, bom senso e objetividade.

Com relação à cobertura temática, diante da complexidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI/UFRJ) contempla todas as áreas do conhecimento. Quanto aos tipos documentais, o sistema apresenta ampla diversidade de acervos, evidenciando a complexidade da atuação dos(as) bibliotecários(as) catalogadores(as) na instituição. Em relação à qualidade da indexação, o SiBI/UFRJ incorpora os principais princípios tradicionais da indexação, como exaustividade, especificidade, consistência, correção e concordância.

O sistema de busca e recuperação da informação por assunto apresenta, de forma geral, orientações sobre sua realização, embora não inclua exemplos contextualizados ao sistema de recuperação utilizado pelo SiBI/UFRJ. Destaca-se, entretanto, a especificação dos padrões adotados no formato MARC 21.

O processo de indexação no SiBI/UFRJ baseia-se na perspectiva de Lancaster (1987), abrangendo etapas que extrapolam aquelas normalmente observadas em outras políticas de indexação. Entre essas etapas estão a análise de assunto, a leitura documentária, a identificação de conceitos, a seleção de conceitos e a tradução dos conceitos.

O SiBI/UFRJ também disponibiliza vocabulários controlados, como catálogos e

tesauros, utilizados como fontes para a pesquisa de assuntos e descritores. Esses instrumentos abrangem diferentes áreas do conhecimento contempladas pelas bibliotecas do sistema, como assuntos gerais e multidisciplinares, saúde, área jurídica, educação e Ciência da Informação.

Para a elaboração de sua política de indexação, o SiBI/UFRJ estabelece diálogo com autores(as) da área, como Carneiro (1985), Lancaster (1987), Rubi (2009), Rubi e Fujita (2010), Gil Leiva e Fujita (2012), Fujita (2016b), além de políticas e manuais de indexação de instituições como a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014), a UFG (Medeiros; Ribeiro, 2018) e a FURG (Universidade Federal do Rio Grande, 2019).

7.2.6 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF)

A política de indexação do sistema de bibliotecas da UFF está estruturada conforme apresentado no Quadro 26 a seguir.

Quadro 26 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFF

Instituição	**Universidade Federal Fluminense (UFF)**
Autorias	Equipe técnica inicial do Grupo Assessor Técnico de Terminologia (GAT de Terminologia) da Seção de Processamento Técnico da Divisão de Bibliotecas (SPT/DBT): Ana Maria de Hollanda Cavalcanti de Sá Couto – coordenadora da SPT/DBT e do GAT de Terminologia; Elizabeth Abib Vasconcelos Dias – bibliotecária-chefe da Biblioteca da Faculdade de Veterinária (BFV); Elizabete Gonçalves de Souza – bibliotecária do Centro e Memória Fluminense (CMF); Ilva Pereira Lima Becker – bibliotecária da SPT/DBT; e Maria Lúcia Lewicki – bibliotecária da SPT/DBT. Equipe técnica atual do Grupo de Trabalho de Terminologia (GT de Terminologia) da Coordenação de Bibliotecas da Superintendência de Documentação (CBI/SDC): Ana Cláudia Ferreira Messias – bibliotecária-chefe da BFV; Debora do Nascimento – bibliotecária coordenadora da CBI; Elazimar Menezes de Souza – bibliotecária da Seção de Gerenciamento de Recursos Informacionais da Coordenação de Bibliotecas (SGRI/CBI); Ilva Pereira Lima Becker – coordenadora do GT de Terminologia e bibliotecária da SGRI/CBI; Isabella Carolina do Nascimento Pinto – bibliotecária da Biblioteca da Faculdade de Economia da Coordenação de Bibliotecas (BEC/CBI); Izabella Patricia de Araújo Fernandes Machado – bibliotecária da Biblioteca de Macaé da Coordenação de Bibliotecas (BMAC/CBI); Laura Rocha Silveira Tavares da Silva – bibliotecária da BEC/CBI; Maria Dalva Pereira de Souza – bibliotecária da Biblioteca do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Coordenação de Bibliotecas (BINF/CBI); Nara Candido Vasconcelos – bibliotecária da Biblioteca do Instituto de Angra dos Reis da Coordenação de Bibliotecas (BIAR/CBI); e Tatiana Silva de Sousa – bibliotecária da Biblioteca da Escola de Enfermagem da Coordenação de Bibliotecas (BENF/CBI).
Título	DIRETRIZES DE INDEXAÇÃO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFF/SDC/CBI
Estrutura	**APRESENTAÇÃO** **1 CONTEXTO INSTITUCIONAL** 1.1 USUÁRIOS 1.2 SERVIÇOS **2 OBJETIVO** **3 PÚBLICO-ALVO** **4 SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE ACERVOS**

Instituição	Universidade Federal Fluminense (UFF)
	5 PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA INDEXAÇÃO 5.1 IMPACTO DA ESPECIFICIDADE 5.2 IMPACTO DA EXAUSTIVIDADE 5.3 REVOCAÇÃO X PRECISÃO **6 PROCESSO DE INDEXAÇÃO** 6.1 ETAPAS DO PROCESSO DE INDEXAÇÃO 6.1.1 Leitura documentária 6.1.2 Declaração de assunto 6.1.3 Tradução 6.2 RECOMENDAÇÕES GERAIS 6.2.1 Livros, Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso 6.2.2 Artigos e Separatas de Periódicos 6.2.3 Materiais Especiais **REFERÊNCIAS** **APÊNDICE A** – Áreas do conhecimento atendidas pela Universidade Federal Fluminense **ANEXO I** – Formulário de solicitação para inclusão de assuntos no Pergamum
Ano	2022

Fonte: Adaptado de Universidade Federal Fluminense (2022).

A política de indexação do Sistema de Bibliotecas da UFF, denominado Coordenação de Bibliotecas (CBI), não apresenta autoria individual declarada, pois resulta do trabalho de dois grupos: um iniciado em 2001 e outro em atividade atualmente. Dessa forma, trata-se de uma produção colaborativa, construída ao longo do tempo por diversas bibliotecárias do sistema.

Na apresentação do documento, observa-se que a política de indexação da CBI/UFF possui um desenvolvimento histórico contínuo. Embora o documento atual seja de 2022, sua construção teve início no começo do século XXI, a partir da articulação entre dois eixos: o acadêmico, sob a coordenação da professora Maria Luiza de Almeida Campos, com o projeto "Vocabulário Sistematizado: uma nova metodologia visando o tratamento terminológico de documentos para fins de recuperação"; e o profissional, com a criação do Grupo Assessor Técnico de Terminologia (GAT de Terminologia), composto por bibliotecárias. Ao longo do tempo, essa articulação foi mantida, com a participação da referida professora como consultora e integrante de grupos de trabalho responsáveis pela atualização da política.

A integração entre produção acadêmica e prática profissional mostra-se fundamental na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois aproxima pesquisadores(as) do cotidiano das bibliotecas e, ao mesmo tempo, aproxima bibliotecários(as) das discussões acadêmicas, fortalecendo a área em termos institucionais e científicos.

O objetivo da política de indexação da CBI é apresentar diretrizes gerais para a realização de procedimentos de indexação comuns a todas as unidades do Sistema de Bibliotecas e Arquivos da UFF. Ao mesmo tempo, busca respeitar as especificidades de cada unidade, adequando a indexação às necessidades da comunidade acadêmica e contribuindo

para a melhoria da busca e recuperação da informação no catálogo online.

A UFF apresenta uma característica particular ao integrar bibliotecas e arquivos em uma mesma política de indexação, propondo diretrizes comuns para ambos os ambientes. No entanto, o documento não detalha como ocorre, na prática, a articulação entre esses dois contextos, que possuem diferenças, especialmente em relação aos(às) profissionais envolvidos(as) e às formas de descrição dos documentos, embora compartilhem o objetivo de facilitar a recuperação da informação.

Em relação à comunidade usuária, a política da CBI inclui diferentes segmentos: docentes, pesquisadores(as), discentes, servidores(as), órgãos e setores da universidade, usuários(as) externos e instituições externas. Contudo, destaca que o público-alvo principal da política são os(as) bibliotecários(as) responsáveis pelo processamento técnico, além dos(as) usuários(as), que se beneficiam da melhoria na busca e recuperação da informação.

A política também considera não apenas usuários(as) individuais, mas instituições que interagem com a universidade, incluindo gestores(as) de diferentes setores, o que amplia sua abrangência para contextos internos e externos. Nesse cenário, os sistemas de bibliotecas desenvolvem diferentes serviços e produtos, como acesso a acervos físicos e digitais, espaços de estudo, repositórios institucionais, capacitações, eventos e materiais de apoio (manuais, guias, tutoriais e redes sociais), com maior foco estratégico na comunidade interna.

Outro aspecto relevante é a realização de ações extensionistas, como programas, projetos, cursos e eventos, que ampliam o atendimento à comunidade externa. Essas ações podem abranger diferentes áreas, como comunicação, cultura, educação, saúde e tecnologia, e são desenvolvidas em parceria com equipes das bibliotecas, cursos acadêmicos e outros setores da universidade.

De acordo com a Universidade Federal Fluminense (2022), a política de indexação da CBI estabelece ainda alguns instrumentos fundamentais:

a) software de gerenciamento de acervos (Pergamum) – utilizado para o tratamento dos assuntos por meio dos campos 600, 610, 611, 650 e 651 do formato MARC21; a inclusão de novos termos é realizada mediante solicitação formal dos(as) bibliotecários(as);
b) princípios teóricos da indexação – exaustividade, especificidade, consistência e adequação;
c) processo de indexação – composto pelas etapas de leitura documentária, definição do assunto e tradução dos conceitos.

A política segue o funcionamento de sistemas amplamente utilizados em bibliotecas

universitárias, como o Pergamum, e adota princípios teóricos consolidados na literatura da área, especialmente os de Lancaster (2004).

Além disso, sua base teórica inclui contribuições de Maria dos Remédios da Silva e Mariângela Spotti Lopes Fujita (2004), Maria Luiza de Almeida Campos (2006), bem como Gil Leiva e Fujita (2012).

Por fim, a política apresenta um apêndice com as áreas do conhecimento contempladas pela UFF, abrangendo grandes áreas como Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Letras, Linguística e Artes. Além disso, inclui um anexo com um formulário destinado à solicitação de inclusão de novos termos no sistema Pergamum.

7.2.7 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

O sistema de bibliotecas da UFSC possui a seguinte política de indexação, de acordo com a descrição do Quadro 27.

Quadro 27 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFSC

Instituição	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Autorias	Cláudia Regina Luiz; Cristiano Motta Antunes; Denira Marizlene Rodrigues Remedi; Dirce Maris Nunes da Silva; Fabrício Silva Assumpção; Jaider Andrade Ferreira; Jonathas Troglio; Maína Guimarães Rymsza; Rosangela Martins de Arruda; Raquel Bernadete Machado; e Joana Carla de Souza Matta Felicio.
Título	Política de representação da informação da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC)
Estrutura	**1 INTRODUÇÃO** 1.1 OBJETIVO GERAL 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS **2 PERFIL DOS USUÁRIOS** **3 DIRETRIZES GERAIS E PADRÕES ADOTADOS** 3.3 DOCUMENTOS E INSTRUMENTOS 3.3.1 Documentos e instrumentos internos relacionados 3.3.2 Documentos e instrumentos externos relacionados 3.2 FONTES DE DADOS 3.3 CATALOGAÇÃO 3.3.1 Princípios 3.3.2 Descrição bibliográfica e nível mínimo de detalhamento 3.3.3 Obras disponíveis em diferentes edições, versões ou formatos 3.3.4 Padronização dos pontos de acesso 3.4 CLASSIFICAÇÃO 3.5 INDEXAÇÃO 3.5.1 Processo de indexação 3.5.2 Linguagem de indexação 3.5.3 Exaustividade 3.5.4 Especificidade **4 FLUXO DE TRABALHO**

Instituição	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
	4.1 CENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES 4.2 PRIORIDADES 4.3 CONTROLE BIBLIOGRÁFICO INSTITUCIONAL **5 RECURSOS HUMANOS** 5.1 REQUISITOS E QUALIFICAÇÕES 5.1.1 Conhecimentos 5.1.2 Habilidades 5.1.3 Atitudes 5.2 DIRETRIZES DE RESPONSABILIDADES 5.3 TREINAMENTO **6 RECURSOS TECNOLÓGICOS** **7 REQUISITOS PARA COOPERAÇÃO** **8 MÉTODOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO** **REFERÊNCIAS**
Ano	2023

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2023).

A política de indexação da Biblioteca Universitária da UFSC (BU/UFSC), assim como ocorre na UFC e na UFF, não apresenta autoria individual declarada, pois foi elaborada de forma colaborativa por bibliotecários(as) do sistema. Dessa forma, não é possível identificar uma autoria principal, sendo registrada apenas a revisão geral realizada por Joana Carla de Souza Matta Felicio.

Uma particularidade da política da BU/UFSC é que não se trata especificamente de uma política de indexação, mas de uma política de representação da informação que inclui atividades integradas de catalogação, classificação e indexação, conforme indicado nos objetivos do documento. A proposta, iniciada em 2018 por um conjunto de bibliotecárias catalogadoras, foi inicialmente estruturada como política de indexação, mas depois foi ampliada com o intuito de sistematizar uma política institucional com diretrizes voltadas para a representação da informação.

De acordo com a Universidade Federal de Santa Catarina (2023), outra particularidade da política de representação da informação da BU/UFSC é o seu embasamento teórico. Diferentemente de outras políticas de indexação, o documento não se fundamenta prioritariamente na literatura clássica de autores(as) como Lancaster, Marília Vidigal Carneiro e Mariângela Spotti Lopes Fujita – embora um artigo de Fujita tenha sido citado, sem ocupar papel central na construção da política.

A política fundamenta-se, principalmente, na dissertação de Gerlaine da Rocha Braga (2020), intitulada “Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, bem como na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC), elaborada pela International Federation of Library

Associations and Institutions (IFLA).

No que se refere ao público-alvo da política, "[...] inclui usuários(as) com perfis distintos, incluindo alunos de ensino infantil, fundamental e médio; alunos de graduação e de pós-graduação; servidores técnico-administrativos e docentes; além da comunidade em geral" (Universidade Federal de Santa Catarina, 2023, p. 8).

As diretrizes gerais e padrões adotados é a seção mais densa, pois trata dos documentos internos/externos e processos de catalogação, classificação e indexação ao estabelecer do seguinte modo, conforme indicado no Quadro 28 a seguir (Universidade Federal de Santa Catarina, 2023).

Quadro 28 – Seção de diretrizes gerais e padrões adotados na política de representação da informação da BU/UFSC

Seção secundária	**Descrição**
Documentos e instrumentos internos relacionados	a) "Regimento da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina"; b) "Política de formação e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC)"; c) "Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC"; d) Catálogo da BU, mantido no sistema Pergamum; e) "Mapeamento de processos BU/UFSC"
Documentos e instrumentos externos relacionados	a) "Declaração dos princípios internacionais de catalogação"; b) "Código de catalogação Anglo-Americano", 2ª edição revisada (AACR2r); c) Formato MARC 21 para Dados Bibliográficos; d) Formato MARC 21 para Dados de Autoridade; e) Classificação Decimal Universal (CDU); f) Tabela Cutter-Sanborn Author-marks (three-figure); g) "ABNT NBR 12676:1992 - Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação: procedimento"; h) IFLA Library Reference Model; i) Catálogos e vocabulários controlados de outras instituições
Fonte de dados	Biblioteca Nacional (BN); e Library of Congress (LC) – LSCH
Catalogação	Inclui a criação e a gestão de descrições bibliográficas; pontos de acesso de responsabilidade e de títulos; dados administrativos/técnicos dos registros bibliográficos; registros de autoridade representando pessoas, entidades coletivas e títulos uniformes
Princípios	Interesse do(a) usuário(a), uso comum, representação, precisão, suficiência e necessidade, significação, economia, coerência e normalização, integração, interoperabilidade, abertura, acessibilidade e racionalidade
Descrição bibliográfica e nível mínimo de detalhamento	a) título principal; b) título equivalente; c) outras informações sobre o título; d) primeira indicação de responsabilidade; e) cada uma das indicações subsequente de responsabilidade; f) indicação de edição; g) primeira indicação de responsabilidade relativa à edição; h) detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação); i) primeiro lugar de publicação; j) primeiro editor; k) data de publicação; l) extensão do item; m) outros detalhes físicos; n) dimensões; o) título principal da série; p) indicação de responsabilidade relativa à série; q) ISSN da série; r) numeração dentro da série; 13 s) título da subsérie; t) ISSN da subsérie; u) numeração dentro da subsérie; v) nota(s); e w) número normalizado
Obras disponíveis em diferentes edições, versões ou formatos	Para obras disponíveis em diferentes edições, versões ou formatos, cada registro bibliográfico corresponderá a uma edição, versão ou formato. São exceções: a) trabalhos acadêmicos, como teses e dissertações, para os quais o registro

	bibliográfico estará baseado no formato impresso, se houver exemplar em tal formato; b) versões disponíveis em materiais adicionais projetados para uso conjunto com o material principal
Padronização dos pontos de acesso	Os dados dos registros de autoridade devem estar de acordo com o AACR2r, com o Formato MARC 21 para Dados de Autoridade, com esta Política e com o "Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC"
Classificação	Uso da Classificação Decimal Universal (CDU) para compor os números de chamada e indicar as áreas do conhecimento nas quais os recursos se inserem
Indexação	Inclui, basicamente, a leitura documental e a criação e gestão de registros de autoridade representando conceitos, lugares, períodos, gêneros e formas
Processo de indexação	a) exame do documento e estabelecimento do assunto; b) identificação dos conceitos presentes no assunto; c) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação
Linguagem de indexação	Linguagem controlada com base nas seguintes linguagens documentais usadas, conforme ordem apresentada de prioridade na consulta: a) Biblioteca Nacional (BN); b) Library of Congress (LC); c) Rede Bibliodata; d) Rede Pergamum; e) Vocabulário Controlado USP; f) Universidade Estadual Paulista (Unesp); g) British Library; h) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); i) Online Computer Library Center (OCLC); j) Fontes especializadas em determinadas áreas, como Biblioteca Virtual de Saúde (BIREME), DeCS, Senado etc.
Exaustividade	Devido ao público-alvo bastante diversificado, assim como os tipos documentais disponibilizados, fica estabelecido que seja atribuído pelo menos dois termos na indexação em cada registro bibliográfico
Especificidade	Busca-se priorizar os termos específicos em vez dos genéricos, contribuindo para a precisão do processo de recuperação da informação. São utilizados também termos qualificadores para contribuir com a especificidade, como subdivisões gerais, geográficas, cronológicas e outras

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2023).

A política de representação da informação da BU/UFSC evidencia a importância de compreender a indexação e a política de indexação em articulação com as atividades de catalogação e classificação. Observa-se que, em muitos casos, o(a) bibliotecário(a) catalogador(a) também é responsável pela indexação, o que exige uma integração consistente entre os diferentes tipos de representação da informação, especialmente entre indexação e catalogação, com destaque para os aspectos mais subjetivos da catalogação de assunto.

A articulação entre catalogação, classificação e indexação permite uma compreensão mais ampla da representação da informação da biblioteca universitárias, embora, por outro lado, torne o documento mais genérico e sem muitos detalhamentos sobre as práticas específicas de catalogação, classificação e indexação.

Sobre a indexação em si, o documento apresenta de modo genérico os processos, linguagens e qualidades da indexação, indicando objetivamente como a BU/UFSC deve realizar o ato de indexação. No entanto, a falta de exemplos com imagens e contextualizações junto ao sistema de recuperação da informação (Pergamum), diferente de políticas de indexação como UFC e UFG, inibem uma compreensão mais minuciosa da atividade de indexação.

A política de representação da BU/UFSC (2023) ainda trata de outras questões que não são atinentes a indexação em si, mas a todo o processo de organização e representação da informação da BU/UFSC, tais como:

a) fluxo de trabalho – materiais representados são aqueles selecionados e adquiridos, de acordo com a "Política de formação e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC)". O fluxo de trabalho no SRI considera a centralização das atividades na BU/UFSC, a definição das prioridades dos materiais bibliográficos e o controle bibliográfico institucional;
b) recursos humanos – envolvem conhecimentos, habilidades e atitudes dos profissionais que atuam com representação da informação, diretrizes de responsabilidades dos(as) bibliotecários(as) que conduzem os processos técnicos pertinentes à representação da informação de todo o acervo da BU/UFSC e treinamento para os(as) bibliotecários(as) que atuarem no serviço de representação da informação;
c) recursos tecnológicos – utiliza para gerenciar os registros bibliográficos e os de autoridade o sistema Pergamum e utiliza também websites de diversas fontes de informação para consultas de verificação de dados bibliográficos e de autoridade, bem como, em alguns casos, a importação dos dados de interesse dessas fontes;
d) requisitos para cooperação – colabora com a cooperação de dados disponibilizando a outras instituições dados para exportação. Os dados resultantes da representação da informação no Catálogo da BU estão disponíveis publicamente e podem ser acessados por meio do: a) próprio catálogo; b) servidor Z39.5013; c) catálogo coletivo da Rede Pergamum; d) Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas (CCN). A BU/UFSC tem participação em redes cooperativas vinculadas a instituições, arroladas a seguir: a) Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME); b) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict); e c) Pergamum;
e) métodos de acompanhamento e avaliação – esta Política será revisada periodicamente, de modo a acompanhar as necessidades institucionais da BU/UFSC, o interesse dos(as) usuários(as) e as normativas referentes aos processos de representação da informação. Considerando a dinâmica do ambiente informacional e das demandas da comunidade da UFSC, é desejável que esta Política seja revista, no máximo, a cada 4 anos.

Ainda que seja uma política ampliada, a BU/UFSC promove atividades de indexação integradas à catalogação e à classificação, visando uma estruturação mais holística para o registro e recuperação da informação, assim como inclui elementos relevantes para uma política de organização da biblioteca como recursos humanos e tecnológicos, além de mecanismos de cooperação e de avaliação.

Em síntese, a fundamentação teórica e metodológica da política de representação da informação apresenta diferenças em relação a outras políticas, ao reunir as atividades de representação da informação por meio da articulação entre catalogação, classificação e indexação. Entretanto, seria relevante que a política detalhasse de forma mais concreta como essa articulação ocorre na prática, considerando que os tópicos relacionados a cada forma de representação são apresentados separadamente, sem uma contextualização exemplificativa voltada às aplicações no sistema Pergamum.

7.2.8 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A política de indexação do sistema de bibliotecas da UFRGS é definida do seguinte modo, baseada no Quadro 29 seguinte.

Quadro 29 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da UFRGS

Instituição	**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**
Autorias	Documento elaborado pelo Grupo de Estudos de Indexação (GEI): Ana Paula Araújo Cabral da Silva, Édina Maria Gomes da Cunha Pureza, Elisa Alves de Oliveira, Inês Maria de Gasperin, Magda Helena Behrmann, Miriam Velci Barcellos Fernandes, Renata Cristina Grun e Vanessa Inácio de Souza.
Título	Política de indexação do SBUFRGS
Estrutura	1 Introdução 2 Objetivos 2.1 Objetivo geral 2.2 Objetivos específicos 3 Público-alvo 4 Identificação da instituição 5 Processo de indexação 5.1 Análise conceitual 5.2 Identificação dos conceitos 5.3 Tradução 6 Elementos da política de indexação 6.1 Cobertura de assunto 6.2 Exaustividade 6.3 Especificidade 6.4 Linguagem controlada 7 Competências e habilidades do bibliotecário indexador

Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
	8 Considerações finais Referências Créditos
Ano	2025

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2025b).

A política de indexação do sistema de bibliotecas da UFRGS (SBUFRGS) foi elaborada pelo Grupo de Estudos em Indexação (GEI), composto por bibliotecárias da instituição: Ana Paula Araújo Cabral da Silva, Édina Maria Gomes da Cunha Pureza, Elisa Alves de Oliveira, Inês Maria de Gasperin, Magda Helena Behrmann, Miriam Velci Barcellos Fernandes, Renata Cristina Grun e Vanessa Inácio de Souza), expressando um protagonismo das bibliotecárias na construção das atividades de gestão, organização e representação da informação do SBUFRGS.

De acordo com Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2025b) a política de indexação do SBUFRGS possui as seguintes características:

a) tem como objetivo geral estabelecer diretrizes para a representação temática de documentos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi). Como objetivos específicos, busca controlar a entrada de assuntos no SABi e qualificar o processo de recuperação da informação;
b) público-alvo – bibliotecários(as) indexadores(as) do SBUFRGS, devendo ser aplicado em conjunto com o Manual de Rotinas e Procedimentos de Indexação, com os manuais do SABi e com o Padrão para Entradas de Nomes Geográficos como Assunto;
c) o processo de indexação contempla: em primeiro lugar, a análise conceitual delimitada por meio de uma leitura técnica que garanta que nenhuma informação seja negligenciada em que devem ser contempladas as seguintes partes do documento: título e subtítulo; resumo; sumário; introdução; ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos; referências; palavras ou grupo de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipos diferentes); e conclusão; em segundo lugar a identificação de conceitos em que o(a) indexador(a) deve adotar uma abordagem sistemática para realizar essa etapa, garantindo assim a fidelidade ao documento; e a tradução que engloba a verificação da existência do descritor no Catálogo de Autoridades; a limitação do uso de instrumentos de controle de vocabulário às áreas temáticas específicas de cada biblioteca setorial; e análise e definição dos assuntos comuns a mais de uma biblioteca, que gerem

dúvidas quanto à definição da sua entrada, mediante negociação entre todas as bibliotecas envolvidas;

d) elementos da política de indexação – cobertura de assunto, exaustividade (entre dois até oito descritores, a depender do tipo de documento), especificidade (quando o assunto for da área temática da biblioteca, o(a) indexador(a) deve utilizar o termo mais específico; e quando o assunto não for da área temática da biblioteca, o(a) indexador(a) poderá utilizar um termo mais genérico; escolha da linguagem (controlada e pós-coordenada);

e) competências e habilidades do(a) bibliotecário(a) indexador(a) – conhecer as áreas de assuntos tratados; conhecer e aplicar as políticas do sistema; identificar as necessidades informacionais dos(as) usuários(as); possuir bom nível de concentração e capacidade de interpretação de texto; observar os princípios de imparcialidade e coerência; dialogar e/ou negociar questões de indexação; e participar de capacitações dentro de sua área de atuação.

A política de indexação do SBUFRGS é diferente das demais, mas não pela política em si, pois, neste caso, apresenta os mesmos elementos que a maioria das políticas apresenta, e sim pelos documentos suplementares que robustecem a política de indexação, a exemplo de outras políticas e manuais.

O principal é o "Manual de rotinas e procedimentos de indexação" que trata de questões de gênero e por isso é objeto de análise neste estudo nas buscas no catálogo do sistema de recuperação da informação. O Quadro 30 a seguir descreve o "Manual de rotinas e procedimentos de indexação".

Quadro 30 – Estrutura do Manual de rotinas e procedimentos de indexação do SBUFRGS

Instituição	**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**
Autorias	Documento elaborado pelo Grupo de Estudos de Indexação (GEI): Ana Paula Araújo Cabral da Silva, Édina Maria Gomes da Cunha Pureza, Elisa Alves de Oliveira, Inês Maria de Gasperin, Magda Helena Behrmann, Miriam Velci Barcellos Fernandes, Renata Cristina Grun e Vanessa Inácio de Souza.
Título	MANUAL DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE INDEXAÇÃO DO SBUFRGS
Estrutura	**1 PADRONIZAÇÃO DE ENTRADAS DE ASSUNTO** 1.1 FORMAÇÃO DO DESCRITOR 1.2 FATORAÇÃO DE CONCEITOS 1.3 USO DE SINGULAR E PLURAL 1.3.1 Substantivos concretos 1.3.2 Substantivos abstratos: devem ser expressos no singular 1.4 GÊNERO 1.5 RELAÇÕES DE SINONÍMIA 1.6 TERMOS HOMÓGRAFOS 1.7 TERMOS ESTRANGEIROS 1.8 SIGLAS

Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
	2 PREENCHIMENTO DE CAMPOS 2.1 CAMPO 150 - ENTRADA DE ASSUNTO 2.1.1 Subcampo a – descritor 2.1.2 Subcampo x - subdivisão geral 2.1.3 Subcampo v - subdivisão de forma e gênero literário 2.1.4 Subcampo y - subdivisão cronológica 2.1.5 Subcampo z - subdivisão geográfica 2.2 Campo 100 - Nome pessoal 2.3 Campo 110 - Entidade 2.4 Campo 111 - Evento 2.5 Campo 130 - Título uniforme 2.6 Campo 151 - Nome geográfico 2.7 Campo 190 - Macrodescritor **3 REGRAS ESPECIAIS** 3.1 PERSONAGENS 3.2 HISTÓRIA 3.2.1 História como descritor 3.2.2 História como modificador 3.3 EVENTOS HISTÓRICOS 3.4 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS 3.4.1 Planos 3.4.2 Programas e Projetos 3.5 TEORIA 3.6 CONDIÇÕES E ASPECTOS 3.7 FORMA E GÊNERO LITERÁRIO COMO ASSUNTO PRINCIPAL **ANEXO A** - DEFINIÇÕES E APLICAÇÕES DOS TERMOS DE GÊNERO LITERÁRIO **APÊNDICE A** - LISTA PRELIMINAR DE MODIFICADORES **CRÉDITOS**
Ano	Atualizado pela última vez em 26/06/2025.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2025a).

O Manual de rotinas e procedimentos de indexação do SBUFRGS foi elaborado e é continuamente atualizado pelo Grupo de Estudos em Indexação (GEI), composto pelas bibliotecárias Ana Paula Araújo Cabral da Silva, Édina Maria Gomes da Cunha Pureza, Elisa Alves de Oliveira, Inês Maria de Gasperin, Magda Helena Behrmann, Miriam Velci Barcellos Fernandes, Renata Cristina Grun e Vanessa Inácio de Souza.

O manual diferencia-se dos demais por apresentar características específicas. A primeira delas refere-se ao formato de disponibilização do documento, que não está formalizado em PDF, mas publicado diretamente no site do sistema. Essa característica facilita a atualização contínua do conteúdo, permitindo alterações graduais e pontuais de forma mais ágil do que em documentos em PDF, que demandam revisões completas. Como limitação, o manual não apresenta informações introdutórias, como objetivos, nem elementos institucionais relacionados à UFRGS e ao SBUFRGS, assumindo, assim, um caráter predominantemente operacional.

A segunda particularidade consiste na ausência de discussões sobre teoria, princípios, processos, níveis de indexação e orientações mais amplas para a atuação do(a) bibliotecário(a)

indexador(a). O documento concentra-se em aspectos operacionais da atividade, detalhando de forma didática como o(a) profissional deve atuar no sistema de recuperação da informação. Embora essa característica favoreça a aplicação prática da indexação, também torna o manual menos alinhado às discussões teóricas da literatura científica da área.

A terceira particularidade refere-se à ausência de citações e referências bibliográficas que fundamentem o manual. Dessa forma, não é possível identificar explicitamente as bases teóricas utilizadas na elaboração do documento, como os estudos de Frederick Wilfrid Lancaster, Isidoro Gil Leiva, Marília Vidigal Carneiro, Mariângela Spotti Lopes Fujita e Milena Polsinelli Rubi.

A quarta particularidade está relacionada à maior interoperabilidade do manual, uma vez que o formato digital disponibilizado no site favorece tanto a atualização contínua quanto o trabalho colaborativo. Nesse contexto, qualquer bibliotecária autorizada pode realizar modificações graduais no conteúdo, tornando o processo mais dinâmico, colaborativo e menos oneroso para a equipe do SBUFRGS, especialmente considerando a diversidade de bibliotecas que compõem o sistema.

O detalhamento da estrutura do "Manual de rotinas e procedimentos de indexação do SBUFRGS" é apresentado no Quadro 31.

Quadro 31 – Estrutura detalhada do Manual de rotinas e procedimentos de indexação do SBUFRGS

Seções	**Descrição**
1 Padronização de entradas de assunto	Para padronizar as entradas de assunto no SBUFRGS, foram definidas as seguintes regras:
1.1 Formação do descritor	O descritor representa um conceito e será o termo autorizado para a indexação. Pode ser formado por termos simples ou compostos. a) Substantivo b) Expressão adjetivada: são as expressões formadas de um substantivo e de um adjetivo. c) Expressão preposicionada: são as expressões compostas de substantivos ligados por uma preposição.
1.2 Fatoração de conceitos	Ocorre quando termos compostos que formam um significado único são separados, formando dois descritores. Para a indexação no SBUFRGS é **proibida a fatoração de conceitos.**
1.3 Uso de singular e plural	Para padronizar o uso do singular e plural no SBUFRGS, foram definidas as seguintes regras.
1.3.1 Substantivos concretos	a) **Substantivos contáveis**: Devem ser expressos no plural. É possível fazer a pergunta "quantos são?". Ex.: documentos, partidos políticos, animais. b) **Substantivos incontáveis**: Devem ser expressos no singular. Nomes de materiais ou substâncias que não são contáveis. Ex.: ouro, farinha de trigo, areia, poeira. c) **Substantivos coletivos**: devem ser expressos no singular. Ex.: alcateia, acervo, cardume, indústria têxtil, indústria automobilística. d) **Substantivos que representam denominação de grupos humanos**: devem ser expressos no plural. Ex.: Negros, mulheres, idosos, índios, crianças, adolescentes,

Seções	Descrição
	judeus.
1.3.2 Substantivos abstratos: devem ser expressos no singular	a) **Sentimentos:** alegria, felicidade, tristeza, amor. b) **Fenômenos naturais:** inverno, terremoto, chuva, vento. c) **Características:** fragilidade, opacidade, solubilidade, governabilidade. d) **Ideologias/Doutrinas/Crenças/Religiões:** marxismo, xintoísmo, socialismo, hinduísmo, catolicismo. e) **Atividades/Processos:** pintura, imigração, respiração, participação política, erosão. f) **Disciplinas:** física, sociologia, direito.
1.4 Gênero	Usar o gênero masculino, exceto quando a temática do documento tratar especificamente do gênero feminino. Ex.: 150 |a Trabalhadores rurais 150 |a Trabalhadoras rurais
1.5 Relações de sinonímia	O termo consolidado na área será incluído como descritor, em detrimento de seus sinônimos. Ex.: 150 |a Neoplasias Sinônimos não permitidos: tumores, câncer, cancro, neoplasmas.
1.6 Termos homógrafos	Os descritores homógrafos devem ser diferenciados utilizando-se qualificadores, entre parênteses. Esses qualificadores devem, preferencialmente, representar as grandes áreas do conhecimento.
1.7 Termos estrangeiros	Usar termos estrangeiros quando seu correspondente em língua portuguesa não existir ou quando for mais usual na literatura da sua área do que o termo em língua portuguesa.
1.8 Siglas	Para a correta grafia de siglas, observar as regras gerais abaixo: a) Siglas com até três letras são grafadas somente com maiúsculas: b) Siglas com mais de três letras possuem duas regras: – Siglas pronunciáveis são grafadas com maiúsculas e minúsculas; – Siglas não pronunciáveis são grafadas somente com maiúsculas.
2 Preenchimento de campos	Neste capítulo estão descritas as diretrizes para o preenchimento dos **campos 100, 110, 111, 130, 150** e **151** do Catálogo de Autoridades. Usar **Ctrl+F3** para o correto preenchimento dos **campos 6XX,** a partir dos descritores autorizados no Catálogo de Autoridades. O campo 653 não é tratado neste Manual, por ser um campo de assunto não controlado.
2.1 Campo 150 – Entrada de assunto	A seguir estão descritas as diretrizes para uso correto dos subcampos.
2.1.1 Subcampo a – descritor	Usar exclusivamente para termos que representem um conceito ou que tenham um significado completo em si mesmo.
2.1.2 Subcampo x – subdivisão geral	Usar para termos que especifiquem o sentido do descritor do **subcampo a**. Neste Manual, são chamados de **modificadores** e podem ser aplicados às diversas áreas do conhecimento. Estes termos não podem ser usados isoladamente no **subcampo a**, pois são termos que representam ação, processo, ponto de vista, e não possuem sentido completo em si.
2.1.3 Subcampo v – subdivisão de forma e gênero literário	Usar para forma de apresentação e organização do conteúdo dos documentos, e para representar os gêneros literários. a) Dicionário monolíngue: 150 |a Língua portuguesa |v Dicionários b) Dicionário bilíngue: Para representar um dicionário bilíngue utilize uma entrada para cada língua. Utilize outra entrada para representar o tipo de dicionário. c) Dicionário multilíngue: Para representar um dicionário multilíngue utilize uma entrada para cada língua. Utilize outra entrada para representar o tipo de dicionário.
2.1.4 Subcampo y – subdivisão cronológica	Usar para datas, períodos cronológicos, períodos históricos e eras geológicas. As datas são representadas sem o uso do ponto. Estes termos não podem ser usados isoladamente no **subcampo a** como assunto principal.
2.1.5 Subcampo z – subdivisão geográfica	Usar para nomes geográficos quando delimitam geograficamente o assunto principal do documento. Os nomes geográficos utilizados no **subcampo z** devem estar obrigatoriamente autorizados no **campo 151** do Catálogo de Autoridades.

Seções	Descrição
	Quando houver necessidade de representar mais de um nome geográfico (**até três nomes**) a ordem de citação deve seguir a ordenação alfabética, a não ser que um dos nomes geográficos seja o **Brasil.**
2.2 Campo 100 – Nome pessoal	Usar para nomes pessoais como assunto. Para definição da entrada, consultar o CCAA2. Para o preenchimento dos **subcampos x, v, y, z** consultar as instruções do **campo 150**. Os **subcampos b, c, d, q**, **t** fazem parte da entrada básica do **campo 100** e devem seguir as instruções do CCAA2 e do Manual do SABi. Para nomes de personagens como assunto, consultar capítulo 3.1.
2.3 Campo 110 – Entidade	Usar para nomes de entidades como assunto. Para definição da entrada, consultar o CCAA2. Para o preenchimento dos **subcampos x, v, y, z** consultar as instruções do **campo 150**. Os **subcampos b, n, d, c, t, g** fazem parte da entrada básica do **campo 110** e devem seguir as instruções do CCAA2 e do Manual do SABi.
2.4 Campo 111 – Evento	Usar para nomes de eventos como assunto. Para definição da entrada, consultar o CCAA2. Para o preenchimento dos **subcampos x, v, y, z** consultar as instruções do **campo 150**. Os **subcampos e, n, d, c, t**, fazem parte da entrada básica do **campo 111** e devem seguir as instruções do CCAA2 e do Manual do SABi.
2.5 Campo 130 – Título uniforme	Usar para título uniforme como assunto. Para definição da entrada, consultar o CCAA2. Para o preenchimento dos **subcampos x, v, y, z** consultar as instruções do **campo 150**. Os **subcampos d, k, m, n, o, p, r, s, l,** fazem parte da entrada básica do **campo 130** e devem seguir as instruções do CCAA2 e do Manual do SABi.
2.6 Campo 151 – Nome geográfico	Usar para nome geográfico como assunto principal do documento. Para definição das entradas dos nomes geográficos como assunto, consultar o documento: Padrão para Entrada de Nomes Geográficos como Assunto, 3. ed. Quando o nome geográfico for um delimitador geográfico do assunto principal, consultar as instruções do **subcampo z – subdivisão geográfica** deste Manual. Para o preenchimento dos **subcampos x, v, y** consultar as instruções do **campo 150**.
2.7 Campo 190 – Macrodescritor	Os macrodescritores não são recuperados no SABi web. É necessário repetir esses termos como descritores no campo 650, quando a sua recuperação for indispensável. Para incluir, excluir ou alterar um macrodescritor, consultar a gerência do SABi, que se responsabilizará pelo procedimento.
3 Regras especiais	Neste capítulo estão descritas as diretrizes para uso correto de termos especiais.
3.1 Personagens	Personagens como assunto devem ser representados no **subcampo a** do **campo 150** em ordem direta, com o termo personagem, entre parênteses, para distinguir dos nomes pessoais.
3.2 História	O termo história pode ser usado como descritor ou como modificador.
3.2.1 História como descritor	Como descritor o termo história pode ser usado nos seguintes casos: a) História como ciência: usar quando o assunto do documento representa a ciência História. Em geral este descritor é próprio da área das Ciências Sociais. b) Períodos da História: usar para os períodos que representam as divisões da História. c) Campos da História: usar para representar as diversas abordagens de análise da História.
3.2.2 História como modificador	Usar o termo História no **subcampo x** para representar a história de um determinado assunto ou lugar. Nota: Para representar a história de um determinado assunto ou lugar mencionados no documento de maneira sucinta, usar o modificador aspectos históricos.
3.3 Eventos históricos	Para representar eventos históricos usar o nome pelo qual o evento é conhecido

Seções	Descrição
	acrescido da data, entre parênteses, no **subcampo a** do **campo 150**.
3.4 Planos, Programas e Projetos	Para representar Planos, Programas e Projetos usar as seguintes orientações:
3.4.1 Planos	Os Planos podem ser representados de duas formas: a) Planos de governo de entidades de caráter nacional, estadual e municipal: Usar no **campo 110** entrando pelo nome do Plano em ordem direta. Quando necessário, para melhor identificar o Plano, acrescentar data e/ou local entre parênteses. b) Planos de natureza administrativa: Usar no **campo 110** entrando pelo nome da entidade em ordem direta com o nome do plano como unidade subordinada.
3.4.2 Programas e Projetos	Os Programas e Projetos podem ser representados de duas formas: a) Programas de entidades de caráter nacional, estadual e municipal: Usar no **campo 110** entrando pelo nome da entidade em ordem direta com o acréscimo da jurisdição, entre parênteses. b) Programas e projetos de natureza administrativa: Usar no **campo 110** entrando pelo nome da entidade em ordem direta com o nome do programa ou projeto como unidade subordinada.
3.5 Teoria	Usar para representar uma hipótese, um sistema consistente formado por observações, ideias, axiomas ou postulados, expressões consolidadas.
3.6 Condições e Aspectos	Os termos Condições e Aspectos são usados exclusivamente como modificadores. a) Condições: usar para estado, situação ou circunstância de pessoas, grupos étnicos e lugares. b) Aspectos: usar para estado ou modo de ser exterior das coisas; ponto de vista, relação.
3.7 Forma e Gênero Literário como assunto principal	Os termos que representam Forma e Gênero literário podem ser usados no **subcampo a** quando representarem o assunto principal do documento e não a forma de apresentação do conteúdo. a) Obras que orientam como escrever biografias, dicionários etc. b) Opcionalmente, subdivisões de gênero literário podem ser representadas no **subcampo a.**

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2025a).

O primeiro capítulo expressa o processo de análise inicial dos documentos a fim de representá-los em termos (descritores) que compõem os conceitos, o que apresenta uma concepção terminológica da atividade de indexação.

A política de indexação do SBUFRGS é amparada por um manual de orientação que contempla três grandes aspectos: padronização de entrada de assuntos, preenchimento de subcampos e regras especiais, atentando que nenhuma outra política possui tal operacionalidade tão detalhada quanto a do SBUFRGS.

Neste caso, a política de indexação do SBUFRGS é sustentada, como menciona Rubi (2012), por um manual de operação ou procedimentos que deve descrever a atividade de indexação, dar instruções sobre a realização dessa tarefa e proporcionar métodos que possibilitem sua execução de maneira uniforme.

Esse manual funciona como um guia operacional para o(a) indexador(a), pois apresenta orientações sobre como a atividade de indexação deve ser realizada. Entre suas vantagens, destaca-se o fato de auxiliar o(a) profissional no desenvolvimento da atividade de

forma objetiva, independentemente de sua formação, conhecimento ou experiência na área. No entanto, o manual também apresenta limitações, uma vez que não aborda aspectos como cobertura temática, seleção de documentos, tipos de materiais e, principalmente, as características, os processos e a escolha da linguagem de indexação. Dessa forma, não contempla de maneira aprofundada os aspectos cognitivos que orientam as atividades de indexação.

Além do Manual de rotinas e procedimentos de indexação do SBUFRGS, que é um dos objetos de análise desta tese, pois menciona questões de gênero, o SBUFRGS também possui a Política de indexação do SBUFRGS e outros documentos relacionados. Entre eles estão: a Política para controle de autoridades no SABi; a Política para registro de título uniforme; e o Padrão para entrada de nomes geográficos como assunto. Todos esses documentos tiveram sua última atualização em 2025. Há ainda um breve tutorial para inclusão de planilha local, cuja versão mais recente é de 2023 (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2025a).

Esses documentos estão disponíveis em formato HTML. Esse formato apresenta algumas vantagens em relação ao PDF. Entre elas estão a responsividade, ou seja, a adaptação do conteúdo a diferentes tamanhos de tela. Além disso, páginas em HTML costumam ser priorizadas pelo *Google* nos processos de indexação, o que facilita a recuperação da informação. O formato também favorece a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, permite carregamento mais rápido das páginas e facilita a realização de atualizações ou revisões. Outra vantagem é a possibilidade de incluir recursos de interatividade e de coleta de dados, como a medição do tempo que a pessoa usuária permanece na página durante a leitura.

Há algumas particularidades no processo de indexação do SBUFRGS. A primeira é que o sistema de recuperação foi desenvolvido pela própria instituição. Por isso, ele possui características específicas que diferem dos padrões adotados por softwares utilizados em outros sistemas de bibliotecas.

A segunda particularidade está relacionada à grande quantidade de documentos que orientam o processo de indexação. Embora esses materiais sejam importantes, o excesso de detalhes pode dificultar o trabalho do(a) bibliotecário(a) indexador(a), que precisa lidar com várias políticas e manuais para realizar a atividade. Com isso, a indexação pode se tornar mais complexa e minuciosa do que objetiva e simples.

A terceira particularidade refere-se ao fato de que, mesmo com a existência de diversos documentos orientadores, a qualidade da indexação pode ser comprometida na ausência de ações contínuas de capacitação e atualização dos(as) bibliotecários(as). Sem esse

suporte, tanto os processos quanto os resultados da indexação tendem a ser prejudicados.

A quarta particularidade refere-se ao fato de que o SBUFRGS é composto por várias bibliotecas setoriais. Nem todas, porém, possuem estrutura adequada de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para compreender e aplicar todos os documentos exigidos no processo de indexação.

A política de indexação do SBUFRGS, em conjunto com os demais documentos mencionados, apresenta um conjunto amplo e detalhado de orientações para o(a) bibliotecário(a) catalogador(a) e indexador(a). Entre essas orientações, destacam-se as instruções para o preenchimento de dados nos subcampos do SABi, descritas na Política para Controle de Autoridades no SABi, e para o registro de autoridades, presentes no Manual de Registro de Autoridades. Assim, trata-se de uma política bastante completa em relação às operações e aos procedimentos de indexação. Entretanto, o elevado nível de detalhamento pode tornar sua aplicação mais complexa e menos didática para os(as) bibliotecários(as) que atuam com a indexação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2025b).

7.2.9 Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

O sistema de bibliotecas da FURG possui o seguinte padrão, de acordo com o Quadro 32 adiante.

Quadro 32 – Estrutura da política de indexação do sistema de bibliotecas da FURG

Instituição	**Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**
Autorias	Claudia Cunha; Clarice Pilla; Cristiane O. dos Santos; Maria Helena Moraes; Rúbia Gateli; Sabrina da Silva; Vanessa Santiago; e Vania Machado.
Título	POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
Estrutura	**1 INTRODUÇÃO** **2 JUSTIFICATIVA** **3 OBJETIVOS** 3.1 OBJETIVO GERAL 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS **4 PROCESSO DE INDEXAÇÃO** **5 ELEMENTOS DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO** 5.1 LINGUAGEM 5.1.1 LINGUAGEM CONTROLADA **6 PADRONIZAÇÃO DE ENTRADAS DE ASSUNTO** **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS** **8 REFERÊNCIAS**
Ano	2019

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande (2019).

A política de indexação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (SiB/FURG) é um documento sintético elaborado por bibliotecárias integrantes do Grupo de Estudos em Indexação: Claudia Cunha; Clarice Pilla; Cristiane O. dos Santos; Maria Helena Moraes; Rúbia Gateli; Sabrina da Silva; Vanessa Santiago; e Vania Machado.

De acordo com a Universidade Federal do Rio Grande (2019), essa política contempla os seguintes aspectos introdutórios:

a) foi elaborado pelo grupo de estudos em indexação do Sistema de Bibliotecas – SiB da FURG, constituído por bibliotecários(as) e descreve os procedimentos que deverão ser seguidos para a análise do conteúdo de documentos a serem incorporados no banco de dados bibliográfico da FURG, o ARGO;
b) os princípios de indexação estabelecidos e descritos foram inspirados na Política de Indexação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
c) o Catálogo de Autoridades é o principal instrumento para controle de entrada de assuntos no ARGO e o SiB não dispõe de um vocabulário controlado que contemple todas as áreas do conhecimento, tendo em vista que até 2018 usava apenas o Tesauro Spines, por isso, cada biblioteca é responsável pela definição da entrada de assunto dos documentos de seu acervo;
d) a partir de 2019 o SiB da FURG passou a utilizar o vocabulário controlado da Universidade de São Paulo;
e) objetivos – geral: desenvolver uma política de indexação para representação temática de documentos, que vise à redução da subjetividade inerente ao processo de indexação temática, contribuindo para o refinamento, otimização, racionalização do processo e consistência das operações de indexação de assuntos que não estão contemplados em tesauros; e específicos: a) controlar a entrada de assuntos no ARGO; e qualificar a recuperação da informação, visando maior eficiência na busca e acesso à informação.

O SiB da FURG possui um grupo de estudos em indexação que elaborou a política de indexação, com base na política do SBUFRGS que também possui um grupo de estudos em indexação. Embora o SiB da FURG tenha tomado como base o SBUFRGS, os documentos são diferentes do ponto de vista do formato, pois o primeiro possui um manual de indexação como documento digital em formato de PDF e apresenta uma introdução com justificativa e objetivos.

O SiB da FURG possui algumas limitações em termos de representação da informação, pois não possui um vocabulário controlado para todas as áreas do conhecimento, sendo necessário o uso de um vocabulário controlado com maior abrangência terminológica (USP) que possa qualificar a atividade do sistema de recuperação da informação (ARGO).

A política de indexação reverbera como objetivos a necessidade de tornar o processo de indexação menos subjetivo, por meio de processos e elementos de indexação e a padronização estruturada da entrada de assuntos, visando, como procedimento, controlar a entrada de assuntos no ARGO e, como finalidade, a qualificação da recuperação da informação, incluindo os processos de busca e acesso à informação.

A política de indexação do SiB da FURG possui ainda os seguintes predicativos:

a) processo de indexação – segue a tríade da análise conceitual, identificação dos conceitos e tradução;
b) elementos da política de indexação – segue os padrões de concordância (vinculada à CDU[46]), coerência, imparcialidade, fidelidade, bom senso e objetividade, além do uso dos níveis de exaustividade (exclusivo para delimitar o número de ocorrências dos campos 6XX em cada registro) e especificidade. A base de dados ARGO utiliza o sistema de indexação pré-coordenada (a combinação é feita na etapa de entrada da indexação) e controlada (objetivo de eliminar possíveis problemas do vocabulário natural, como a ambiguidade, facilitar a entrada e a saída de dados em um sistema de informações e permitir uma maior consistência na indexação);
c) padronização de entradas de assunto de termos livres – descritor simples: quando apenas um termo expressar o conteúdo do documento em sua totalidade, deve-se usá-lo sem acréscimos de qualificadores ou coordenação com outro termo; descritor composto: quando dois ou mais termos expressarem o conteúdo do documento em sua totalidade, deixando-o especificamente o assunto tratado; descritor com qualificador: o qualificador deve ser usado para diferenciar ou especificar um termo; descritor pós-coordenado: deve ser utilizado para termos que poderão abranger vários documentos;
d) para padronizar as entradas de assunto de termos livres, foram definidas as seguintes regras: 1) formação do descritor; 2) fatoração de conceitos; 3) uso de singular e plural; 4) gênero; 5) termos homógrafos; 6) termos estrangeiros; 7)

[46] Classificação Decimal Universal (CDU).

siglas; 8) para eventos históricos; 9) nome pessoal; 10) nome geográfico; 11) personagens; e 12) eventos históricos.

Nos processos e elementos da política de indexação o SiB da FURG, segue padrões da literatura científica em indexação, embora não cite expressamente autorias como Carneiro, Lancaster e apenas cita um artigo em parceria entre Rubi e Fujita.

Conforme mencionado, a política de indexação do SiB da FURG é baseada no manual do SBUFRGS, em especial no que se refere a padronização das entradas de assunto de termos livres, considerando os tipos de descritores e as regras de descrição.

Embora o SiB da FURG utilize atualmente o Vocabulário Controlado da USP, prevê-se que, caso esse instrumento deixe de ser adotado, será realizada uma avaliação das necessidades do sistema e dos tesauros mais adequados para atendê-las. Essa situação indica uma possível fragilidade na atividade de indexação e na definição de autoridades para a organização, busca e recuperação da informação no software ARGO.

7.2.10 Síntese das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras

As políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras possuem uma série de semelhanças, mas também algumas diferenças e particularidades. Na estrutura geral a maioria das bibliotecas possui definições semelhantes, mas com algumas diferenças específicas que incluem ordenação e abordagem das seções, bem como há diferenças de detalhamento de conteúdo dos documentos, sendo algumas políticas mais sintéticas, outras mais detalhadas e outras ainda com muito aprofundamento descritivo (contendo bastante exemplos).

O Quadro 33, apresentado a seguir, reúne as principais características das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras. Sua elaboração baseia-se na proposta de política de indexação desenvolvida na obra *Política de Indexação*, organizada por Gil Leiva e Fujita (2012), especialmente nos capítulos de Fujita (2012); Rubi (2012); Rubi; Fujita; Boccato (2012). Também se fundamenta no artigo de Carneiro (1985), representado no Quadro 15, presente no referencial teórico desta tese.

Quadro 33 – Síntese das características da política de indexação do SISTEBIB/UFAM

Sistema de bibliotecas	Características
SISTEBIB/UFAM	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – SIM (breve apresentação da política de indexação e indicação dos objetivos geral e específicos)

Sistema de bibliotecas	Características
	1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – SIM (seção 2 intitulada de “Perfil institucional”) 1.3 Identificação da comunidade usuária – SIM (discentes, docentes e técnicos administrativos – seção secundária da seção primária “Perfil Institucional”) 1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a) – NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – NÃO 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – SIM (aborda os três critérios) 1.7 Atividades do indexador: orientações – SIM (há orientações na seção primária 3 intitulada “Indexação” e na seção secundária 3.1 intitulada “princípios de indexação)
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – SIM (definida de modo genérico na seção 2 intitulada de perfil institucional que apenas diz que bibliotecas dispõem de acervos destinados às áreas do conhecimento dos cursos oferecidos pela UFAM, mas sem especificar as áreas) 2.2 Seleção de documentos – NÃO 2.3 Tipos de materiais – NÃO 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – NÃO 2.4.4 Correção – NÃO 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – SIM 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM (controlada e constituída de descritores (palavras ou expressões), passíveis de combinação entre si, no momento da indexação ou já prontas, para exprimir noções complexas) 2.7 Sistema de recuperação da informação – Pergamum 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – menciona, mas não detalha. 2.7.2 Estratégia de busca – SIM (catálogo de Autoridades do SISTEBIB/UFAM, por meio do sistema Pergamum Módulo Catalogação) 2.7.3 Forma de saída – SIM (o catálogo Autoridade apresenta palavras ou expressões frases, oferecendo opções de descritores específicos e generalizados, remissivos ver também e/ou não usar, títulos e acervos vinculados aos descritores para recuperação de acervo) 2.7.4 Avaliação do sistema – SIM (a cada dois anos elaborar estudo junto à comunidade para verificar o nível de satisfação dos(as) usuários(as), tendo como parâmetro os elementos e variáveis expostas por Carneiro (1985) Principais autorias utilizadas no documento: Carneiro (1985); Lancaster (2004); Fujita (2009); e Universidade Federal do Amazonas (2014).

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos “requisitos iniciais para construção da política de indexação”, o SISTEBIB/UFAM atende a maioria dos requisitos, com exceção do “conhecimento do perfil do(a) usuário(a)” e da “estrutura física de recursos humanos e materiais”, e com ênfase qualificada na “formação do(a) indexador(a)” e “atividades do(a) indexador(a): orientações”, pois se constituem em tarefas fundamentais na operacionalização de uma política de indexação. A política de indexação também traz elementos vitais, tais como a caracterização

da organização e do SISTEBIB/UFAM e a identificação da comunidade usuária que são elementos introdutórios necessários para a constituição de uma política de indexação.

Quanto a "definição de elementos da política de indexação", o SISTEBIB/UFAM também atende a maioria dos elementos, sendo pertinente detalhar a seleção de documentos e tipos de materiais. No processo de indexação, o documento do SISTEBIB/UFAM nomeia a análise de assunto, identificação e seleção dos conceitos de análise conceitual.

Quadro 34 – Síntese das características da política de indexação do Sisbib/UFT

Sisbib/UFT	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – SIM (apresenta os aspectos metodológicos e teóricos, além de dados sobre a UFT e o Sisbib/UFT); 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – SIM (na introdução); 1.3 Identificação da comunidade usuária – SIM 1.4 Conhecimento do perfil do usuário(a)– NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – NÃO 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – NÃO 1.7 Atividades do indexador: orientações – SIM
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – SIM (indica as áreas de cobertura) 2.2 Seleção de documentos – SIM (indica os documentos) 2.3 Tipos de materiais – SIM 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – SIM 2.4.4 Correção – NÃO 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – NÃO 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM (linguagem mista – controlada e natural), 2.7 Sistema de recuperação da informação – Pergamum 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – menciona, mas não detalha 2.7.2 Estratégia de busca – busca no Pergamum por meio de linguagem natural e linguagem controlada, utilizando termos específicos e genéricos com base nas áreas temáticas do acervo 2.7.3 Forma de saída – SIM (autor(a), título e assunto) 2.7.4 Avaliação do sistema – SIM. Principais autorias utilizadas no documento: Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992); Carneiro (1985); Cintra *et al*. (2002); Lancaster (2004); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014); Fujita (2016b); e Medeiros e Ribeiro (2018).

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere aos "requisitos iniciais para a construção da política de indexação", o documento do Sisbib/UFT apresenta uma introdução de caráter didático, ao expor os aspectos metodológicos e teóricos da política de indexação e ao identificar a comunidade usuária. O documento também detalha a atividade do(a) indexador(a). No entanto, não aprofunda as questões relacionadas à formação desse(a) profissional, nem apresenta definições evidentes

sobre o conhecimento do perfil dos(as) usuários(as) e sobre a estrutura de recursos humanos e materiais.

Em relação à "definição dos elementos da política de indexação", o documento do Sisbib/UFT contempla a maior parte dos requisitos. As exceções dizem respeito à correção na qualidade da indexação e à seleção de conceitos no processo de indexação. Ainda assim, o documento estabelece uma base importante para a prática da indexação, ao incluir procedimentos relacionados às formas de saída da informação e aos processos de avaliação.

Quadro 35 – Síntese das características da política de indexação do SiBi-UFC

SiBi-UFC	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – SIM (apresentação da política de indexação); 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – SIM (apresentação apenas do SiBI/UFRJ) 1.3 Identificação da comunidade usuária – SIM 1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a) – NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – NÃO 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – SIM 1.7 Atividades do(a) indexador(a): orientações – SIM (diluídas no documento)
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – SIM 2.2 Seleção de documentos – SIM 2.3 Tipos de materiais – SIM 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – SIM 2.4.4 Correção – SIM 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – SIM 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM (controlada) 2.7 Sistema de recuperação da informação – Pergamum 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – SIM (apresenta detalhes) 2.7.2 Estratégia de busca – SIM (detalhamento de busca no Pergamum) 2.7.3 Forma de saída – NÃO 2.7.4 Avaliação do sistema – SIM (vinculada ao controle da qualidade da indexação.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos "requisitos iniciais para construção da política de indexação", o SiBi/UFC cumpre a maioria dos critérios com exceção do "conhecimento do perfil do(a) usuário(a)" e da 'estrutura física de recursos humanos e materiais', mas faz ponderações estratégicas para a "formação do(a) indexador(a)" e para "atividades do(a) indexador(a): orientações".

Na "definição de elementos da política de indexação", o documento do SiBi/UFC também cumpre com a maioria dos requisitos com exceção da forma de saída que considerando os sistemas de recuperação digital é uma questão supérflua. Na "formação do

indexador" e na "qualidade da indexação", o documento acrescenta novos princípios, tais como concordância, coerência, fidelidade, bom senso, hierarquização como qualidades da indexação e atividades do indexador.

A articulação entre formação do(a) indexador(a) e qualidade da indexação é questão central na atividade da indexação, pois o(a) indexador(a) é o protagonista intelectual e operacional da indexação, o que exige uma qualificação continuada do(a) profissional a fim de tornar a política de indexação mais consistente.

Quadro 36 – Síntese das características da política de indexação do Sibi/UFG

Sibi/UFG	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – NÃO 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – SIM 1.3 Identificação da comunidade usuária – SIM 1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a) – NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – NÃO 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – NÃO 1.7 Atividades do indexador: orientações – SIM
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – SIM 2.2 Seleção de documentos – SIM 2.3 Tipos de materiais – SIM 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – NÃO 2.4.4 Correção – NÃO 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – NÃO 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM (pós-coordenada) 2.7 Sistema de recuperação da informação – Sophia 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – SIM (apresenta detalhes) 2.7.2 Estratégia de busca – SIM (detalhamento de busca no Sophia); 2.7.3 Forma de saída – NÃO 2.7.4 Avaliação do sistema – trata apenas da avaliação da recuperação de assuntos

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos "requisitos iniciais para construção da política de indexação", o documento do Sibi/UFG cumpre com a maioria dos requisitos, à do "conhecimento do perfil do(a) usuário(a)" e da "estrutura física de recursos humanos e materiais", mas faz ponderações estratégicas para "atividades do(a) indexador(a): orientações", embora não interfira diretamente na "formação do(a) indexador(a)".

Quanto à "definição de elementos da política de indexação" o documento do Sibi/UFG cumpre a maioria dos requisitos não apresenta nas qualidades da indexação

"consistência" e "correção", embora acrescente a qualidade da "concordância". O ponto mais falho dos elementos da política de indexação é relativo ao fato de não propor um sistema de avaliação mais completo, restringindo o processo avaliativo à apenas um parágrafo na recuperação de assuntos, quando é pertinente pensar os processos de inclusão, revisão, alteração, substituição e exclusão, visando a qualidade e atualização permanente da atividade terminológica da indexação.

Quadro 37 – Síntese das características da política de indexação do SiBI/UFRJ

SiBI/UFRJ	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – NÃO 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – SIM 1.3 Identificação da comunidade usuária – SIM 1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a) – NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – NÃO 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – SIM 1.7 Atividades do(a) indexador(a): orientações – SIM
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – SIM 2.2 Seleção de documentos – SIM 2.3 Tipos de materiais – SIM 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – NÃO 2.4.4 Correção – NÃO 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – SIM 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM (Cabeçalho de Assunto) 2.7 Sistema de recuperação da informação – Base Minerva gerenciada pelo software ALEPH 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – SIM (sem apresentar detalhes específicos do sistema) 2.7.2 Estratégia de busca – SIM (feita de forma não delegada) 2.7.3 Forma de saída – SIM 2.7.4 Avaliação do sistema – NÃO (embora faça breves menções ao termo na atividade de indexação)

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos "requisitos iniciais para construção da política de indexação", o documento do SiBI/UFRJ cumpre parcialmente os requisitos, de modo que a introdução não detalha o anúncio da política de indexação e nem tratam do "conhecimento do perfil do(a) usuário(a)" e da "estrutura física de recursos humanos e materiais", embora focalize com transparência nas "atividades do indexador: orientação" e acrescente princípios na formação do indexador, tais como concordância, bom senso e objetividade, além de habilidades do(a) catalogador(a) e indexador(a).

Sobre a “definição dos elementos da política de indexação”, o documento SiBI/UFRJ cumpre a maioria dos requisitos com a exceção da qualidade da indexação em níveis de consistência e correção e por não focalizar em questões da avaliação que são vitais para a dinamização dos processos de indexação e da inclusão, revisão, alteração, substituição e exclusão terminologias.

Quadro 38 – Síntese das características da política de indexação do CBI/UFF

CBI/UFF	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – NÃO 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – SIM 1.3 Identificação da comunidade usuária – SIM 1.4 Conhecimento do perfil do usuário(a) – NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – NÃO 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – NÃO 1.7 Atividades do(a) indexador(a): orientações – SIM (não possui seção específica, mas orienta em várias seções do documento).
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – SIM 2.2 Seleção de documentos – SIM 2.3 Tipos de materiais – SIM 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – SIM 2.4.4 Correção – NÃO 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – SIM 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM (Cabeçalho de Assunto) 2.7 Sistema de recuperação da informação – Pergamum 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – SIM (sem apresentar detalhes específicos do sistema) 2.7.2 Estratégia de busca – SIM (feita de forma não delegada) 2.7.3 Forma de saída – NÃO 2.7.4 Avaliação do sistema – NÃO

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos “requisitos iniciais para construção da política de indexação”, o documento da CBI/UFF cumpre parcialmente os critérios na medida em que não há uma introdução, mas uma apresentação que não detalha o anúncio da política de indexação e nem tratam do “conhecimento do perfil do(a) usuário(a)” e da “estrutura física de recursos humanos e materiais” e, embora não possua seção específica, orienta em várias seções do documento sobre a ‘atividade do indexador: orientações’.

Sobre a “definição de elementos da política de indexação”, o documento da CBI/UFF cumpre boa parte dos requisitos, sendo pertinente enfatizar que nas qualidades da indexação

não possui a correção, mas acrescenta a "adequação" que se constitui na habilidade do(a) indexador(a) na determinação do assunto do documento e sua tradução adequada para o vocabulário controlado da instituição. A CBI/UFF não apresenta um processo de avaliação, o que compromete a compreensão sobre os mecanismos de atualização da política de indexação e de estruturação de termos no sistema de recuperação da informação.

Quadro 39 – Síntese das características da política de indexação do BU/UFSC

BU/UFSC	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – SIM 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – NÃO 1.3 Identificação da comunidade usuária – SIM 1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a) – NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – SIM 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – NÃO 1.7 Atividades do(a) indexador(a): orientações – NÃO
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – SIM 2.2 Seleção de documentos – SIM 2.3 Tipos de materiais – SIM 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – NÃO 2.4.4 Correção – NÃO 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – NÃO 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM (controlada) 2.7 Sistema de recuperação da informação – Pergamum 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – NÃO 2.7.2 Estratégia de busca – NÃO 2.7.3 Forma de saída – NÃO 2.7.4 Avaliação do sistema – SIM

Fonte: Dados da pesquisa.

Os "requisitos iniciais para construção da política de indexação" são cumpridos apenas parcialmente, pois é preciso reiterar que o documento da BU/UFSC não contempla especificamente a indexação, mas a representação da informação por meio da catalogação, classificação e indexação. Por outro lado, a política da BU/UFSC é a única que possui uma seção atinente a estrutura física de recursos humanos e materiais, tendo um olhar mais amplo sobre a organização, busca, recuperação, acesso e uso da informação de um modo mais amplo.

No que se refere à “definição de elementos da política de indexação”, o SB/UFSC cumpre a maioria dos requisitos, pois mesmo não sendo uma política específica para indexação atenta para questões elementares da política de indexação que são o processo e a qualidade da indexação, além de focalizar em questões como cobertura de assuntos, seleção de documentos, tipos de materiais e avaliação, embora na qualidade da indexação não inclua princípios como consistência e correção.

Quadro 40 – Síntese das características da política de indexação do SBUFRGS

SBUFRGS	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – SIM 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – SIM 1.3 Identificação da comunidade usuária – NÃO 1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a) – NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – NÃO 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – NÃO 1.7 Atividades do(a) indexador(a): orientações – SIM
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – SIM, mas não detalha 2.2 Seleção de documentos – SIM 2.3 Tipos de materiais – NÃO 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – NÃO 2.4.4 Correção – NÃO 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – NÃO 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM 2.7 Sistema de recuperação da informação – SABi 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – NÃO 2.7.2 Estratégia de busca – SIM (nos manuais suplementares) 2.7.3 Forma de saída – NÃO 2.7.4 Avaliação do sistema – NÃO

Fonte: Dados da pesquisa.

O SBUFRGS cumpre boa parte dos requisitos, mas apenas compreendendo detalhadamente os manuais suplementares é possível compreender como é realizada a indexação do sistema.

Em termos de manual de indexação, voltado à orientação dos(as) indexadores(as), a política de indexação do SBUFRGS apresenta alto nível de detalhamento. O documento descreve diversos elementos relacionados às rotinas e aos procedimentos de indexação, incluindo diferentes formas de padronização de entradas, preenchimento de subcampos e

aplicação de regras específicas. Esse nível de detalhamento pode, por um lado, contribuir para qualificar o trabalho do(a) indexador(a); por outro, pode tornar a atividade mais complexa, exigindo maior conhecimento e experiência no processo de indexação.

Quadro 41 – Síntese das características da política de indexação do SiB da FURG

SiB da FURG	1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 1.1 Introdução – SIM 1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – NÃO 1.3 Identificação da comunidade usuária – NÃO 1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a) – NÃO 1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais – NÃO 1.6 Formação do(a) indexador(a) (imparcialidade, fidelidade, coerência) – NÃO 1.7 Atividades do(a) indexador(a): orientações – NÃO
	2 Definição de elementos da política de indexação 2.1 Cobertura de assuntos – NÃO 2.2 Seleção de documentos – NÃO 2.3 Tipos de materiais – NÃO 2.4 Qualidades da indexação 2.4.1 Especificidade – SIM 2.4.2 Exaustividade – SIM 2.4.3 Consistência – NÃO 2.4.4 Correção – NÃO 2.5 Processo de indexação 2.5.1 Análise de assunto – SIM 2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto – SIM 2.5.1.2 Identificação de conceitos – SIM 2.5.1.3 Seleção de conceitos – NÃO 2.5.2 Tradução dos conceitos – SIM 2.6 Escolha da linguagem – SIM (controlada e pré-coordenada) 2.7 Sistema de recuperação da informação – ARGO 2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema – Sim (sem apresentar detalhes específicos do sistema) 2.7.2 Estratégia de busca – SIM 2.7.3 Forma de saída – NÃO 2.7.4 Avaliação do sistema – NÃO

Fonte: Dados da pesquisa.

No que concerne aos “requisitos iniciais para construção da política de indexação”, o documento do SiB da FURG não cumpre com a maioria dos requisitos, pois, por ser baseado no documento da BUFRGS, não prioriza os requisitos, à exceção da introdução em que o documento “[...] descreve os procedimentos que deverão ser seguidos para a análise do conteúdo de documentos a serem incorporados no banco de dados bibliográfico da FURG, o ARGO” (Universidade Federal do Rio Grande, 2019).

Quanto à “definição de elementos da política de indexação”, o documento do SiB da FURG não cumpre boa parte dos requisitos como “Cobertura de assuntos”, “Seleção de documentos”, “Tipos de materiais” e “Avaliação” que são questões relevantes, mas com as qualidades e processos de indexação. Nas qualidades da indexação, não possui os critérios de “consistência” e “correção”, mas acrescenta concordância, bom senso e objetividade para a

indexação e para os(as) indexadores(as), o que elucida parte da questão sobre a formação do(a) indexador(a).

7.2.11 Características gerais das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileira

Diante das sínteses apresentadas, o quadro a seguir apresenta as características gerais de todas as políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras, baseada na proposta de política de indexação produzida por Gil Leiva; Fujita (2012); Fujita (2012); Rubi (2012) e Rubi; Fujita; Boccato (2012), apresentada na obra *Política de Indexação*. A proposta contempla, na seção 1, os 'requisitos iniciais para construção da política de indexação' e, na seção 2, a 'definição de elementos da política de indexação', conforme apresentado no Quadro 15 desta tese, intitulado 'Síntese sobre a elaboração da política de indexação aplicada em bibliotecas universitárias'.

Quadro 42 – Características gerais das políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras

Características 1 Requisitos iniciais para construção da política de indexação 2 Definição de elementos da política de indexação.	SISTEBIB/UFAM	Sisbib/UFT	SiBi/UFC	Sibi/UFG	SiBI/UFRJ	CBI/UFF	BU/UFSC	SBUFRGS	SIB da FURG
1.1 Introdução	X	X	X	-	X	-	X	X	X
1.2 Apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização	X	X	X	X	X	X	-	X	-
1.3 Identificação da comunidade usuária	X	X	X	X	X	X	X	-	-
1.4 Conhecimento do perfil do(a) usuário(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.5 Estrutura física de recursos humanos e materiais	-	-	-	-	-	-	X	-	-
1.6 Formação do(a) indexador(a)	-	-	X	-	X	-	-	-	-
1.7 Atividades do(a) indexador(a): orientações	X	X	X	X	X	X	-	X	-
2.1 Cobertura de assuntos	X	X	X	X	X	X	X	X	-
2.2 Seleção de documentos	-	X	X	X	X	X	X	X	-
2.3 Tipos de materiais	-	X	X	X	X	X	X	X	-
2.4 Qualidades da indexação									
2.4.1 Especificidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.4.2 Exaustividade	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.4.3 Consistência	-	X	X	-	-	X	-	-	-
2.4.4 Correção	-	-	X	-	-	-	-	-	-

2.5 Processo de indexação									
2.5.1 Análise de assunto	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.5.1.1 O processo de leitura documentária para análise do assunto	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.5.1.2 Identificação de conceitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.5.1.3 Seleção de conceitos	X	-	X	-	X	X	-	-	-
2.5.2 Tradução dos conceitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.6 Escolha da linguagem	X	X	X	X	X	X	X	-	X
2.7 Sistema de recuperação da informação	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.7.1 Capacidade de revocação e precisão do sistema	X	X	X	X	X	X	-	-	X
2.7.2 Estratégia de busca	X	X	X	X	X	X	-	X	-
2.7.3 Forma de saída	X	X	-	-	X	-	-	-	-
2.7.4 Avaliação do sistema	X	X	X	X	-	-	X	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre os 'Requisitos iniciais para construção da política de indexação' é possível destacar que:

1) introdução – os documentos de política de indexação do SISTEBIB/UFAM, Sisbib/UFT, SiBi/UFC, SiBI/UFRJ, BU/UFSC, SBUFRGS e SIBI da FURG apresentam seção de introdução. Já a política de indexação do Sibi/UFG não possui introdução. No caso da CBI/UFF, há seção de apresentação que desempenha função semelhante à introdução;
2) apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização – SISTEBIB/UFAM, Sisbib/UFT, SiBi/UFC, Sibi/UFG, o SiBI/UFRJ e a CBI/UFF possuem apresentação e identificação, enquanto a BU/UFSC, SBUFRGS e SiB da FURG não possuem;
3) identificação da comunidade usuária – SISTEBIB/UFAM, Sisbib/UFT, SiBi/UFC, Sibi/UFG, SiBI/UFRJ, CBI/UFF e BU/UFSC possuem, enquanto o SBUFRGS e SiB da FURG não possuem;
4) conhecimento do perfil do(a) usuário(a) – nenhum sistema de bibliotecas possui;
5) estrutura física de recursos humanos e materiais – apenas a BU/UFSC possui;
6) formação do(a) indexador(a) – apenas SiBi/UFC e SiBI/UFRJ possuem;
7) atividades do(a) indexador(a): orientações – SISTEBIB/UFAM, Sisbib/UFT, SiBi/UFC, Sibi/UFG, SiBI/UFRJ, CBI/UFF e SBUFRGS possuem orientações para atividades do(a) indexador(a), enquanto a BU/UFSC e SiB da FURG não possuem.

Diante dos critérios suscitados é possível fazer uma série de destaques nos requisitos que favorecem a formulação e implementação das políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras.

O primeiro ponto a destacar é que toda política de indexação deve incluir uma introdução que contemple: a definição de política de indexação; a justificativa para sua elaboração; os aspectos teóricos e metodológicos que a fundamentam; e seus objetivos (ainda que algumas instituições optem por apresentá-los em seção separada). Embora algumas instituições utilizem uma seção de 'apresentação', esses elementos nem sempre são explicitados de forma evidente. Por isso, recomenda-se que, mesmo quando houver apresentação, a introdução também seja incluída.

O segundo destaque é que a apresentação do ambiente da biblioteca escolhida e identificação da organização são aspectos relevantes, pois estabelecem a caracterização institucional da política de indexação contemplando as bibliotecas do sistema e as possíveis áreas e comunidades que atendem.

O terceiro destaque é que a identificação da comunidade usuária é requisito estratégico para que o sistema de bibliotecas reconheça o público que vai lidar que pode incluir a comunidade interna (docentes, discentes e técnico-administrativos) e a comunidade externa, sendo que essa comunidade pode tanto absorver usuários(as) (pessoa física), quanto instituições (pró-reitorias, direções, coordenações e até órgãos externos à universidade).

O quarto destaque é que o conhecimento sobre o perfil do(a) usuário(a) não parece ser uma preocupação central dos sistemas de bibliotecas em uma política de indexação, o que dificulta o diálogo sobre quem são aqueles(as) usuários(as) que podem contribuir para otimização das atividades de representação da informação. É interessante que as comissões que tratam da política de indexação estejam integradas às comissões que tratam com o público (comissão de usuários(as) ou de atendimento) a fim de que a atividade de indexação esteja mais plenamente alinhada aos interesses da comunidade usuária, em especial, aqueles que possuem interesse de participar das atividades da biblioteca, o que permite esboçar grupos de apoio à biblioteca em suas diversas atividades.

O quinto destaque também possui centralidade na atividade de indexação (e nas demais da biblioteca), pois, sem o entendimento da estrutura física de recursos humanos e materiais, o planejamento e gerenciamento da política de indexação ficam vulneráveis, pois prejudica a definição da equipe de apoio, conhecimento sobre o sistema de recuperação da informação e a disponibilidade de orçamentação para a realização das atividades de indexação.

O sexto destaque reflete que deve ser uma preocupação do sistema de bibliotecas, o cuidado com a formação do indexador, no sentido de fomentar à educação continuada nas atividades de indexação. Tais formações podem ser incentivas ou realizadas pela própria

biblioteca por meio de treinamentos, assim como por meio de formações acadêmicas nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, sendo possível definir uma parceria formativa entre os sistemas de bibliotecas e os cursos de nível superior no contexto da graduação e da pós-graduação.

O sétimo destaque refere-se à elaboração de manuais de indexação que orientem o(a) indexador(a) tanto na dimensão intelectual quanto na operacional da atividade. De acordo com Rubi (2012), é importante estruturar diferentes tipos de manuais. Os manuais de operação ou de procedimentos devem descrever a atividade de indexação, apresentar instruções para sua realização e oferecer métodos que permitam sua execução de forma padronizada. Os manuais de política devem indicar as diretrizes que os(as) indexadores(as) devem seguir durante o processo de indexação, contribuindo para a coordenação das atividades entre bibliotecas cooperantes. Por fim, os manuais de organização devem funcionar como um repositório das experiências acumuladas pelos(as) indexadores(as) mais experientes, facilitando o processo de aprendizagem dos(as) profissionais mais novos(as) e servindo também como material de consulta.

Esses manuais são importantes para orientar as atividades dos(as) indexadores(as) e para estimular a formação desses(as) profissionais, favorecendo a continuidade das práticas entre diferentes gerações que atuam na política e na atividade de indexação.

Esses documentos podem ser elaborados separadamente, quando se deseja detalhar aspectos específicos de forma mais especializada, ou reunidos em um único documento, o que facilita a leitura e a consulta. Além disso, podem ser disponibilizados em formato PDF, como documento mais formal, ou em formato HTML em páginas da web, o que facilita a atualização contínua entre bibliotecas e profissionais que atuam de forma cooperativa.

Quanto a “Definição de elementos da política de indexação”, é possível destacar as seguintes questões:

8) cobertura de assuntos – o SiB da FURG não apresenta definição de cobertura de assuntos, em razão do caráter predominantemente operacional de seu manual de indexação, que não contempla aspectos propositivos, institucionais ou de fundamentação metodológica e teórica próprios de uma política de indexação. Por outro lado, o SBUFRGS apresenta indicação de cobertura de assuntos, porém não detalha essa cobertura em relação às bibliotecas que compõem o sistema;
9) seleção de documentos – o SISTEBIB/UFAM e o SiB da FURG não apresentam critérios definidos para a seleção de documentos. No caso do primeiro sistema de bibliotecas, isso ocorre principalmente devido ao caráter conciso do documento,

que ainda necessita de maior detalhamento. Já no caso do SiB da FURG, essa ausência está relacionada ao caráter de manual do documento, que prioriza orientações operacionais;

10) tipos de materiais – o SISTEBIB/UFAM e o SiB da FURG não apresentam a tipificação dos materiais. No caso do primeiro sistema de bibliotecas, isso se deve principalmente ao caráter conciso do documento, que ainda necessita de maior detalhamento. Já no SiB da FURG, essa ausência está relacionada ao caráter de manual do documento, voltado principalmente para orientações operacionais;
11) qualidades da indexação – todas as bibliotecas analisadas apresentam as qualidades de exaustividade e especificidade no processo de indexação. A qualidade da consistência é mencionada nas políticas do Sisbib/UFT, do SiBi/UFC e da CBI/UFF, enquanto a qualidade da correção aparece apenas no SiBi/UFC. Além disso, o SiBi/UFC inclui outras qualidades para a indexação, como concordância, coerência, fidelidade, bom senso e hierarquização. O Sibi/UFG também acrescenta a qualidade da concordância, enquanto a CBI/UFF incorpora a qualidade da adequação;
12) processo de indexação – todas as bibliotecas analisadas contemplam o processo de análise de assunto, incluindo a leitura documentária para identificação do tema, bem como as etapas de identificação e tradução de conceitos. Já a etapa de seleção de conceitos é explicitamente contemplada apenas pelos sistemas SISTEBIB/UFAM, SiBi/UFC, SiBI/UFRJ e CBI/UFF;
13) escolha da linguagem – todas as políticas de indexação analisadas explicitam a linguagem adotada para a indexação;
14) Sistema de Recuperação da Informação – todas as políticas de indexação analisadas indicam os sistemas utilizados por suas bibliotecas. São eles: SISTEBIB/UFAM (Pergamum); Sisbib/UFT (Pergamum); SiBi/UFC (Pergamum); Sibi/UFG (Sophia); SiBI/UFRJ (Aleph); CBI/UFF (Pergamum); BU/UFSC (Pergamum); SBUFRGS (SABi); e SiB da FURG (ARGO);
15) capacidade de revocação e precisão do sistema – apenas a BU/UFSC e o SBUFRGS não apresentam, em seus documentos, a definição desses critérios;
16) estratégia de busca – apenas a BU/UFSC e o SiB da FURG não definem, em suas políticas de indexação, os procedimentos relacionados às estratégias de busca. Já o SBUFRGS não apresenta essa descrição na política de indexação, mas a inclui em seus manuais;

17) forma de saída – apenas o SISTEBIB/UFAM, o Sisbib/UFT e o SiBI/UFRJ apresentam essa definição em suas políticas de indexação. No entanto, considerando que os sistemas de recuperação da informação são online, a resposta às buscas tende a ser rápida em todos os sistemas analisados;
18) avaliação do sistema – o SISTEBIB/UFAM, o Sisbib/UFT, o SiBi/UFC, o Sibi/UFG e a BU/UFSC apresentam, em suas políticas de indexação, a definição de processos de avaliação do sistema e/ou das atividades de indexação de forma geral.

A partir da definição dos elementos da política de indexação, é possível destacar alguns pontos que contribuem para a formulação, a implementação e a avaliação das políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras.

O primeiro destaque refere-se à cobertura de assuntos, à seleção de documentos e aos tipos de materiais. Esses elementos são fundamentais para a implementação da política de indexação, pois indicam quais áreas do conhecimento as bibliotecas atendem e quais tipos de documentos compõem seus acervos. Nesse sentido, é importante que as bibliotecas incluam obras que façam parte das bibliografias básicas dos cursos atendidos, garantindo alinhamento com os currículos e com os processos de avaliação do Ministério da Educação (MEC).

O segundo destaque diz respeito às qualidades da indexação. Elas envolvem dois aspectos principais: o alinhamento da indexação ao sistema de recuperação da informação e a capacidade do(a) indexador(a) de realizar a atividade de acordo com essas qualidades. Nas políticas analisadas, as qualidades mais recorrentes são exaustividade e especificidade, presentes em todas as bibliotecas e diretamente relacionadas ao funcionamento dos sistemas de recuperação da informação. Outras qualidades, como consistência, correção, concordância, coerência, fidelidade, bom senso e hierarquização, dependem principalmente da atuação do(a) indexador(a) e de sua capacidade de aplicar esses princípios na prática da indexação.

O terceiro destaque refere-se ao processo de indexação, especialmente à etapa de análise de assunto. Esse processo inclui a leitura documentária, a identificação de conceitos e a seleção de conceitos. Todas as bibliotecas analisadas realizam a leitura documentária e a identificação de conceitos. No entanto, apenas o SISTEBIB/UFAM, SiBi/UFC, SiBI/UFRJ e CBI/UFF mencionam explicitamente a seleção de conceitos, etapa fundamental da análise de assunto. A tradução de conceitos também aparece como elemento presente em todos os sistemas analisados.

Cabe destacar que o SBUFRGS inclui em sua política de indexação diferentes qualidades e processos de indexação. Entretanto, a existência de vários documentos complementares pode dificultar a compreensão sobre a aplicação prática desses elementos.

Nesse caso, exige-se do(a) indexador(a) uma capacidade analítica maior para compreender como o sistema articula as qualidades e os processos de indexação, as competências do(a) profissional, a estrutura do sistema de recuperação da informação e as demandas dos(as) usuários(as).

O quarto destaque refere-se ao uso dos sistemas de recuperação da informação. O sistema mais utilizado entre as bibliotecas analisadas é o Pergamum, presente no SISTEBIB/UFAM, SiBi/UFC, Sisbib/UFT, CBI/UFF e BU/UFSC. Esses sistemas não são utilizados apenas para recuperação da informação, mas também para o gerenciamento de diferentes atividades das bibliotecas universitárias.

O quinto destaque diz respeito à revocação e à precisão dos sistemas. Embora a maioria das bibliotecas mencione esses aspectos, poucas apresentam explicações detalhadas sobre como esses processos são realizados. Nesse sentido, o SiBi/UFC se destaca por apresentar maior detalhamento das atividades de indexação, assim como o Sibi/UFG, que também descreve com maior profundidade esses procedimentos.

O sexto destaque refere-se à avaliação das atividades de indexação. Embora instituições como SISTEBIB/UFAM, Sisbib/UFT, SiBi/UFC, Sibi/UFG e BU/UFSC mencionem a necessidade de avaliação, em geral não apresentam métodos ou técnicas específicos para verificar a consistência da indexação. Em muitos casos, as políticas indicam apenas prazos para atualização do documento. A BU/UFSC, por exemplo, recomenda revisão a cada quatro anos, enquanto o SiBi/UFC estabeleceu revisão a cada dois anos, meta que não foi cumprida, pois o documento já ultrapassa quase dez anos sem atualização. Em alguns casos, como no SiBi/UFC, Sibi/UFG e CBI/UFF, existem formulários para alteração de termos, permitindo inclusão, revisão, substituição ou exclusão de termos.

Entre os sistemas analisados, o Sibi/UFG apresenta maior detalhamento na avaliação terminológica, ao incluir uma seção intitulada ‘Revisão, alteração e substituição’ de termos, com formulários específicos para inclusão de novos termos tópicos e para revisão de termos já existentes.

De modo geral, as políticas de indexação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras apresentam diversos elementos em comum, embora também existam particularidades, especialmente nos casos do SBUFRGS, da BU/UFSC e do SiB da FURG. Ainda assim, a maioria desses sistemas possui documentos consistentes que estabelecem diretrizes para as atividades de indexação e oferecem orientações para o trabalho dos(as) indexadores(as).

Diante disso, observa-se a importância de aperfeiçoar continuamente as políticas de

indexação, promovendo maior integração com outras comissões ou grupos de trabalho dos sistemas de bibliotecas e ampliando o diálogo com a comunidade usuária. Dessa forma, a atividade de indexação pode ser desenvolvida não apenas com base na percepção dos(as) profissionais, mas também com a participação direta da comunidade usuária, por meio de sugestões para aprimorar as práticas de indexação e as definições terminológicas alinhadas aos marcadores sociais (gênero, raça, classe social, etnia, deficiência etc.). Considerando que muitos(as) usuários(as) são especialistas nas áreas atendidas pelas bibliotecas, sua participação pode contribuir significativamente para qualificar as atividades desenvolvidas pelos sistemas de bibliotecas.

7.3 ANÁLISE DOS TERMOS RELATIVOS A GÊNERO NOS CATÁLOGOS ONLINE DA UFC, UFRGS E FURG

A análise dos dados trará uma concepção pormenorizada, porém não exaustiva, sobre o uso dos termos em relação a gênero nos catálogos dos Sistemas de Bibliotecas da UFC, UFRGS e FURG com ênfase naqueles que contêm as seguintes palavras: “gênero”; “feminina”; “feminino”; “feminismo”; “feminista”; “mulher”, o que permitirá a compreensão sobre a política de indexação das instituições e a atuação da comunidade bibliotecária, visando possíveis propostas de revisão, nesse recorte específico.

7.3.1 Catálogo do SiBi/UFC

A política de indexação do SiBi/UFC possui as qualidades de indexação em nível de especificidade, exaustividade, consistência e correção. Já os processos de indexação seguem a lógica da análise de assunto, constituída por três processos: leitura documentária para análise do assunto, identificação de conceitos e seleção de conceitos. A linguagem é controlada por meio do sistema Pergamum.

A seguir, o Quadro 43 representa a lista de termos recuperados por “Gênero” no catálogo online da UFC

Quadro 43 – Busca pelo termo “Gênero” no catálogo do SiBi/UFC

Termos que contêm a palavra		Inconsistências
1	Análise de gênero;	**Erros de grafia**: Gênero.
2	Diversidade de gênero;	
3	Equidade de gênero;	**Ambiguidade e polissemia**: obra indexada em Questões de gênero Juventude
4	Estudos de gênero;	
5	Gênero e saúde;	

6 Gênero e educação; 7 Gênero.; 8 Identidade de gênero; 9 Identidade de gênero na arte; 10 Identidade de gênero na educação; 11 Identidade de gênero na literatura; 12 Identidade de gênero no cinema; 13 Minorias sexuais e de gênero; 14 Minorias sexuais; 15 Normas de gênero; 16 Pessoas de gênero não conforme; 17 Pessoas de gênero não conforme Identidade; 18 Questões de gênero Juventude; 19 Relações de gênero; 20 Violência de gênero	**Termos inadequados**: 1 Análise de gênero; 2 Gênero e saúde; 3 Gênero e educação; 4 Minorias sexuais e de gênero; 5 Pessoas de gênero não conforme Identidade

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 50 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados 20 termos, pois os outros 30 termos tratam de gênero como categorias taxonômicas, textuais, literárias, remissivas “ver” e “ver também” e termos com subdivisão.

Dos 20 termos recuperados que compõem a palavra “gênero”, seis tratam sobre “identidade de gênero”, um trata de gênero e saúde, um sobre gênero e educação, um sobre minorias sexuais e de gênero, um sobre minorias sexuais, enquanto o restante trata de questões variadas de análise, diversidade, equidade, estudos, pessoas, questões, relações e violência de gênero.

As inconsistências foram percebidas em sete termos nesta busca e foram categorizadas a partir de:

1) erros de grafia – o termo “gênero” foi complementado por um ponto final, sendo que não deveria haver o ponto final;
2) ambiguidade e polissemia – a obra indexada em “Questões de gênero Juventude”, trata de “Jovens – Comportamento sexual – Brasil”.
3) termos inadequados – “Análise de gênero” tem como terminologia mais aproximada “Estudos de gênero”; “Gênero e saúde” deve ser substituído por “Saúde de gênero”, conforme o vocabulário DeCS; “Gênero e educação”, o termo mais apropriado seria “Identidade de gênero na educação, considerando que tal termo já existe no catálogo Pergamum da UFC; “Minorias sexuais e de gênero” exige uma separação entre “Minorias Sexuais” e “Minorias Sexuais de Gênero”, visto que se tratam de duas terminologias diferentes; “Pessoas de gênero não conforme Identidade”, o correto seria “Identidade de gênero não conforme”, de acordo com o vocabulário Homosaurus (Adolpho *et al*., [2024]).

Tais inconsistências no ato da indexação envolvem a necessidade de correção

terminológica a fim de que correspondam a realidade das questões de gênero.

O Quadro 44 a seguir mostra a busca pela palavra “Feminina” no catálogo online da UFC.

Quadro 44 – Busca pelo termo “Feminina” no catálogo do SiBi/UFC

Termos que contêm a palavra feminina	Inconsistências
1. Beleza feminina (Estética); 2. Educação feminina; 3. Genitália feminina; 4. Infertilidade feminina; 5. Mao de Obra Feminina; 6. Roupas femininas; 7. Roupas íntimas femininas	**Erros de grafia**: Mao de Obra Feminina **Ambiguidade e polissemia**: obra indexada em “Mao de Obra Feminina”, mas trata de “Mulheres no desenvolvimento rural”; “Política de mão de obra rural” **Termos inadequados**: Educação feminina; Genitália feminina

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 24 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados sete termos, pois os outros 17 termos tratam de gênero como remissivas “ver” e termos com subdivisão. Dos sete termos selecionados, dois tratam de roupas femininas e o restante de beleza feminina (Estética); educação feminina, genitália feminina, infertilidade feminina, mão de obra feminina.

As inconsistências nesta busca obtiveram três termos e foram categorizadas do seguinte modo:

1) **erros de grafia – “**Mao de Obra Feminina” quando o correto é “Mão de obra feminina”;
2) **ambiguidade e polissemia** – obra indexada em “Mao de Obra Feminina”, mas trata de “Mulheres no desenvolvimento rural”; “Política de mão de obra rural”;
3) **termos inadequados**: “Educação feminina” deve ser substituído por “Mulheres – Educação” e “Genitália feminina” deve ser substituído por “Órgãos genitais femininos.

As inconsistências a partir da busca pelo termo “Feminina” expressam a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre as questões educacionais e dos órgãos genitais femininos.

O Quadro 45 expõe a busca pelo termo “Feminino” no catálogo online da UFC.

Quadro 45 – Busca pelo termo “Feminino” no catálogo do SiBi/UFC

Termos que contêm a palavra feminino	Inconsistências
1 Aparelho genital feminino; 2 Esportes femininos; 3 Feminino; 4 Futebol feminino; 5 Trabalho feminino	**Termos inadequados**: 1 Aparelho genital feminino; 2 Esportes femininos; 3 Feminino; 4 Trabalho feminino

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 19 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados cinco termos,

pois os outros 17 termos tratam de gênero como remissivas “ver”, termos com subdivisão e que não sejam Cabeçalho – Termo tópico (Campo MARC 150). Dos cinco termos selecionados, tratam basicamente de aparelho genital, esportes, futebol e trabalho feminino, além do próprio termo “feminino” em si.

As inconsistências nesta busca se constituíram em três termos e foram categorizadas em ‘Termos inadequados’, sendo que: “Aparelho genital feminino” deveria ser substituído por “Órgãos genitais femininos”, segundo o vocabulário LCSH; “Esportes femininos” deveria ser substituído por “Esportes para mulheres”, segundo o catálogo de autoridades BN (Brasil); “Feminino” deveria ser substituído por “Mulheres”, de acordo com o vocabulário Homosaurus (Adolpho *et al*., [2024]); “Trabalho feminino” deveria ser substituído por “Mulheres – Emprego”, conforme o catálogo de autoridades da BN.

O Quadro 46 que segue mostra a busca pelo termo “Feminismo” no catálogo online da UFC.

Quadro 46 – Busca pelo termo “Feminismo” no catálogo do SiBi/UFC

Termos que contêm a palavra feminismo	Inconsistências
1. Bíblia e feminismo; 2. Ecofeminismo; 3. Feminismo; 4. Feminismo e arte; 5. Feminismo e cinema; 6. Feminismo e ciência; 7. Feminismo e educação; 8. Feminismo e literatura; 9. Feminismo na literatura	**Falta de especificidade**: obras indexadas em Feminismo, porém algumas tratam de Feminismo negro, Primeira onda do feminismo – Ceará; Segunda onda do feminismo – Ceará

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 19 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados nove termos, pois os outros 10 termos tratam de gênero, principalmente por causa de termos com subdivisão. Dos nove termos selecionados, além do mais geral “Feminismo” e do “Ecofeminismo”, os demais tratam de relações terminológicas como “Bíblia e feminismo”, “Feminismo e arte”, “Feminismo e cinema”, “Feminismo e ciência”, “Feminismo e educação”, “Feminismo e literatura” e “Feminismo na literatura”.

A inconsistência foi verificada no termo “Feminismo” a partir da categoria “Falta de especificidade”, pois a indexação de algumas obras necessita de especificidade, tais como: “Feminismo negro”, “Primeira onda do feminismo – Ceará” e “Segunda onda do feminismo – Ceará”.

A especificidade é necessária para delimitar com mais precisão o uso das terminologias a fim de que expressem a realidade das questões de gênero.

O Quadro 47 adiante busca pelo termo “Feminista”.

Quadro 47 – Busca pelo termo “Feminista” no catálogo do SiBi/UFC

Termos que contêm a palavra feminista	Inconsistências
1. Bíblia Crítica feminista; 2. Crítica literária feminista; 3. Espiritualidade feminista; 4. Filmes feministas; 5. Geografia feminista; 6. Teologia feminista; 7. Teoria feminista	**Erros de grafia**: Bíblia Crítica feminista **Campo MARC inadequado**: Bíblia Crítica feminista

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 21 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados sete termos, pois os outros 14 termos tratam de gênero, principalmente por não ser Cabeçalho – Termo tópico (Campo MARC 150). Dos sete termos selecionados, boa parte está relacionado a questões de caráter religioso e teológico como “Bíblia Crítica feminista”, “Espiritualidade feminista”, “Teologia feminista”, além de outros termos como “Crítica literária feminista”, Filmes feministas, “Geografia feminista” e Teoria feminista.

Nesta busca foram identificadas duas categorias alusivas ao mesmo termo “Bíblia Crítica feminista”, sendo a primeira categoria “erros de grafia”, pois o termo é subdividido e deveria ser utilizada do seguinte modo: Bíblia – Crítica feminista, enquanto a segunda categoria é referente ao uso inadequado no campo MARC, de modo que está cadastrado no Cabeçalho – Termo tópico (campo MARC 150), enquanto deveria estar no Cabeçalho – Título uniforme (campo MARC 130), conforme o catálogo de autoridades da BN (Brasil).

O último quadro é referente a busca pelo termo “Mulher” no catálogo online da UFC.

Quadro 48 – Busca pelo termo “Mulher” no catálogo do SiBi/UFC

Termos que contêm a palavra	Inconsistências
1 Delegacias da mulher; 2 Direitos da Mulher; 3 Direitos das mulheres; 4 Direitos políticos da mulher; 5 Educação da Mulher; 6 Força da mulher solidária (Programa de rádio); 7 Marido e mulher (Direito); 8 Mulher e educação; 9 Mulher na agricultura; 10 Mulher Psicologia; 11 Mulher rural; 12 Mulher saúde; 13 Mulheres; 14 Mulheres na política; 15 Mulheres na propaganda; 16 Mulheres selvagens;	**Erros de grafia**: Direitos da Mulher; Educação da Mulher; Mulher Psicologia; Mulher saúde; Saúde da Mulher; Serviços de Saúde da Mulher **Singular e plural**: Direitos da mulher e Direitos das mulheres **Sinônimos**: Direitos das mulheres; Direitos da mulher e Direitos políticos da mulher **Campo MARC inadequado**: 1 Força da mulher solidária (Programa de rádio)

17 Relação homem-mulher; 18 Relação homem-mulher na literatura; 19 Saúde da Mulher; 20 Serviços de Saúde da Mulher; 21 Violência contra a mulher; 22 Voto da mulher	**Termos inadequados**: 1 Direitos da Mulher; 2 Direitos políticos da mulher; 3 Educação da Mulher; 4 Mulher e educação; 5 Mulher Psicologia; 6 Mulher na agricultura; 7 Mulheres na política; 8 Mulheres na propaganda; 9 Mulher rural; 10 Mulher saúde; 11 Relação homem-mulher; 12 Relação homem-mulher na literatura; 13 Saúde da mulher; 14 Serviços de Saúde da Mulher; 15 Violência contra a mulher; 16 Voto da mulher

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 39 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados 17 termos, pois os outros 22 termos tratam de gênero, principalmente por não ser Cabeçalho – Termo tópico (Campo MARC 150). Dos 22 termos selecionados, há uma variedade de termos relacionados às mulheres no direito, na saúde, na política, na educação, na prática profissional e nas relações com o homem.

Neste caso, a maioria dos termos apresenta inconsistências e está dividido nas seguintes categorias:

1) **erros de grafia**: "Direitos da Mulher" seria mais condizente com o termo "Direitos das mulheres"; "Educação da Mulher" é recomendável o uso do termo "Mulheres – Educação; "Mulher Psicologia" o uso mais pertinente é "Mulheres – Psicologia; "Mulher saúde" o uso correto seria "Mulheres – Saúde"[47]; "Saúde da Mulher" também deve ser utilizado o termo "Mulheres – Saúde"; "Serviços de Saúde da Mulher" deve ser "Serviços de saúde para mulheres";
2) **singular e plural**: "Direitos da mulher" deve ser "Direitos das mulheres";
3) **sinônimos**: "Direitos das mulheres", "Direitos da mulher" e "Direitos políticos da mulher" devem ser representados especificamente por "Direitos das mulheres";
4) **campo MARC inadequado**: "Força da mulher solidária (Programa de rádio)" está cadastrado no Cabeçalho – Termo tópico (campo MARC 150), enquanto

[47] A BN (Brasil) sugere o uso do termo "Mulheres – Saúde e higiene" (*Women – Health and hygiene*, extraído dos LCSH). No entanto, para evitar a redução da saúde das mulheres a uma perspectiva higienista e estigmatizante, opta-se pelo termo "Mulheres – Saúde" (*Women's health*, extraído do MeSH), por compreender que a saúde das mulheres envolve dimensões mais amplas e complexas.

deveria estar no Cabeçalho – Título uniforme (campo MARC 130), conforme o catálogo de autoridades da BN (Brasil);

5) **termos inadequados**: “Direitos da mulher” e “Direitos políticos da mulher” deve ser representado por “Direitos das mulheres”; “Educação da Mulher” e “Mulher e educação” deve ser representado por “Mulheres – Educação”; “Mulher Psicologia” deve ser representado por “Mulheres – Psicologia”; “Mulher na agricultura” deve ser representado por “Mulheres na agricultura”; “Mulheres na política” deve ser representado por “Mulheres – Atividades políticas”; “Mulheres na propaganda” é recomendável o uso do termo “Mulheres nos anúncios”; “Mulher rural” deve ser definido como “Mulheres no campo”; “Mulher saúde” deve ter a representação de “Mulheres – Saúde”; “Relação homem-mulher” deve ser representado por “Relações entre mulheres e homens; “Relação homem-mulher na literatura” são representadas por Relações entre mulheres e homens na literatura”; “Saúde da mulher” deve ser substituído por “Mulheres – Saúde”; “Serviços de Saúde da Mulher” deve ser alterado para “Serviços de saúde para mulheres”; “Violência contra a mulher” deve ser indicado como “Violência contra as mulheres”; “Voto da mulher” deve ser “Mulheres – Sufrágio”[48].

A busca pelo termo “Mulher” foi a que apresentou maior densidade de inconsistências, principalmente relativa ao uso de termos inadequados, sendo necessário uma revisão terminológica a fim de alinhar a indexação do SiBi/UFC à valorização das mulheres em suas pluralidades e diversidades de representação.

7.3.2 Catálogo do SBUFRGS

A política de indexação do SBUFRGS não possui as qualidades de indexação em nível de especificidade, exaustividade, consistência e correção, nem delimitam os processos de indexação e nem define a escolha da linguagem, pois está mais estabelecido como manual de operações do que uma política estruturada em si, o que dificulta os processos de compreensão sobre os fundamentos que compõem a atividade de indexação. O sistema utilizado pelo SBUFRGS é o SABi que é um software desenvolvido pela própria UFRGS.

O primeiro Quadro 49 é referente a busca pelo termo “Gênero” no catálogo online da

[48] A noção de não ser voto, mas sufrágio implica na condição de que não foi um processo naturalmente concedido pelo poder público, mas de luta histórica que gerou não somente o direito ao voto, mas a garantia de que esse direito fosse consolidado independente da dominação masculina.

UFRGS.

Quadro 49 – Busca pelo termo “Gênero” no catálogo do SBUFRGS

Termos que contêm a palavra gênero	Inconsistências
1 Análise de gênero; 2 Binarismo de gênero; 3 Cirurgia de afirmação de gênero; 4 Corpo e gênero; 5 Construção social do gênero; 6 Desigualdade de gênero; 7 Discriminação de gênero; 8 Disforia de gênero; 9 Diversidade de gênero; 10 Estereotipagem de gênero; 11 Estereótipos de gênero; 12 Equidade de gênero; 13 Estudos de gênero; 14 Genero; 15 Gênero; 16 Gênero Feminino; 17 Gênero (feminino x masculino)[49]; 18 Gênero (feminino x masculino) na literatura; 19 Gênero (feminino x masculino) no cinema latino-americano; 20 Gênero (feminino x masculino) no imaginário cultural; 21 Gênero e educação; 22 Gênero masculino; 23 Gênero e saúde; 24 Gênero e sexualidade; 25 Hierarquia de gênero; 26 Identidade de gênero; 27 Identidade de gênero na literatura; 28 Igualdade de gênero; 29 Minorias sexuais e de gênero; 30 Necessidades específicas do gênero; 31 Normas de gênero; 32 Papel de gênero; 33 Performatividade de gênero; 34 Perspectiva de gênero; 35 Pessoas transgênero; 36 Políticas inclusivas de gênero; 37 Procedimentos de afirmação de gênero; 38 Relação de gênero; 39 Relações de gênero; 40 Relações de gênero na literatura;	**Erros de grafia**: Genero **Singular e plural**: Relação de gênero e Relações de gênero **Termos inadequados**: 1 Análise de gênero; 2 Binarismo de gênero; 3 Corpo e gênero; 4 Discriminação de gênero; 5 Estereotipagem de gênero; 6 Estereótipos de gênero; 7 Gênero Feminino; 8 Gênero (feminino x masculino); 9 Gênero (feminino x masculino) na literatura; 10 Gênero (feminino x masculino) no cinema latino-americano; 11 Gênero (feminino x masculino) no imaginário cultural; 12 Gênero e educação; 13 Gênero masculino; 14 Gênero e saúde; 15 Gênero e sexualidade; 16 Hierarquia de gênero; 17 Minorias sexuais e de gênero; 18 Papel de gênero; 19 Relações de gênero na literatura; 20 Relações de gênero na obra de Délia (Celeste); 21 Transgênero; 22 Violência de gênero **Sinônimos:** Perspectiva de gênero e Transversalidade de gênero

[49] Os seguintes termos que contêm a palavra gênero – “Gênero (feminino x masculino)”, “Gênero (feminino x masculino) na literatura”, “Gênero (feminino x masculino) no cinema latino-americano” e “Gênero (feminino x masculino) no imaginário cultural” – foram recuperados e classificados na categoria termos inadequados. Nesse contexto, compreende-se que o conceito de gênero ultrapassa a oposição entre feminino e masculino, abrangendo as construções sociais, históricas e culturais que influenciam as relações entre mulheres e homens, bem como as relações entre mulheres e entre homens. Assim, a perspectiva binária entre masculino e feminino não constitui o foco desta tese, além de representar uma abordagem considerada ofensiva e excludente. Tal ocorrência evidencia que esses termos apresentam inadequações semânticas e caráter preconceituoso, demandando revisão e atualização terminológica.

Termos que contêm a palavra gênero	Inconsistências
41 Relações de gênero na obra de Délia (Celeste); 42 Saúde de gênero; 43 Transgênero; 44 Transversalidade de gênero; 45 Violência de gênero	

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 98 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados 45 termos, pois os outros 53 termos tratam de gênero no sentido literário, discursivo, musical, neutro, gramatical ou são termos subdivididos. Dos 45 termos selecionados há uma variedade terminológica nas questões de gênero, identidade de gênero, além de aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, laborais, literários e de saúde em torno dessas questões.

As inconsistências foram divididas nas seguintes categorias:

1) **erros de grafia** – "Genero" deve ser escrito "Gênero";
2) **singular e plural**: entre "Relação de gênero" e "Relações de gênero" deve ser utilizado "Relações de gênero", no plural;
3) **termos inadequados**: "Análise de gênero" possui como terminologia mais aproximada "Estudos de gênero"; "Corpo e gênero" não é um termo autorizado; "Discriminação de gênero" o termo adequado é "Generismo"; "Estereótipos de gênero" o uso mais adequado é "Estereótipos de papéis de gênero"; "Gênero Feminino" deve ser utilizado "Mulheres"; "Gênero (feminino x masculino)" deve ser indexado "Relações entre mulheres e homens"; Gênero (feminino x masculino) na literatura; é recomendável indexar e substituir por Relações entre mulheres e homens na literatura; "Gênero (feminino x masculino) no cinema latino-americano" é recomendável indexar como "Relações entre mulheres e homens no cinema – América Latina"; "Gênero (feminino x masculino) no imaginário cultural" deve ser utilizado "Relações entre mulheres e homens"; "Gênero masculino" deve ser utilizado o termo "Homens"; e "Papel de gênero", é pertinente inserir no plural "Papéis de gênero".
4) **sinônimos:** em relação aos termos **"**Perspectiva de gênero" e "Transversalidade de gênero", o termo ideal é "Transversalização de gênero".

A busca pelo termo "Gênero" indica a necessidade de várias revisões terminológicas, principalmente em relação as inadequações dos termos, visando qualificar a atividade de indexação do SBUFRGS.

O segundo quadro (Quadro 50) trata da busca pelo termo "Feminina" no catálogo online da UFRGS.

Quadro 50 – Busca pelo termo “Feminina” no catálogo do SBUFRGS

Termos que contêm a palavra feminina	Inconsistências
1 Adolescente feminina; 2 Beleza feminina; 3 Circuncisão feminina; 4 Condição feminina; 5 Emancipação feminina; 6 Escrita feminina; 7 Esterilizacao feminina; 8 Figura feminina; 9 Genitália feminina; 10 Genitália feminina (Arte); 11 Ginastica feminina; 12 Homossexualidade feminina; 13 Identidade feminina; 14 Imprensa feminina; 15 Infertilidade feminina; 16 Invisibilidade feminina; 17 Liderança feminina; 18 Literatura feminina; 19 Moda feminina; 20 Mutilação genital feminina; 21 Personagem feminina; 22 Personagens femininas na literatura; 23 Prisão feminina; 24 Prostituição feminina; 25 Representação feminina; 26 Roupa íntima feminina; 27 Sexualidade feminina; 28 Transexualidade feminina	**Erros de grafia**: 1 Esterilizacao feminina; 2 Ginastica feminina **Termos inadequados**: 1 Adolescente feminina; 2 Beleza feminina; 3 Circuncisão feminina; 4 Condição feminina; 5 Emancipação feminina; 6 Escrita feminina; 7 Figura feminina; 8 Genitália feminina; 9 Genitália feminina (Arte); 10 Homossexualidade feminina 11 Identidade feminina; 12 Imprensa feminina; 13 Invisibilidade feminina; 14 Liderança feminina; 15 Literatura feminina; 16 Moda feminina; 17 Personagem feminina; 18 Personagens femininas na literatura; 19 Prisão feminina; 20 Prostituição feminina; 21 Representação feminina; 22 Roupa íntima feminina 23 Sexualidade feminina

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 32 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados 28 termos, sendo 25 com inconsistências, o que expressa um número muito alto e pode estar associado a falta de controle de qualidade na indexação, o uso inadequado do “Formato MARC 21 para Dados de Autoridade de Assunto” e vulnerabilidades do sistema de recuperação da informação (SABi), considerando que o SBUFRGS não dispõe de clareza de fundamentação propositiva, teórica e metodológica nos documentos alusivos às práticas de indexação, tais como níveis de qualidade e de processo, o que indica a necessidade de uma revisão terminológica mais criteriosa.

As inconsistências foram divididas em duas categorias: erros de grafia e termos inadequados.

Sobre os erros de grafia é possível ponderar que o termo “Esterilizacao feminina” deve ser escrito “Esterilização de mulheres”, “Ginastica feminina” deve ser escrito “Ginástica para mulheres” e “Roupa íntima feminina” deve ser “Roupas íntimas femininas”.

Quanto a categoria termos inadequados é possível perceber as seguintes necessidades

de revisão:

a) “Adolescente feminina” é recomendado “Adolescentes (Meninas)”;
b) “Beleza feminina” é recomendado “Beleza feminina (Estética)”;
c) “Circuncisão feminina” é recomendado “Clitoridectomia”;
d) “Emancipação feminina” é recomendado “Feminismo”;
e) “Escrita feminina” é recomendado “Escritoras”;
f) “Esterilizacao feminina” é recomendado “Esterilização de mulheres”;
g) “Figura feminina” é recomendado “Mulheres na arte”;
h) “Genitália feminina” é recomendado “Órgãos genitais femininos”;
i) “Ginastica feminina” é recomendado “Ginástica para mulheres”;
j) “Identidade feminina” é recomendado “Mulheres”;
k) “Imprensa feminina” é recomendado “Mulheres na imprensa”;
l) “Liderança feminina” é recomendado “Liderança em mulheres”;
m) “Literatura feminina” é recomendado “Mulheres na literatura”;
n) “Moda feminina” é recomendado “Roupas femininas”;
o) “Personagem feminina” é recomendado “Personagens – Mulheres”;
p) “Prisão feminina” é recomendado “Prisões para mulheres”;
q) “Prostituição feminina” é recomendado “Trabalhadoras do sexo”;
r) “Sexualidade feminina” é recomendado “Mulheres – Comportamento sexual”.

Os termos a serem corrigidos revelam um olhar de dominação masculina e subalternização da mulher em diversas questões relacionadas às práticas profissionais, esportivas, sexuais, estéticas e de saúde.

O terceiro quadro (Quadro 51) contempla a busca pelo termo “Feminino” no catálogo online da UFRGS.

Quadro 51 – Busca pelo termo “Feminino” no catálogo do SBUFRGS

Termos que contêm a palavra feminino	Inconsistências
1 Análise do discurso feminino; 2 Celibato feminino; 3 Corpo feminino; 4 Comportamento feminino; 5 Discurso feminino; 6 Empoderamento feminino; 7 Feminino; 8 Feminino na literatura; 9 Futebol feminino; 10 Gênero feminino; 11 Gênero (feminino x masculino); 12 Gênero (feminino x masculino) e tolerância; 13 Gênero (feminino x masculino) na literatura; 14 Gênero (feminino x masculino) no cinema	**Erros de grafia**: Presidio feminino; Sistema Penitenciário feminino **Singular e plural**: Representação do feminino e Representações do feminino **Termos inadequados**: 1 Análise do discurso feminino; 2 Celibato feminino; 3 Corpo feminino; 4 Comportamento feminino; 5 Discurso feminino; 6 Empoderamento feminino; 7 Feminino;

latino-americano; 15 Gênero (feminino x masculino) no imaginário cultural; 16 Imaginário feminino; 17 Orgasmo feminino; 18 Presidio feminino; 19 Representação do feminino; 20 Representações do feminino; 21 Sistema reprodutor feminino; 22 Sistema Penitenciário feminino; 23 Superendividamento feminino; 24 Trabalho feminino; 25 Trabalho feminino rural; 26 Universo feminino; 27 Vestuário feminino; 28 Voto feminino	8 Feminino na literatura; 9 Gênero feminino; 10 Gênero (feminino x masculino); 11 Gênero (feminino x masculino) e tolerância; 12 Gênero (feminino x masculino) na literatura; 13 Gênero (feminino x masculino) no cinema latino-americano; 14 Gênero (feminino x masculino) no imaginário cultural; 15 Imaginário feminino; 16 Presidio feminino; 17 Representação do feminino; 18 Representações do feminino; 19 Sistema Penitenciário feminino; 20 Superendividamento feminino; 21 Trabalho feminino; 22 Trabalho feminino rural; 23 Universo feminino; 24 Vestuário feminino; 25 Voto feminino

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 40 termos recuperados, mas, após filtragem, foram selecionados 28 termos, sendo 25 inconsistências, o que mais uma vez expressa o alto índice que compromete a qualidade da indexação.

As inconsistências revelaram três categorias: erros de grafia; singular e plural; e termos inadequados.

Quanto aos erros de grafia tanto o termo “Presidio feminino”, quanto “Sistema Penitenciário feminino” devem ser substituídos por “Prisão para mulheres”.

Com relação à categoria singular e plural o termo “Representação do feminino” e “Representações do feminino” devem ser substituídos por “Mulheres – Condições sociais”.

Sobre a categoria referente aos termos inadequados segue:

a) “Análise do discurso feminino” é recomendado o termo geral “Análise do discurso”[50];
b) “Celibato feminino” é recomendado o termo geral “Celibato”[51];
c) “Corpo feminino” é recomendado “Imagem corporal em mulheres”;
d) “Comportamento feminino” é recomendado “Mulheres – Conduta”;
e) “Discurso feminino” é recomendado “Mulheres – Linguagem”;
f) “Feminino” é recomendado “Feminilidade”;
g) “Feminino na literatura” é recomendado “Mulheres na literatura”;

[50] Neste caso deve ser indexado pelo termo geral “Análise do discurso”.
[51] Neste caso deve ser indexado pelo termo geral “Celibato”.

h) “Gênero feminino” é recomendado “Mulheres”;
i) “Gênero (feminino x masculino)” é recomendado “Relações entre mulheres e homens”;
j) “Gênero (feminino x masculino) e tolerância” é recomendado “Relações entre mulheres e homens”[52];
k) “Gênero (feminino x masculino) na literatura” é recomendado “Relações entre mulheres e homens na literatura”;
l) “Gênero (feminino x masculino) no cinema latino-americano” é recomendado “Relações entre mulheres e homens no cinema – América Latina”;
m) “Gênero (feminino x masculino) no imaginário cultural” é recomendado “Relações entre mulheres e homens”;
n) “Presidio feminino” é recomendado “Prisões para mulheres”;
o) “Representação do feminino” é recomendado “Mulheres – Condições sociais”;
p) “Representações do feminino” é recomendado “Mulheres – Condições sociais”;
q) “Sistema Penitenciário feminino” é recomendado “Prisões para mulheres”;
r) “Superendividamento feminino” é recomendado “Dívidas pessoais”[53];
s) “Trabalho feminino” é recomendado “Mulheres – Emprego”;
t) “Trabalho feminino rural” é recomendado “Trabalhadoras rurais”;
u) “Universo feminino” é recomendado “Feminilidade”;
v) “Vestuário feminino;” é recomendado “Roupas femininas”; e
w) “Voto feminino” é recomendado “Mulheres – Sufrágio”.

Mais uma vez é possível observar a necessidade de criteriosa revisão terminológica referente à feminilidade em diversos aspectos como o profissional, político, pessoal, além das relações entre mulheres e homens e as mulheres no contexto social.

O quarto quadro (Quadro 52) mostra a busca pelo termo “Feminismo” no catálogo online da UFRGS.

Quadro 52 – Busca pelo termo “Feminismo” no catálogo do SBUFRGS

Termos que contêm a palavra feminismo	Inconsistências
1 Feminismo; 2 Feminismo decolonial; 3 Feminismo e democracia; 4 Feminismo e liberalismo; 5 Feminismo e Literatura; 6 Feminismo e marxismo;	**Erros de grafia**: Feminismo e Literatura **Termos inadequados**: 1 Feminismo e política; 2 Feminismo judaico; 3 Feminismo na imprensa sul-rio-

[52] Neste caso deve ser indexado pelo termo geral “Relações entre mulheres e homens”.
[53] Neste caso deve ser indexado pelo termo geral “Dívidas pessoais”.

7 Feminismo e música; 8 Feminismo e política; 9 Feminismo e pós-colonialismo; 10 Feminismo e pós-modernismo; 11 Feminismo e Psicanálise; 12 Feminismo e Psicologia; 13 Feminismo e socialismo; 14 Feminismo e teologia; 15 Feminismo judaico; 16 Feminismo na imprensa sul-rio-grandense; 17 Feminismo na literatura; 18 Feminismo no Rio Grande do Sul; 19 Feminismo (Religião)	grandense; 4 Feminismo no Rio Grande do Sul; 5 Feminismo (Religião)

Fonte: Dados da pesquisa.

As inconsistências foram tipificadas em duas categorias: erros de grafia e termos inadequados.

Quanto aos erros de grafia o termo "Feminismo e Literatura" a recomendação de uso terminológico é "Feminismo e literatura".

Sobre a categoria de termos inadequados seguem as recomendações:

a) "Feminismo e política" o recomendável é "Feminismo – Aspectos políticos";

b) "Feminismo judaico" é recomendável o termo "Feminismo – Aspectos religiosos – Judaísmo";

c) "Feminismo na imprensa sul-rio-grandense" o uso recomendado do termo é "Feminismo na imprensa – Rio Grande do Sul";

d) "Feminismo no Rio Grande do Sul" o termo recomendado é "Feminismo – Rio Grande do Sul";

e) "Feminismo (Religião)" o termo indicado para indexação é "Feminismo – Aspectos religiosos".

O quinto quadro (Quadro 53) mostra a busca pelo termo "Feminista" no catálogo online da UFRGS.

Quadro 53 – Busca pelo termo "Feminista" no catálogo do SBUFRGS

Termos que contêm a palavra feminista	Inconsistências
1 Arte feminista; 2 Crítica feminista; 3 Discurso feminista; 4 Economia feminista; 5 Epistemologia feminista; 6 Geografia feminista; 7 Literatura feminista; 8 Política feminista; 9 Teatro feminista; 10 Teoria feminista	**Termos inadequados**: 1 Política feminista **Ambiguidade e polissemia**: obras indexadas em Discurso feminista, mas tratam de "Feminismo e literatura"; "Mulheres e literatura"; "Literatura – Escritoras – História e crítica"

Fonte: Dados da pesquisa.

As inconsistências foram tipificadas em duas categorias: termos inadequados; e ambiguidade e polissemia.

Na categoria termos inadequados, têm-se “Discurso feminista” é preferível o uso do Termo Geral “Feminismo e literatura”; para “Política feminista” a recomendação é “Feminismo – Aspectos políticos”.

Na categoria ambiguidade e polissemia as obras que estão indexadas em “Discurso feminista”, tratam de “Feminismo e literatura”; “Mulheres e literatura”; “Literatura – Escritoras – História e crítica”.

O sexto quadro (Quadro 54) mostra a busca pelo termo “Mulher” no catálogo online da UFRGS.

Quadro 54 – Busca pelo termo “Mulher” no catálogo do SBUFRGS

Termos que contêm a palavra mulher	Inconsistências
1. Direito das mulheres; 2. Educação de mulheres; 3. Mulher; 4. Mulher adulta; 5. Mulher agricultora; 6. Mulher artista; 7. Mulher calchaquí; 8. Mulher cangaceira; 9. Mulher celta; 10. Mulher rural; 11. Mulher solteira; 12. Mulher trans; 13. Mulheres; 14. Mulheres camponesas; 15. Mulheres indígenas; 16. Mulheres militares; 17. Mulheres na ciência; 18. Mulheres na computação; 19. Mulheres na história; 20. Mulheres na literatura; 21. Mulheres na música; 22. Mulheres na política; 23. Mulheres negras; 24. Mulheres trabalhadoras; 25. Saúde da mulher; 26. Violência contra a mulher; 27. Penitenciária para mulheres	**Singular e plural**: Mulher e Mulheres **Termos inadequados**: 1. Direito das mulheres; 2. Educação de mulheres; 3. Mulher; 4. Mulher adulta; 5. Mulher agricultora; 6. Mulher artista; 7. Mulher calchaquí; 8. Mulher cangaceira; 9. Mulher celta; 10. Mulher rural; 11. Mulher solteira; 12. Mulher trans; 13. Mulheres na política; 14. Mulheres trabalhadoras; 15. Saúde da mulher; 16. Violência contra a mulher

Fonte: Dados da pesquisa.

As inconsistências foram divididas em duas categorias: singular e plural; e termos inadequados.

Na categoria singular e plural entre os termos “Mulher” e “Mulheres”, o termo recomendável é “Mulheres”.

Na categoria termos inadequados seguem as recomendações dos termos:

a) “Direito das mulheres” é recomendável o termo “Direitos das mulheres”;
b) “Educação de mulheres” é recomendável o termo “Mulheres – Educação”;
c) “Mulher” é recomendável o termo “Mulheres”;
d) “Mulher adulta” também é recomendável o termo “Mulheres”;
e) “Mulher agricultora” é recomendável o termo “Trabalhadoras rurais”;
f) “Mulher artista” é recomendável o termo “Mulheres artistas”;
g) “Mulher calchaquí” a sugestão é “Mulheres calchaquíes”;
h) “Mulher cangaceira” é recomendável “Cangaceiras”;
i) “Mulher celta” o termo recomendável é “Mulheres celtas”;
j) “Mulher rural” é recomendável o termo “Mulheres do campo”;
k) “Mulher solteira” é recomendável o termo “Mulheres solteiras”;
l) “Mulher trans” o recomendável é “Mulheres transgênero”;
m) “Mulheres na política” o recomendável é “Mulheres – Atividades políticas”;
n) “Mulheres trabalhadoras” o recomendável é “Trabalhadoras”;
o) “Saúde da mulher” o recomendável é “Mulheres – Saúde”;
p) “Violência contra a mulher” é recomendável o termo “Violência contra as mulheres”.

7.3.3 Catálogo do SiB da FURG

A política de indexação do SiB da FURG possui as qualidades de indexação em nível de especificidade e exaustividade. Já os processos de indexação seguem a lógica da análise de assunto, constituída por dois processos: leitura documentária para análise do assunto e identificação de conceitos. A linguagem é controlada por meio do sistema ARGO.

O primeiro quadro representa a lista de termos recuperados por “Gênero” no catálogo online da FURG (Quadro 55).

Quadro 55 – Busca pelo termo “Gênero” no catálogo do SiB da FURG

Termos que contêm a palavra gênero	Inconsistências
1 Binarismo de gênero; 2 Colonialidade de gênero; 3 Desequilíbrios de gênero; 4 Desigualdade de gênero; 5 Discriminação de gênero; 6 Diversidade de gênero; 7 Estudos de gênero; 8 Gênero; 9 Gênero feminino;	**Termo cadastrado, mas não possui obra associada**: 1. Binarismo de gênero; 2. Colonialidade de gênero; 3. Desequilíbrios de gênero; 4. Discriminação de gênero; 5. Gênero; 6. Liberdade de gênero; 7. Minorias de gênero; 8. Perfomance de gênero;

10 Gênero masculino; 11 gêneros; 12 Gênero sexual; 13 Gêneros (Grupos sociais); 14 Identidade de gênero; 15 Ideologia de gênero; 16 Igualdade de gênero; 17 Liberdade de gênero; 18 Minorias de gênero; 19 Movimento antigênero; 20 Perfomance de gênero; 21 Perspectiva de gênero; 22 Relações de gênero; 23 Representações de gênero; 24 Teoria de gênero; 25 Transgêneros; 26 Transição de gênero; 27 Violência de gênero	9. Perspectiva de gênero; 10. Representações de gênero **Ambiguidade e polissemia**: obras indexadas em "Estudos de gênero" e "Teoria de gênero", mas tratam de Gêneros literários **Termos inadequados**: Gênero feminino; Gênero masculino; Gênero sexual; Transgêneros **Erros de grafia**: gêneros **Falta de especificidade**: obra indexada em Violência de gênero, porém o assunto é Violência contra as mulheres

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 42 termos recuperados que contêm a palavra gênero, sendo 15 ocorrências excluídas, pois tratam de gêneros textuais e literários ou do campo MARC 610 Assunto – Entidade), resultando em 27 termos e, dentre eles, há 18 termos que apresentam inconsistência. Os termos relativos a gênero tratam de diversos aspectos de caráter político, ideológico, identitário e social que são abordados na realidade acadêmica, principalmente nos campos das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e da Saúde.

As inconsistências são divididas nas seguintes categorias:

a) **termos cadastrados não possuem obras associadas** – os termos são: "Binarismo de gênero"; "Colonialidade de gênero"; "Desequilíbrios de gênero"; "Discriminação de gênero"; "Gênero"; "Liberdade de gênero"; "Minorias de gênero"; "Perfomance de gênero"; "Perspectiva de gênero"; e "Representações de gênero";
b) **ambiguidade e polissemia** – obras indexadas em "Estudos de gênero" e "Teoria de gênero", tratam de "Gêneros literários";
c) **termos inadequados –** o termo "Gênero feminino" é recomendável que seja indexado como "Mulheres"; o termo "Gênero masculino" é recomendável que seja indexado como "Homens"; o termo "Gênero sexual" é recomendável que seja indexado como "Gênero"; e o termo "Transgêneros" deve ser indexado como "Pessoas transgênero";
d) **erros de grafia** – o termo "gêneros" deve ser indexado como "Gênero";
e) **falta de especificidade** – na obra indexada em "Violência de gênero", o assunto é "Violência contra as mulheres".

A busca por termos que contêm a palavra gênero, especificamente no catálogo do

SiB da FURG, revelou a categoria “Termo cadastrado, mas não possui obra associada”. Isso ocorreu porque a busca foi realizada no campo “Assunto”, no qual alguns termos foram recuperados, embora o catálogo indicasse que não havia obras vinculadas a eles.

Ao refazer a busca no campo “Livre”, o sistema passou a recuperar obras associadas aos termos anteriormente identificados. No entanto, compreende-se que a busca no campo “Livre” realiza uma varredura em todos os campos de descrição do registro bibliográfico, e não apenas no campo “Assunto”, selecionado para esta pesquisa. Tal funcionamento diverge do entendimento apresentado na literatura da área de Biblioteconomia.

Diante disso, recomenda-se que o software Argo utilize nomenclaturas como “Qualquer campo” ou “Todos os campos”, em substituição ao termo “Livre”, para representar buscas que abrangem diferentes campos de descrição bibliográfica.

Sugere-se que o campo “Assunto” recupere todos os assuntos e suas respectivas obras vinculadas, independentemente de serem classificados como “assunto de termos livres” ou como “assunto” proveniente de vocabulário controlado.

O segundo quadro (Quadro 56) expõe a busca pelo termo “Feminina” no catálogo online da FURG.

Quadro 56 – Busca pelo termo “Feminina” no catálogo do SiB da FURG

Termos que contêm a palavra feminina	Inconsistências
1. Antagonistas femininas; 2. Autonomia feminina; 3. Autoria feminina; 4. Cidadania feminina; 5. Criminalidade feminina; 6. Diplomacia feminina; 7. Educação feminina; 8. Escravidão feminina; 9. Escrita feminina; 10. Escrita negra feminina; 11. Escritura feminina; 12. Esterilidade feminina; 13. Esterilização feminina; 14. Estética feminina; 15. Femininas; 16. Figura feminina; 17. Genitália feminina; 18. Honra feminina; 19. Incontigencia urinaria feminina; 20. Infertilidade feminina; 21. Leituras femininas; 22. Lírica feminina negra; 23. Literatura afro-feminina; 24. Literatura feminina; 25. Memória feminina;	**Termo cadastrado, mas não possui obra associada**: Antagonistas femininas; Autonomia feminina; Escrita negra feminina; Esterilidade feminina; Femininas **Erros de grafia**: Incontigencia urinaria feminina **Termos inadequados**: 1. Antagonistas femininas; 2. Autonomia feminina; 3. Autoria feminina; 4. Cidadania feminina; 5. Criminalidade feminina; 6. Diplomacia feminina; 7. Educação feminina; 8. Escravidão feminina; 9. Escrita feminina 10. Escrita negra feminina; 11. Escritura feminina 12. Esterilidade feminina; 13. Esterilização feminina; 14. Estética feminina; 15. Femininas;

Termos que contêm a palavra feminina	Inconsistências
26. Migração feminina; 27. Narrativa feminina; 28. Nudez feminina; 29. Opressão feminina; 30. Participação feminina; 31. Personagens femininas; 32. Produção artística feminina ocidental; 33. Prostituição feminina; 34. Psicologia feminina; 35. Representação feminina; 36. Sabedoria feminina; 37. Urologia feminina; 38. Visão feminina	16. Figura feminina; 17. Genitália feminina; 18. Honra feminina; 19. Incontigencia urinaria feminina 20. Leituras femininas; 21. Lírica feminina negra; 22. Literatura afro-feminina; 23. Literatura feminina; 24. Memória feminina; 25. Migração feminina; 26. Narrativa feminina; 27. Nudez feminina; 28. Opressão feminina; 29. Participação feminina; 30. Personagens femininas; 31. Produção artística feminina ocidental; 32. Prostituição feminina; 33. Psicologia feminina; 34. Representação feminina; 35. Sabedoria feminina; 36. Urologia feminina; 37. Visão feminina **Falta de especificidade**: obra indexada em Autoria feminina, porém o assunto é "Contos brasileiros – Escritoras negras – História e crítica"; obra indexada em Cidadania feminina, mas trata de "Serviços de saúde para mulheres – Política governamental – Brasil"; "Mulheres – Saúde – Política governamental – Brasil" e "Direito das mulheres"

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 38 termos recuperados e, dentre eles, há 37 termos que apresentam inconsistência, o que demonstra um altíssimo grau de necessidade de revisão em relação a busca pelo termo "Feminina". Os termos relativos a gênero tratam de diversos aspectos de caráter político, jurídico, educacional, ideológico, identitário e social, além de saúde que são abordados academicamente, principalmente nos campos das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e da Saúde.

As inconsistências foram delimitadas pelas seguintes categorias:

a) **termos cadastrados não possuem obras associadas** – "Antagonistas femininas"; "Autonomia feminina"; "Escrita negra feminina"; "Esterilidade feminina"; "Femininas";

b) **erros de grafia** – o termo "Incontigencia urinaria feminina" deve ser indexado como "Incontingência urinária feminina";

c) **termos inadequados**: "Antagonistas femininas" é recomendável que seja indexado como "Vilãs na literatura"; "Autonomia feminina" é recomendável que seja indexado como "Autonomia das mulheres"; "Autoria feminina" é

recomendável que seja indexado como “Escritoras”; “Criminalidade feminina” é recomendável que seja indexado como “Criminosas”; “Diplomacia feminina” é recomendável que seja indexado como “Mulheres diplomatas”; “Escravidão feminina” é recomendável que seja indexado como “Mulheres escravizadas”; “Esterilização feminina” é recomendável que seja indexado como “Esterilização de mulheres”; “Estética feminina” é recomendável que seja indexado como “Beleza feminina (Estética)”; “Femininas” é recomendável que seja indexado como “Feminilidades”; “Figura feminina” é recomendável que seja indexado como “Mulheres na arte”; “Genitália feminina” o termo adequado para indexação é “Órgãos genitais femininos”; “Personagens femininas” possui como termo adequado para indexação “Personagens – Mulheres”; “Prostituição feminina” a recomendação de termo adequado é “Trabalhadoras do sexo”;

d) **Falta de especificidade**: na obra indexada em “Autoria feminina”, o assunto é “Contos brasileiros – Escritoras negras – História e crítica”; na obra indexada em “Cidadania feminina”, trata de “Serviços de saúde para mulheres – Política governamental – Brasil”, “Mulheres – Saúde – Política governamental – Brasil” e “Direito das mulheres”.

O nível de inconsistência identificado é elevado, especialmente na indexação de termos inadequados e na falta de especificidade, o que exige um olhar mais técnico para a atividade de indexação e um aprofundamento da política de indexação em relação aos níveis de qualidade (especificidade). Além disso, destaca-se a importância de ampliar as discussões sobre gênero e investir na formação de bibliotecários(as) acerca dessa temática, de modo que disponham de subsídios teóricos e metodológicos para realizar uma indexação mais inclusiva.

O terceiro quadro (Quadro 57) é baseado na busca pelo termo “Feminino” no catálogo online da FURG.

Quadro 57 – Busca pelo termo “Feminino” no catálogo do SiB da FURG

Termos que contêm a palavra feminino	Inconsistências
1 Arquétipos femininos; 2 Cárcere feminino; 3 Comportamento feminino; 4 Contraceptivos femininos; 5 Corpo feminino; 6 Corpo feminino (Proteção); 7 Discurso feminino; 8 Dispositivos anticoncepcionais femininos; 9 Doenças dos genitais femininos; 10 Doenças urogenitais feminino;	**Termo cadastrado, mas não possui obra associada**: Corpo feminino (Proteção); Feminino alado **Erros de grafia**: Doenças urogenitais feminino **Termos inadequados**: 1 Arquétipos femininos; 2 Cárcere feminino; 3 Comportamento feminino; 4 Contraceptivos femininos;

Termos que contêm a palavra feminino	Inconsistências
11 Empreendedorismo feminino; 12 Feminino; 13 Feminino alado; 14 Futebol feminino; 15 Gênero feminino; 16 Hormônios sexuais femininos; 17 Neoplasias dos genitais femininos; 18 Preservativo feminino; 19 Rodeio feminino; 20 Sistema genital feminino; 21 Sufrágio feminino; 22 Sujeito feminino; 23 Trabalho feminino; 24 Travestismo feminino; 25 Universo feminino	5 Corpo feminino; 6 Corpo feminino (Proteção); 7 Discurso feminino; 8 Dispositivos anticoncepcionais femininos; 9 Doenças urogenitais feminino; 10 Empreendedorismo feminino; 11 Feminino; 12 Feminino alado; 13 Gênero feminino; 14 Hormônios sexuais femininos; 15 Preservativo feminino; 16 Rodeio feminino; 17 Sistema genital feminino; 18 Sufrágio feminino; 19 Sujeito feminino; 20 Trabalho feminino 21 Travestismo feminino; 22 Universo feminino **Ambiguidade e polissemia**: obra indexada em "Sujeito feminino", porém trata de "Luft, Lya, 1938-2021. O rio do meio" e "Luft, Lya, 1938-2021 – Personagens –Mulheres" e "Mulheres na literatura"

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram 25 termos recuperados e, dentre eles, há 22 termos que apresentam inconsistência em relação ao termo "Feminino". As obras tratam de diversas temáticas jurídicas, filosóficas, linguísticas, políticas, identitárias, ideológicas e sociais que atendem a diversos campos como Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Saúde.

As inconsistências são tipificadas pelas seguintes categorias:

a) **termos cadastrados não possuem obras associadas** – "Corpo feminino (Proteção)"; e "Feminino alado";

b) **erros de grafia** – o termo **"**Doenças urogenitais feminino" deve ser indexado como "Doenças urogenitais femininas";

c) **termos inadequados**: "Arquétipos femininos" a sugestão para indexação é o termo "Mulheres – Psicologia"; "Cárcere feminino" é recomendável a indexação como "Prisões para mulheres"; "Comportamento feminino" deve ser indexado como "Mulheres – Conduta"; "Corpo feminino" a sugestão para indexação é o termo "Imagem corporal em mulheres"; "Corpo feminino (Proteção)" a recomendação para indexação é o termo geral "Direitos reprodutivos"; "Discurso feminino" deve ser indexado como "Mulheres – Linguagem"; "Feminino" a indexação sugestionada é do termo "Feminilidades"; "Gênero feminino" a recomendação é pelo termo "Mulheres"; Hormônios sexuais femininos; Preservativo feminino; Rodeio feminino; "Sufrágio feminino" é recomendável o termo "Mulheres –

Sufrágio"; Sujeito feminino; Travestismo feminino; "Universo feminino" é recomendável o termo "Feminilidades";

d) **ambiguidade e polissemia**: na obra indexada em "Sujeito feminino", trata de "Luft, Lya, 1938-2021. O rio do meio" e "Luft, Lya, 1938-2021 – Personagens – Mulheres" e "Mulheres na literatura".

O nível de inconsistência é muito alto, especialmente na indexação de termos inadequados, o que mostra que a atividade de indexação possui dinâmicas terminológicas difusas que não correspondem à realidade da literatura científica e dos catálogos de autoridades reconhecidos nacional e internacionalmente, como BN (Brasil) e LCSH.

O quarto quadro (Quadro 58) é referente a busca pelo termo "Feminismo" no catálogo online da FURG.

Quadro 58 – Busca pelo termo "Feminismo" no catálogo do SiB da FURG

Termos que contêm a palavra feminismo	Inconsistências
1. Ecofeminismo; 2. Ecofeminismo crítico; 3. Feminismo; 4. Feminismo descolonial; 5. Feminismo indígena; 6. Feminismo jurídico; 7. Feminismo lésbico; 8. Feminismo negro; 9. Feminismos críticos	**Termo cadastrado, mas não possui obra associada**: Ecofeminismo crítico; Feminismo descolonial; Feminismo indígena; Feminismo jurídico; Feminismo lésbico; Feminismos críticos **Falta de especificidade**: obras indexadas em "Feminismo", porém o assunto é "Feminismo – América Latina"; "Feminismo – Brasil"; "Feminismo negro"

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram nove termos recuperados e, dentre eles, há sete termos que apresentam inconsistência em relação ao termo "Feminismo". As obras tratam de temáticas bem específicas relacionados aos feminismos descolonial, indígena, jurídico, lésbico, críticos, além do ecofeminismo e ecofeminismo crítico que atendem principalmente aos campos das Ciências Humanas.

As inconsistências são divididas em duas categorias:

a) **termos cadastrados não possuem obras associadas** – Ecofeminismo crítico; Feminismo descolonial; Feminismo indígena; Feminismo jurídico; Feminismo lésbico; Feminismos críticos;

b) **falta de especificidade** – nas obras indexadas em "Feminismo", o assunto é "Feminismo – América Latina"; "Feminismo – Brasil"; "Feminismo negro".

Neste caso as inconsistências estão mais alinhadas aos termos que não possuem obras associadas e falta de especificidade, o que demanda um olhar do SiB da FURG sobre o desenvolvimento da indexação e o amadurecimento das políticas de indexação.

O quinto quadro (Quadro 59) mostra a busca pelo termo “Feminista” no catálogo online da FURG.

Quadro 59 – Busca pelo termo “Feminista” no catálogo do SiB da FURG

Termos que contêm a palavra feminista	Inconsistências
1. Arqueologia feminista; 2. Arte feminista; 3. Criminologia feminista; 4. Crítica literária feminista; 5. Economia feminista; 6. Estética feminista; 7. Estudos feminista; 8. Estudos lesbofeministas; 9. Etnografia digital feminista; 10. Feministas; 11. Geografia feminista; 12. Perspectiva feminista; 13. Romance feminista; 14. Teoria feminista	**Termo cadastrado, mas não possui obra associada**: Estudos lesbofeministas Etnografia digital feminista **Ambiguidade e polissemia**: obra indexada em “Perspectiva feminista”, porém trata de “Remoção (Habitação) – Barraquinhas (Rio Grande, RS)”

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram recuperados 14 termos, sendo três inconsistentes, o que demonstra um índice menor de termos que demandam revisão em relação aos demais quadros delineados. Os termos tratam de temáticas diversas na perspectiva feminista como Arqueologia, Arte, Criminologia, Crítica literária, Economia, Estética, Estudos, Etnografia, Geografia, Romance e Teoria.

As inconsistências possuem três categorias:

a) **termos cadastrados não possuem obras associadas**: - Estudos lesbofeministas, Etnografia digital feminista;

b) **ambiguidade e polissemia** – a obra indexada em “Perspectiva feminista” trata de “Remoção (Habitação) – Barraquinhas (Rio Grande, RS)”.

As inconsistências na busca pelo termo “Feminista” são poucas, sendo pertinente que o SiB da FURG observe as tendências dos termos para uma indexação qualificada.

O sexto e último quadro (Quadro 60) mostra o termo “Mulher” no catálogo online da FURG.

Quadro 60 – Busca pelo termo “Mulher” no catálogo do SiB da FURG

Termos que contêm a palavra mulher	Inconsistências
1 Atendimento a mulher; 2 Direitos da mulher; 3 Discriminação da mulher; 4 Doenças da mulher; 5 Emancipação da mulher; 6 História da mulher; 7 História das mulheres;	**Erros de grafia**: 1 Atendimento a mulher **Termos inadequados**: 2 Direitos da mulher; 3 Discriminação da mulher; 4 Doenças da mulher;

8 Mulheres; 9 Mulheres afegãs; 10 Mulheres africanas; 11 Mulheres afro-americanas; 12 Mulheres ambientalistas; 13 Mulheres bissexuais; 14 Mulheres camponesas; 15 Mulheres cientistas; 16 Mulheres com transtorno mental; 17 Mulheres contadoras; 18 Mulheres do campo; 19 Mulheres encarceradas; 20 Mulheres indígenas; 21 Mulheres indígenas universitárias; 22 Mulheres islâmicas; 23 Mulheres leitoras; 24 Mulheres muçulmanas; 25 Mulheres na arte; 26 Mulheres na ciência; 27 Mulheres na computação; 28 Mulheres na guerra; 29 Mulheres na imprensa; 30 Mulheres na literatura; 31 Mulheres na pesca; 32 Mulheres na política; 33 Mulheres na química; 34 Mulheres na sociedade; 35 Mulheres negras; 36 Mulheres paulistas; 37 Mulheres periféricas; 38 Mulheres pescadoras; 39 Mulheres prisioneiras; 40 Mulheres públicas; 41 Mulheres rurais; 42 Mulheres soropositivas; 43 Mulheres trabalhadoras; 44 Mulheres trans; 45 Penitenciária para mulheres; 46 Proteção à mulher; 47 Relação homem-mulher; 48 Relações homem-mulher; 49 Saúde da mulher; 50 Violência contra a mulher	5 Emancipação da mulher; 6 História da mulher; 7 Mulheres afegãs; 8 Mulheres africanas; 9 Mulheres afro-americanas; 10 Mulheres camponesas; 11 Mulheres com transtorno mental; 12 Mulheres contadoras; 13 Mulheres encarceradas; 14 Mulheres indígenas universitárias; 15 Mulheres islâmicas; 16 Mulheres muçulmanas; 17 Mulheres na política; 18 Mulheres na sociedade; 19 Mulheres negras; 20 Mulheres paulistas; 21 Mulheres periféricas; 22 Mulheres pescadoras; 23 Mulheres públicas; 24 Mulheres prisioneiras; 25 Mulheres rurais; 26 Mulheres soropositivas; 27 Mulheres trabalhadoras; 28 Mulheres trans; 29 Penitenciária para mulheres; 30 Proteção à mulher; 31 Relação homem-mulher; 32 Relações homem-mulher; 33 Saúde da mulher; 34 Violência contra a mulher **Singular e plural**: Relação homem-mulher e Relações homem-mulher; História da mulher e História das mulheres **Sinônimos**: Mulheres do campo e Mulheres rurais; Mulheres encarceradas e Mulheres prisioneiras; Mulheres islâmicas e Mulheres muçulmanas **Ambiguidade e polissemia**: obra indexada em Mulheres na sociedade, porém trata de “Mulheres – França – Condições sociais”

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram recuperados 50 termos, sendo 35 inconsistências que abordam diversas temáticas de caráter histórico, jurídico, saúde, identitário, profissionais, geográficos, religiosos e sociais de modo mais amplo que atendem a diversos campos das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Saúde.

As inconsistências são tipificadas nas seguintes categorias:

a) **erros de grafia**: no termo “Atendimento a mulher” o recomendável é

"Atendimento às mulheres";

b) **termos inadequados**: "Direitos da mulher" é recomendável a indexação pelo termo "Direitos das mulheres"; "Discriminação da mulher" a sugestão para indexação é o termo "Discriminação de sexo contra as mulheres"; "Doenças da mulher" deve ser indexado como "Mulheres – Doenças"; "Emancipação da mulher" deve ser indexado como "Feminismo"; "História da mulher" a sugestão para indexação é o termo "Mulheres – História"; "Mulheres com transtorno mental" deve ser indexado como "Mulheres – Saúde mental"; "Mulheres contadoras" é recomendável a indexação pelo termo "Contadoras"; "Mulheres na política" a indexação sugestionada é pelo termo "Mulheres – Atividades políticas"; "Mulheres na sociedade" deve ser indexado como "Mulheres – Condições sociais"; "Mulheres soropositivas" a indexação sugestionada é "Mulheres que vivem com HIV"; "Proteção à mulher" é recomendável a indexação pelo termo "Mulheres – Proteção; "Relação homem-mulher" a indexação deve ser pelo termo "Relações entre mulheres e homens"; "Relações homem-mulher" também deve ser indexado pelo termo "Relações entre mulheres e homens"; "Saúde da mulher" é recomendável o uso pelo termo "Mulheres – Saúde"; e "Violência contra a mulher" a indexação deve ser feita pelo termo "Violência contra as mulheres";
c) **singular e plural** – "Relação homem-mulher" e "Relações homem-mulher" deve ser utilizado o termo no plural; e "História da mulher" e "História das mulheres" deve ser indexado pelo termo no plural, "Mulheres – História";
d) **sinônimos** – Mulheres do campo e Mulheres rurais; Mulheres encarceradas e Mulheres prisioneiras; Mulheres islâmicas e Mulheres muçulmanas;
e) **ambiguidade e polissemia** – a obra indexada em Mulheres na sociedade trata de "Mulheres – França – Condições sociais".

O termo "Mulheres" revela a busca com mais terminologias em relação as outras buscas e possui um índice de inconsistência alto, porém, mais baixo proporcionalmente do que os demais termos, bem como possui as maiores inconsistências em termos inadequados que exige criteriosa revisão do SiB da FURG, incluindo o fato de que alguns termos também aparecem em indexações do SiBi/UFC e SBUFRGS.

7.3.4 Termos comuns entre o SiBi/UFC, SBUFRGS e SiB da FURG

Cada biblioteca possui sua política de indexação com perfis definidos que orientam as

atividades de indexação, assim como possuem profissionais da indexação com perfis diferentes em termos de experiência, conhecimentos e habilidades na indexação e estruturação dos termos.

Embora o SiB da FURG tome como base a política de indexação do SBUFRGS para o desenvolvimento de atividades de indexação é comum que ocorram diferenças e particularidades terminológicas, além de semelhanças, pois os profissionais de indexação e o sistema de recuperação da informação são diferentes (o software do SBUFRG é o SABi e do SiB da FURG é o ARGO), o que favorece diferenciações nas atividades de indexação.

Diante das particularidades de cada sistema de bibliotecas aqui foi definido entre os termos comuns que aparecem nos três sistemas de bibliotecas. O Quadro 61 a seguir mostra os termos que aparecem no SiBi/UFC, SBUFRGS e SiB da FURG.

Quadro 61 – Termos que se repetem nos catálogos SiBi/UFC, SBUFRGS e SiB da FURG

Termo de busca	Termo recuperado	Recomendação de termo para indexação
Gênero	Gênero	Gênero
	Diversidade de gênero	Diversidade de gênero
	Estudos de gênero	Estudos de gênero
	Identidade de gênero	Identidade de gênero
	Relações de gênero	Relações de gênero
	Violência de gênero	Violência baseada em gênero
Feminina	Genitália feminina	Órgãos genitais femininos
	Infertilidade feminina	Infertilidade feminina
Feminino	Feminino	Feminilidades
	Futebol feminino	Futebol feminino
	Trabalho feminino	Mulheres – Emprego
Feminismo	Feminismo	Feminismo
Feminista	Geografia feminista	Geografia feminista
	Teoria feminista	Teoria feminista
Mulher	Mulheres	Mulheres
	Saúde da mulher	Mulheres – Saúde
	Violência contra a mulher	Violência contra as mulheres
	Mulheres na política	Mulheres – Atividades políticas
	Mulheres indígenas	Mulheres indígenas

Fonte: Dados da pesquisa.

Os termos comuns que mais aparecem estão em “Gênero” e “Mulher” (seis e cinco termos, respectivamente), seguido do termo “Feminino” (três termos), em sequência o termo “Feminina” (dois termos), enquanto o termo comum que menos aparece está no termo “Feminismo” (apenas um termo).

Diante dos termos apresentados é possível observar a relevância das bibliotecas universitárias investirem na qualificação e nas conde trabalho para que profissionais que

atuem na indexação tenham condições de exercer um trabalho qualificado, além da pertinência de fortalecimento das redes de cooperação entre profissionais indexadoras de bibliotecas universitárias federais, estaduais, privadas e comunitárias a fim de fortalecer o desenvolvimento das políticas de indexação e de uma atividade orientada e integrada de indexação, respeitando a dimensão científica e também as questões terminológicas regionais, nacionais e internacionais que norteiam a indexação.

Considerando todas as buscas realizadas e as recomendações de indexação é possível ponderar que não somente os sistemas de bibliotecas da UFC, UFRGS e FURG, mas também todos os sistemas de bibliotecas das universidades federais necessitem de criteriosa revisão terminológica nas questões de gênero.

7.4 PROPOSTA DE REVISÃO TERMINOLÓGICA A PARTIR DA ANÁLISE REALIZADA NOS CATÁLOGOS ONLINE DA UFC, UFRGS E FURG

A seguir, o Quadro 62 revela o conjunto de inconsistências, as recomendações para revisão, as fontes (vocabulários, catálogos de autoridade, dicionários, tesauros).

Quadro 62 – Recomendações para utilização de termos inclusivos[54]

Termos inadequados	Termos inclusivos	Fonte
Adolescente feminina	Adolescentes (Meninas)	BN (Brasil)
Análise de gênero	Estudos de gênero	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Gender studies/Estudios de género*")
Antagonistas femininas	Vilãs na literatura	LCSH (adaptação para a língua portuguesa "*Villains in literature*")
Arquétipos femininos; Mulher – Psicologia Psicologia feminina	Mulheres – Psicologia	BN (Brasil)
Atendimento à mulher	Serviços para mulheres	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Women – Services for*")
Autonomia feminina	Autonomia das mulheres	Homosaurus (adaptação para a língua portuguesa "*Bodily autonomy*")
Autoria feminina; Escrita feminina; Escritura feminina	Escritoras	BN (Brasil)

[54] Termos inclusivos são descritores preferidos que promovem maior equidade social. Apresentam significado equivalente ou semelhante ao de termos considerados inadequados. Podem, ainda, resultar de traduções e/ou adaptações de vocabulários controlados.

Termos inadequados	Termos inclusivos	Fonte
Beleza feminina	Beleza feminina (Estética)	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Feminine beauty (Aesthetics)*"
Binarismo de gênero	Binários de gênero	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Gender binaries*")
Cárcere feminino; Sistema Penitenciário feminino; Penitenciária para mulheres; Presídio feminino; Prisão feminina	Prisões para mulheres	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Reformatories for women*")
Cidadania feminina	Cidadania das mulheres	TEG
Circuncisão feminina	Clitoridectomia	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Clitoridectomy*")
Comportamento feminino	Mulheres – Conduta	BN (Brasil)
Condição feminina Mulheres na sociedade Mulheres periféricas Representação do feminino Representações do feminino	Mulheres – Condições sociais	BN (Brasil)
Contraceptivos femininos Dispositivos anticoncepcionais femininos	Contraceptivos	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Contraceptives*")
Corpo e gênero	Corpo humano – Aspectos sociais	BN (Brasil)
Corpo feminino	Imagem corporal em mulheres	BN (Brasil)
Criminalidade feminina	Criminosas	BN (Brasil)
Diplomacia feminina	Mulheres diplomatas	BN (Brasil)
Direitos da mulher; Direito das mulheres; Direitos políticos da mulher	Direitos das mulheres	LCSH (tradução para língua portuguesa *Women's rights*)
Discriminação da mulher	Discriminação de sexo contra as mulheres	BN (Brasil)
Discriminação de gênero	Generismo	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Genderism*")
Discurso feminino	Mulheres – Linguagem	LCSH (tradução para a língua portuguesa "*Women – Language*")
Doenças da mulher	Mulheres – Doenças	BN (Brasil)
Doenças urogenitais feminino	Doenças urogenitais femininas	DeCS
Educação da mulher; Educação de mulheres; Educação feminina;	Mulheres – Educação	BN (Brasil)

Termos inadequados	Termos inclusivos	Fonte
Mulher e educação		
Emancipação da mulher; Emancipação feminina	Feminismo	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Feminism*")
Empoderamento feminino	Poder (Ciências sociais)	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Power (Social sciences)*")
Empreendedorismo feminino	Empreendedorismo	BN (Brasil)
Escravidão feminina	Mulheres escravizadas	BN (Brasil)
Escrita negra feminina	Escritoras negras	BN (Brasil)
Esportes femininos	Esportes para mulheres	BN (Brasil)
Estereótipos de gênero; Estereotipagem de gênero	Estereótipos de papéis de gênero	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Gender role stereotypes*"
Esterilidade feminina	Infertilidade feminina	LCSH (tradução para a língua portuguesa "*Infertility, female*")
Esterilização feminina	Esterilização de mulheres	BN (Brasil)
Estética feminina	Beleza feminina (Estética)	BN (Brasil)
Femininas; Feminino; Universo feminino	Feminilidades	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Femininities*")
Feminismo (Religião)	Feminismo – Aspectos religiosos	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Feminism – Religious aspects*)
Feminismo e política; Política feminista	Feminismo – Aspectos políticos	BN (Brasil)
Feminismo judaico	Feminismo – Aspectos religiosos – Judaísmo	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Feminism – Religious aspects – Judaism*")
Feminismo na imprensa sul-rio-grandense	Feminismo na imprensa – Rio Grande do Sul	LCSH (tradução para a língua portuguesa "*Feminism in the press - Rio Grande do Sul (Brazil)*")
Feminismo no Rio Grande do Sul	Feminismo – Rio Grande do Sul	BN (Brasil)
Figura feminina; Nudez feminina	Mulheres na arte	BN (Brasil)
Gênero (feminino x masculino) na literatura; Relação homem-mulher na literatura	Relações entre mulheres e homens na literatura	LCSH (tradução para a língua portuguesa "*Women-men relationships in literature*")
Gênero (feminino x masculino) no cinema latino-americano	Relações entre mulheres e homens no cinema – América Latina	LCSH (tradução para a língua portuguesa "*Women-men relationships in motion pictures – Latin*

Termos inadequados	Termos inclusivos	Fonte
		America”)
Gênero (feminino x masculino); Gênero (feminino x masculino) no imaginário cultural; Relação homem-mulher; Relações homem-mulher	Relações entre mulheres e homens	LCSH (tradução para a língua portuguesa “*Women-men relationships*”)
Gênero e saúde	Saúde de gênero	DeCS
Gênero e sexualidade	Gênero Sexualidade	Homosaurus (tradução para a língua portuguesa (“Gender/Género”) (“Sexuality/Sexualidad”)
Gênero feminino; Sujeito feminino	Mulheres	DeCS
Gênero masculino	Homens	DeCS
Gênero sexual	Gênero Sexo (Corpo)	Homosaurus (tradução para a língua portuguesa (“Gender/Género”) (“Sex (Body)/Sexo (Cuerpo)”)
Genitália feminina (Arte)	Órgãos genitais femininos na arte	LCSH (tradução para a língua portuguesa “*Generative organs, Female, in art*”
Genitália feminina; Aparelho genital feminino; Sistema genital feminino; Sistema reprodutor feminino	Órgãos genitais femininos	LCSH (tradução para a língua portuguesa “*Generative organs, Female*”)
Ginástica feminina	Ginástica para mulheres	BN (Brasil)
História da mulher; História das mulheres	Mulheres – História	BN (Brasil)
Homossexualidade feminina	Lesbianidade	BN (Brasil)
Honra feminina	Crimes contra a honra	BN (Brasil)
Hormônios sexuais femininos	Hormônios	Homosaurus (tradução para língua portuguesa “*Hormones/Hormonas*”)
Identidade feminina	Mulheres – Identidade	BN (Brasil)
Incontinência urinária feminina	Incontinência urinária em mulheres	BN (Espanha)
Invisibilidade feminina	Invisibilização das mulheres	Adaptação DeCS
Liderança feminina	Liderança em mulheres	BN (Brasil)
Minorias sexuais e de gênero	Minorias sexuais Minorias de gênero	Homosaurus (tradução para língua portuguesa Sexual minorities/ Minorías sexuales Gender minorities/

Termos inadequados	Termos inclusivos	Fonte
		Minorías de género
Moda feminina; Vestuário feminino	Roupas femininas	LCSH (tradução para língua portuguesa (*Women's clothing*)
Mulher Mulher adulta	Mulheres	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Women*/*Mujeres*")
Mulher agricultora	Agricultoras	LCSH (tradução para língua portuguesa "*Women farmers"*)
Mulher artista	Mulheres artistas	BN Brasil
Mulher calchaquí	Mulheres calchaquíes	Wikidata (tradução para língua portuguesa "Calchaquí") – grupo étnico
Mulher cangaceira	Cangaceiras	BN (Brasil)
Mulher celta	Mulheres celtas	LCSH (tradução para a língua portuguesa "*Women, Celtic*")
Mulher na agricultura	Mulheres na agricultura	BN (Brasil)
Mulher rural Mulheres rurais	Mulheres do campo	BN (Brasil)
Mulher – Saúde; Saúde da mulher	Mulheres – Saúde	MeSH (tradução para língua portuguesa "*Women's health*")
Mulher trans	Mulheres transgênero	BN (Brasil)
Mulheres – Trabalho; Trabalho feminino	Mulheres – Emprego	BN (Brasil)
Mulheres afegãs	Mulheres – Afeganistão	BN (Brasil)
Mulheres africanas	Mulheres – África	BN (Brasil)
Mulheres afro-americanas Mulheres negras	Negras	BN (Brasil)
Mulheres camponesas	Camponesas	BN (Brasil)
Mulheres com transtorno mental	Mulheres – Saúde mental	BN (Brasil)
Mulheres contadoras	Contadoras	LCSH (adaptação para a língua portuguesa "*Women accountants*")
Mulheres encarceradas; Mulheres prisioneiras	Mulheres em situação de privação de liberdade	Próprio recurso/obra indexado
Mulheres indígenas universitárias	Universitárias indígenas	LCSH (adaptação para a língua portuguesa "*Indian women college students*")
Mulheres islâmicas; Mulheres muçulmanas	Muçulmanas	BN (Brasil)
Mulheres na política Mulheres públicas	Mulheres – Atividades políticas	BN (Brasil)
Mulheres na propaganda	Mulheres nos anúncios; Mulheres na publicidade	LCSH (adaptação para a língua portuguesa "*Women in advertising*")
Mulheres paulistas	Mulheres – São Paulo (Estado)	BN (Brasil)

Termos inadequados	Termos inclusivos	Fonte
Mulheres pescadoras	Pescadoras	BN (Brasil)
Mulheres soropositivas	Mulheres que vivem com HIV	Próprio recurso/obra indexado
Mulheres trabalhadoras	Trabalhadoras	BN (Brasil)
Papel de gênero	Papéis de gênero	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Gender non-conforming identity*")
Personagem feminina; Personagens femininas	Personagens – Mulheres	BN (Brasil)
Personagens femininas na literatura	Mulheres na literatura	BN (Brasil)
Perspectiva de gênero; Transversalidade de gênero	Transversalização de gênero	BN (Brasil) e BN (Espanha)
Pessoas de gênero não conforme – Identidade	Identidade de gênero não conforme	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Gender non-conforming identity*")
Preservativo feminino	Preservativo interno de uso único	DeCS
Prostituição feminina	Trabalhadoras do sexo	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Women sex workers*")
Proteção à mulher	Mulheres – Proteção	BN (Brasil)
Relação de gênero	Relações de gênero	Homosaurus (tradução para língua portuguesa "*Gender relations*")
Relações de gênero na literatura	Identidade de gênero na literatura	BN (Brasil)
Relações de gênero na obra de Délia (Celeste)	"Bormann, Maria Benedita Câmara de, 1853-1895. Celeste" e "Bormann, Maria Benedita Câmara de, 1853-1895 – Personagens – Mulheres"	Adaptação BN (Brasil)
Rodeio feminino	Mulheres em rodeios	LCSH (tradução para a língua portuguesa "*Women in rodeos*")
Roupa íntima feminina	Roupas íntimas femininas	BN (Brasil)
Serviços de saúde da mulher	Serviços de saúde para mulheres	BN (Brasil)
Sexualidade feminina	Mulheres – Comportamento sexual	BN (Brasil)
Sufrágio feminino; Voto da mulher; Voto feminino	Mulheres – Sufrágio	BN (Brasil)
Superendividamento feminino	Dívidas pessoais	BN (Brasil)
Trabalho feminino rural	Trabalhadoras rurais	BN (Brasil)
Transgênero; Transgêneros	Pessoas transgênero	BN (Brasil)
Travestismo feminino	Travestilidade	Dicionário feminista brasileiro
Urologia feminina	Urologia	DeCS

Termos inadequados	Termos inclusivos	Fonte
Violência contra a mulher	Violência contra as mulheres	BN (Brasil)
Violência de gênero	Violência baseada em gênero	LCSH (tradução para a língua portuguesa "*Gender-based violence*")

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, apresentam-se elementos que podem contribuir para a construção de uma política de indexação voltada à representação de objetos informacionais sobre gênero, com foco na categoria mulheres.

Os termos são, em geral, apresentados no masculino plural. Contudo, na análise de assunto, é fundamental considerar as especificidades relacionadas a gênero, faixa etária, deficiência, raça e classe social.

O Tesauro para Estudos de Gênero e sobre mulheres (TEG) orienta que o termo "Gênero" seja utilizado em referências relacionadas a dimensões sociais e culturais, enquanto o termo "Sexo" deve ser usado em contextos que envolvam aspectos biológicos (Bruschini; Ardaillon; Unbehaum, 1998).

Como complemento, o vocabulário *Homosaurus* e os *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) recomendam o uso de termos específicos conforme o contexto. Para aspectos biológicos, indicam "Sexo (Corpo)" ou "Sexo (Biologia)". Para descrever a atividade sexual entre duas ou mais pessoas, geralmente com envolvimento de penetração, recomendam o termo "Relações sexuais" (Adolpho *et al.*, [2024]).

Além disso, utilizam o termo "Sexo (Ato)" para se referir ao envolvimento em interação física e/ou mental com outra pessoa ou objeto, com a finalidade de provocar excitação sexual ou orgasmo (Adolpho *et al.*, [2024]).

No contexto de orientação sexual, não use o sufixo "ismo", pois ele pode remeter à ideia de doença. Assim, substitua homossexualismo por "Homossexualidade"; lesbianismo por "Lesbianidade"; bissexualismo por "Bissexualidade"; e travestismo por "Travestilidade".

Não confunda esses casos com o termo "Sexismo", que deve ser mantido, pois se refere à discriminação, ao preconceito ou a vieses contra um sexo ou gênero, com base na ideia de que ele seria inferior a outro.

O termo "Mulheres cisgênero" é empregado para designar mulheres adultas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo ou gênero que lhes foi atribuído ao nascer. Tradicionalmente, o termo "Mulheres" foi definido como pessoas adultas do sexo feminino. No entanto, nem todas as mulheres se identificam com a noção de "feminino", a depender do contexto em que essa expressão é utilizada (Adolpho *et al.*, [2024]).

O vocabulário *Homosaurus* (Adolpho *et al.*, [2024]) recomenda a seguinte estrutura hierárquica para o termo “Mulheres”:

TG Identidade de gênero
    Mulheres
TE Amazonas
TE Mulheres bissexuais
TE Mulheres cisgênero
TE Mulheres grávidas
TE Mulheres heterossexuais
TE Mulheres que amam mulheres
TE Mulheres que fazem sexo com mulheres
TE Mulheres transgênero

Evite, sempre que possível, a adjetivação dos termos por meio do uso de feminino ou feminina, de masculino ou masculina, a exemplo de: em vez de Infratoras femininas, usar “Infratoras” ou “Criminosas”, para mulheres e “Infratores” ou “Criminosos”, para homens; utilizar “Enfermeiras”, para mulheres e “Enfermeiros”, para homens, e não enfermeiros do sexo masculino, tampouco enfermeiros masculinos.

Utilize o termo “Mulheres” apenas quando ele for necessário para a compreensão do descritor. Exemplos: “Mulheres indígenas”, “Mulheres cientistas”. Em geral, “Mulheres” é utilizado quando acompanha substantivos uniformes, especialmente no contexto profissional, como em: “Mulheres diplomatas”, “Mulheres dentistas” e “Mulheres assistentes sociais”.

Evite o uso da expressão “Mulheres como”, pois essa construção apresenta as mulheres como objeto (por exemplo: mulheres como engenheiras, mulheres como inventoras). Para garantir maior adequação conceitual, o termo deve ser formulado de modo que as mulheres ocupem a posição de sujeito. Assim, recomenda-se substituir essas construções por “Engenheiras” e “Inventoras”.

Quando o *software* da biblioteca e o catálogo *online* também recuperarem termos registrados nos campos de notas, recomenda-se não manter termos inconsistentes ou preconceituosos nos campos MARC 150 (Cabeçalho – Termo tópico), 450 (Remissiva “ver” – Termo tópico) e 550 (Remissiva “ver também” – Termo tópico).

Nesses casos, utilize o campo MARC 688 (Nota histórica de aplicação) para registrar as mudanças. Exemplo: o termo foi alterado de “Mulheres na política” para “Mulheres –

Atividades políticas” em março de 2025.

A International Organization for Standardization (2011) também prevê essa possibilidade, ao recomendar o uso da Nota Histórica (NH) quando o tesauro é atualizado. Esse procedimento permite registrar a mudança de termo sem comprometer a recuperação do conceito e informa a comunidade usuária sobre a alteração terminológica, por exemplo:

a) Infertilidade feminina

   NH: Termo criado em 1983; entre 1966-1982, usava-se "Esterilidade feminina”;

b) Mulheres

   NH: Termo criado em 2022; antes disso, usava-se “Feminino”, considerado estigmatizante nesse contexto. O termo “Feminino” deve ser usado apenas quando associado a órgãos do corpo humano ou animal, doenças, processos fisiológicos e aspectos genéticos;

c) Travestilidade

   NH: Termo criado em 2026; antes disso, usava-se “Travestismo”, considerado ofensivo. Esse termo deve ser usado apenas em contextos históricos, pois remete à ideia de doença.

Para o termo “Escritoras”, as categorias adotadas incluem: nacionalidade, etnia, raça, deficiência, orientação sexual, religião, faixa etária, gênero literário e outras características relevantes. Exemplos: “Escritoras brasileiras”, “Escritoras indígenas”, “Escritoras negras”, “Escritoras cegas”, “Escritoras lésbicas”, “Escritoras umbandistas”, “Escritoras idosas”, “Mulheres cordelistas” etc.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste percurso, foi possível identificar diversas questões relacionadas às terminologias e às atividades de indexação, bem como às políticas de indexação, no que se refere às questões de gênero nas bibliotecas das universidades federais brasileiras. A proposta da pesquisa, aliada à fundamentação teórica, à fundamentação metodológica e à análise dos dados, permitiu alcançar um conjunto de resultados que oferecem bases para refletir sobre possíveis soluções para os problemas de indexação relacionados às questões de gênero.

Em relação à proposta da tese, foi possível apresentar respostas para a pergunta-problema e confirmar os objetivos de pesquisa, especialmente a partir dos resultados obtidos e das soluções propostas.

A pergunta-problema desta investigação foi: "é possível propor uma revisão terminológica, fundamentada na realidade das bibliotecas universitárias federais brasileiras, que aborde as questões de gênero, com foco específico na categoria mulheres?" A partir da análise realizada, foi possível identificar um conjunto de procedimentos que contribuem para uma resposta mais consistente a essa questão.

O primeiro ponto refere-se à importância da existência de uma política de indexação e de um processo sistemático de indexação, realizado por meio de comissões/grupos e de orientações construídas de forma cooperativa entre os(as) indexadores(as). Esses elementos são centrais para garantir a qualidade das atividades, pois, mesmo que revisões sejam necessárias ao longo do tempo, há um documento orientador que sustenta as práticas. No entanto, não basta apenas possuir uma política de indexação. É fundamental que ela esteja articulada com as diretrizes de gestão da biblioteca, com as demandas da comunidade acadêmica e com a atuação dos(as) profissionais, de modo a possibilitar um trabalho coordenado entre diferentes atores e atrizes institucionais.

O segundo ponto é que a qualidade da indexação depende, sobretudo, do alinhamento entre três fatores principais: a experiência e a formação do(a) indexador(a), a qualidade da política de indexação e a atuação da gestão da biblioteca. Essa articulação é essencial para promover atividades estratégicas de indexação que contribuam para o fortalecimento de outras ações da biblioteca, como gestão, uso de tecnologias, oferta de serviços e atendimento à comunidade usuária.

O terceiro ponto indica que a política de indexação não deve ser compreendida apenas como um documento formal, mas como um conjunto de ações estratégicas voltadas à qualificação das atividades de indexação. Isso envolve a atualização periódica dos

documentos que orientam a política, realizada por meio de processos de avaliação técnica que contemplem a participação de comissões/grupos, a cooperação entre profissionais e o diálogo com docentes. Também é importante garantir processos adequados de transição entre profissionais, de modo que a saída de um(a) bibliotecário(a) e a entrada de outro(a) não comprometa a continuidade e a qualidade das atividades de indexação.

O quarto ponto refere-se à diversidade das representações terminológicas utilizadas nas bibliotecas. Essas representações podem variar de acordo com o(a) profissional responsável, com as características de cada biblioteca e com o nível de investimentos e incentivos institucionais existentes. Essa variação pode gerar maior ou menor número de inconsistências terminológicas. Por esse motivo, torna-se fundamental que esses termos sejam periodicamente revisados e atualizados, a fim de garantir sua adequação e coerência ao longo do tempo.

O quinto aspecto refere-se à necessidade de ampliar a valorização das questões de gênero nas bibliotecas universitárias. Essa valorização não deve se restringir à atividade de indexação, mas também abranger os serviços oferecidos, de modo a contemplar, de forma mais ampla, temas relacionados às mulheres. Essa ampliação pode contribuir para que profissionais responsáveis pela indexação desenvolvam um olhar mais atento à representação terminológica desses assuntos.

O sexto aspecto diz respeito aos desafios que as bibliotecas universitárias ainda enfrentam na construção de políticas de indexação que abordem de forma efetiva as questões de gênero. Considerando a realidade investigada nesta tese, observa-se que poucas bibliotecas universitárias federais possuem políticas de indexação formalizadas e, entre aquelas que possuem, um número ainda menor menciona explicitamente as questões de gênero em seus documentos orientadores.

O sétimo aspecto refere-se ao fato de que, embora os estudos de gênero estejam em expansão na Ciência da Informação, ainda apresentam caráter incipiente. Quando se trata especificamente das áreas de organização e representação da informação e do conhecimento, a produção é ainda mais limitada. Esse cenário dificulta a ampliação do diálogo entre a pesquisa acadêmica e a prática profissional, além de não estimular de forma suficiente a educação continuada dos(as) profissionais para o desenvolvimento de pesquisas sobre gênero, especialmente aquelas voltadas à organização e à representação da informação e do conhecimento.

Diante dessas considerações, foi possível responder à pergunta-problema desta pesquisa. A revisão terminológica baseada nas questões de gênero, com foco na categoria

mulheres, foi construída a partir dos seguintes aspectos:

a) análise e compreensão da realidade das políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras;
b) realização de buscas nos catálogos online da UFC, UFRGS e FURG, que são os únicos sistemas de bibliotecas identificados que possuem políticas de indexação que mencionam questões de gênero;
c) utilização de um conjunto diversificado de termos de busca, o que permitiu uma análise mais ampla das questões de gênero. Foram utilizados os termos: “gênero”, “feminina”, “feminino”, “feminismo”, “feminista” e “mulher”, que geraram um conjunto significativo de resultados terminológicos;
d) identificação de inconsistências terminológicas, organizadas nas seguintes categorias: erros de grafia; termos inadequados; ambiguidade e polissemia; uso inadequado do campo MARC; falta de especificidade; variação entre singular e plural; presença de sinônimos; e termos cadastrados sem obras associadas;
e) a partir dessas categorias, foi elaborada uma proposta de revisão terminológica composta por 159 termos;
f) a revisão foi fundamentada na consulta a diferentes vocabulários e terminologias, tais como: Biblioteca Nacional (Brasil); Library of Congress Subject Headings; DeCS; Homosaurus; Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo; Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres; Dicionário feminista brasileiro, (Terra, 2022); Wikidata; Biblioteca Nacional da Espanha; e o próprio recurso indexado.

Desse modo, a revisão terminológica apresentada foi construída a partir das buscas realizadas nos catálogos online da UFC, UFRGS e FURG, mas pode também servir de referência para outros sistemas de bibliotecas que apresentem inconsistências na representação temática relacionada às questões de gênero. Assim, recomenda-se que esses sistemas utilizem a proposta de revisão terminológica para realizar as devidas correções.

Em relação aos objetivos da pesquisa, foi possível confirmá-los ao longo do desenvolvimento da tese, considerando a fundamentação teórica, a fundamentação metodológica e a análise dos dados.

O primeiro objetivo específico – ‘discutir sobre terminologias contextualizadas aos fundamentos do campo da Ciência da Informação’ – foi alcançado por meio da construção do referencial teórico. A seção três, dedicada à terminologia na Ciência da Informação, e a seção quatro, que aborda a relação entre terminologia e gênero em diálogo com a Ciência da Informação, discutem detalhadamente a articulação entre terminologia, gênero e o campo

científico. Destaca-se, especialmente, a seção quatro, que apresenta um levantamento sistemático na base Brapci e organiza diferentes categorias analíticas para compreender as relações entre gênero, feminismos e mulheres no campo da Ciência da Informação.

O segundo objetivo específico – 'analisar as políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais brasileiras' – também foi alcançado. A seção cinco do referencial teórico apresenta discussões teórico-conceituais sobre políticas de indexação e analisa modelos institucionais, como o da Unesp. Essa discussão forneceu base para a etapa empírica da pesquisa, que realizou uma análise detalhada de nove políticas de indexação de sistemas de bibliotecas de universidades federais brasileiras.

O terceiro objetivo específico – 'identificar o conjunto de termos referentes às questões de gênero, especificamente na categoria mulheres, em catálogos dos sistemas de bibliotecas de universidades federais brasileiras, observando possíveis inconsistências' – também foi alcançado. A partir das buscas realizadas nos catálogos online da UFC, UFRGS e FURG, foram recuperados 687 termos, o que permitiu identificar diferentes tipos de inconsistências. Desses, 391 termos foram selecionados para análise. Cada termo foi examinado individualmente, e foram elaboradas recomendações para qualificar o processo de indexação. Com base em vocabulários controlados nacionais e internacionais, foram propostas revisões para 159 termos, entre os 255 que apresentaram inconsistências. Os outros 96 termos que também apresentaram inconsistências ficaram indicados para análise posterior.

O quarto objetivo específico – 'propor recomendações para revisão das atividades de indexação e aprimoramento das políticas de indexação das bibliotecas das universidades federais, em relação às questões de gênero, com ênfase na categoria mulheres' – também foi alcançado. A seção 7.4 apresenta uma proposta de revisão terminológica com 159 termos que necessitam de correção nos sistemas de bibliotecas analisados. Essa proposta pode também contribuir para outros sistemas de bibliotecas, universitários ou não.

Em relação à hipótese da pesquisa, ela também foi confirmada. Os resultados demonstram que não se trata apenas de reconhecer a sub-representação temática das questões de gênero, especialmente no que se refere à categoria mulheres, mas também de desenvolver mecanismos que qualifiquem as políticas e as atividades de indexação. Isso implica construir uma representação terminológica mais consistente e alinhada à literatura científica dos estudos de gênero.

Entre as principais constatações gerais da tese, destacam-se:

a) as pesquisas sobre terminologias no campo da Ciência da Informação ainda são escassas, o que reforça a necessidade de refletir sobre o papel da organização e representação da informação no enfrentamento das questões de gênero;
b) os estudos que relacionam terminologia e gênero na Ciência da Informação são ainda mais limitados, indicando a necessidade de maior atenção da comunidade acadêmica para a importância da organização e representação da informação sobre essas temáticas;
c) os estudos de gênero na Ciência da Informação estão em crescimento, mas ainda apresentam limitações, especialmente no que se refere à fundamentação teórica e epistemológica. Nesse sentido, torna-se necessário fortalecer as bases conceituais desses estudos, tanto na Ciência da Informação quanto em outros campos científicos;
d) as políticas de indexação raramente abordam as questões de gênero, o que demonstra que ainda não são amplamente inclusivas e limita a representação mais consistente da realidade das mulheres;
e) na comparação entre políticas de indexação de bibliotecas universitárias federais, observa-se a presença de diversos elementos comuns. No entanto, essas semelhanças nem sempre se refletem nas representações terminológicas identificadas nos catálogos da UFC, UFRGS e FURG;
f) idealmente, as políticas de indexação não deveriam ser documentos rígidos e pouco atualizados, mas instrumentos dinâmicos, construídos coletivamente por meio de comissões e processos de avaliação contínua. Em muitos casos, embora os documentos prevejam atualizações periódicas, essas revisões não ocorrem, o que pode comprometer a qualidade da indexação;
g) a variedade de termos recuperados e as inconsistências identificadas demonstram que ainda há muito a avançar na representação temática da informação sobre questões de gênero. Isso inclui a qualificação de indexadores(as), investimentos institucionais em políticas e atividades de indexação e o fortalecimento de redes acadêmicas dedicadas aos estudos de gênero;
h) a revisão terminológica proposta nesta tese pretende abrir um diálogo com os sistemas de bibliotecas universitárias, incentivando maior atenção às questões de gênero e promovendo aproximação com a produção acadêmica sobre o tema;
i) a revisão terminológica pode ser aplicada em diferentes sistemas de bibliotecas, sejam universitários ou não. Recomenda-se, portanto, que as instituições criem

> grupos de trabalho ou comissões voltadas à discussão de novas formas de representação temática da informação, incentivando tanto a atuação profissional em indexação quanto o desenvolvimento de pesquisas na área. Destaca-se, ainda, a importância do controle de vocabulário aliado a processos permanentes de revisão terminológica, com o objetivo de promover a atualização contínua dos sistemas de bibliotecas. Esse processo deve estar articulado à formação de bibliotecários(as) sobre questões de gênero, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Embora a tese apresente um conjunto significativo de resultados, também evidencia a necessidade de ampliação das pesquisas sobre o tema. Esses estudos podem ser desenvolvidos por meio de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, bem como por meio de projetos e grupos de pesquisa.

A partir dos resultados obtidos, esta tese também aponta possíveis caminhos para futuras investigações no campo da Ciência da Informação, tais como:

a) terminologia de gênero e recuperação da informação;
b) fundamentos epistemológicos das terminologias de gênero;
c) representação temática da informação sobre gênero em bibliotecas, arquivos, museus e outros ambientes informacionais;
d) contribuição das terminologias no enfrentamento à desinformação relacionada a gênero;
e) políticas de indexação em bibliotecas voltadas às questões de gênero;
f) desenvolvimento de serviços em bibliotecas direcionados às mulheres, baseados nas atividades de organização e representação da informação;
g) uso das terminologias como instrumento de mediação da informação voltada às questões de gênero.

Cabe destacar que algumas dessas temáticas podem ser articuladas com outros marcadores sociais, como raça, classe social, etnia, deficiência etc.

Assim, esta tese apresenta um ponto de chegada com a proposição da revisão terminológica, mas também um ponto de partida para a ampliação das discussões e para a construção de uma cultura profissional e acadêmica que valorize as atividades de organização e representação da informação voltadas às questões de gênero, especialmente aquelas relacionadas à categoria mulheres. Nesse contexto, destaca-se também a necessidade de formação de bibliotecários(as) sobre questões de gênero, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 13790**: terminologia: princípios e métodos: harmonização de conceitos e termos. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ADOLPHO, Keahi Ka‘iwalani *et al*. (ed.). **Homosaurus**: an international LGBTQ+ linked data vocabulary. [*S. l*.]: Digital Transgender Archive, [2024]. Disponível em: https://homosaurus.org/about. Acesso em: 5 abr. 2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos plurais).

ALBRECHTSEN, Hanne. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. **The Indexer:** The International Journal of Indexing, London, v. 18, n. 4, p. 219-224, Oct. 1993.

ALFARO REYES, Fredy *et al*. **Glosario feminista para la igualdad de género**. Ecuador: Consejo Nacional para la Igualdad de Género: Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Centro de Publicaciones, 2017. Disponível em: https://www.igualdadgenero.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2020/06/GLOSARIO-FEMINISTA-CNIG-2017.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

ALMEIDA, Bruno. Terminologia e organização do conhecimento: linguagens, vocabulários e sistemas. **Linha D’Água**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 26-46, maio/ago. 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/188258/175479. Acesso em: 25 fev. 2024.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. **Elementos de linguística e semiologia na organização da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/61d4fe1c-76ba-4b66-a858-7f04978f83af/content. Acesso em: 25 fev. 2024.

ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. Epistemologias feministas e Ciência da Informação: estudos e implicações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 76-108, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44464/pdf_1. Acesso em: 8 mar. 2024.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

ANDERMAHR, Sonya; LOVELL, Terry; WOLKOWITZ, Carol. **A glossary of feminist theory**. London: Arnold, 1997.

ANTUNES, Maria da Luz; LOPES, Carlos. Glossário de literacia da informação de A a Z. *In*: LOPES, Carlos *et al.* (ed.). **Literacia da informação em contexto universitário**. Lisboa: Edições ISPA, 2016. p. 179-210. *E-book*. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.21/6752. Acesso em: 26 mar. 2024.

APPEL, André Luiz; OLIVEIRA, Laís Pereira de. Elementos estruturais e tecnológicos de políticas de indexação em sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras. **Ciência da Informação Express**, Lavras, MG, v. 6, p. 1-18., 2025. Disponível em: https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/130. Acesso em: 26 mar. 2024.

ARAÚJO, Ana Rafaela Sales de; BENTES PINTO, Virginia. Abordagens sobre mulheres e feminismos na *Library of Congress Subject Headings*. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 27, p. 1-23, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e86588. Acesso em: 28 fev. 2024.

ARISTÓTELES. Analíticos posteriores. *In*: ARISTÓTELES. **Órganon**. Lisboa: Guimarães, 1985. v. 3.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo, Boitempo, 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Coordenações e Ementas de GT**. [*S. l.*]: ANCIB, [2022]. Disponível em: https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/. Acesso em: 20 fev. 2026.

AUSTIN, Derek. **PRECIS**: a manual of concept analysis and subject indexing. London: Council of the British National Bibliography, 1974.

BAPTISTA, Dulce Maria. A relevância do texto na Organização e Representação da Informação. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de (org.). **Organização da informação**: abordagens e práticas. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 21-43.

BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogerio Henrique; CARLAN, Eliana. O escopo da análise da informação. *In*: ROBREDO, Jaime; BRASCHER, Marisa (org.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 61-80.

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. *In*: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 2.; ENCONTRO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA, 1., 1990. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília: Ibict; Paris: União Latina, 1992. p. 152-158.

BARD, Christine; CHAPERON, Sylvie (dir.). **Dictionnaire des féministes**: France XVIII^{e}-XXI^{e} siècle. Paris: Presses Universitaires de France, 2017.

BARITÉ, Mario. Los árboles de dominio. *In*: ÁLVAREZ CATALÁ, Sara; BARITÉ, Mario (coord). **Teoría y praxis en terminología**. Montevideo: Universidad de la República, CSIC, 2017. p. 91-102. Disponível em:

https://www.csic.edu.uy/sites/csic/files/barite_teoria_y_praxis_en_terminologia_fic.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

BARITÉ, Mario. Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información, y su expresión metodológica. *In*: ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4.; ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 3., 2000, Montevideo. **Anales** [...]. Montevideo: EUBCA, 2000. p. 224-233.

BARITÉ, Mario *et al*. **Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología**. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/9028/1/barit%C3%A9_diccionario_de_organizaci%C3%B3n_del_conocimiento.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

BARITÉ, Mario; RAUCH, Mirtha. Terminological studies as domain analysis: a critical exploration. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, v. 16, e02140, p. 1-25, 2022. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12601. Acesso em: 13 fev. 2023.

BAXENDALE, Phyllis. Content analysis, specification, and control. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 1, p. 71-105, 1966.

BEAUVOIR, Simone de. **Le deuxiéme sexe**. Paris: Gallimard, 1949. 2 v.

BELUCHE, Renato. Terminologia e linguagem documentária: uma perspectiva histórica. **Biblios**, Rio Grande, v. 22, n. 2, p. 115-121, 2008. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/966/432. Acesso em: 11 mar. 2024.

BENTES PINTO, Virgínia. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2001. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23380. Acesso em: 20 abr. 2026.

BERTRAND, Annick; CELLIER, Jean-Marie. Psychological approach to indexing: effects of the operator's expertise upon indexing behavior. **Journal of Information Science**, v. 21, n. 6, p. 459-472, 1995. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016555159502100605. Acesso em: 11 mar. 2024.

BEVILACQUA, Cleci Regina. Investigación sistemática en terminología. *In*: ÁLVAREZ CATALÁ, Sara; BARITÉ, Mario (coord.). **Teoría y praxis en terminología**. Montevideo: Universidad de la República, Comisión Sectorial de Investigación Científica, 2017. p. 69-90.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 35-37, abr./jun. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a14v58n2.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Terminologia e lexicografia. **Tradterm**, São Paulo, v. 7, p. 153-181, 2001. Disponível em: https://revistas.usp.br/tradterm/pt_BR/article/view/49147. Acesso em: 22 mar. 2024.

BOCCATO, Vera Regina Casari. **Indexação**: conceituação, contexto e função: material didático: acompanha texto. São Carlos: UFSCar, 2010.

BOCCATO, Vera Regina Casari. A linguagem documentária em catálogos on-line para a política de indexação. In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 139-152.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 23-51, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/QfJXkCrZ4KTVJ7nqnXY5q3b/. Acesso em: 11 mar. 2024.

BORKO, Harold. Toward a theory of indexing. **Information Processing & Management**, Elmsford, v. 13, p. 335-365, 1977.

BRAGA, Gerlaine da Rocha. **Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação**. 2020. [251] f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13134. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRAH, Avtar. Travels in negotiations: difference, identity, politics. **Journal of Creative Communications**, v. 2, n. 1-2, p. 245-256, Aug. 2007. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/097325860700200212. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. **Journal of international women's studies**, Bridgewater, MA, v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004. Disponível em: https://vc.bridgew.edu/jiws/vol5/iss3/8. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Organização da informação ou Organização do Conhecimento? *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: USP, Escola de Comunicações e Artes, 2010. p. 85-103.

BRASCHER, Marisa; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Tratamento Temático da Informação (TTI): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 241-258, nov. 2018. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4347/3949. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra Gouretti. **Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 1998. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/tesauro/arquivos/TPEDGESM.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A Questão do gênero na

literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, p. 199-214, dez. 2012. Edição especial. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285. Acesso em: 15 nov. 2022.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990. (Thinking gender).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRÉ, María Teresa. Elementos para una teoría de la terminología: hacia un paradigma alternativo. **El Lenguaraz**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 59-78, abr. 1998.

CABRÉ, María Teresa. **La terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2005.

CABRÉ, María Teresa. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. España: Empúries, 1993.

CAFÉ, Lígia Maria Arruda; SALES, Rodrigo de. Organização da Informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. *In*: ROBREDO, Jaime; BRASCHER, Marisa (org.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre Representação e OI e do Conhecimento. Brasília, DF: IBICT, 2010. p. 115-129. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/189812. Acesso em: 13 mar. 2024.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51656. Acesso em: 05 jul. 2025.

CANANÉA, Lílian Viana Teixeira *et al*. A construção social da mãe invisível: reflexões a partir do olhar de Pierre Bourdieu. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 11, e15766, p. 1-17, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/15766. Acesso em: 13 mar. 2024.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 381 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36523. Acesso em: 13 mar. 2024.

CARUSO, Gabriela. **O vazio deixado pelas referências que se vão** – Ou: perdemos bell hooks. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio: 2021. Disponível em: https://direitorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bell-hooks. Acesso em: 25 mar. 2026.

CATARINAS (Portal de jornalismo). **Glossário Valente** [glossário feminista]. Florianópolis: Catarinas, 2020. Disponível em: https://www.sinjusc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/glossa%CC%81rios-1-2-e-3_digital.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

CÉLESTIN, Tina; GODBOUT, Gilles; VACHON-L'HEUREUX, Pierrette. **Méthodologie de la recherche terminologique ponctualle**: essai de définition. Québec: Service des consultations Office de la Langue Française, 1984.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesauros e a integração de procedimentos terminográficos.** 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c4b2f33e-7343-41fb-b026-010618a99fe2. Acesso em: 11 mar. 2024.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. Terminologias em política de indexação. **Ibersid**: revista de sistemas de información y documentación, Zaragoza, v. 2, p. 211-221, 2008. Disponível em: https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/2237. Acesso em: 11 mar. 2024.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 157-168, set. 1985. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36507. Acesso em: 8 mar. 2024.

CHATTERJEE, Amitabha. Preserved Context Index System (Precis). **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 51, n. 2, p. 127-145, 2024.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CINTRA, Anna Maria Marques *et al*. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1097. Acesso em: 24 abr. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COOPER, William S. **Automatic indexing and indexing for complex systems:** an appendix to Indexing documents by gedanken experimentation. Berkeley, CA: Cooper, 1976.

COOPER, William S. Indexing documents by Gedanken experimentation. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 29, n. 3, p. 107-119, 1978.

CORBEIL, Jean-Claude. **Guide de travail en terminologie**. Québec: Gouvernement du Québec, 1973.

CORRÊA, Renato Fernandes; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Método para avaliação direta da indexação automática via julgamento por indexadores. **Encontros Bibli**: Revista

Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 29, p. 1-29, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eb/a/zNVDGw4BVt5FbQtLbr96pQq/?format=html&lang=pt. Acesso em: 8 mar. 2024.

CÔRTES, Gisele Rocha. A categoria analítica gênero e movimentos feministas: diálogos na Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1-37, 2024.

CÔRTES, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. Feminismo negro, interseccionalidade e mediação da informação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 242-268, maio/ago. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/1185. Acesso em: 8 mar. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, July 1991.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CURRÁS, Emília. **Tesauros, linguagens terminológicas**. Brasília: IBICT, 1995. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/454?mode=full. Acesso em: 8 mar. 2024.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O conhecimento profissional do catalogador de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 11, n. 2, p. 21-39, maio/ago. 2013.

DAL´EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A pesquisa sobre política de indexação no Brasil: avanços e desafios. **Scire**: Representación y Organización del Conocimiento, Zaragoza, v. 17, n. 2, p. 49-56, jul./dic. 2015. Disponível em: https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/4234/3812. Acesso em: 11 mar. 2024.

DAS, Shruti. **Feminist Glossary**. Edição Jyoti Vadehra. New Delhi, India: Centre for Social Research, 2021. Disponível em: https://www.csrindia.org/feminist-glossary/. Acesso em: 22 mar. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 3. ed. Tradução: Bento Prado Jr., Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIAS, Cláudia Augusto. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/yJhxDcM3VxH9DnwCfvzsCJP/?format=html&lang=pt. Acesso em: 8 mar. 2024.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 3).

DIKI-KIDIRI, Marcel; BIGOUNDOU, Rodrigue. Un enfoque cultural de la terminologia.

Debate terminológico, n. 5, p. 1-5, agosto 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/23955. Acesso em: 20 fev. 2026.

DOYLE, Andréa; OLINTO, Gilda. Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 575-594, out./dez. 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/169675. Acesso em: 20 fev. 2026.

DUBUC, Robert. **Manual práctico de terminología**. 3. ed. actual. Chile: Unión Latina: Ril Editores, 1999.

ESCALANTE, Isadora; PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto; COUTINHO, Luciano. O impacto do estereótipo de gênero sobre a mulher bibliotecária do século XXI no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 8, edição especial, p. 1-12, 2021. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/243. Acesso em: 20 fev. 2026.

ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Subdirección General de Coordinación Bibliotecas. **Lista de Encabezamientos de Materia para las Bibliotecas Públicas**. España: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Subdirección General de Coordinación Bibliotecas, 2016. Disponível em: http://id.sgcb.mcu.es/. Acesso em: 3 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389. Acesso em: 3 abr. 2024.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Ángel. Elementos, actividades y criterios para la identificación, compreensión y selección de conceptos en la indización analítica. *In*: ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA, 3., 1997, Getafe. **Anales** [...]. España: Universidad de Zaragoza, 1999. p. 69-93.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; MOREIRA, Walter; MORAES, João Batista Ernesto de. Terminologia, exaustividade e especificidade: uma relação conceitual. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 3., 2015. **Anais** [...] Marília: FUNDEPE, 2015. p. 143-153.

FACIO, Alda *et al*. (rev.). **Feminist movement builder's dictionary**. 2nd ed. [*S. l.*]: Just Associates, 2013. Disponível em: https://justassociates.org/wp-content/uploads/2020/08/feminist-movement-builders-dictionary-jass.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

FARROW, John F. A cognitive process model of document indexing. **Journal of Documentation**, London, v. 47, n. 2, p. 149-166, Feb. 1991.

FAULSTICH, Enilde. Aspectos de Terminologia geral e Terminologia variacionista. **Tradterm**, São Paulo, v. 7, p. 11-40, 2001. Disponível em:

https://revistas.usp.br/tradterm/pt_BR/article/view/49140. Acesso em: 20 fev. 2024.

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 1-14, 1995. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/566/567. Acesso em: 20 fev. 2024.

FERNANDES, Geni Chaves; PRUDENCIO, Dayanne da Silva. Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório. **Ponto de Acesso,** Salvador, v. 9, n. 1, p. 122-142, abr. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/9885. Acesso em: 20 fev. 2024.

FERREIRA, Ivana de Jesus *et al*. **Política para indexação de acervo do SISTEBIB/UFAM**. Manaus: Sistema de Bibliotecas da UFAM, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ufam.edu.br/images/doc/politica_indexacao_revistaRM.pdf. Acesso em: 22 fev. 2026.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6399. Acesso em: 8 abr. 2024.

FIDEL, Raya. User-centered indexing. **Journal of the American Society for Information Science**, New Jersey, v. 45, n. 8, p. 572-576, 1994. Disponível em: https://faculty.washington.edu/fidelr/RayaPubs/UserCenteredIndexing.pdf. Acesso em: 8 abr. 2024.

FIGUEIREDO, Priscila Silva de; MARTINS, Valéria Soares. O feminismo Interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política: reflexões a partir da experiência de um coletivo feminista. **ODEERE:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Jequié, BA, v. 5, n. 10, p. 334-344, jul./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6780/5453. Acesso em: 5 abr. 2024.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela Nazareth (org.). **Dicionário feminino da infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

FONSECA, Luciana Di Paula Andrade da *et al*. Relações entre política de indexação e política linguística. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 17, p. 1-26, 2023. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/13618. Acesso em: 13 mar. 2024.

FOSKETT, Antony Charles. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973.

FOX, Violet Bluestocking (ed.). **Sears list of subject headings**. 23rd ed. [New York: H.W. Wilson, 2022].

FOX, Melodie J.; OLSON, Hope Alene. Feminist epistemologies and knowledge Organization. *In*: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, Hur-Li (ed.). **Cultural frames of knowledge**. Würzburg, Germany: Ergon, 2012. p. 79-97.

FROHMANN, Bernd. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, London, v. 46, n. 2, p. 81-101, June 1990.

FUGMANN, Robert. Toward a theory of information supply and indexing. **International Classification**, v. 6, n. 1, p. 3-15, 1979.

FUGMANN, Robert. The five-axiom theory of indexing and information supply. **Journal of the American Society for Information Science**, New Jersey, v. 36, n. 2, p. 116-129, 1985.

FUGMANN, Robert. **Subject analysis and indexing:** theoretical foundations and practical advice. Frankfurt: Index Verlag, 1993.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/70436f4c-e193-473b-9e63-97052072a27f/content. Acesso em: 20 abr. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (coord.). **Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp**. São Paulo: UNESP, 2014. Disponível em: https://biblioteca.unesp.br/portal/arquivos/manual-de-politica-de-indexacao.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

FUJITA, Mariângela Spoti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016b. Disponível em: https://books.scielo.org/id/dbdj8/pdf/fujita-9788579838170.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes *et al*. Linguagens de indexação em bibliotecas universitárias: estudo analítico. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 190-225, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n1p190. Acesso em: 11 mar. 2024.

FUJITA, Mariângela Spoti Lopes *et al*. A política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp: da elaboração da proposta à implantação. *In*: FUJITA, Mariângela Spoti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas:** elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: https://books.scielo.org/id/dbdj8/pdf/fujita-9788579838170.pdf. Acesso em: 11 mar. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura em análise de assunto para identificação e seleção de conceitos: orientações a todos leitores com objetivo de indexação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; ALVES, Roberta Caroline Vesu; ALMEIDA, Carlos Cândido de (org.). **Modelos de leitura documentária para indexação**: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 17-41. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/163/chapter/2. Acesso em: 11 mar. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-17, jan./jul. 2016a.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 17-28. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isidoro. Avaliação da indexação por meio da recuperação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 1, 2014.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RIO-BRANCO, Luciana Beatriz Piovezan. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6015. Acesso em: 11 mar. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Política de indexação em arquivos de instituições de saúde. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. especial, p. 95-116, nov. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39719. Acesso em: 11 mar. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/xXFWsyzzFDgr37Mxdx3tnWL/?lang=pt. Acesso em: 5 abr. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr. 2009. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/45161. Acesso em: 11 mar. 2024.

GAMBA, Susana Beatriz *et al*. (coord.). **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2007. (Lexicón).

GAMBA, Susana Beatriz; DIZ, Tania (coord.). **Nuevo diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2021. (Lexicón, 55).

GAMBLE, Sarah (ed.). **The Routledge critical dictionary of feminism and postfeminism**. New York: Routledge, 2000.

GARCIA, Valdenise César *et al*. Política de indexação e seus sentidos: um estudo a partir da análise do discurso. **Informação & Informação,** Londrina, v. 24, n. 1, p. 169-189, jan./abr. 2019. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/110726. Acesso em: 13 mar. 2024.

GARCIA, Valdenise César; REDIGOLO, Franciele Marques. Indexação e recuperação da informação: uma relação de causa e efeito. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/510. Acesso em: 13 mar. 2024.

GAUDIN, François. **Pour une socioterminologie**: des problèmmes sémantiques aux pratiques institutionelles. [*S. l.*]: Université de Rouen, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL LEIVA, Isidoro. Aspectos conceituais da indexação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 31-105. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

GIL LEIVA, Isidoro. **Manual de indización:** teoría y práctica. Gijón: Trea, 2008.

GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 17-28. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

GIL URDICIAIN, Blanca. **Manual de lenguajes documentales**. 2. ed. rev. e aum. Gijón: Trea, 2004.

GOMES, Hagar Espanha; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GUIMARÃES, Ludmila dos Santos. Organização da Informação e terminologia: a abordagem onomasiológica. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, out. 2010. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45551. Acesso em: 13 mar. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/34319. Acesso em: 13 mar. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & sociedade:** estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/153133. Acesso em: 8 mar. 2024.

GOMES, Rainner Finelli. **A relevância da política de indexação para a representação e recuperação da informação**: uma revisão sistemática. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/edae70c1-3794-46ef-884b-e728500d6da6. Acesso em: 8 mar. 2024.

GOUGES, Olympe de. **Avante, mulheres! Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos**. Tradução: Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo: Edipro, 2020.

Título original: Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne.

GREENHALGH, Mariana Giubertti Guedes. O estudo de gênero no contexto da memória regional: representação das mulheres nas coleções bibliográficas sobre Brasília. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 442-465, set./ dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.26512/rici.v17.n3.2024.52334. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/52334. Acesso em: 8 mar. 2024.

GRONDELAERS, Stefan; GEERAERTS, Dirk. Towards a pragmatic model of cognitive onomasiology. *In*: CUYCKENS, Hubert; DIRVEN, René; TAYLOR, John R. (ed.). **Cognitive approaches to lexical semantics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2003. p. 67-92. (Cognitive linguistics research, 23).

GUIM, Vera Lucia Ribeiro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação e linguagens documentárias nas bibliotecas escolares. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 10, n. 3, p. 120-125, 2016. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/6164. Acesso em: 8 mar. 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2014.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento en las organizaciones. **Scire**, Zaragoza, v. 6, n. 2, p. 48 -58, jul./dic. 2000.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. *In*: VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais:** abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004. p. 43-52.

GUZZO, Morgani; FONSECA, Inara. Mestiçagem: uma categoria teórico-política para os feminismos latino-americanos. Entrevistada: María Luisa Femenías. **Cadernos de gênero e diversidade**, [s. n.]. v. 4, n. 3, p. 72-88, jul./set. 2018.

HIRATA, Helena *et al*. (coord.). **Dictionnaire critique du féminisme**. 2e éd. augm. Paris: Presses universitaires de France, 2004. (Politique d'aujourd'hui).

HOFFMANN, Lothar. Conceitos básicos da linguística das linguagens especializadas. Tradução: Maria José Bocorny Finatto. Revisão: Cleci Regina Bevilacqua. **Cadernos de tradução**, Porto Alegre, n. 17, p. 79-90, out./dez. 2004. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249299/000492802.pdf?sequence=1. Acesso em: 8 mar. 2024.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Título original: Feminism is for everybody: passionate politics.

HOPPEN, Natascha Helena Franz; DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna. Retrato dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil (1971-2019): a consolidação do campo

científico, aprendizados e desafios. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. 1-37, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eb/a/HXdtvsvvYRhZC73mwffWhSJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 mar. 2024.

HULME, Edward Wyndham. Principles of book classification: chapter III: on the definition of class headings, and the natural limit to the extension of book classification. **Library Association record**, London, v. 13, p. 444-449, 2011.

HUMM, Maggie. **The dictionary of feminist theory**. 2nd ed. Columbus: Ohio State University Press, 1995.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 704**: terminology work: principles and methods. 4th ed. Geneva: ISO, 2022.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 860**: Terminology work – Harmonization of concepts and terms. 3rd ed. Geneva: ISO, 2007.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 1087**: Terminology work and terminology science: vocabulary. 2nd ed. Geneva: ISO, 2019.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-1**. Information and documentation: part 1: thesauri and interoperability with other vocabularies. Geneva: ISO, 2011.

JARDIM, Maria Luiza Cavalcanti; CONCEIÇÃO, Algacilda Alves da (org.). **Política de indexação do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ**. Rio de Janeiro: SiBI/UFRJ, 2021. (Série Manual de Procedimentos, n. 10). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1L-F5XzW2iWXs1PyuMt1tajwKwc3UaqjM/view. Acesso em: 22 fev. 2026.

JESUS, Rafaela Cristina de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação e ética. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 96-112, mar./ago. 2019. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/114834. Acesso em: 21 mar. 2024.

JONES, Kevin P. Towards a theory of indexing. **Journal of Documentation**, London, v. 32, n. 2, p. 118-123, Feb. 1976. Disponível em: https://www.emerald.com/jd/article-abstract/32/2/118/198976/TOWARDS-A-THEORY-OF-INDEXING?redirectedFrom=fulltext. Acesso em: 21 mar. 2024.

KAFURE, Ivette *et al*. A terminologia no estudo do usuário da informação. **Biblios**, Peru, n. 51, p. 1-19, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16128807001. Acesso em: 21 mar. 2024.

KHADER, Majed J. **Glossary of Library and Information Science Terms**. Huntington: Marshall University, 1995.

KOCHANI, Ardala Ponce, BOCCATO, Vera Regina Casari, RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação para clippings: otimização do tratamento temático em coordenadorias de

comunicação social brasileiras. **Revista Interamericana de Bibliotecología,** Medellín, v. 35, n. 3, p. 257-273, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762012000300002. Acesso em: 8 mar. 2024.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia revisitada. **DELTA**: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 209-228, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/rdyvXrwx68dfYgHzHJWnfMC/?lang=pt. Acesso em: 8 mar. 2024.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

L'HOMME, Marie-Claude. **La terminologie**: principes et techniques. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2004.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Construção e uso de tesaurus**: curso condensado. Brasília: IBICT, 1987.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Information retrieval systems**; characteristics, testing and evaluation. New York: J. Wiley, 1968.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Elementos de terminologia**. São Paulo: USP, Escola de Comunicações e Arte, 2005.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/download/6380/4064/28216. Acesso em: 8 mar. 2024.

LEMOS, Rosália de Oliveira. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. *In*: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (org.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000. p. 62-67.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista**: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2022. Título original: The creation of feminist consciousness.

LESSA, Bruna; CROSARA, Maria Luiza; CUPERTINO, Bruna. Organização da informação sobre o atendimento de mulheres em situação de violência: ações de informação governamentais no estado da Bahia-brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 571-587, set/dez. 2025. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/374068. Acesso em: 8 mar. 2024.

LEVINE-CLARK, Michael; CARTER, Toni M. (ed.). **The ALA glossary of library and information science**. 4th ed. Chicago: ALA editions, 2013.

LIBRARY OF CONGRESS. Policy, Training, and Cooperative Programs Division. **Introduction to Library of Congress Subject Headings**. Washington, DC: LC, 2026. Disponível em: https://www.loc.gov/aba/publications/FreeLCSH/LCSH44-Main-intro.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In*: ALVARES, Lillian (org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-47.

LIMA, Gercina Ângela de; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Sistema de Armazenamento e Recuperação da Informação: uma análise do impacto das variáveis e medidas visando à organização e recuperação de informação centrado no usuário. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 20, p. 1-23, 2022. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8667925. Acesso em: 8 mar. 2024.

LIMA, Francisca Rosimere Alves de; DIAS, Karla Cristina Oliveira. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em ciência da informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17428. Acesso em: 8 mar. 2024.

LIMA, Gercina Ângela de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; REDIGOLO, Franciele Marques. A importância do contexto para a indexação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 15, n. 3, p. 283-302, dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/9f7e4422-f0a2-46ec-b0e6-e8a836f1a06b/content. Acesso em: 8 mar. 2024.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... Só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 70, p. 1-22, 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72814. Acesso em: 22 mar. 2024.

LOPES, Larissa Pinheiro; PAIVA, Giovanna Valentini; PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto. Representatividade de grupos minorizados socialmente no acervo de bibliotecas públicas e comunitárias: no contexto do feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, p. 1-23, 2025. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2124. Acesso em: 22 mar. 2024.

LOPES-NASCIMENTO, Junio; ATTALLA, Brenda Vasconcelos; LIMA, Gercina Ângela de. Glossário em perspectiva: um estudo intermediário sobre as concepções e características no domínio da Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira (BCI). **Ciência da Informação Express**, Lavras, MG, n. 5, p. 1-28, jan. 2024. Disponível em: https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/112. Acesso em: 22 mar. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOUSADA, Mariana et *al.* Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v.21, n.1, p. 191-202, jan./abr. 2011. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/93238. Acesso em: 8 abr. 2024.

LUCIANO, Maria Cristiana Félix *et al*. Mediação consciente da informação no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: o uso dos termos "mulheres", "gênero" e "feminismo" nas pesquisas publicadas no período de 1994 a 2019. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1837. Acesso em: 8 abr. 2024.

MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna *et al*. Feminismo crítico nos Arquivos. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, São Cristóvão, SE, v. 8, n. especial, p. 1-38, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23701. Acesso em: 8 abr. 2024.

MARTINS, Susana Maria Duarte. **A definição em terminologia**: perspectivas teóricas e metodológicas. Orientadora: Maria Rute Vilhena Costa. 2015. 550 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/16283. Acesso em: 8 mar. 2024.

MARTINS, Elaine Cristina Domingues; CARVALHO, Tatiana. Recuperação da informação em psicologia: LILACS e Index Psi Revistas Técnico-Científicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 118-130, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/NgJFjbV9whcxcWDPGF4Dg9K/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 mar. 2024.

MCDOWELL, Linda; SHARP; Joanne P. (ed.). **A feminist glossary of human geography**. London: Routledge, 1999.

MEDEIROS, Enderson; RIBEIRO, Adriana. **Manual de política de indexação para as bibliotecas da UFG**. Goiânia: Sistema de Bibliotecas da UFG, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual_Politica_SIBi_UFG.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. [Rio de Janeiro]: FGV Editora, 2018.

MILLETT, Kate. **Sexual politics**. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MOURA, Ana Patrícia Silva; CÔRTES, Gisele Rocha. Mediação da informação, gênero e

mulheres: uma análise das dissertações e teses nos PPGCIs brasileiros (2010-2020). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 1-31, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/140321. Acesso em: 20 fev. 2024.

MOURA, Ana Patrícia Silva; CÔRTES, Gisele Rocha. Mediação da informação e feminismo negro: uma análise de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros. **Palabra clave**, La Plata, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2025. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/189044/Versi%C3%B3n_en_PDF.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 fev. 2024.

MOURA, Ana Patrícia Silva; CÔRTES, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. Mediação consciente da informação: o protagonismo social nas dissertações sobre mulheres e feminismo dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 16, p. 1-23, 2023. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/610. Acesso em: 20 fev. 2024.

MOVIMENTO MULHER 360; 4DADDY. **Glossário antimachista**. [*S. l.*]: Movimento Mulher 360, 2021. Disponível em: https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2021/10/AF_eBooksMM360_GlossarioAntiMachista-1.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

MR. LIBRARIAN. **Glossary of library & information science**. [*S. l.*]: Librarianship Studies & Information Technology, 2021. Disponível em: https://www.librarianshipstudies.com/2015/04/glossary-of-library-information-science.html. Acesso em: 26 mar. 2024.

MULLER, Luciana Kramer Pereira; MARTINS, Carlos Wellington Soares. Uma profissão feminina, mas não feminista? Representatividade de gênero na gestão dos conselhos regionais de biblioteconomia no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 92-111, 2019. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1363. Acesso em: 26 mar. 2024.

NAKAGAWA, Jacqueline.; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O contexto da política de indexação em arquivo permanente: um estudo de observação participante da prática profissional de arquivistas. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 8, edição especial, p. 1-12, 2021. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/165451. Acesso em: 11 abr. 2024.

NAUMIS PEÑA, Catalina *et al*. **Tesauro Latinoamericano en Ciencia Bibliotecológica y de la Información**. [México: Universidad Nacional Autónoma de México], 2021. Disponível em: https://vocabularyserver.com/telacibin/. Acesso em: 28 fev. 2024.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies**: an American National Standard ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010). Baltimore: NISO Press, 2005.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE (United States). **Medical Subject Headgins**. United States: NLM, 2024. Disponível em: https://www.nlm.nih.gov/mesh/meshhome.html. Acesso em: 3 abr. 2024.

NORTE, Mariângela Braga. **Glossário de termos técnicos em Ciência da Informação**: inglês/português. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

NUNES, Cláudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/411. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, Laís Pereira de *et al.* Política de indexação em periódicos da ciência da informação: um estudo das diretrizes para atribuição de palavras-chave aos artigos. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 25, n. 4, p. 140-169, dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/26936. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, Laís Pereira de. O ensino de política de indexação na graduação em Biblioteconomia: enlace teórico e prático. **REBECIN**, São Paulo, v. 9, número especial, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/325. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, Thamires Nascimento; SANTOS, Raimunda Fernanda dos. Políticas e diretrizes de indexação em repositórios institucionais das universidades federais brasileiras. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, e29444, p. 1-25, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/29444. Acesso em: 22 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. **DeCS/MeSH – Descritores em Ciências da Saúde**: guia para utilização do novo portal do DeCS/MeSH. São Paulo: BIREME, 2020. Disponível em: https://decs.bvsalud.org/wp-content/uploads/2020/09/GuiaPT.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. **Edições anteriores**. São Paulo: BIREME, 2025a. Disponível em: https://decs.bvsalud.org/noticias-2. Acesso em: 20 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. **Metodologia LILACS**: manual de indexação de documentos para bases de dados bibliográficas. São Paulo: BIREME, 2023. Disponível em: https://lilacs.bvsalud.org/guias-e-manuais/docs/metodologia-lilacs-manual-de-indexacao-de-documentos-para-bases-de-dados-bibliograficas. Acesso em: 20 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. **Sobre o DeCS**. São Paulo: BIREME, 2025b. Disponível em: https://decs.bvsalud.org/sobre-o-decs/. Acesso em: 20 fev. 2026.

ORTEGA, Cristina Dotta. Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em**

Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 182-215, abr./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22866/18450. Acesso em: 13 mar. 2024.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de terminologia**. Tradução: Enilde Faulstich. Hull, CA: Ministro de Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá, 2002. Disponível em: https://linguisticadocumentaria.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/03/pavel-terminologia.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Medidas de consistência da indexação: interconsistência. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p.109-114, 1978. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/116. Acesso em: 8 mar. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Ibict, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA_24102014.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

RAMOS, Marcelo Maciel; VALENTIN, Márcia Fernanda Ribeiro da Costa; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá (org.). **Dicionário jurídico do gênero e da sexualidade**. Salvador: Devires, 2022.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi. Terminologia: reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica. **TradTerm**, São Paulo, v. 16, p. 343-364, 2010. Disponível em: https://revistas.usp.br/tradterm/pt_BR/article/view/46324/50087. Acesso em: 20 fev. 2026.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

REITZ, Joan M. **Online Dictionary for Library and Information Science**. [United States: Joan M. Reitz], c2014. Disponível em: https://odlis.abc-clio.com/. Acesso em: 28 fev. 2024.

RICHARDSON, John V. (ed.). **The english-turkmen-russian dictionary of library and information terminology**. [*S. l.*]: ITA Press, 2018.

RILEY, Denise. **'Am I that name?'**: feminism and the category of 'women' in history. Minneapolis: University of Minnesota, 1988.

RODRIGUES, Talita Andrade; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL'EVEDOVE, Paula Rodrigues. Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos usuários deficientes visuais. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 56-72, jul./dez. 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/13558. Acesso em: 12 abr. 2024.

ROGOSKI, Sharon Elizabet; OLIVEIRA, Keyla Andrea Santiago. Ignorância não é neutra: a urgência de leituras feministas. **Revista Cajueiro:** Ciência da Informação e Cultura da Leitura, v. 5, n. 2, p. 1-26, abr./ago. 2025. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/Cajueiro/article/view/23597. Acesso em: 5 abr. 2024.

RONDEAU, Guy. **Introduction à la Terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

RUBI, Milena Polsinelli. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/39822a84-89b7-4ed1-9535-45a2a19040ac/content. Acesso em: 5 abr. 2024.

RUBI, Milena Polsinelli. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes *et al*. (org). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-93. Disponível em: https://books.scielo.org/id/wcvbc/pdf/boccato-9788579830150-06.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 107-120.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p.66-77, jan./jun. 2003. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/download/23460/18920/66779. Acesso em: 5 abr. 2024.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 8, n. 1, p. 118-150, jan./jun. 2010. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1960. Acesso em: 5 abr. 2024.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casare. Elaboração do manual de política de indexação na formação continuada do catalogador. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 217-227.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes, mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAGER, Juan Carlos. **A practical course in terminology processing**. [*S. l.*]: John Benjamin

Publishing Company, 1990.

SALES, Luana Farias; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Ontologias de domínio: um estudo das relações conceituais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 62-76, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22366. Acesso em: 3 abr. 2024.

SALES, Rodrigo de; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Diferenças entre tesauros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 99-116, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/qr7hthZ93SnkHfRybCBLBxd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 abr. 2026.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; CORRÊA, Renato Fernandes. Organização da informação em repositórios digitais: uma abordagem sobre a política de indexação da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 4., 2017, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2017. p. 249-261. Disponível em: https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2017.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/MsXMqHwb9wm36rZ3DsrXVkS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 fev. 2026.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de: Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257862. Acesso em: 8 mar. 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Abordagens sobre mediação da informação: proposta de novas dimensões na perspectiva do desenvolvimento sustentável. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 16, p. 1-29, 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/pt_BR/article/view/219414. Acesso em: 8 mar. 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Múltiplas relações entre Arquivologia, Biblioteconomia Museologia e Ciência da Informação. **ConCI:** Convergências em Ciência da Informação, Aracaju, v. 1, n. 3, p. 3–32, set./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/9750. Acesso em: 8 mar. 2024.

SILVA, Nathalia. Dicionário feminista: compilado de conceitos acerca do universo feminista. **Helenas**, Bauru, 2020.

SILVA, Morgana Linhares de Araújo; ARAÚJO, Alzira Karla da Silva. Redes de coautora e a temática gênero no contexto da Ciência da Informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 19, n. 3, 2024. Disponível em: https://www.pbcib.com/pbcib/article/view/62284. Acesso em: 8 mar. 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária.

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1. Acesso em: 8 mar. 2024.

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise evolutiva de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

SINGH, Gurdev; SHARMA, Monika (ed.). **Glossary of library Science and information technology terms**. New Delhi: Ess Ess Publications, 2016.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. **Glossário de Ciência da Informação e Comunicação**. São Paulo: AgBook, 2013. v. 1.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. **Glossário de Ciência da Informação e Educação**. São Paulo: AgBook, 2014. v. 2.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. **Glossário de neologismos da Ciência da Informação**. São Paulo: AgBook, 2016.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação. *In*: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena Toledo Costa de (org.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 57-66. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/10. Acesso em: 13 mar. 2024.

SOUZA, Gláucia Helena Barbosa Pereira de. Indexação: economizando na entrada e na saída. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, set. 1976. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36198. Acesso em: 13 mar. 2024.

SOUZA, Lizandra. Glossário de termos usados na militância feminista. **Diários de uma feminista**, [Fortaleza], 27 dez. 2015. Disponível em: https://diariosdeumafeminista.blogspot.com/2015/12/glossario-de-termos-usados-na.html#:~:text=Binarismo%20(de%20g%C3%AAnero)%3A%20comportamento,e%20n%C3%A3o%20d%C3%A3o%20os%20cr%C3%A9ditos. Acesso em: 20 abr. 2024.

SUKIASI͡AN, Ėduard Rubenovich; ZVEREVICH, Viktor Viktorovich; BAKHTURINA, Tamara Aleksandrovna (ed.). **The English-Russian dictionary of library and information terminology**. St. Petersburg: Professija, 2013.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesauros. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 197-200, set./dez. 1992. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000851503.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

TEITELBAUME, Viviane; LAFON, Claire (dir.). **Glossaire du féminisme**: d'altérité à

violences. Petit lexique à l'usage de tous. [Latresne, Bordeaux]: Le Bord de l'eau, 2014. (La muette).

TEMMERMAN, Rita. **Towards new ways of terminology description**: the sociocognitive approach. Amsterdan: John Benjamins Publishing Company, 2000.

TERRA, Bibiana (org.). **Dicionário feminista brasileiro**: conceitos para a compreensão dos feminismos. São Paulo: Dialética, 2022. v. 1.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

TOLARE, Jessica Beatriz; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A utilização de linguagens de indexação por bibliotecas universitárias: revisão bibliográfica. **Scire:** representación y organización del conocimiento, Zaragoza, v. 28, n. 1, p. 45-54, 2022. Disponível em: https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/4834/4315/8309. Acesso em: 29 fev. 2024.

TOURINHO, Francis Solange Vieira *et al*. **Glossário da diversidade**. Florianópolis: Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades, UFSC, 2017. Disponível em: https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_vers%C3%A3ointerativa.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. Serviço das publicações. Controlled vocabularies. **EuroVoc**. [Luxemburgo]: UE, Serviço das Publicações, 2024. Disponível em: https://op.europa.eu/pt/web/eu-vocabularies/dataset/-/resource?uri=http://publications.europa.eu/resource/dataset/eurovoc. Acesso em: 8 mar. 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO thesaurus**. [*S. l.*]: UNESCO, 2024. Disponível em: https://vocabularies.unesco.org/browser/en/about. Acesso em: 28 fev. 2024.

UNITED NATIONS. **UNBIS thesaurus**. [*S. l.*]: UN, 2021. Disponível em: https://metadata.un.org/thesaurus/?lang=en. Acesso em: 22 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação. **Política de representação da informação da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: Biblioteca Universitária, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251586?show=full. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Sistema de Bibliotecas. **Manual de autoridades para o Sistema de Bibliotecas da UFAM (SISTEBIB)**: formato MARC 21. Manaus: Sistema de Bibliotecas da UFAM, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. Comissão de Catalogação. **Política de indexação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: Biblioteca Universitária, 2016. Disponível em: https://biblioteca.ufc.br/wpcontent/uploads/2015/06/politica-indexacao-bu-ufc-09-04-2016.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Sistema de Bibliotecas. **Sobre o Sistema de Bibliotecas**. Fortaleza: UFC, [2025]. Disponível em: https://biblioteca.ufc.br/pt/sobre-o-sibi-ufc/. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Sistema de Bibliotecas. **Apresentação**. Rio Grande, RS: FURG, [2022?]. Disponível em: https://biblioteca.furg.br/apresentacao. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Sistema de Bibliotecas. Grupo de Estudos em Indexação. **Política de indexação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande**. Rio Grande, RS: Sistema de Bibliotecas da FURG, 2019. Disponível em: https://biblioteca.furg.br/images/Manual_de_indexacao_SiB_062019.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Sistema de Bibliotecas. Grupo de Estudos de Indexação. **Manual de rotinas e procedimentos de indexação do SBUFRGS**. Porto Alegre: Sistema de Bibliotecas da UFRGS, 2025a. Disponível em: https://www.ufrgs.br/documenta/d/manual-rotinas-procedimentos-indexacao/. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Sistema de Bibliotecas. Grupo de Estudos de Indexação. **Política de indexação do SBUFRGS**. Porto Alegre: Sistema de Bibliotecas da UFRGS, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Sistema de Bibliotecas. Grupo de Estudos de Indexação. **Política de indexação do SBUFRGS**. Porto Alegre: Sistema de Bibliotecas da UFRGS, 2025b. Disponível em: https://www.ufrgs.br/documenta/d/politica-indexacao-sbufrgs/. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Sistema de Bibliotecas. **O Sistema de Bibliotecas UFRGS (SBUFRGS)**. Porto Alegre: UFRGS, 2026. Disponível em: https://www.ufrgs.br/bibliotecas/sobre/sistema-bibliotecas-ufrgs/. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Política de indexação para representação e recuperação da informação**. Manual para implementação da Política de indexação para as Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantis. Palmas, TO: UFT, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/CORWx9GXTWyInm7qn73fEw. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. Coordenação de Bibliotecas. Seção de Gestão de Recursos Informacionais. **Diretrizes de indexação do Sistema de Bibliotecas da UFF/SDC/CBI**. Niterói: Sistema de Bibliotecas da UFF, 2022. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/26832/DIRETRIZES%20DE%20INDEXA%C3%87%C3%83O_2022.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 fev. 2026.

UNIVERSITÉ LAVAL. Bibliothèque. **Répertoire des vedettes-matière**. [Québec: Université Laval, Bibliothèque, 2024]. Disponível em: https://www.bibl.ulaval.ca/la-bibliotheque/repertoire-de-vedettes-matiere-rvm. Acesso em: 8 mar. 2024.

VAN DER LAAN, Regina Helena. **Tesauro e terminologia**: uma inter-relação lógica. Orientadora: Maria da Graça Krieger. 2002. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000339228&loc=2002&l=27d7844ee48161b8. Acesso em: 21 mar. 2024.

VAN DER LAAN, Regina Helena; ALVORCEM, Rochelle Martins. A terminologia expressa no discurso dos especialistas da área de Ciência da Informação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 107-115, jul./dez. 2007. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/53. Acesso em: 21 mar. 2024.

VIANA, Anna Raquel de Lemos *et al*. Transparência ativa em tempos de Covid-19: a atuação do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos no combate à violência de gênero. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 27, p. 1-21, 2022. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/147/14775278001/html/. Acesso em: 21 mar. 2024.

VICKERY, Brian Campbell. **On retrieval system theory**. 2nd ed. London: Butterworths. 1965.

VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Laís Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques. Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/6542. Acesso em: 21 mar. 2024.

WATTERS, Carolyn. **Dictionary of information science and technology**. Boston: Academic Press, 1992.

WRIGHT, Elizabeth (ed.). **Feminism and psychoanalysis**: a critical dictionary. Oxford, UK: Blackwell, 1992.

WÜSTER, Eugen. **Internationale sprachnormung in der technik**: besonders in der elektrotechnik. [*S. l.*]: Bouvier, 1970.

WÜSTER, Eugen. **Introducción a la Teoria General de la Terminologia y la lexicografia terminológica**. Barcelona: IULA, 1998.

ZUNDE, Pranas; DEXTER, Margaret E. Indexing consistency and quality. **American Documentation**, v. 20, n. 3, p. 259-267, 1969. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.4630200313. Acesso em: 8 abr. 2024.